

BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES

**Trabalhadores de Rua de Salvador:**

**Precários nos *cantos* do século XIX para os *encantos* e  
*desencantos* do século XXI.**

CAMPINAS  
2006

BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES

## **Trabalhadores de Rua de Salvador:**

### **Precários nos *cantos* do século XIX para os *encantos* e *desencantos* do século XXI.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde à Redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/09/2006.

BANCA

Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)

Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Fernando Antônio Lourenço (Unicamp)

Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Antônio da Silva Câmara (UFBA)

CAMPINAS- SP  
Setembro de 2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

<b>D93t</b>	<p><b>Durães, Bruno José Rodrigues</b> <b>Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI / Bruno José Rodrigues Durães. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006.</b></p> <p><b>Orientador: Ricardo Antunes.</b> <b>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</b></p> <p><b>1. Camelôs – Salvador (BA). 2. Trabalho – História – Séc. XIX. 3. Trabalhadores – História – Séc XIX. 4. Setor informal (Economia). I. Antunes, Ricardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</b></p> <p style="text-align: right;"><b>(cc/ifch)</b></p>
-------------	--

Título em inglês: Street workers on the city of Salvador: precarious in corners XIXth century to the enchantment and disenchantment of XXIth century.

Palavras – chave em inglês (Keywords):

Street vendors – Salvador (BA)

Labor – History – 19<sup>th</sup> century

Laborers – 19<sup>th</sup> century

Informal sector (Economics)

**Área de concentração: Trabalho, Cultura e Sociedade**

**Titulação: Mestre em Sociologia**

**Banca examinadora: Ricardo Antunes, Fernando Antônio Lourenço, Antônio da Silva Câmara.**

**Data da defesa: 13-09-2006**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

A todos aqueles indivíduos que persistem incansavelmente em conquistar sua sobrevivência nos calçadões, becos, ruelas e *cantos* da cidade de Salvador, do Brasil afora e mesmo do mundo, os quais faço questão de intitular gladiadores e desbravadores da modernidade. Ofereço-lhes este trabalho, como incentivo à resistência a opressão e como uma possibilidade de tirarmos nosso capuz, desvendando nossos olhos e destampando nossos ouvidos para as condições precárias desses trabalhadores.

*“Em que pese aos que pensam que, após o fim da história, será forçoso reconhecer que a pós-modernidade anunciará o fim do trabalho, o capitalismo neoliberal continua fundamentalmente centrado na dominação do trabalho e na apropriação das riquezas que este produz”<sup>1</sup>.*

*“comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar”<sup>2</sup>.*

*“(...) a história da liberdade humana é a história das revoltas dos cidadãos contra o poder; elles sabem que em conquista deste precioso thesouro tem custado, por toda parte e sempre, até nos tempos mais recentes, ondas de sangue humano”<sup>3</sup>.*

---

<sup>1</sup> Dejours, 1999, p. 140.

<sup>2</sup> Livro Gênesis, II, 19, na Bíblia.

<sup>3</sup> Jornal Tiradentes, 21 de abril de 1891, edição especial em comemoração à morte de Tiradentes.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Marileide Rodrigues de Oliveira, que tanto me incentivou para seguir adiante, ainda que por estradas tortuosas e incertas. A meu pai, José Carlos Durães, que tanto me inspirou e me inspira, nas suas façanhas na vida. Na sua forma atraente de conversar; na sua facilidade em conhecer pessoas, em se relacionar. Valeu JC por me proporcionar momentos de alegria e sutileza.

À minha companheira Clarice de Souza Moraes, pela força que me deu nos momentos críticos dessa vida *de aprendiz* de sociologia e pelas importantes revisões que fez nesse trabalho.

A professora Graça Druck que tive a sorte de ter como orientadora por três anos na graduação. Em poucas palavras, meu muito obrigado.

Ao professor Ricardo Antunes que além de me orientar no mestrado em sociologia foi uma pessoa que confiou na realização deste trabalho, não medindo esforços para que tal proposta fosse concretizada.

Ao professor Antônio Câmara, o qual me inspirou desde os primeiros dias de faculdade, pela sua simplicidade, humildade e sabedoria. Obrigado professor pelas conversas que tivemos, pelo grupo de estudos sobre Hegel, pelas orientações para a prova de mestrado da Unicamp e por ter aceitado participar de minha banca de defesa do mestrado, valeu.

Ao professor Fernando Lourenço que aceitou participar da banca de defesa e que desde meu ingresso no mestrado havia demonstrado afinidade teórica com o tema.

Aos amigos, em especial ao economista André Mota, que fez importantes revisões neste trabalho e a tantos outros que direta ou indiretamente contribuíram para esta pesquisa ou simplesmente estiveram presentes em minha vida: Tiago Guedes, Isadora Lira, Ricardo Durães, Gibran Soares, Leonardo Tomaseli, Octávio Sodrê, Higor Soares, Josué Neto, Thiago Durães, Adelson Almeida, Angelo Augusto, Emerson Leal e Antônio de Pádua. E aos amigos da Unicamp e de Campinas: Fábio, Joelma, Élson, Tatiana, Claudete Soares, Giuliana Franco, Alexandre Lucas, Sávio Cavalcanti, Filipe Raslan, Jair Batista, Paula Marcelino, Geraldo Augusto, Mario Martins, Pablo Robles, Rafael, Maira, Robério e Mario Augusto. Pessoas que estiveram presente em diversos momentos de minha vida, nas alegrias e nas tristezas, obrigado por me aceitarem como amigo.

A importante formatação desta dissertação, que foi realizada com empenho e generosidade pelo companheiro Lúcio Camargo, muito obrigado.

Aos colegas e amigos da Moradia da Unicamp, Carlos Camargo/Carlito, Aderbal Damasceno, Alessandro, Raul de Oliveira/Raulzito, Rafael Rodrigues, Rafael Pessoa, Glauber e Maíra.

Aos colegas e amigos de pesquisa do CRH/UFBA: Theo Barreto, Luis Paulo e Pablo Aleluia, muito grato pela ajuda desprendida e pelas tantas reuniões que fizemos.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, principalmente ao setor Colonial e Provincial na figura de Paulinho, que sempre esteve disposto a me orientar e me auxiliar na coleta e busca de maços e dos mais variados documentos históricos.

A bolsa concedida pela Capes que possibilitou a minha reprodução social em Campinas, bem como os custos operacionais desta pesquisa.

Agradeço ao Centro de Recursos Humanos da UFBA (CRH) e ao Colegiado de Ciências Sociais, o primeiro na figura dos funcionários e pesquisadores ali presentes, o segundo na figura do prof. João Saturnino.

Por fim, agradeço também a Universidade Estadual de Campinas, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e à Biblioteca do IFCH, principalmente ao funcionário Davison, que sempre esteve disposto a me auxiliar em minhas pesquisas e sempre conversamos sobre os mais variados temas.

Enfim, muito obrigado a todos e todas pessoas que participaram deste trabalho, principalmente aos que compõem o próprio objeto de pesquisa, a saber, os trabalhadores e trabalhadoras das ruas da cidade de Salvador, muito grato.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central evidenciar e problematizar as condições precárias de trabalho dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador em dois contextos díspares, um do final do século XIX (no contexto da abolição da escravidão) e o outro da atualidade (século XXI), evidenciando importantes elementos de similitudes, bem como, de incongruências. O problema que norteia a investigação proposta divide-se em dois. Pelo lado do século XIX ensejou-se responder a seguinte indagação: As formas de trabalho de rua de Salvador do final do século XIX representaram uma forma de trabalho avançada em relação a forma de trabalho predominante à época, a escrava? Por outro lado, referente às formas de trabalho de rua da atualidade, indagou-se: Serão estas formas de trabalho de rua atuais atrasadas em relação às formas de trabalho assalariado/formal da moderna produção capitalista, representando assim um retrocesso?

Para responder a estas questões nos valem do recurso da historiografia para o século XIX, compondo o cenário de vida e de trabalho das ruas da cidade de Salvador de finais deste século, utilizando de documentos e recortes de jornais históricos. Outrossim, para a atualidade usamos de uma pesquisa qualitativa com 191 trabalhadores de rua espalhados em diversos pontos da cidade de Salvador, e também de notícias em jornais. Estas bases permitiram compor duas paisagens de uma mesma cidade, em situações diferenciadas, mas que retratam formas similares de trabalho, principalmente, por estarem todas localizadas nas ruas da capital baiana. No século XIX os/as trabalhadores/as de rua eram denominadas de ganhadores/ganhadeiras e se encontravam ordenados/as em *cantos* delimitados na cidade. Hoje, são conhecidos/as como camelôs, vendedores/as ambulantes, informais e estão situados *em todos os cantos* da cidade, ainda com regulamentações, perseguições e ordenações, e uma máxima vem a tona, a saber, a busca frenética e incansável pela sobrevivência.

Palavras-chave: trabalho de rua, informalidade, ganhadores, camelôs.

## ABSTRACT

This present study has the main objective of evidence and discuss the precarious labour conditions of street workers on the city of Salvador in two different contexts, one is the end of the XIXth century (in the context of slavery abolition) and other is the present time (XXIth century), evidencing important elements of similarities, as well as, the incongruence. The problem that guides this inquiry is divided in two pieces. On the XIXth century, it was tried to answer the following investigation: the forms of street labour on Salvador's streets at the end of XIXth century had represented an advanced form of labour in comparison with the predominant form of labour at that time, the slave labour? On the other hand, referring to the forms of street labour at the present time, it was inquired: Have these current forms of street labour been less developed in comparison with the forms of formal wage-earning labour on the modern capitalist production, therefore, it represents a retrocession?

To answer these questions, it was necessary the use of XIXth century historiography, to compose the scene of everyday life and work on the streets of Salvador at the end of this century, using documents and clippings of historical periodicals. So, on present time, we use a qualitative research with 191 street workers in diverse locations around the city of Salvador, and also clippings of actual periodicals. These bases had allowed composing two pictures of the same city, in differentiated situations, portraying similar forms of labour, all of it located on Salvador's streets. In XIXth century, the street workers were called of earners and they were found in delimited corners around the city. Today, they are knowed as ambulants, informal peddlers and sellers, and they are situated in all the corners around the city, still constrained by regulations, persecutions and ordinances, and a principle comes up: the frantic and untiring struggle for survival.

Key-Words: street worker, informality, earners, ambulants.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
<b>CAPÍTULO 1 – TRABALHO DE RUA E A INFORMALIDADE.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 – TRABALHO DE RUA E INFORMALIDADE.....</b>	<b>15</b>
1.1.1. <i>Conceitualmente o que é Informalidade?.....</i>	17
1.1.2. <i>Informalidade ou trabalho de rua?.....</i>	27
<b>1.2. – O QUE ESTAMOS CONSIDERANDO COMO TRABALHO PRECÁRIO.....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ESCRAVIDÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA EUROPA.....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 3 – QUEM SÃO OS TRABALHADORES DE RUA DE SALVADOR NO CONTEXTO DA ABOLIÇÃO?.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2. – OS GANHADORES E GANHADEIRAS.....</b>	<b>77</b>
<b>3.3. - OS “CANTOS” DE SALVADOR DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>86</b>
<b>3.4. – O CONTROLE E PERSEGUIÇÃO POLICIAL AO TRABALHO DE RUA.....</b>	<b>100</b>
<b>3.5. – COM A ABOLIÇÃO, O QUE MUDOU NO TRABALHO DE RUA?.....</b>	<b>115</b>
<b>3.6. – CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>CAPÍTULO 4 – QUEM SÃO OS TRABALHADORES DE RUA (INFORMAIS) DE SALVADOR NA ATUALIDADE?.....</b>	<b>125</b>
<b>4.1. - MERCADO DE TRABALHO EM REESTRUTURAÇÃO.....</b>	<b>126</b>
<b>4.2. - O TRABALHO DE RUA DA ATUALIDADE NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO GERAL.....</b>	<b>135</b>
<b>4.3. - OS TRABALHADORES DE RUA DE SALVADOR DA ATUALIDADE.....</b>	<b>145</b>
<b>4.4. – PECULIARIDADES E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA RUA: A RUA COMO UM FATOR DE SOFRIMENTO.....</b>	<b>154</b>
<b>4.4. - TRABALHADORES DE RUA E SUA FUNÇÃO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....</b>	<b>185</b>
<b>4.5. - O TRABALHADOR GRATUITO.....</b>	<b>188</b>
<b>CAPÍTULO 5 – CANTOS E DESENCANTOS NAS RUAS DE SALVADOR.....</b>	<b>193</b>
<b>5.1. - SIMILITUDES E INCONGRUÊNCIAS ENTRE OS TRABALHADORES DE RUA DO FINAL DO SÉCULO XIX PARA COM OS DA ATUALIDADE.....</b>	<b>193</b>
5.1.1. <i>Alguns pontos de similitudes entre os dois contextos em questão.....</i>	203
5.1.2. <i>Alguns pontos de incongruência entre os dois contextos em questão.....</i>	207
<b>5.2. - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>212</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>217</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivo Público da Bahia – APEBa

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – IHGB

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Organização Internacional do Trabalho – OIT

## LISTA DE TABELAS:

Tabela 01	Ocupação dos presos de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua ocupação	110
Tabela 02	Relação dos presos de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua cor	111
Tabela 03	Relação dos presos de Fevereiro de 1889 de Salvador, segundo sua ocupação	112
Tabela 04	Relação dos presos de Fevereiro de 1889 de Salvador, segundo sua cor	113
Tabela 05	Distribuição de entrevistados em relação às maneiras de atrair clientes	145
Tabela 06	Distribuição de entrevistados por sexo	149
Tabela 07	Distribuição de entrevistados por cor	149
Tabela 08	Distribuição de entrevistados por faixa etária	149
Tabela 09	Distribuição de entrevistados por situação conjugal	150
Tabela 10	Distribuição de entrevistados por local de nascimento	150
Tabela 11	Distribuição de entrevistados por escolaridade	151
Tabela 12	Distribuição de entrevistados por pontos de trabalho	152
Tabela 13	Distribuição de entrevistados em relação a algum tipo de registro	152
Tabela 14	Distribuição de entrevistados em relação ao ganho mensal	154
Tabela 15	Distribuição de entrevistados por tipo de violência	174
Tabela 16	Distribuição de entrevistados por principais problemas	175
Tabela 17	Distribuição de entrevistados por impossibilidade de ir trabalhar	177
Tabela 18	Distribuição de entrevistados por horas de trabalho por dia	178
Tabela 19	Distribuição de entrevistados por dias de trabalho por semana	178
Tabela 20	Distribuição de entrevistados em relação ao INSS	180
Tabela 21	Distribuição de entrevistados por plano de saúde	181
Tabela 22	Distribuição de entrevistados que Utiliza do SUS	181
Tabela 23	Distribuição de entrevistados por Filiação a Sindicato ou Associação	182
Tabela 24	Distribuição de entrevistados sobre o que acha do Sind. ou Ass. de sua categoria	183

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem sua origem em minha experiência como bolsista de iniciação científica (Pibic-Cnpq), desde 2001, em projetos<sup>4</sup> coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graça Druck, na linha de pesquisa “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente”, situada no Centro de Recursos Humanos – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Essa experiência me possibilitou uma vivência com o campo sociológico e, em específico, com a sociologia do trabalho, algo que marcou intensamente a escolha da informalidade como tema de estudo. Além dessa importante experiência, tive desde 2004 inúmeros aprendizados junto à equipe de pesquisadores (as) coordenados pelo Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Ricardo Antunes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH da Unicamp-SP.

Nesta pesquisa temos como objeto de estudo os trabalhadores de rua de Salvador do final do Século XIX e os da atualidade, levando em conta sua estruturação social e urbana delineada via suas condições de trabalho nas ruas da capital baiana. Na verdade, nosso enfoque tratará do período da abolição (1880 - 1888) para o século XIX e dos anos de 2001 à 2006 para atualidade. Assim, sob nenhuma hipótese pretendemos aqui realizar uma análise processual dos dois momentos, tampouco construir a história desses trabalhadores de rua ao longo dos séculos. Não temos a pretensão de fazer uma história social<sup>5</sup> dos trabalhadores de rua, mas sim constituir análises pontuais de suas condições de trabalho, tendo como enfoque principal tecer análises sociológicas localizadas sobre esses trabalhadores de rua. Para tanto, iremos nos valer do recurso da historiografia, via fontes documentais, e da pesquisa direta, como veremos adiante.

---

<sup>4</sup> “Novos e velhos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA”, “O trabalho informal na cidade de Salvador/BA”, “Trabalho informal um estudo comparativo” e “Trabalho, Flexibilização e Precarização: (Re) Construindo conceitos à luz de estudos empíricos”.

<sup>5</sup> “A história social é principalmente fundada sobre a observação da vida e do comportamento dos grupos sociais que compõem dada sociedade tomada globalmente.” (MATTOSO, 1976, p. 147).

A escolha por estes dois momentos em questão dá-se pela necessidade que sentimos de aprofundar a compreensão sobre a informalidade de rua contemporânea, principalmente, em se tratando de trabalho de rua em Salvador. Uma cidade que foi formada sobre os *ombros* das atividades de rua, aliás como a maioria das grandes cidades litorâneas brasileiras, que foram se constituindo pouco a pouco sobre os *braços* dos negros e mestiços, e estes foram escravos depois trabalhadores livres de rua. Assim, nosso caminho neste trabalho se fez por uma *tentativa de descortinar raízes históricas da formação social destes trabalhadores*, haja vista que esta questão histórica sempre foi e ainda é uma questão colocada em segundo plano, quando se compõem análises sociológicas sobre o mercado de trabalho. Além disso, é uma questão em si aberta para controversas e, por vezes, factível de novas interpretações. Dessa forma, um dos nossos maiores propósitos aqui, com a utilização do recurso da historiografia, da história dos trabalhadores de rua, mesmo que de modo incipiente e recortado, foi dar uma ancoragem mais consistente, mais profunda, histórica, de modo que permita-nos compreender/explicar a problemática da informalidade de rua contemporânea da cidade de Salvador.

## INTRODUÇÃO

Vive-se no período recente da humanidade, principalmente no pós-guerra fria (pós-1989), uma redefinição global dos processos e meios produtivos jamais vista na história da civilização ocidental. Nunca como hoje, o desenvolvimento tecnológico, especificamente a composição orgânica do capital (o capital constante, maquinário, tecnologia, matérias primas...) sofreu uma expansão tamanha (global) de seu montante de técnicas, de produtividade e, principalmente, de custos tecnológicos. Enfim, chega-se no momento presente, com um aumento considerável do coeficiente dos custos com o desenvolvimento tecnológico, com a reestruturação produtiva, no regime de acumulação flexível<sup>6</sup>. Este representa, em parte, o momento da implantação de novas tecnologias, da informatização, automação, cibernética/robótica, entre outras inovações tecnológicas e científicas, utilizadas para aumentar a produtividade e reduzir os gastos em força de trabalho<sup>7</sup>, com capital variável, com salários, quer dizer, incorporam-se novos saberes, desenvolvimentos técnicos e científicos, a serviço do processo de valorização do capital<sup>8</sup>. A implicação direta desse processo de avanço tecnológico (desenvolvimento das forças produtivas) é a queda tendencial da taxa de lucro (do rendimento) do capital, como bem apontava Marx, no último quartel do século XIX<sup>9</sup>, decorrente do aumento constante dos custos com renovações. Contudo, o próprio processo de “sociometabolismo do capital”<sup>10</sup> conseguiu se retroalimentar com esse aumento de custos e, assim, retardar seu processo de crise geral, valendo-se para isso de variados elementos para manter seu lucro sempre crescente,

---

<sup>6</sup> Ver Harvey, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>7</sup> Conforme Castel (2003, p.517), a flexibilidade seja ela externa (via subcontratação de força de trabalho) ou interna (via polivalência de sua força de trabalho), ambas as flexibilizações implica direta ou indiretamente na redução do capital variável, da força de trabalho.

<sup>8</sup> Ver Romero, Daniel. **Marx e a Técnica**: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

<sup>9</sup> Ver Marx, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Santana. Livro III, v. IV, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>10</sup> Ver Mészáros, Istvan. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

buscando extrair cada vez maior quantidade de mais-valia<sup>11</sup> com uma quantidade menor de trabalhadores empregados, aumentando assim, a produtividade e reduzindo sobretudo o capital humano empregado<sup>12</sup>.

Porém, isso não foi feito sem ônus sociais. Estes podem ser dimensionados em duas frentes: por um lado, a super-exploração da força humana que trabalha (precarização ampliada do trabalho), logo, do ser humano e, por outro, o ataque massivo ao meio-ambiente, isto é, o capitalismo valeu-se de “fatores adversos” (MARX, 1980, p.266) para retardar sua crise geral, e assim, conseguir sobre-vida de lucros, de expansão da riqueza social – e valorização crescente do capital. A exploração da força de trabalho é o principal desses fatores. O capital variável (via redução do salário<sup>13</sup>, diminuição de trabalhadores empregados), serviu como componente ideal para manutenção do lucro. Afinal, este é o gerador, por excelência, do “valor” (da riqueza social).

Para Antunes (2000, p.34), a atual fase de reestruturação do capital é composta por “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada [estes] tornam-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação do capital”. Destarte, o que vivemos hoje é um quase esgotamento dessa força humana que trabalha e uma extração sem limites dos recursos naturais – uma agressão crescente ao ambiente, via poluição do ar, dos rios, mares, enfim, dos mais

---

<sup>11</sup> Consolida-se, na grande indústria e mesmo, hoje na dita fase pós-industrial, o processo de subsunção real do trabalho ao capital, calcado na expansão da mais-valia relativa, quer dizer, tendo como base o uso de técnicas inovadoras, novos aparatos produtivos, intensificação da produtividade, e não mais, apenas pelo aumento da jornada de trabalho, como era o caso do processo de subsunção formal e da mais-valia absoluta do trabalho ao capital, típico da manufatura, isto é, ainda pré-industrialização, referente a esta questão ver: Marx, Karl. **Capítulo VI (Inédito) O capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

<sup>12</sup> Esta é base da mais-valia relativa em Marx, melhorar a técnica, aumentar o ritmo de produtividade. É a parte constitutiva, do que Marx chama de subsunção real do sistema capitalista, ver Marx (1985). Conforme Marx (2002, p.366) “Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho”. Quer dizer, a mais-valia relativa se dá, justamente, na intensificação da jornada a favor dos ganhos de capital, a favor da extração da mais-valia, isto é, reduz-se o tempo necessário para produzir o salário (reproduzir socialmente a mercadoria força de trabalho) e aumenta a parte excedente (extra) para o capital, conjugado a isso reduz-se custos em capital variável (em força de trabalho empregada).

<sup>13</sup> Marx considera esse um dos principais fatores para aumentar os ganhos do capital (MARX, 1980, p. 270), isto é, através do arrocho salarial, a redução de benefícios e o aumento da produtividade se consegue manter e aumentar as taxas de lucro.

diversos ecossistemas, o que gera entre outras coisas esgotamento de recursos naturais não-renováveis, como o principal deles a água doce potável. Isso é feito mais intensamente nos países periféricos e, em desenvolvimento, como no caso do Brasil, onde a usurpação das riquezas naturais (o ataque a Amazônia) é feita quase sem nenhuma preocupação com o meio ambiente, muito menos com as populações atingidas pelas interferências tecnológicas. A super-exploração do ser humano dá-se sem medida, levando até ao estafa físico e mental, logo, à esfoliação do ser ou, nos piores casos, à morte<sup>14</sup>.

Dentro desse contexto mais geral, as relações informais ganham notoriedade, rompendo, inclusive, com certas concepções correntes de que o avanço do capitalismo, com seu suposto desenvolvimento econômico (industrial e financeiro), iria reduzir a participação da informalidade nas economias nacionais<sup>15</sup>. Pura ilusão. O que se vê, na atualidade, é um aumento crescente do contingente destes trabalhadores na composição do mercado de trabalho nos países em geral<sup>16</sup>. Portanto, estudar a informalidade no presente é estudar um fenômeno moderno e importante na sociedade nacional e mundial.

O fenômeno da informalidade hoje no Brasil (e no mundo) já ultrapassou, e muito, a mera fronteira urbana ou das ruas. A informalidade é mais que isso, é global e presente em diversas partes do mundo<sup>17</sup>, seja composta por imigrantes (lotados em países desenvolvidos ou centrais), seja por populações de passado de emprego estável/formal. A informalização dos formais já vem ocorrendo no Brasil e na América Latina. Estes antigos trabalhadores formais hoje só encontram nas atividades informais, principalmente nas de rua, com seus conjuntos de normas e procedimentos ditos ilegais, os meios e formas de reproduzirem-se

---

<sup>14</sup> Conforme Vasapollo (2005, p.20), o atual processo de mundialização capitalista, “(...) significa apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, obstaculizando a ampliação dos direitos sindicais e universais. Esse é, concretamente, o conceito de modernidade do capitalismo selvagem, visível mesmo sob o disfarce dos tons moderados e equilibrados presentes no suposto e irreal mercado social.”

<sup>15</sup> Conforme Oliveira (2005, p.225), “(...) o trabalho informal que na década de 60 e 70 era considerado como uma situação transitória, fadada a desaparecer com o avanço e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, agora se tornou sinônimo do nosso moderno e flexível mercado de trabalho”.

<sup>16</sup> Os dados do IBGE/PNAD evidenciam a composição relevante da informalidade no presente momento, sempre próximo de 50% da População Economicamente Ativa, ver sítio [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>17</sup> Sendo também informacional, virtual/internet, e incorpora também trabalho imaterial/intelectual, certamente que isso carece de maiores pesquisas.

socialmente, inserindo-se em uma condição por si só “(...) ambivalente, pois é ao mesmo tempo provisória e permanente.” (Oliveira, 2005, p.226)<sup>18</sup>. Além disso, há uma parcela de empresas e até de indústrias espalhadas pelo mundo que terminam se utilizando de trabalhadores sub-contratados, seja com contratação direta ou via uma rede de serviços e terceirizações, que tentam de toda forma mascarar práticas vigentes e perversas de informalidade, querendo na verdade baratear de qualquer forma seus custos, principalmente, a força de trabalho. Para tal, terminam disseminando práticas de sub-contratação, redução de postos, terceirização, precarização e informalidade.

Assim, temos como parâmetro central desse estudo a compreensão da informalidade (do trabalho de rua) como um fenômeno em expansão, mas que, todavia, é tão criticado e colocado em segundo plano, principalmente pelo poder público (municipal, estadual e federal), sendo tratado muitas vezes como *casos de polícia* ou, no jargão mais comum, como *marginais e infratores* (sonegadores de impostos). Ser tratado como *casos de polícia e infratores* era tão comum no século XIX nas ruas de Salvador como é na atualidade. No século XIX, bastava estar *mercadejando* pelas ruas, para ser perseguido e controlado, quando não ser preso por *desordem, vadiagem*, ou por, simplesmente, estar a *vagar sem destino*, ou ainda, por não estar matriculado em algum dos *cantos* espalhados pela cidade.

No momento atual (século XXI) esta realidade mudou. Não se prendem mais cotidianamente trabalhadores de rua, mas, no entanto, tomam-se seus meios e instrumentos de trabalho, sua mercadoria, dizendo-se que determinada rua não é *rua* para camelô, ou que já passou do horário de venda, ou que não existem mais licenças para trabalhar, ou qualquer outra desculpa. Isso tudo torna-se controverso, meio anacrônico, contudo veremos à frente mais detalhadamente como se configuram os retratos desses dois momentos distintos na mesma capital baiana, e poderemos ver como que a forma aparente de anacronismo,

---

<sup>18</sup> A condição de informalidade é “(...) permanente porque as possibilidades de inserção ou re-inserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho tornam-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilização do trabalho, principalmente, para os trabalhadores informais mais velhos e menos escolarizados. Sendo assim, o mundo do trabalho informal se configura como a única alternativa plausível para fugir do ‘estigma social’ do desemprego e assegurar a reprodução dos homens e mulheres ‘sem-emprego’. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho nas ruas combinadas com a esperança de ter um emprego com carteira assinada fazem com que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo do provisório.” (OLIVEIRA, 2005, p.226).

principalmente em se tratando da sociedade soteropolitana do final do século XIX, revela na verdade, que essa aparente contradição é parte constitutiva da formação e desenvolvimento da cidade atual, sendo fruto, pois, de um conjunto de elementos históricos e sociais, que terminaram compondo uma lógica social perversa, excludente e controladora.

Temos, pois, como **objetivo central** desse estudo identificar e hierarquizar nos dois contextos históricos os principais fatores que influenciaram na condição de trabalho precário<sup>19</sup> desses trabalhadores. Além disso identificar quais foram os mecanismos que permitiram a manutenção de uma de suas funções essenciais: sua reprodução social.

Nosso **problema de pesquisa** deriva de inquietações acerca da busca pelo entendimento do contexto social, histórico e econômico das atividades de rua em questão, de como essas atividades representaram e representam condições de trabalho precárias, evidenciando os fatores externos e internos, que implicaram na precariedade dessa forma de trabalho, tanto para o século XIX quanto para a atualidade. Outrossim, almejamos constituir *similitudes e incongruências* existentes entre essa forma de trabalho nos dois contextos, tendo em vista a particularidade comum aos dois momentos: são atividades desenvolvidas nas ruas e, normalmente, sob a fiscalização externa de um ser estranho, geralmente, o poder público, a polícia militar, no século XIX, ou a polícia administrativa municipal, da atualidade, conhecida como *Rapa*. Assim, partimos do questionamento colocado a seguir.

*As condições de trabalho na rua de Salvador no século XIX (1880-1888) representaram uma forma diferenciada de trabalho, uma inovação (frente ao trabalho escravo), constituindo-se como trabalho livre (autônomo) e hoje (no século XXI) representam a perpetuação de algo existente (um retrocesso) (frente ao trabalho assalariado formal), precárias, diante da moderna produção capitalista?*

---

<sup>19</sup> Entende-se aqui por trabalho precário, uma situação de vulnerabilidade social e degradação do ser que trabalha, quer dizer, sua reprodução social, via trabalho, passa a ser fonte de corrosão de si, de embrutecimento e sofrimento. Assim, o trabalho precário é aquele que *definha* o indivíduo, colocando-o numa situação de incertezas constantes. Veremos mais profundamente essa definição à frente, no capítulo 1, intitulado Notas Teóricas Preliminares.

Destarte, nosso questionamento constitui-se de dois momentos, interconectados. Primeiro, quer-se saber se de fato as atividades de rua do final do século XIX, antes da abolição do trabalho escravo, já representavam uma situação diferenciada de trabalho, com indivíduos mais autonomizados, exercendo suas atividades como conta própria, autônomos, sem coerções diretas no processo de realização da atividade, constituindo seres mais autônomos perante a realização e o controle de seu trabalho e de sua vida. Segundo, almeja-se saber se as atividades de rua da atualidade tornaram-se a diferenciar-se da forma de trabalho regular, oficial, formal, apresentando-se como algo inovador, diferenciado, ou simplesmente retratam um *retrocesso* diante da moderna produção capitalista, constituídas por aqueles que não conseguiram acompanhar o bonde da modernização, representando, assim, fenomenicamente, grupos anacrônicos em plena modernidade capitalista.

Nossos objetivos específicos são:

- 1- Contextualizar a Bahia, em particular, Salvador, no final do século XIX, em sua relação o regime de trabalho escravo brasileiro;
- 2- Descrever as dinâmicas internas e externas dos trabalhadores de rua do final do século XIX em Salvador;
- 3- Delimitar uma categoria na sociologia do trabalho da atualidade que abarque o debate em torno da informalidade para os dois momentos em questão;
- 4- Descrever as dinâmicas internas e externas dos trabalhadores de rua da atualidade em Salvador;
- 5- Identificar quais são os pontos comuns e as principais divergências na precariedade das condições de trabalho nos dois momentos históricos analisados;

- 6- Situar a atividade de rua “tradicional”<sup>20</sup> atual frente a precariedade do trabalho de rua e a submissão ao movimento do capital;
- 7- Fazer uma caracterização dos diferentes tipos de trabalhadores de rua em Salvador da atualidade em relação a sua inserção ou não inserção na *lógica e logística* do mundo moderno capitalista, no *Ethos* capitalista, apresentando elementos comprobatórios da superação da dicotomia moderno-arcaico.

As fontes utilizadas nesse trabalho foram:

- 1- Dados da pesquisa do projeto “*O Mapa do Trabalho Informal em Salvador*” coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Graça Druck, vinculado ao Centro de Recursos Humanos/UFBA, do qual participei ativamente, nos anos de 2001 à 2003. Essa pesquisa consta de um total de 191 entrevistas com trabalhadores de rua de diversos bairros de Salvador, realizadas durante os anos de 2001 e 2002. São eles: Calçada, Suburbana, Liberdade, Centro, Sete Portas, Vasco da Gama, Federação, Rodoviária, Porto da Barra, Piatã, Ondina, Comércio e Cajazeiras; ou seja, abrangeu-se trabalhadores tanto na cidade baixa quanto na cidade alta. Tentou-se fazer uma amostra que desse conta de todos os “cantos” da cidade, compondo assim uma espécie de mapa do trabalho de rua de Salvador. Dentre as atividades encontradas têm-se: vendedor ambulante, camelô, taxista, baianas de acarajé, transporte escolar e trabalhador autônomo (Pesquisa Direta);
- 2- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), no qual tivemos acesso a diversos documentos históricos sobre o trabalho de rua de Salvador no século XIX;

---

<sup>20</sup> Consideramos atividades de rua tradicionais aquelas diretamente relacionadas com a sobrevivência imediata do indivíduo que está ali inserido. São pois, estratégias de sobrevivência, comumente ficam afastadas da lógica e logística moderna capitalista (aprimoramento, inovações, estratégias de venda, entre outras técnicas). São atividades como: vendedores ambulantes, vendedores de comidas, prestadores de serviço que ofertam seus serviços na rua (pedreiro, encanador, amolador...), baianas de acarajé, entre outras. Grupos que estão inseridos em atividades de baixos a médios rendimentos geralmente realizam suas atividades com ajuda de familiares ou de no máximo dois ajudantes.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), onde pudemos acessar jornais do século XIX.

O trabalho aqui desenvolvido consta de cinco capítulos.

No primeiro, denominado *Notas Teóricas Preliminares*, fez-se uma reflexão em torno de alguns conceitos que adotaremos nesta pesquisa, a fim de dirimir possíveis desvios teórico-metodológicos e fazer os devidos esclarecimentos conceituais. Este foi o caso do debate em torno do conceito de informalidade e suas diversas interpretações, passando pela institucionalização do termo em 1972, através do relatório apresentado pela OIT, o qual apresentava uma divisão da economia em setores, formal e informal, um integrado e outro como mero “setor de ajustes”, até outras interpretações, como a adoção de um critério jurídico, para definir os setores econômicos. Um setor sendo legal (o mundo do trabalho formal) o outro sendo ilegal (marcado por relações contratuais ilegais, por baixos rendimentos, pela precariedade do trabalho). Ou ainda, uma outra interpretação que põe por terra essa divisão da economia em setores estanques e fechados um do outro. Isto foi o caso da proposição de alguns autores na década de 70, principalmente Francisco de Oliveira, em seu texto *Crítica a Razão Dualista*. Em linhas gerais, a intenção desse capítulo é fazer esta reflexão em torno do conceito de informalidade e apresentar uma denominação substituta, a de trabalho de rua, para ser usada como elo conceitual e analítico entre os dois períodos analisados, o do final do século XIX e o da atualidade, em Salvador. Por fim, fez-se uma ressalva teórica quanto ao uso da denominação precarização do trabalho nesta pesquisa, explicitando qual o significado deste termo que será adotado aqui neste estudo.

O capítulo 2 especificamente trata da contextualização do Brasil no final do século XIX, sua situação econômica e política, diferenciando entre outras coisas se o país era feudal, escravista ou já capitalista. Usa-se aqui, neste capítulo, o aporte teórico de vários autores que debateram a formação da sociedade brasileira, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Caio Prado Júnior, Octávio Ianni, Alberto Passos Guimarães, Décio Freitas, entre outros. Este capítulo foi bastante sintético e elucidativo em fornecer uma imagem, um panorama do Brasil de fins do século XIX, na qual o país, com seu sistema

agrário-exportador, representava muito mais os interesses da metrópole (e da Europa/Inglaterra) do que o desenvolvimento interno do próprio país. Desse modo, terminou servindo de longa data (desde o início da colonização no Brasil, finais do século XVI) ao processo de Acumulação Primitiva da Europa e retardando com isso ao máximo a extinção do regime de trabalho escravo. Enfim, esta contextualização do Brasil no final do século XIX serviu também para fornecer uma noção mesmo que parcial de Salvador e da Bahia, a qual vai ser o pano de fundo, o próprio cenário das ações e acontecimentos dos trabalhadores de rua do período, objeto do capítulo 3.

No terceiro capítulo entra-se de fato no objeto proposto nesta pesquisa, quer dizer, é aqui que apresentar-se-á os trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX, os ganhadores e as ganhadeiras, que viviam a conquistar a sobrevivência diariamente nas ruas, becos, praças e vielas da capital baiana. Dia-a-dia, sol a sol, inseridos em um contexto onde a prisão por *suspeita* valia mais como regra do que exceção. Bastava estar a perambular pelas ruas, depois de um certo horário da noite, ou dormir em uma praça ou, simplesmente, vagar sem destino, por qualquer uma destas razões, o indivíduo era preso. Quase sempre este indivíduo era um negro ou mestiço e, na maioria das vezes, um trabalhador de rua.

Será que os trabalhadores de rua eram tão desordeiros ou criminosos, assim? Será que eles sempre cometiam desrespeitos e ofensas morais? Ou será que era a sociedade organizada da época (ou o mundo branco) que impunha um controle em demasia, impondo gostos e costumes estranhos e diferenciados ao dos negros e mestiços? Esta e outras questões iremos abordar neste capítulo. Além desta questão do controle exercido na época, abordaremos também a questão das condições de trabalho destes trabalhadores, o seu dia-a-dia de labuta. Estes trabalhadores de rua ficavam todos ou quase todos localizados em *cantos* espalhados pela cidade, sendo os mais numerosos e expressivos os que estavam localizados na parte baixa da cidade, próximo ao cais, ao porto – já que este era o elo de ligação da Bahia com a Europa, era, por excelência, um dos mais importantes entrepostos comerciais do Brasil. Estes *cantos* foram os locais definidos pela polícia em finais do século XIX para concentrar diversos tipos de trabalhadores, quase todos registrados no Livro de Matrícula, sob responsabilidade do corpo policial. Neste livro constava a

profissão, nome, idade, origem e diversos outros caracteres físicos de cada trabalhador, para melhor identificá-lo, caso se precisasse; era uma verdadeira ficha policial. Ficava registrado nos *cantos* diversos tipos de atividades (carregador, carpina/carpinteiro, pedreiro, pintor, funileiro, chapeleiro, entre outras). Eram locais predominantemente masculinos, porém diversos relatos e alguns documentos históricos, como os mapas de prisões do período, evidenciam que havia também a existência de mulheres nas ruas, que perambulavam por entre os cantos, sem estarem registradas em um específico. Estas exerciam atividades como ganhadeiras, vendedeiras, ofertando diversos tipos de comidas, diversas iguarias (como acaçá, mingau, peixe entre outros tipos de comidas). Eram geralmente vendedoras ambulantes.

Uma última questão ainda retratada neste capítulo 3 trata do processo de surgimento de uma classe incipiente neste período, a qual denominamos de classe dos subalternos. Uma classe pós-escrava e pré-operária, isto é, composta por grupos de trabalhadores livres, que já não viviam mais sob a égide das relações escravistas, não viviam mais na lida com o controle senhorial (não diretamente). Mas que também não se constituía ainda como trabalho livre assalariado, o qual irá surgir, via trabalhadores imigrantes e alguns libertos, em período similar, mas que só irá tomar pulso na Bahia nos primeiros anos do século XX. Essa afirmação do início do trabalho livre nas ruas de Salvador, em finais do século XIX, dá conta de responder a primeira parte de nosso problema, qual seja, *as condições de trabalho na rua de Salvador no século XIX (1880-1888) representaram uma forma diferenciada de trabalho, uma inovação (frente ao trabalho escravo), constituindo-se como trabalho livre (autônomo)?*

O capítulo 4 é onde evidenciamos as configurações atuais do objeto de estudo, o outro conjunto de personagens da pesquisa proposta, a saber, os trabalhadores de rua de Salvador da atualidade. Mostram-se aqui as características internas e externas dessas atividades de rua, ressaltando, tal como no capítulo 3, o aspecto da precariedade de suas condições de trabalho na rua, dando especial atenção a predominância de negros e mestiços nestas atividades, bem como ao intenso poder fiscalizador/repressor existente nas ruas da capital baiana. É também neste capítulo que dar-se-á conta de responder a segunda parte de

nosso problema: *hoje (no século XXI) as condições de trabalho de rua representam a perpetuação de algo existente (um retrocesso) (frente ao trabalho assalariado formal), precárias diante da moderna produção capitalista?*

Por fim, no último capítulo, tratamos da trama final desta pesquisa, pondo em evidência os *cantos*, os *encantos* e os *desencantos* das condições de trabalho dos trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX com os da atualidade. É aqui que estabelecer-se-á ou pelo menos tentar-se-á constituir alguns nexos comparativos entre as duas paisagens das ruas da cidade de Salvador, em períodos diferenciados, mas que dão conta da mesma cidade, e de formas similares de existência e sobrevivência nas ruas, habitando e reestruturando espaços da cidade, colocando elementos bem peculiares no mosaico que é a cidade de Salvador. Faz-se, portanto, a correlação de alguns elementos de similitudes e de incongruências entre os dois períodos estudados. Além disso, é também nesta parte do trabalho que faremos uma rápida e singela conclusão ou a retomada de algumas questões principais, como o problema de pesquisa proposto, ou melhor, traçaremos em poucas linhas algumas reflexões finais, que servem muito mais para abrir novos horizontes, novas fronteiras de estudo, do que para fechar portas ou definir fórmulas exatas de entendimento e análise social.

# CAPÍTULO 1 – TRABALHO DE RUA E A INFORMALIDADE

## 1.1 – Trabalho de rua e Informalidade

Serão os trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX trabalhadores “informais” ou não se pode falar em informalidade num contexto onde nem mesmo havia um mercado de trabalho assalariado estruturado em bases capitalistas? Para dar uma resposta, ainda que provisória e parcial a esta questão e a tantas outras similares que sempre permeiam as discussões dessa temática, iremos fazer um rápido passeio pelas diferentes fases do conceito de informalidade, na perspectiva de chegar a um termo consensual (e elucidativo) que possa dar conta dos trabalhadores do final do século XIX, bem como, abarcar os trabalhadores de rua de Salvador da atualidade.

Inicialmente, vale a pena frisar que esses trabalhadores de rua, mesmo inseridos em duas situações históricas e sociais diferenciadas, ainda assim apresentam um ponto em comum, um forte elemento homogeneizador, um *elo de ligação e correlação* entre os dois contextos díspares, que norteia toda investida proposta, qual seja, o fato de terem o mesmo espaço de realização do trabalho, isto é, estarem todos e todas situados dentro de uma mesma dinâmica de trabalho, pelo fato de acontecerem dentro de um mesmo prisma, *as ruas da cidade de Salvador*, ainda que em ruas reconfiguradas, porém estavam (e estão) nas ruas da cidade, e, por curiosidade, por vezes ocupando lugares similares. São as mesmas ruas, becos e vielas *que outrora* serviam de locais de aglomeração e concentração de trabalhadores (ganhadores e ganhadeiras), que serviam de *cantos*, por concentrarem inúmeros (as) trabalhadores (as) aptos à espera de trabalho. Os mais variados serviços se encontravam nestes locais, desde locação de serviços de um carregador ou a requisição de

um serviço especializado de carpintaria. Outros ficavam a esperar fregueses para os seus mais variados produtos. Este é o caso, principalmente, das mulheres que mercadejavam de canto em canto as mais variadas comidas, como açaçá, mingau e outros quitutes, quase todos muito bem preparados com bastante dendê e pimenta. Hoje, essas ruas, becos e vielas também são ocupadas e vivenciadas por diversos trabalhadores de rua. Bairros que atualmente concentram importante comércio de rua, ontem eram também os mais ocupados por tais atividades. Obviamente que o cenário não permanece o mesmo, nem poderia ser para menos. A Salvador do final do XIX não é a mesma do início do século XXI, muito se alterou, muitas transformações industriais, tecnológicas/científicas, guerras mundiais, modernidade, expansão do capitalismo a nível planetário. A cidade passou por um enorme processo de urbanização, ampliação da ocupação territorial, estradas/rodovias, sistema de infra-estrutura básica, transportes públicos/privados, organização de bairros, praças, avenidas de vales. Todo um conjunto de alterações, típicas do mundo capitalista moderno ocorreu em Salvador. Porém uma coisa permaneceu quase inalterada, o espaço urbano, que ao mesmo tempo se fragmentou e se expandiu, ainda deixou marcas e estas podem ser vistas nas ruas da cidade, o *lugar* ainda guarda histórias passadas e presentes de um conjunto de ocupações re-configuradas vivenciadas e instituídas pelos trabalhadores de rua.

Será nesse caminho que tentaremos estabelecer nossa investigação, quer dizer, dar conta desses pontos similares impressos no lugar da rua, no local de trabalho, que permaneceram e simultaneamente reconfiguraram-se com o passar do *tempo*. É possível reconhecer ligações e correlações entre os dois momentos em questão, bem como estabelecer incongruências e singularidades. É para isso, para revelar estes e outros contrastes, que faremos nossa investigação, pondo em cena uma parte da própria história dos trabalhadores de rua da cidade, revelando um pouco de suas raízes históricas e sociais.

Voltando para o ponto comum das atividades de rua dos dois períodos em questão, podemos dizer que ambas atividades eram/são realizadas nas ruas da capital baiana em contextos permeados por repressão [por parte do poder público municipal], discriminação e exclusão desses trabalhadores dos ganhos sociais vivenciados pelo mundo branco. Além disso, pode-se também afirmar que, desde o século XIX, essas atividades de rua eram

compostas majoritariamente por negros e mestiços, logo por grupos sociais historicamente excluídos do mundo branco (dito civilizado, moralizado e em progresso). A dominação da elite branca foi bem caracterizado por Florestan Fernandes (1972) na afirmação de que existe uma nítida separação entre o mundo branco e o negro/mestiço. Um seguia ganhando e se desenvolvendo enquanto o outro era explorado e deixado fora dos mecanismos legítimos (como empregos públicos, universidades, etc.) de inserção social. Veremos estas e outras caracterizações do contexto brasileiro e de Salvador do século XIX nos capítulos 2 e 3. Por hora, voltemos para a reflexão proposta aqui o que se encaixa melhor na pesquisa; a utilização do conceito de informalidade ou a substituição pela denominação trabalho de rua?

#### 1.1.1. Conceitualmente o que é Informalidade?

O conceito de informalidade desde sua origem foi utilizado para entender ou delimitar um conjunto de atividades muito heterogêneas<sup>21</sup> e, por isso, foi polemizado e redimensionado a depender da compreensão teórica e dos objetivos específicos e analíticos de cada autor. Como exemplo de atividades informais têm-se grande parte das micro-empresas, parte dos trabalhadores autônomos (aqui incluído os trabalhadores de rua), o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas, etc. (CACCIAMALI, 1991; HUGON, 1997).

O uso do termo *setor informal* surge institucionalmente nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, no relatório sobre as condições de trabalho no Quênia e Gana, África, inserido no Programa Mundial de Emprego, cujas evidências empíricas revelaram

---

<sup>21</sup> Carvalho (1986, p. 06) “A heterogeneidade interna é percebida como um determinante básico das dificuldades para uma delimitação mais precisa e uma melhor definição operacional do setor informal”.

(...) um cenário onde o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, incrementado por um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades. (TOMAZINI, 1995, p. 04).

Conforme a autora, esses estudos da OIT mostraram também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana.

A caracterização da OIT sobre o setor informal urbano parte da *unidade econômica*, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas, utilização de trabalho familiar e pela quase inexistente separação entre o capital (meios e instrumentos de produção) e trabalho (força de trabalho). Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital, unidades produtivas pouco organizadas e por oferecerem empregos instáveis, sem proteção social e reduzidas rendas. Essa denominação da OIT possibilita outra perspectiva à relação que concebia os trabalhadores informais como obstáculos ao desenvolvimento de determinado país – forças do *atraso* impedindo o *moderno*, onde o setor informal representava um entrave para o progresso.

Para os autores Filgueiras; Druck; e Amaral a

(...) principal contribuição deste estudo [baseado na unidade econômica da OIT] foi o desenvolvimento de uma tipologia, setor formal/informal, alternativa a concepção teórica dual-clássica, setores moderno e tradicional, visada até então em análises de economias dos países periféricos no sistema capitalista. (2000, p.24).

Assim, conforme Tomazini:

(...) distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas e do outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. (1995, p.06).

Conforme a autora, pode-se sintetizar essa denominação do setor informal como sendo um “(...) mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho” (TOMAZINI,1995, p.09). Para a autora, é o excedente estrutural de força de trabalho que cria o setor informal urbano, constituído por circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtém uma pequena renda, a “renda informal”<sup>22</sup>. Em outras palavras, isto evidencia como que o setor informal funciona como um “setor de ajustes” para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado. O setor informal serviu, portanto, para referida autora, como “porta de entrada” para os migrantes (TOMAZINI, 1995, p.10).

Para a OIT, portanto, o setor informal funcionava como uma alternativa de sobrevivência diante do aumento demográfico e de constantes migrações do campo para os centros urbanos, atendendo a sobrevivência da população não absorvida no setor formal da

---

<sup>22</sup> Uma outra abordagem referente à formação do setor informal urbano pode ser encontrado em Ana Flávia Machado, em “Trabalhador por conta-própria: heterogeneidade de renda em regiões metropolitanas”, no qual a autora tem como objetivo revelar que o setor informal, em específico o trabalhador por conta-própria, não é só o excedente de mão-de-obra a mercê das flutuações econômicas, mas é também alternativa de “lôcus” de trabalho para aqueles que não desejam ter patrão ou que almejam possuir seu “negocinho”.

economia, na época do amplo desenvolvimento industrial da segunda metade do século XX, em diante, principalmente, no caso brasileiro.

Assim, tendo como perspectiva essa noção incorporada e institucionalizada pela OIT, da qual a informalidade funcionava como um *setor de ajustes econômicos*, temos as principais características constitutivas do setor informal: 1) propriedade familiar do empreendimento; 2) origem e aporte próprio dos recursos; 3) pequena escala de produção; 4) facilidade de ingresso; 5) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; 6) qualificações profissionais fora do ensino formal; 7) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (CACCIAMALI, 2000).

Esse conceito de informalidade que se baseia no setor informal à luz da unidade econômica (da não separação entre capital/trabalho) gerou críticas. A principal delas foi direcionada ao fato da abordagem continuar dual e estática, tal como a concepção dos setores moderno e tradicional, que não conseguia evidenciar a complexidade da dinâmica da produção e do emprego dos dois setores, uma vez que os considerava independentes entre si (FILGUEIRAS; DRUK; AMARAL, 2000). Dessa maneira, não se conseguia dar conta dos intercâmbios e simbioses existentes entre os dois setores, deixando de lado todo o aspecto de fluidez existente no campo da informalidade, que o permite realizar mutações em seus processo de trabalho e no tipo de sua atividade da noite para o dia.

Este conceito do informal, partindo da unidade econômica, pode ser relacionado ao conceito de “marginalidade” ou à teoria do “subdesenvolvimento”. Sobre conceito de marginalidade, pode-se dizer que também parte da unidade econômica, tendo por base as condições vigentes dos fatores de produção, e também engessa os setores econômicos, não dando conta das dinâmicas internas peculiares a cada atividade em questão.

Conforme Paoli (1978 apud ALVES, 2001, p.46), a noção de “marginalidade” é bastante ampla. A mesma procura abranger todas as relações de trabalho, categorias de pessoas que não participam da relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados produtivos, e também aquelas que não se revestiram de racionalidade na reprodução do

capital, inclui os ditos “marginais” do sistema formal, incluindo sob essa denominação vários segmentos, tanto informais quanto desempregados e pauperizados em geral.

Conforme Alves (2001), a “teoria da marginalidade”, surgida nas décadas de 60 e 70 para explicar o processo de precarização da força de trabalho na América Latina, não conseguiu explicar essas formas de trabalho, pois via esses trabalhadores como participantes de um “grupo não-integrado” ao sistema capitalista, portanto, anacrônicos. Desconsiderava a *relação direta* dessas formas de precarização e o processo de acumulação. Mesmo porque a teoria da marginalidade tinha como primazia uma concepção dual em setor formal e informal, estanque e estática.

Portanto, para os teóricos da marginalidade, houve transformações urbanas por toda a América Latina, mas não houve um desenvolvimento econômico para acompanhar tais transformações, e, devido a isso, tem-se um inchaço do terciário e o aumento da população carente, subempregada e desempregada (ALVES, 2001, p.34). Já para Oliveira (1974), esse aumento da população carente, subempregada e desempregada não é resultante de uma situação específica, momentânea, de um desajuste circunstancial, mas sim, fruto do próprio capitalismo, quer dizer, algo que parecia ser resquício de não-desenvolvimento ou de desenvolvimento anômalo e desvio de rota, passa a ser entendido, em essência, como a manifestação dos antagonismos do próprio desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, vai ser o próprio desenrolar da modernidade que vai acarretar em crises sociais, em transformações fenomênicas para um mesmo fim, a expansão do processo de valorização do capital. Assim, para Oliveira (1974), o próprio subdesenvolvimento é mais uma resultante do capitalismo.

De acordo com Alves (2001), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) propunha um processo de desenvolvimento auto-suficiente, visando o equacionamento dos problemas estruturais surgidos nas sociedades latino-americanas, e afirmava que a dependência seria a causa da “marginalização”. Contudo, os anos 70 mostraram os limites das proposições da CEPAL, já que a modernização das economias nacionais não gerou os resultados esperados, pois se percebia ainda um contingente

populacional em idade ativa que praticamente não havia se inserido na nova estrutura econômica Dedecca (1990 apud ALVES, 2001, p. 36).

Enfim, conforme Paoli (1978 apud ALVES, 2001, p.48 e 49), o trabalho informal desenvolvido pelos ambulantes não pode ser considerado como “marginal”, pois os mesmos funcionam como agentes de circulação de mercadoria e como exército de reserva. Logo a atividade informal está *inserida dentro da funcionalidade do mercado geral*, resultante do movimento do próprio capital, o que os teóricos da teoria da marginalidade não concebem.

Assim, *tanto* a concepção economicista da OIT que dividia a sociedade em dois setores (formal e informal), estanques e isolados um do outro, um integrado e o outro como mero setor de ajustes para uma população migrante e ávida por sobrevivência, a qualquer custo, *quanto* a concepção proposta pela teoria da marginalidade, sustentada em afirmar que uns estão integrados ao capitalismo e outros estão alijados ao arcaico, tanto uma concepção quanto a outra não conseguem abarcar as complexidades e especificidades existentes em cada um dos dois setores e nem de longe conseguiram perceber a interpenetração de um setor no outro, em certos momentos, até complementares. Um, o informal, vende mercadorias e produtos oriundos do outro setor. Este último, o formal, termina se retro-alimentando com os fluxos advindos da informalidade, e esta termina, por vezes, fornecendo produtos mais baratos para serem comercializados pelo formal como, por exemplo, frutas. O setor informal pode ainda funcionar como um mercado mais barato disponível (e de fácil acesso) para o consumo e, conseqüentemente, componente na reprodução social dos trabalhadores formais, contribuindo assim para de certa forma reduzir o valor da cesta de consumo deste trabalhador formal, o que indiretamente implica em estabilização dos salários ou mesmo arrocho salarial, como veremos mais adiante, no capítulo 4. Portanto, existe de fato uma inter-relação de um setor com o outro, algo que nenhuma das duas concepções anteriores se dava conta.

Essas análises dualistas das décadas de 60 e 70 relacionavam a informalidade à pobreza e ao subdesenvolvimento. Indicava que o setor informal era uma opção de trabalho

aos contingentes de trabalhadores desqualificados que buscavam inserir-se economicamente Dedecca (1990 apud ALVES, 2001, p.04). No início da década de 70, Francisco de Oliveira já rompia com a concepção dual e estática de setores moderno e atrasado, formal e informal. De fato, existe um intercâmbio entre estas duas esferas, como afirma Francisco de Oliveira, uma simbiose entre o “moderno” e o “arcaico”, ou seja, entre o formal e o ambulante: “Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante?.” (OLIVEIRA, 1972, p. 29 e 30). Para Oliveira, “(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo (...)” (1972, p.32). Outros autores também compartilham desse tipo de conjectura e de uma imbricação (subordinação) do informal ao formal (como SOUZA, 1980; CARVALHO, 1986, entre outros). Mais, recentemente, pesquisas apontam até para a chamada informalização dos formais<sup>23</sup>. Isto ocorre devido, principalmente, à intensa reestruturação produtiva para auferir maior produtividade e menores custos.

Também, posteriormente, na década de 80, outros autores (como SOUZA, 1980) rompem com a abordagem dualista e concebem o setor informal como *intersticial*<sup>24</sup> e *subordinado* ao movimento das empresas capitalistas (ALVES, 2001, p.04). Alves (2001), refere-se a Berlinck (1974) para afirmar que existe um forte entrelaçamento entre o “setor marginal” e o “núcleo moderno” das sociedades desenvolvidas. Para este autor, não existe “marginalidade social”, pois a abundante força de trabalho não qualificada desempenha as funções de exército industrial de reserva e possibilita o rebaixamento salarial e a super-exploração do trabalho.

Em outras palavras, vive-se hoje no mundo moderno e globalizado, na era do império do capital como relação social hegemônica, onde quase tudo e quase todos giram

---

<sup>23</sup>Essa relação formal e informal ver Dissertação de Mestrado Maria Aparecida Alves, Cap. II, 2001.

<sup>24</sup> Existe de fato uma forte correlação entre o trabalho informal (de rua) e as atividades formais. Basta surgir um novo estabelecimento, empreendimento ou comércio formal, tipo uma Escola, Hospital, Cartório, Mercado, entre outros novos locais, que, rapidamente, surge uma gama de trabalhadores de rua localizados próximos destes locais novos, em seus espaços *intersticiais*, para dali tirar seu sustento, oriundos do fluxo de consumidores trazidos pelo mundo formal. Este é um elemento caracterizador da cidade de Salvador, e bem possivelmente de diversas capitais do Brasil. Um elemento que veio crescendo conforme o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras.

em torno de suas relações mercantis. A *troca mercantil* passa por quase tudo, desde as meras relações cotidianas, de trabalho, lazer, esporte, até relações mais íntimas e afetivas/familiares. Até as esferas da arte não conseguem escapar dessa lógica. E hoje, mais do que nunca, esse império se alastra por todos os lugares e em fração de segundos, transformando tudo em espaços de exploração. Até grupos mais isolados, como tribos indígenas na Amazônia, comunidades de pescadores no litoral brasileiro ou mesmo comunidades rurais nordestinas que, nem mesmo energia elétrica possuem, em todos esses lugares e em tantos outros viram espaços de penetração do capital. Não é mais possível separar o mundo tradicional, de um lado, e de outro, o moderno, está tudo inter-relacionado. Comunidades indígenas falando francês, inglês e negociando em dólar ou *euro*. Pescadores que já usam modernos equipamentos de localização (GPS) ou direcionam seu pescado para grandes redes de hipermercados. Comunidades rurais que vivem na miséria em termos de infra-estrutura urbana, mas que reproduzem em suas festas singulares ou nas falas cotidianas um conjunto de símbolos e valores das metrópoles. Portanto, está tudo inter-relacionado, não há mais o informal e arcaico de um lado, estanque e isolado e de outro o formal e moderno. Na verdade, ambos situam-se no mesmo espaço de precariedade e exploração do trabalho. O informal e o formal estão respectivamente, uns menos e outros mais, uns indiretamente e outros diretamente vinculados à valorização do capital, retroalimentando a expansão do capitalismo em diversas partes do mundo.

Entre 1970 e 1980, nos países centrais, uma outra concepção de informalidade passou a ser utilizada, exprimindo atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, passou-se a se identificar com a chamada *economia subterrânea ou não registrada*, ou ainda, com a economia submersa, *redefinindo o conceito de setor informal à luz de um critério jurídico*. É essa a concepção mais lembrada pela mídia/imprensa mundial, que ao vincular notícias sobre informalidade na televisão ou nos diversos meios de comunicação, inclusive na internet, geralmente retrata este aspecto dito ilegal e, rapidamente, vincula à atividade informal uma acepção negativa, como algo que, ao invés de contribuir para os rendimentos de um país, termina servindo como fonte de perda de divisas, de arrecadação, além de ser relacionado, quase sempre, como uma importante esfera de competição desleal, principalmente pelo não

pagamento de impostos<sup>25</sup>. Portanto, essa dita economia subterrânea é ainda hoje preponderante no imaginário social da sociedade mundial, e principalmente na brasileira, mas isso iremos ver mais detalhadamente no capítulo 4.

Para Lima (1985, p.12), a economia subterrânea ou submersa pode ser também denominada de “criptoeconomia”, oriundo de “criptos” (escondido, oculto, secreto). Este termo pode ser definido, conforme a autora, citando Vito Tanzi do FMI, como sendo “ ‘(..)o produto nacional bruto que, por não ser declarado e/ou subdesenvolvido, não é medido pelas estatísticas oficiais’ ”. É, portanto, uma economia que, conforme Lima (1985, p.12), vem aumentando nesses anos de recessão (décadas de 70 e 80), incorporando um amplo contingente de trabalhadores sem amparo legal (trabalhista e social). Logo, nessas duas décadas, observou-se nos países centrais o fenômeno da intensificação da chamada economia submersa e nos países periféricos (no Brasil) o surgimento da chamada “nova informalidade” advinda da reestruturação produtiva, da retração dos postos de trabalho (antes) formais e da entrada na informalidade de trabalhadores advindos do setor formal, do setor até então protegido, seguro. Muito desse processo, certamente, é reflexo de um fenômeno estrutural e de dimensões globais, o *desemprego estrutural*.

Por fim, para resumir a nossa compreensão do que é conceitualmente informalidade, vamos a uma breve síntese. Esses dois conceitos (o que tem por base a unidade econômica, institucionalizado pela OIT, e o de base jurídica) concebem a divisão da economia em setores (teoria dualista, formal e informal, estanques e abruptos). Essa divisão, porém, foi

---

<sup>25</sup> Em economia, é comum referir-se a economia informal como o local por excelência do regime de *concorrência perfeita ou concorrência pura*, no qual as vendas acontecem sem elementos determinantes comuns. Quer dizer, no geral, por estes trabalhadores não se encontrarem na esfera de produção direta de mercadorias, eles não regulam seus preços conforme os custos de produção, e sim conforme o fluxo da demanda, isto é, se tem demanda mantém-se ou aumentam-se os preços, caiu a demanda, cai os preços, e assim sucessivamente. É um salve-se quem puder. Por vezes, o *equilíbrio de preços* ou a padronização de preços de oferta é rompido em um *pisca de olhos*. É mais ou menos assim. Neste tipo de concorrência, o importante é vender, nem que seja com pouca margem de ganhos, aqui o pior é não vender nada. São raros os casos que se conseguem manter um mesmo preço de um produto ou serviço pela cidade toda. A qualquer conversa ou negociação direta pode-se alterar o preço de venda de determinado produto ou serviço, é o reino da *pechincha*. De certo modo, o acarajé é um produto que sofre *um pouco* desta padronização, quem costuma definir o preço de venda é Cira de Itapuã, pelo menos para *Orla nobre* de Salvador (Patamares, Piatã, Jaguaribe, Boca do Rio, Armação, Jardim dos Namorados, Pituba, Amaralina, Rio vermelho, Ondina, Barra), localizadas na parte *nobre* da cidade.

bastante criticada por diversas correntes da economia e da sociologia do trabalho, no caso específico do Brasil, e pode-se afirmar que já é ultrapassada, pelo menos em seu sentido originário, de um setor fechado, com seu sistema próprio e rígido de funcionamento.

Assim, o conceito de informalidade que temos por base aqui é uma mescla dos dois conceitos apresentados acima, com a incorporação de alguns novos elementos, como a garantia da dimensão de interconexão (complementariedade) ou do dito *espaço intersticial*<sup>26</sup>, e mais, relacionado tanto a formas de organização da produção (unidade econômica), o trabalho por conta própria e à microempresa como também a diferentes formas de assalariamento ilegal (unidade jurídica), mesmo dentro de empresas legais. Entretanto, estas diferentes formas de inserção possuem características em comum: “são atividades, trabalhos e rendas realizados desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais.” (CACCIAMALI, 2000, p.153); são atividades que têm a marca da precariedade, pois são vulneráveis, possuem incertezas de renda e de perspectiva futura; são, geralmente, estratégias de sobrevivência.

Então, falar de informalidade no presente momento é compreendê-la como um fenômeno para além daquele mero “setor de ajustes” econômicos e muito mais complexo e profundo do que um mero campo de ilegalidade, é compreendê-la como sendo uma *inserção possível* de uma gama cada vez mais crescente de trabalhadores que vão *como podem* buscar sua sobrevivência. Cada dia aumenta-se esse contingente de trabalhadores em condição de desemprego e de subemprego que usa como recurso possível a informalidade. No presente, mais do que nunca, vem ocorrendo um fenômeno novo, a entrada de trabalhadores mais qualificados nas atividades informais. Isto é o próprio reflexo do desemprego estrutural e da crise do capitalismo, esta que, ainda, não se tornou insuportável, mas que vai a passos largos nesta direção.

Uma gama de trabalhadores termina por se sujeitar a formas de trabalho precárias e aviltantes dentro de empresas, indústrias e corporações diversas, ou mesmo vão conquistar

---

<sup>26</sup> Ver CACCIAMALI, M. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun. 2000. p.152 – 174.

como autônomos ou micro-empresários, muitas vezes na rua, conquistando dia-a-dia, palmo a palmo, sol a sol, sua sobrevivência nos calçadões, becos e vielas deste país e em diversas partes do mundo. Isso é a informalidade hoje, uma face do próprio modo de produção capitalista, tão impregnado no sistema, como a própria denominação apresentada por Lima (1985, p.12), *como um “criptos”, que ao mesmo tempo é escondido, oculto e obscuro, é também semovente, fluído e invisível, impossível de contabilização, mas completamente factível para sobrevivência imediata*. Além de já estar completamente cristalizado, como uma marca do mundo moderno, pura expressão de relações contemporâneas, é extremamente funcional para atender a gama de desempregados, mas é ruim para arrecadação, e é, portanto, um claro-escuro de similitudes e incongruências e de solução e problema generalizado.

### 1.1.2. Informalidade ou trabalho de rua?

Nossa intenção ao propor a incorporação da categoria *trabalho de rua*<sup>27</sup> é tentar agregar numa mesma condição, a rua, atividades diferenciadas no século XIX (ganhador/a – pedreiro, carpinteiro, servente, sapateiro, vendedor ambulante, quituteiras, entre outras.) e as mais diversas atividades de rua *informais* contemporâneas (camelô, vendedor ambulante, encanador, pedreiro, marceneiro, entre outras.) que, desde já, são atividades tão heterogêneas e com inúmeros quês de similitudes e incongruências, os quais serão melhor

---

<sup>27</sup> Não se quer aqui fazer qualquer referência teórica ao instrumento metodológico usado por Max Weber, o recurso do “tipo ideal” ou a outras tipificações similares. Não desmerecendo a competência teórica de tal autor, que por sinal é brilhante e grandiosa, mas, apenas afirmando que não estamos fazendo uso de uma denominação deslocada do real, um tipo idealizado, que tem semelhanças, faz parte do mesmo, mas não o é. Na verdade, compreendemos as coisas muito mais no sentido marxiano, inserido na categoria do ser, em sua ontologia, ou a coisa é ou não o é, no primado ontológico das relações sociais, ver Lukács, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. Nosso método de investigação atenta, portanto, principalmente, tal qual afirmou Marx, na sua “Introdução a Crítica da Economia Política de 1857/8” referindo-se ao seu método, ao primado do real no método de investigação. Toda investigação científica deriva do real (das relações humanas reais), e volta para ele com mais compreensão e multiplicidade, passando por abstrações (concreto pensado), encenando um movimento de ida e volta no pensamento, se valendo minimamente de abstrações razoáveis, afinal para Marx “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (MARX, 1946, p.220). Portanto, o concreto é complexo, e o recurso possível de apreende-lo é partindo de suas determinações reais.

apresentados no capítulo 5. É mister ressaltar aqui, no entanto, que, ao fazermos essa denominação *trabalho de rua*, tem-se a intenção de chamar a atenção para os elementos históricos e tradicionais que essa categoria representa, haja vista que a rua, *como espaço de trabalho, apresenta-se como um fator estruturante e definidor do trabalho, principalmente por instituir uma suposta condição temporária, mas que na verdade caracteriza-se como uma forma de aprisionamento, uma condição temporário-permanente*<sup>28</sup>.

Conforme Carlos (2000):

A rua demanda uma multiplicidade de significados. À qualidade intrínseca de elo, ligação e passagem entre lugares somam-se outros eventuais sentidos: a rua em festa, a rua da reivindicação, a rua do morar, a rua da violência. Mas, indiscutivelmente, a rua tem se notabilizado como marco espacial da segregação, evidenciado nas expressões trabalhador de rua, o menino de rua, o morador de rua, etc. (1998 apud CERQUEIRA, 2000, p.56).

Assim, adotamos aqui uma compreensão ampliada do espaço da rua, comportando uma carga de significados e variados sentidos, desde espaço de labuta quanto de pura diversão/lazer ou de importante desfile cívico. Além de ser lócus de protestos e de carnaval, onde uns passam rumo ao trabalho, enquanto outros vivem a mercadejar, ou mesmo seguem sem-rumo, a mendigar migalhas de sobrevivência de beco em beco, de transeunte a transeunte ou, simplesmente, a fazer da rua sua morada, uma gigantesca e, por vezes, dantesca morada. No entanto, todos estão inseridos em um mesmo espaço, mas cada um dando seus sentidos e suas significações, apropriando-se como pode de um lugar que passa a ser seu<sup>29</sup>. Mesmo com toda interferência dos agentes de controle (do poder público), ainda assim, a rua é o espaço da liberdade, do povo como esbravejava Castro Alves em meados

---

<sup>28</sup> Ver Oliveira, Luiz em “A Condição ‘Provisória-permanente’ dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador”, 2005.

<sup>29</sup> Sobre esta discussão em torno da noção de Espaço, Lugar, Território, Territorialidade, ver as obras de Milton Santos, que ao longo de variados ensaios apresenta importantes considerações a esse respeito.

do século XIX. Portanto, para dar conta dessa amplitude de existências, dessa diversidade de situações, que achamos metodologicamente correto o uso de uma concepção mais profunda, que abarque a história como componente imprescindível de compreensão dos fenômenos sociais.

Assim, tendo por base que o conceito de informalidade é por demais *amplo e genérico* – apesar de não dar conta de um período histórico mais ampliado, por ter sido forjado a partir de 1970 –, principalmente por abarcar um conjunto maior de atividades que podem ser denominadas de informais, este conceito também é por si só mais *heterogêneo* que a denominação *trabalho de rua*, justamente por apreender um leque de possibilidades diversas de atividades, tanto na rua quanto em micro-empresas, autônomas para empresas, ou ainda, na chamada informalização dentro de empresas formais. Assim, se por acaso utilizássemos apenas a denominação informalidade, estaríamos promovendo um anacronismo em relação ao século XIX, haja vista que a informalidade é um fenômeno de meados do século XX e surge em um contexto completamente diferenciado. Além do mais, não haveria correlação possível entre as diversas atividades informais de hoje, inseridas em vários contextos, não somente o das ruas, com as atividades de rua de Salvador do final do século XIX. Assim, para sair desse problema e para evitar maiores incongruências, adotaremos aqui a categoria trabalho de rua para funcionar *como protoforma de junção entre os trabalhadores dos dois períodos em questão, servindo como nosso elo de ligação conceitual*.

Dessa maneira, este capítulo funciona como um momento de definição teórica que nos servirá como norteador e agregador de duas situações que ao mesmo tempo são parecidas e historicamente e socialmente díspares. De um lado, trabalhadores de rua cuja única condição de reprodução social era se sujeitar às tiranias e aos controles de um *mondo branco* que se apresentava supostamente como modernizador e civilizado, como veremos no capítulo 3; e de outro, trabalhadores expropriados historicamente de meios de auto-reprodução, que se vêem obrigados a lançarem-se freneticamente ao mercado de trabalho, na busca por uma colocação regular, segura, mas que terminam por comporem o grupo dos desempregados, dos subempregados ou dos sem emprego, lançando suas fichas nas

atividades incertas das ruas, como mera prática atenuante de trabalho, como veremos no capítulo 4 adiante.

A rua, portanto, nos dois contextos em questão, representa um momento do *reino do possível* e não do *reino da escolha*, isto é, ingressar nas fileiras do trabalho de rua, principalmente no século XIX, era a maneira possível do indivíduo *negro, mestiço ou até de alguns brancos pobres* se auto-reproduzirem socialmente. Para a maioria destes e destas, ali inseridos, não havia outras possibilidades diante de uma sociedade guiada pela elite branca, que estigmatizava o ser que trabalhava manualmente como pertencente a uma corja de *pretos racialmente inferiores e africanos*. Assim, sua única saída era a rua, *era mover a cidade de canto a canto*, ocupando-a, integrando-se resistindo, na medida do possível em um contexto estranho e ameaçador, que com o tempo passa a ser modelado e reconfigurado pelos próprios trabalhadores (as) de rua, quer dizer, o caminho da rua como espaço da autonomia é por demais relativo, como veremos no capítulo 3 e 4 adiante. Por hora, voltemos para as notas teóricas preliminares.’

## 1.2. – O que estamos considerando como Trabalho Precário

Consideramos de bom grado definir o que compreendemos como trabalho precário ou precariedade do trabalho, quais são seus elementos constitutivos e quais suas características principais, pois, assim, evitaremos incongruências quando formos tratar da condição precária das atividades de rua de Salvador do final do século XIX, bem como as da atualidade<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Quer-se aqui evitar um anacronismo conceitual, caso fossemos utilizar do termo “precarização” do trabalho, pois acreditamos que este surge na década de 70, no Brasil, portanto, é contemporâneo, não podendo assim ser remetido para o século XIX. Além disso, falar em um *processo de precarização* dos trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX é no mínimo estranho, isto é, será que existiu uma forma de trabalho nas ruas de Salvador deste período que era melhor organizada, melhor realizada e foi sofrendo um processo de precarização? Provavelmente não. O que havia antes e durante o final do século XIX em Salvador, era condições de trabalho, talvez muito mais sofríveis e penosas do que as da rua, como a condição escrava, seja

De antemão, vale a pena citar Barreto (2005), que nos oferece uma síntese do que seria na atualidade o significado corrente de atividades precarizadas no mundo do trabalho. Para o autor, entende-se por atividades precárias

(...) todas aquelas marcadas pela ausência de direitos, **de quaisquer proteção ou garantias sociais, são aquelas atividades marcadas, portanto, por uma situação de debilidade, pelo status de pouca duração, constantes riscos** entre outras características que confinam a estas atividades o estatuto de instabilidade. (2005, p.100, grifo nosso).

Portanto, primordialmente, tem-se como o exemplo mais evidente de atividades precárias a *informalidade*, seja ela desenvolvida em empresas ou nas ruas. Inclusive, para o referido autor, a precarização é o elemento responsável pelo processo de “homogeneização *sui generis*” do desemprego e da informalidade (BARRETO, 2005, p.96 e 97). Todavia, temos uma compreensão mais ampliada deste processo de homogeneização, pois consideramo-lo mais amplo e abarcando também os trabalhadores ditos regulares, em especial, os empregados terceirizados. No mundo atual, pelo menos duas indagações são de extrema relevância e originalidade: quem vive em emprego seguro (do ponto de vista da continuidade do trabalho e das garantias sociais/trabalhistas), quem não vive inserido em processos de precarização no seu cotidiano de trabalho seja pela intensidade de trabalho, em condições aviltantes, marcadas por extensas ou intensas jornadas de trabalho ou pela ameaça constante da perda de sua ocupação, logo, de sua débil segurança de vida? Hoje, o mais comum é viver em constante estado de precarização, de vulnerabilidades sociais e em estado marcante de incertezas presentes e futuras.

---

ela doméstica ou diretamente urbana. Portanto, não havendo um processo de precarização do trabalho de rua no período, e sim, algo talvez contrário, havendo mais um avanço nas condições e processo de trabalho, como veremos nesta pesquisa – de passagem de formas de trabalho escrava para formas de trabalho livre de rua –, assim, optamos pelo uso dos seguintes termos: trabalho precário, precariedade ou condição precária.

Portanto, no momento presente, a *precarização do trabalho* é uma das ferramentas mais danosas e eficientes a serviço da expansão dos coeficientes de lucros, de aumento de mais valor, justamente em detrimento do *ser que trabalha*, via redução do capital variável (da força de trabalho) e intensificação da produtividade<sup>31</sup>. Valendo-se, para tanto, de formas cada vez mais inovadoras de captura do *saber fazer* operário ou via utilização de máquinas cada vez mais *inteligentes* que apenas *reproduzem* a criação humana, mas, ainda assim, aparentam ser dotadas de poder criador, *fetichizadas* (e enfeitiçadas) ao extremo, portando-se como se fossem as verdadeiras fontes da riqueza social. Pura ilusão, pois é sabido que a fonte criadora da riqueza social e consequentemente do valor é a força de trabalho, é o homem<sup>32</sup>. Em outras palavras, vive-se hoje predominantemente a era da precarização e da super-exploração do trabalho, que marcam não somente as relações cotidianas de trabalho como também a vida humana, a precariedade se alastra para a esfera da vida em geral, como bem sinalizou Sennett<sup>33</sup>, Harvey<sup>34</sup>, ou mesmo, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, dentre outros intelectuais contemporâneos, aos quais fazemos referências ao longo da pesquisa.

Conforme Castel (2003), a década de 70 vive um abalo, e este é fundado nas transformações da problemática do emprego, na crise e fragmentação da dita sociedade salarial. Vive-se hoje uma “nova questão social” (CASTEL, 2003, p.526), na qual “(...) o problema atual não é apenas da constituição de uma ‘periferia precária’, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis.’ ” (CASTEL, 2003, p.526). Segundo o autor, o desemprego “(...) é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A *precarização* do trabalho constituiu-lhe uma outra característica, menos

---

<sup>31</sup> Este processo de precarização no caso brasileiro já compõe a própria história de desenvolvimento econômico do país. Sempre houve uma parcela da população sub-contratada e marginalizada, porém isso intensifica-se sobremaneira a partir da década de 70. O caso do Brasil ainda foi mais gritante, pois aqui nem tivemos um processo de enfraquecimento e desmantelamento de um Estado de Bem Estar Social ou Estado Providencial, como foi o caso francês. Caso tão bem elucidado pelo autor CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Polet. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

<sup>32</sup> Ver MARX; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1990.

<sup>33</sup> Ver SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

<sup>34</sup> Ver HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

espetacular porém ainda importante.” (2003, p.514). Ainda conforme Castel, o “(...) contrato de trabalho por tempo determinado está em via de perder sua hegemonia. Esta forma, que é a forma mais estável de emprego, que atingiu o apogeu em 1975 [no caso da França, com] (...) 80 % da população ativa, caiu hoje [1995] para menos de 65 %.” (2003, p.514).

O interessante desse novo quadro descrito por Castel como a “nova questão social”, é que ele não se apresenta como algo anacrônico, como uma coisa fora de lugar, nada de “marginal” na verdade. Para o referido autor, representa tal qual “(...) o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas-econômicas da evolução do capitalismo moderno.” (CASTEL, 2003, p.526).

No século XIX viveu-se, principalmente no caso europeu, o denominado pauperismo. Já no caso brasileiro, consideramos ter havido formas similares, com singularidades herdadas da escravidão, como formas de trabalho aviltantes, regidas pela precariedade, pelo quase completo esgotamento físico e mental. Por isso, iremos partir da adoção do termo *precariedade ou trabalho precário* para nos referimos às atividades de rua de Salvador do final do século XIX, por entendermos que este termo dá conta de toda herança do regime de trabalho escravo, a qual não eram apenas marcadas pelo processo de pauperização. Assim, não iremos nos valer do termo *precarização do trabalho* para tratar da duas partes do objeto de nossa pesquisa, os trabalhadores de rua do final do XIX e os da atualidade, pois temos consciência que esta denominação se refere a mudanças ocorridas no último quartel do século XX, após a desestruturação da dita sociedade salarial, como bem demonstrou Castel, o que, portanto, não daria conta do contexto vivido nas ruas de Salvador no final do XIX, além do que esta denominação *precarização do trabalho* remonta muito mais a fragmentação e reestruturações no dito mundo formal, que certamente influem no mundo informal, mas não sofrerem do mesmo processo.

Assim, o termo trabalho precário (ou precariedade ou condição precária) será, todavia, *incorporado como uma concepção mais ampliada de inserção em formas de*

*trabalho incertas, por vezes insuficientes para reprodução do ser que trabalha e geralmente, realizadas apenas em detrimento de si mesmo, servindo apenas para embrutecimento do ser.* Assim, ao invés de servir como fonte de realização de si, de satisfação, como bem apontava Marx nos Manuscritos de 1844 (MARX, 2003)<sup>35</sup>, funciona como fonte de corrosão de si, embrutecimento e sujeição. Claro que aqui não se nega a possibilidade de realizações, do ponto de vista individual, aparente e fragmentada, sem nenhuma significação generalizante, principalmente, que em se tratando de trabalho de rua não há um padrão de relação tipicamente formal de trabalho baseado na separação capital (donos dos meios e instrumentos de produção) e o trabalho (força de trabalho), porém, isso é uma outra questão, que não compete aos objetivos desta pesquisa. Todavia, neste contexto das atividades de rua, logo, aparentemente, fora do mundo estranhado (tipicamente fabril), mas que, no entanto, está também conectado com o sistema em geral, em contextos de estranhamento fora do mundo formal de trabalho (sofre também dos mecanismos da ideologia dominante), fora da fábrica ou da empresa, existem realizações individualizadas que, aparentemente, estão todas a serviço da circulação de mercadorias ou como exército industrial de reserva, na condição de *trabalhador gratuito*, como veremos adiante no capítulo 4, o que por si só implica em sujeição, excesso de trabalho e, logo, precariedade.

Por fim, não iremos aqui reduzir nossa concepção de *trabalho precário*, quer dizer, *condição precária*, apenas a compreensão da precarização do trabalho atual, mesmo porque é sabido que esta trata *apenas como de um momento de transformação fenomênica do*

---

<sup>35</sup>Conforme Marx (2003, p.113), (...) o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores.” Para o referido autor, essa é uma das conseqüências do trabalho estranhado, eminentemente fabril, no qual o homem fica, entre outras formas de estranhamento, estranhado de si mesmo, ou seja, de sua capacidade ativa, sua atividade fundamental (enquanto ser genérico), portanto, reduz a vida do homem a um simples meio de vida, a ter no trabalho apenas um meio de sobrevivência. Dessa maneira, o homem perde sua vontade e sua consciência em relação à atividade vital, resumindo-se à sobrevivência direta, e, neste ponto, o homem se assemelha tal como um animal, só se satisfaz nas funções animais: comer, dormir. “O elemento animal torna-se humano e o humano, animal.” (MARX, 2003, p.115). Para Marx, “O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade, o seu ser, em simples meio da sua existência.” (MARX, 2003, p.116). Sabemos que estes mecanismos de estranhamento não se deu na rua, porém, as formas de trabalho de rua do século XIX passaram por um momento similar, quando o ganhador ou o escravo de ganho exercia seu trabalho para o beneficiamento do Senhor. Porém iremos voltar a isso no capítulo 3.

*capitalismo contemporâneo*<sup>36</sup>, principalmente, do período referente a passagem do regime de produção fordista para o modelo de produção flexível, onde ocorreram fenômenos correlatos de dimensões estruturantes, como o desemprego estrutural e a intensificação da exploração do trabalho, além de novas formas de extração de mais-valia, com a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital, tão bem caracterizado por Marx (1985) no capítulo VI (Inédito) do *Capital*. Longe disso, nossa intenção é ir além dessa noção contemporânea de precarização, fornecendo novos elementos, na verdade, *elementos históricos*, os quais apenas irão melhor definir a condição de trabalho precária, para além das transformações fenomênicas da atualidade. Estamos aqui alargando a concepção de precariedade, retirando-a de sua vinculação direta com a denominação *precarização*, saindo de sua significação resultante apenas das transformações do capitalismo moderno, dito pós-industrial (ou informacional) e *indo para uma apreensão histórica, que dê conta de momentos presentes e passados, tendo como prisma seu conteúdo marcante de uma condição social definida por um conjunto de situações de trabalho e de vida marcadas pela incerteza, sofrimento e vulnerabilidades, marcadas pois pela condição de trabalho precário*.

No geral, pode-se pensar (e com razão) que hoje mais do que nunca vive-se uma intensificação de formas de trabalho precarizadas. Na história do capitalismo, desde sua remota formação em sua fase de acumulação primitiva<sup>37</sup> (ou originária), na qual valeu-se de espoliação, rapinagem e outros artifícios, via colonialismo/escravidão, feudalismo e capitalismo comercial, passando pelo industrialismo, com toda suas transformações científicas e tecnológicas e, mesmo hoje em dia, em franco processo de redução do mundo fabril e de vigência do desemprego estrutural, vive-se a expansão sem medida de práticas de precarização do trabalho e mais, de modo institucionalizado/legitimado – até como política de governo e como regra normativa, como lei, isto é, flexibilização das leis, aliado

---

<sup>36</sup> Cf. CASTEL, 2003, p.526.

<sup>37</sup> Sobre esse processo de acumulação primitiva e do capitalismo comercial, iremos dar maior atenção no capítulo seguinte, para uma melhor compreensão do contexto brasileiro no final do século XIX, possibilitando assim um entendimento mais apurado do que representava as atividades de rua de Salvador no final do século XIX.

a políticas neoliberais –, funcionando abertamente como mais um instrumental social à serviço da expansão do capital.

Portanto, na atualidade, mais do que nunca, a concepção de *precarização do trabalho* toma uma dimensão global, inclusive assumindo uma *feição naturalizada* como se fosse ela mesma uma prática natural, comum das relações humanas. Portanto, na atualidade, além da expansão inigualável de formas de precariedade para uma condição de precarização, com a junção de novos e revolucionários elementos, tanto científicos quanto técnicos/organizacionais houve também uma naturalização da precarização na vida humana no modo de produção capitalista contemporâneo.

Por razão deste aspecto de naturalidade assumido pela precarização, muitos estudiosos da sociologia do trabalho no Brasil e alguns de outros países terminam por substancializar o fenômeno da precarização, tomando-o normalmente como uma coisa quase autônoma, com vida própria, determinante das relações sociais, quando, na verdade, tal fenômeno não passa de uma instrumentalização criada pelos próprios homens, usada com o intuito de auferir maiores ganhos, tal qual o fizeram antes na Acumulação Primitiva ou no Capitalismo Comercial. Assim, é usada a todo instante, em diversas partes do mundo de longa data – explorando, enxugando, reestruturando, montando ou simplesmente inovando suas plantas industriais ou empresariais, como é o caso do Brasil, da China, Índia, Coréia do Sul, Japão, entre outros – como práticas atenuantes de falta de emprego, muitas vezes, como mera possibilidade de sobrevivência para a maioria e como fonte de superlucros para outros, uma minoria.

No caso brasileiro, pode-se afirmar que existem tipos de precariedade (e não de precarização) do trabalho desde finais da escravidão, em meados do século XIX, onde a própria idéia de trabalho manual era vinculada a labuta e sofrimento, mas isso somente para os negros ou mestiços e talvez alguns brancos pobres. Contudo, o processo de precarização (como já afirmamos anteriormente), no caso brasileiro, remonta a década de 70, do século passado, onde inicia-se processos de reestruturações produtivas e expansão do desemprego estrutural, entre outras formas de intensificação e exploração do trabalho.

Portanto, a precarização do trabalho hoje está impregnada e consolidada nas relações contidas na valorização do capital, o qual terminou por constituir um controle sobre o “processo sócio-metabólico de reprodução material”<sup>38</sup>. Esse controle termina por consolidar uma dominação de segunda ordem ou segunda natureza, na qual os seres humanos estão a serviço do processo do capital, tudo e todos estão contidos nesse sistema, como bem descreve Mészáros em seu brilhante e abrangente livro “Para Além do Capital”<sup>39</sup>.

Assim, pensar nas atividades de rua nos dois contextos em voga em nossa pesquisa é incluir as determinações internas e externas contidas nessas atividades, é incluir elementos históricos, ampliar a conceituação, é trabalhar com a noção de *trabalho precário, precariedade ou condição precária*. As determinações internas destas atividades de rua lhe são peculiares, como: a insegurança física no dia-a-dia de trabalho, incerteza de renda, exposição diária na rua, logo, passível de sofrer inferências cotidianas adversas (climáticas, violências urbanas entre outras). As externas, estas sim, de suma importância, pois se caracterizam como o principal elemento presente nos dois períodos, a saber, o controle (e perseguição) exercido pelo poder público municipal, que no século XIX, ficava por conta do corpo de polícia, e, hoje fica a cargo da polícia administrativa da prefeitura (denominado de Rapa).

---

<sup>38</sup> Para Mészáros (2002, p.29), o controle deste sociometabolismo feito pelo capital implica dizer, em linhas gerais, que o capital assume a feição aparente de um Ser reificador por excelência, que determina o mundo, cuja realização se dá pelo modo de produção capitalista, mas poderia ser feito por outro modo de produção, contanto que continuasse a retro-alimentar o capital, que é faminto por realizar-se e voltar a si e novamente realizar-se, em movimento contínuo.

<sup>39</sup> Conforme o autor (2002), no capitalismo altera-se a ordem de mediação do homem para com a natureza, altera-se a lógica de sociometabolismo, que estava atrelado para atender as necessidades vitais, calcadas no valor de uso das coisas, passa-se a ser regida pelo capital (cuja dimensão concreta e imediata é o capitalismo, apesar de que para o autor o *capital* é maior e independe do modo capitalista de produção, é anterior e posterior, mas isso é outra história), cujo fundamento central é produzir apenas para acumular, vigorando não mais a troca mediada apenas pelas necessidades vitais humanas (pelos excedentes individuais), mas sim, surge e hegemona-se a troca pelo equivalente geral (ouro, prata, dinheiro), quer dizer, a produção passa a ter por base e por finalidade o valor de troca, o valor de uso das mercadorias fica em segundo plano. Para Mészáros (Ibid., p.96), o capital é “(...) uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou parecer, caso não consiga se adaptar”. Ainda conforme o autor, o sistema regido por esta lógica societal do capital, “(...) sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira (...)” (loc. cit.), e, além disso, “O capital não é um ‘mecanismo’ racionalmente controlável, (...) mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico.” (loc. cit.).

Vamos penetrar agora, em linhas gerais, no contexto social, econômico e político do Brasil do final do século XIX, o qual servirá como o *pano de fundo* para o entendimento dos trabalhadores de rua de Salvador do período. Uma sociedade ainda escravista, Imperial, com resquícios coloniais, marcada pelas influências européias (principalmente, França e Inglaterra), que inspirava e ditava os costumes modernos e ditos civilizados. Influências estas que terminaram por funcionar como verdadeiros códigos de condutas, fonte exímia de moralidade e civilidade.

Outra grande marca do período foi a predominância das relações patriarcais, onde o mundo público era restrito a servir pequenos grupos (sob hegemonia masculina), constituído por uma *elite branca*<sup>40</sup>, que tentava fazer do país sua imagem e semelhança, ou melhor, imagem e semelhança do mundo europeu, principalmente para servir como uma fonte barata e numerosa de riquezas e benesses.

Essa mesma elite nacional branca contraditoriamente, *usava e rebaixava* os negros e mestiços<sup>41</sup>, isto é, ao mesmo tempo em que os utilizavam para o trabalho e dependiam de seus serviços, principalmente os de rua, os quais movimentavam o comércio e, indiretamente, movia as grandes cidades do país; fazia-se também rebaixar-los as mais ultrajantes condições sub-humanas, precárias, por vezes, institucionalizando preconceitos raciais e étnicos, como reservando locais, escolas e empregos públicos para si, afirmando *aos quatro cantos* que o negro era descendente de raça inferior, dotado de incapacidade imanente, entre outras aberrações elitistas similares<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Este termo é utilizado aqui mais como uma nomeação do que como uma categoria teórica, mesmo porque, entendemos que esta elite era uma fração da classe dominante, portanto, em nenhum momento queremos aqui utilizá-la como substituto da classe. Utilizamos-a mais como uma forma de estabelecer um diálogo com os estudos da historiografia brasileira, sem entrar em debates teóricos ou negação da concepção de classe, fora disso.

<sup>41</sup> Esses negros e mestiços não eram apenas escravos. Na verdade, nos anos próximos da abolição havia uma gama razoável de negros e mestiços livres/libertos como veremos no decorrer desta pesquisa.

<sup>42</sup> Inúmeros estudiosos terminaram servindo como base para tais afirmações, que serviram como supostas provas cabais, como foi o caso de Lombroso e Nina Rodrigues, via estudos de craniometria, ou ainda, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Oliveira Viana, que valendo-se da concepção de degenerescência das raças, tentaram também inferiorizar os negros e mestiços, entre outros estudos e autores, que não tardaram muito e foram felizmente esquecidos e ultrapassados. Para uma melhor compreensão desse processo ver: SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**.

Esse mundo branco elitista do final do século XIX afastava, propositadamente, os negros e mestiços do seu espaço de convivência e lazer, colocando-os *em seu lugar*, quando não no eito, no caso das fazendas, obrigavam-nos aos trabalhos de rua, *de ganho*, no caso das cidades. Esses negros e mestiços eram comumente largados em um mundo à parte, fora das benesses, benfeitorias, cargos públicos importantes – salvo raras exceções, principalmente, no caso dos mestiços<sup>43</sup> –, e progressos econômicos do sistema agrário-exportador. Eram deixados, portanto, longe das pompas e honrarias da corte e da nobreza – dos barões e baronesas, dos cafeicultores expansionistas do sul/sudeste e dos usineiros decadentes, do nordeste –, do ilustrado mundo branco, a não ser que sua presença se *fizesse e fosse super requisitada para servir* nos mais variados serviços especializados (como pedreiro, pintor, funileiro, carpina, entre outros) ou como os tão comuns serviços domésticos (mucama, amas de leite, cozinheira, capanga, entre outros). Portanto, essa divisão em dois mundos marcou o século XIX no Brasil e foi bem sentida no início da república brasileira, até hoje existem marcas desta separação – essa, no entanto, é uma polêmica que não compete aos nossos objetivos. Vamos, porém, adentrar nesse Brasil de finais do século XIX.

---

São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e, SKIDMORTE, Thomas. **Preto no branco**: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>43</sup> Parecem ter havido também casos de africanos/negros que conseguiram obter melhores condições de vida e até a ter escravos sob seu poder, chegavam em alguns casos até a emprestar dinheiro a seus senhores ou ex-senhores, sobre isto ver PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

## CAPÍTULO 2 – ESCRAVIDÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA EUROPA

A sociedade brasileira no século XIX estava calcada na comercialização (exportação) de açúcar, via engenhos, e no incipiente cultivo do café que passava a se apresentar como um elemento forte. Ambas as culturas eram sustentadas pela escravidão africana<sup>44</sup>. O primeiro (o açúcar) vai entrar em declínio ao longo deste século, primordialmente, por dois motivos: o enfraquecimento do tráfico negreiro (o custo da aquisição de um escravo ficava muito alto, principalmente com a proibição do tráfico em 1850<sup>45</sup>, por determinações da Inglaterra) e a produção de açúcar na Holanda (das

---

<sup>44</sup> Também se utilizou da Escravidão do índio, só que esta foi substituída pelo negro, até finais do século XVII, pois este era comercialmente mais rentável para Metrópole, que o adquiria com quinquilharias e pequenos produtos semi-faturados, quer dizer, obtinha-se maiores lucros com o tráfico do negro. Em relação ao índio usou-se de teorias preconceituosas que diziam que este era inapto para o trabalho. Dizia-se que “(...) o índio sofria de ingênita animadversão ou inadaptação ao trabalho sedentário. As missões jesuíticas são a própria prova desta falácia. Nelas o índio desempenhou excelentemente todos os misteres agrícolas, pastoris, extrativistas e artesanais. Isto se deveu ao fato dos jesuítas não o terem tratado como simples máquina de trabalho.” (FREITAS,1991, p.22). Na verdade, conforme o autor, usou-se do índio na escravidão de modo abusivo. Conforme o autor: “No que respeita à falada mortalidade dos índios, sabe-se hoje que ela provinha menos das doenças transmitidas pelos europeus do que do esgotamento provocado pelo excesso de trabalho” (1991, p.23). Neste trabalho, no entanto, iremos fazer referência apenas à escravidão do africano, por ser esta ligada diretamente a uma parte importante desta pesquisa, a saber, aos trabalhadores de rua, de Salvador, do final do Século XIX.

<sup>45</sup> A Lei que proibia o tráfico de escravos para o Brasil é anterior a 1850, mas só se efetiva neste período (1850). Conforme Freitas (op. cit., p.90), “Em 7 de novembro de 1831 promulgaram a lei que proibia a importação de escravos, mas remancharam até a metade do século sua efetiva execução. Nos vinte anos subseqüentes, o Brasil importou cerca de 550.000 escravos, proporcionando aos traficantes o maior lucro da história, calculado em 1.500%.” Ainda segundo o autor, o “(...) último desembarque de escravos parece ter ocorrido em Serinhaém, Pernambuco, em 13 de outubro de 1855.” (op. cit., p.95). De acordo com o autor, somente com a pressão inglesa conseguiu-se extinguir o tráfico de escravos, para este desde “(...) meados de 1850 a marinha inglesa passou a fazer a repressão ao tráfico nas águas e portos brasileiros, apreendendo ou destruindo os navios negreiros. Sob o troar das canhoneiras inglesas, o parlamento escravocrata votou em 4 de setembro de 1850 lei que adotava medidas drásticas para acabar com o tráfico (...)” (loc. cit.). No entanto, a pressão contra o tráfico vinha de longe, antes mesmo de 1850. Conforme Lyra (1994, p.35), a “(...) situação do Estado Português, face à mensagem das Luzes [do iluminismo e sua condenação ao trabalho compulsório nas colônias] era bastante incômoda. Dependente economicamente da produção colonial, a metrópole portuguesa temia, mas do que as outras, o alastramento do ideal de liberdade nos domínios ultramarinos.”

Antilhas)<sup>46</sup>. Nos engenhos (e nas usinas) decadentes, mesmo antes da abolição, restringiu-se a adoção de força-de-trabalho livre nacional, principalmente devido à redução do número de escravos africanos disponíveis e pela irrisória quantidade de imigrantes que se deslocavam para o nordeste<sup>47</sup>. Já o segundo (o café), por sua vez, vai se expandir no sul e sudeste, tornando-se o principal produto nacional. Nestas lavouras inicia-se também a utilização de trabalhadores livres assalariados, apenas com uma ressalva, tratava-se, em sua maioria, de uma força-de-trabalho estrangeira, pois a nacional, ex-escrava, era considerada

---

<sup>46</sup> Conforme Freitas (op. cit., p.98), “(...) as medidas restritivas ao tráfico adotadas no tratado entre João VI e a Inglaterra, determinaram uma alta considerável nos preços dos escravos. Com isso, reduziu-se a capacidade de compra de escravos por parte do Nordeste. Ainda antes de 1831, a região participava em apenas 30% do total de escravos importados, ao passo que as regiões cafeeiras se tinham transformado nos maiores importadores do Brasil.” Ainda segundo o autor, na “(...) década de 1821/30, o café já contribuía com 18,4% do valor das exportações, contra 30% do açúcar e 20,6% do algodão (...). No ano da efetiva supressão do tráfico [1850], o café participava em quase 49% das exportações; o açúcar e o algodão haviam baixado, respectivamente, para 21% e 6%. A carreira ascendente do café prosseguiu. Na década de 1871/80, representou cerca de 57% do valor das exportações (...). Na última década da escravidão, 1881/90, o café produziu 61,5% da receita das exportações, contra 9,9% do açúcar e 4,2% do algodão.” (op. cit., p.97 e 98).

<sup>47</sup> A opção portuguesa pela cana-de-açúcar/açúcar, segundo Lopez (1981, p.34), “(...) tratava-se de um artigo com amplas chances de mercado na Europa, sua obtenção, naquela época, era difícil, já que se constituía numa especiaria que vinha do Oriente e dependia de um comércio que, além de muito oneroso, não era freqüente o bastante para atender a uma crescente demanda.” Ainda segundo o autor, a “(...) engrenagem da produção açucareira era tão complexa que Antonil, muito justamente, falou em ‘fábrica’ ao referir-se a ela. Com efeito, a cana não era só plantada como ainda transformada em açúcar no próprio latifúndio. Para tal, existia o engenho, constituído de moenda, caldeira e casa de purgar (onde o açúcar era branqueado). O proprietário que não tinha engenho pagava com metade da colheita para moer no engenho de outrem. Quem arrendava uma terra de um latifundiário tinha o compromisso de moer a cana somente no engenho deste e, obviamente, pagava com metade da colheita, afora o que era cobrado a título de aluguel” (op. cit., p.35). Ainda sobre engenhos de açúcar do nordeste, ver EISENBERG, Peter. **Homens Esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, que entre outras coisas retrata um pouco da transição para o trabalho livre, evidenciando que o maior beneficiado com esse processo era os fazendeiros (ex-senhores de escravos) e tenta justificar o relativo atraso do Nordeste, como sendo decorrente da falta do braço imigrante nacional e estrangeiro em grandes quantidades para as fazendas de açúcar.

como *vadia e inapta*<sup>48</sup> para o trabalho regular, mas isso não quer dizer que não se valeu destes trabalhadores em certas fazendas ou em períodos finais do século XIX<sup>49</sup>.

Conforme Lamounier (1988, p. 19 e 20), referindo-se à meados do século XIX, em que já vigorava a proibição inglesa/brasileira do tráfico de escravos, onde por isso, o custo de aquisição deste tipo de trabalhador estava por demais oneroso e arriscado, vivia-se no Brasil, principalmente em São Paulo, um momento de:

(...) desarticulação da organização do trabalho fundada na escravidão, com as lavouras de café em pleno desenvolvimento na Província de São Paulo, numa época em que se tornava cada vez mais difícil a aquisição de escravos, a questão que se impunha dizia respeito não apenas a uma nova fonte de trabalho que substituísse os escravos, mas **principalmente à organização e controle** efetivos dos braços disponíveis para a ‘grande lavoura’ – fossem estes braços nacionais, europeus, chineses, libertos ou ingênuos. [grifo nosso].

Assim, no tocante à vinda de imigrantes/colonos para trabalhar nas lavouras de café do sudeste brasileiro, tivemos a figura do Estado, via regulamentação de leis, como um dos

---

<sup>48</sup> Para Arantes (2005, p.44), o “(...) ideal de civilização pressupunha integração a uma nova ordem produtiva onde os escravos não faziam mais parte da cena. O mundo do trabalho com sua nova lógica de controle **deveria absorver a grande massa de libertos**, transformando-os em trabalhadores livres. Era então preciso dar positividade ao conceito de trabalho – que até então era entendido como coisa de escravo e, por isso, aviltante – conferindo-lhe um sentido enobecedor, vinculá-lo à honra, à virtude, e à liberdade.” [grifo nosso]. Contudo, essa integração a nova ordem que advinha da Inglaterra foi feita lenta e tardiamente, sem mexer muito nos brios das elites agrário-exportadora do Brasil. Lentamente, foi-se incorporando força-de-trabalho estrangeira, que também foi explorada e usada para manter os ganhos dos fazendeiros, dos antigos senhores de escravos. Já a força-de-trabalho nacional (ex-escrava, liberta, majoritariamente negros e mestiços) terminou sendo, pouco a pouco, lançada no inferno da indigência e mendicância, aviltados pela sociedade branca da época. E a tal da positividade no ato de trabalho só passa a vigorar de fato no Brasil com a consolidação das leis do trabalho, na década de 40, do século XX, no governo de Getúlio Vargas.

<sup>49</sup> Não é objetivo desta pesquisa abraçar à passagem do trabalho escravo para o trabalho livre em Salvador, muito menos, no Brasil. Portanto, não se pretende de modo algum dar conta, no estudo proposto, desse período, denominado na historiografia brasileira de *período de transição*, principalmente, por ser esta uma questão por demais complexa e ainda passível de dúvidas e contraposições e que foge bastante as pretensões desta dissertação. Iremos nos restringir, pois, a contextualização da cidade de Salvador no período final do século XIX, para melhor situar as formas de trabalho de rua da época.

principais agenciadores e incentivadores de tais práticas, intervindo na regulamentação dos contratos de trabalho, os quais de modo parcial contribuía quase sempre para manutenção dos ganhos dos fazendeiros (cafeicultores), cobrindo inclusive as possíveis perdas com a introdução do trabalho do imigrante (como abandono das plantações, em busca de atividades próprias, entre outras perdas). Conforme a referida autora, a primeira lei que se tratou do trabalho livre, nacional e estrangeiro, no país foi de 13 de setembro de 1830, da qual segundo Lamounier:

(...) consta apenas de oito artigos que podem ser considerados simples e vagos. [já] A lei de 1837, mais complexa que a lei de 1830, compõe-se de dezessete artigos através dos quais se dão providências sobre os contratos de **locação de serviços de estrangeiros**. É manifestamente **uma política mais elaborada de atração e regulamentação do trabalho dos imigrantes**. (1988, p. 20, grifo nosso).

Em outros termos, o Estado brasileiro (Imperial) teve papel importante na formação do trabalho regular/livre no país, principalmente, via estímulo da vinda de imigrantes, retardando ao máximo a extinção da escravidão, e quando o fez, foi de modo lento e gradual. Além disso, a inserção de uma população nacional, ex-escrava, liberta, negra e mestiça, nas fileiras do trabalho livre foi sendo também deixado em segundo plano. Muitas vezes, estes ficavam fora dos círculos de inclusão social, colocados, assim, à margem do desenvolvimento do país ou inseridos de modo ainda indigno e subserviente. Dava-se maior preferência ao braço estrangeiro. Isto terminou por gerar inúmeros problemas sociais nas décadas seguintes, mas isso é outra história que certamente cobriria uma outra tese de dissertação. Por hora, retornemos às leis do final do século XIX.

Houve mais uma lei de locação de serviços, conforme Lamounier, que regulamenta o trabalho livre no Brasil, que por sinal foi a mais ampla do período. Trata-se da lei de 1879, que:

(...) minuciosamente, agora, em oitenta e seis artigos, das obrigações de locatários e locadores nacionais e estrangeiros. Contém artigos explícitos contra formas de resistência do trabalhador agrícola, e principalmente os tão desejados artigos antigreves: com a lei, se a recusa ou ausência do trabalho fosse coletiva, os infratores seriam detidos até o julgamento, que com urgência seria promovido num único processo. (1988, p.20).

Conforme a autora, a preocupação inicial de tal lei:

(...) centrava-se particularmente no trabalho dos estrangeiros e nas condições do sistema de parceria. Com (...) [a] Lei do Ventre Livre há uma alteração significativa no conteúdo das propostas. A preocupação deslocase também para os nacionais, libertos e escravos, numa tentativa de cobrir o mais amplamente possível com a legislação as relações de trabalho. (1988, p.163).

Ainda segundo a autora, esta lei buscava também a: “(...) **extinção do trabalho escravo de modo gradual e seguro** e a constituição de um mercado de trabalho livre, sem prejuízos para a lavoura.” (1988, p.163, grifo nosso).

Para Lamounier, referente à questão da transição para o trabalho livre, havia pelo menos duas posições divergentes, a saber:

De um lado postavam-se aqueles que, confiando e exigindo a manutenção dos compromissos assumidos com a Lei do Ventre Livre, de uma abolição lenta e gradual, reivindicavam **uma legislação mais rigorosa que combatesse a aversão da população local ao trabalho, incentivando-a na disciplina e estabilidade, e garantisse o trabalho dos**

**libertos. Representando interesses de várias províncias, inclusive de São Paulo**, justificavam sua posição enfatizando o fracasso das experiências particulares com a imigração européia, seus altos custos e os movimentos grevistas de então, e o abalo das condições estabelecidas com a Lei do Ventre Livre pelo crescimento do movimento abolicionista e os movimentos de resistência dos escravos. De outro lado, representando interesses do promissor oeste paulista, postavam-se aqueles que propunham um programa de **imigração subvencionada**, principalmente, por considerarem arriscado depender do trabalho dos ex-escravos e nacionais. Decerto, para ambas, garantir uma mão-de-obra estável, disciplinada e barata era medida urgente e necessária. (1988, p.164, grifo nosso).

Portanto, o Estado Imperial brasileiro esteve diretamente ligado com a introdução de formas de trabalho regular/livre, intervindo para regulamentar e contribuir na manutenção e consolidação de direitos e privilégios, principalmente, para a classe dos fazendeiros do café, que estava em franco processo de expansão econômica, em um Brasil ainda escravista<sup>50</sup> e agrário-exportador, conectado com o desenvolvimento capitalista europeu. Conexão essa, antes via Metrópole (pacto colonial), depois de modo menos dependente e atrasado, no sentido da formação de um Estado Nacional, que só obterá êxito no século XX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial no país, porém, por hora, voltemos para o século XIX.

O Brasil do século XIX era um país de base latifundiária, vivendo ainda em uma economia de base escravista<sup>51</sup>, em processo de declínio, sustentada na monocultura para

---

<sup>50</sup> Segundo Freitas (op. cit., p.09), referindo-se ao escravismo brasileiro, afirma que: “Em nenhum outro país do Novo Mundo, teve a instituição [escravidão] vida tão longa. Implantada logo no início da colonização, apenas foi suprimida formalmente nos fins do século XIX. Nos tempos modernos, o Brasil se singularizou como último país do mundo a aboli-la.” Ainda conforme o autor: “Nenhum outro país teve sua história tão modelada e condicionada pelo escravismo, em todos os aspectos – econômico, social, cultural. Pode-se dizer que a escravatura delineou o perfil histórico do Brasil e produziu a matriz da sua configuração social” (op. cit., p.11).

<sup>51</sup> Era uma economia estruturada sob o trabalho escravo à serviço do enriquecimento da Metrópole. Não se viveu no Brasil um modo de produção à parte, autônomo, como o “escravismo colonial” proposto por Gorender em “O escravismo Colonial”, muito menos, um regime feudal, defendido por Guimarães em “Quatro Séculos de Latifúndio”. Por um lado, a escravidão brasileira estava conectada/integrada ao processo

exportação, baseada em relações patriarcais, com fortes estruturas de poder viciadas a servir grupos economicamente dominantes, em que o privado prevalecia em relação ao público, e as conseqüências da escravidão eram sentidas na *pele*. Ser de cor preta era ser taxado de inferior, sujo, africano, prevalecendo o tom pejorativo<sup>52</sup>. Isso foi vivido e vivenciado, em especial, nas ruas do Rio de Janeiro e de Salvador, pois naquele contexto essas duas cidades eram ocupadas por *negros* que labutavam e resistiam na lida diária das ruas<sup>53</sup>.

---

de acumulação primitiva que já se desenvolvia na Europa. Por outro lado, não tivemos aqui servos da gleba e sim escravos vendidos e comprados como mercadoria, fonte de lucro, independente da terra. Assim, não somos caudatários de nenhuma das duas concepções. Segundo a concepção de Gorender, viveu-se no país um regime colonial a serviço do enriquecimento da Metrópole, com comércio exclusivo. Porém, percebe-se que Gorender não avança em sua formulação para compreender que esta relação colonial servia também ao nascente processo de acumulação primitiva europeu, que estava saindo do capitalismo comercial e iniciando a fase da manufatura e da indústria, que se evidenciará no final do século XVIII. Assim como, vai passar a servir para a acumulação capitalista no Brasil, ainda que tardiamente (veremos essa discussão no final do presente capítulo). Já para Guimarães (1989, p.29), o Brasil pós-descobrimento, vivia um “feudalismo colonial”, o qual por não contar com o servo da gleba que fornecia uma produtividade no trabalho bastante superior, por sua condição mais livre, teve que regredir ao escravismo, “(...) compensando a relativa perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo [Brasil] e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra.” Para o referido autor, não se adotou no Brasil o modelo que se vivia na Europa, o mercantilismo, mas seguiu-se as mesmas fases de desenvolvimento econômico europeu: *escravidão, feudalismo e capitalismo*. De fato, para Guimarães (op. cit., p.22), o que houve na formação do sistema colonial brasileiro foi à transposição dos elementos regressivos do país dominante [Portugal], o que “(...) de fato inevitavelmente acontece (...)”. Para finalizar, faz-se aqui interessante citar mais um autor, Lopez (1981), que vem também, como fez Gorender, contrapor-se ao Feudalismo no Brasil. Vejamos: “Não se pode negar que, vistos superficialmente, capitânicas hereditárias e sistema feudal se assemelham. Todavia, se aprofundarmos a análise, notaremos diferenças significativas. O feudalismo possuía todo um ritual de compromissos entrelaçados e hierarquias envolvendo suserano-vassalo e senhor-servo que inexistia no sistema de capitânicas. Por outro lado, a base econômica das capitânicas visava uma **integração ao colonialismo mercantilista da época**, ao passo que a economia feudal possuía normalmente uma característica estática, auto-suficiente e fechada. Em resumo, talvez se possa dizer que a descentralização inerente ao sistema das capitânicas foi uma questão circunstancial, enquanto que a descentralização do feudalismo foi estrutural.” (LOPEZ, 1981, p.30, grifo nosso). Retomaremos a esse debate no final do capítulo.

<sup>52</sup> Quer dizer, uma questão por si só contraditória, já que foi este, o negro, o componente formador do Brasil, como afirma Lopez (op. cit., p.42), vejamos: “O negro foi a base do sistema colonial brasileiro. Permitiu a estruturação do latifúndio mercantil. Trabalhou no fumo, no algodão e na mineração. Praticou a agricultura de subsistência, exerceu ofícios variados e fez o serviço doméstico. **Mais do que pés e mãos do engenho, foi pés e mãos do Brasil.**” [grifo nosso].

<sup>53</sup> Referente ao Rio de Janeiro, ver: SILVA, Marilene Rosa N da. **O Escravo ao Ganho**- uma nova face da escravidão. Rio de Janeiro, 1986; SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, 1988; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Escravos e Cometas**: movimentos sociais na década da abolição. São Paulo, 1991. Referente à Salvador, ver: CAMPOS, J. da Silva. **Ligeiras Notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia**. Salvador, 1943. ; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890 – 1937). Salvador: **Afro-Ásia**, 21-22, 1998, 1999, p. 239-256; REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: **Afro-Ásia**. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.

Viver no Brasil daquela época, era conviver em espaços definidos para cada grupo social. Era uma sociedade estratificada, onde o branco tinha plenos poderes e o *homem de cor* era constantemente vigiado ou controlado para não ferir os brios da elite dominante escravista<sup>54</sup>. Aqui, talvez, uma categoria social nova tenha tido certa influência na quebra de determinados estigmas e preconceitos ou *na manutenção de relações patrimoniais* foi o caso do “mulato” que, para Ianni (1962), é “(...) um produto dialético, negação do escravo e do senhor, e, em decorrência um dos agentes de destruição da escravatura. Como categoria que resulta da interação dos extremos assimétricos da ordem vigente (...)” (p.197). Os espaços ocupados pelo mulato invertem determinadas posições doravantes apenas ocupadas por brancos. Devido a isso, percebe-se na sociedade brasileira do século XIX algum reflexo em sua estrutura social e de poder, o negro ou o mestiço passam a conquistar espaços. Porém, nem sempre esses espaços eram de auto-valorização de si (mestiço), muitas vezes, era a simples tentativa de chegar o mais próximo *possível* da condição social do outro (do branco, do dominante, visto como esteticamente *belo e racialmente superior*<sup>55</sup>).

Enfim, essas lutas étnicas são travadas até o momento atual, numa tentativa de se tentar reverter anos de exploração e subjugação impostos pelos *brancos*, que além de ter ocupado os postos centrais da economia do país, foram ao longo do tempo revezando o poder econômico e por extensão o político.

Retomando a contextualização proposta neste capítulo, o Brasil vivia, em pleno século XIX, sob à égide de uma *elite branca*, a qual se sustentava hierarquicamente devido à supremacia econômica, que vinha desde as sesmarias, onde se barganhou grandes pedaços

---

<sup>54</sup> Na história da formação do Brasil viveu-se inúmeras truculências, entre elas, a que controlou, perseguiu e exterminou inúmeros índios e negros ao longo dos anos, como bem afirma Lopez (op. cit., p.20), “(...) não resta a menor dúvida de que o legado do índio e do negro foi limitado e, além do mais, adulterado pelo fato de ser preciso enquadrá-lo num contexto social em que o branco ditava as normas e impunha os valores. O negro e o índio foram constrangidos a adotar tais normas e valores em face da situação de submissão em que ficaram. Submetidos à violência física e cultural, negros e índios tiveram seus padrões de comportamento e existência aviltados e [em alguns casos] até destruídos.”

<sup>55</sup> Sobre essa questão da raça, ou melhor, superando essa concepção preconceituosa da existência de raças diferentes e partindo para uma compreensão muito mais lúcida e abrangente, a qual, a concepção de raça é uma só, raça humana, e indo pelo caminho do debate entorno de questões culturais e étnicas, ver: Guimarães, Antônio Sérgio, entre outros livros: “Classes, raças e democracia”, 2002; “Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil”, 2000; e, “Racismo e anti-racismo no Brasil”, 1999.

de terra ao longo do vasto território brasileiro, formando potentados latifúndios, passados de geração para geração, formando diversos Barões ao longo dos anos. Esse poderio econômico cresce e se alastra por outras esferas, principalmente a esfera política, participando inclusive da formação do Estado nacional brasileiro (Império), muito mais voltado para os aspectos técnicos e burocráticos do que para a formação de uma *nação brasileira* integrada e democrática. Esta elite passa a gerir os caminhos e descaminhos do país. Para isso, terminou por consolidar dois mundos: o dos brancos e o dos negros, como afirma Fernandes (1972), “O mundo dos brancos foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida. O mundo dos negros ficou praticamente à margem desses processos sócio-econômicos (...)” (p.85). Esses mundos não são necessariamente rígidos, muito pelo contrário, eles até tenderam a misturarem-se com o passar dos anos, mas, em pleno século XIX, eles configuraram-se como verdadeiros estratos sociais estanques um dos outro.

Essa elite nacional, formada principalmente pelas oligarquias (do nordeste açucareiro decadente e do sul/sudeste cafeeiro expansivo), lança o país nos trilhos do progresso econômico que passava pelo modelo europeu de civilização<sup>56</sup>. A idéia era civilizar o Brasil e construir uma Nação moderna e capitalista. Este progresso, a princípio, demora a ser sentido no país. Somente nos anos 30 do século seguinte é que começa a dar os seus primeiros sinais, efetivamente por uma transformação econômica (o início da industrialização pesada) e pela consolidação do Estado Nacional (assimétrico entre os Estados federados brasileiros)<sup>57</sup>.

Essa elite brasileira era uma elite *letrada, ilustrada e laica*, que se desenvolvera no país como verdadeiros agentes de um processo de modernização, mesmo que tenha sido

---

<sup>56</sup> “(...) sob o impulso da modernização e civilização dos costumes, as elites brasileiras pretenderam estabelecer um reordenamento físico das cidades, higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos [menores desvalidos, moleques de rua, mendigos e vadios] que não se adequavam à nova ordem.” (FRAGA FILHO, 1996, p. 179). Nesse contexto, surgem teorias higiênistas e de branqueamento, para tentar dar uma nova cara ao país, partindo da premissa de que os brancos compunham uma suposta *raça superior*.

<sup>57</sup> Somente em meados do século XX é que inaugura-se o capitalismo industrial brasileiro.

uma modernização atrasada, pelo alto, por si só conservadora, como resultante de um contexto de crise econômica e social. Será essa elite a própria impulsionadora da transição de um regime colonial para um Estado nacional brasileiro. Para tanto incentivaram a formação do trabalho assalariado, livre, através principalmente da migração para o Sul e Sudeste do Brasil, apoiando tardiamente a abolição do trabalho escravo, que já se configurava como uma exigência internacional<sup>58</sup>. Para Fernandes (1976), a “(...)‘era da modernização do Brasil’ não aparece como um fenômeno maduro da evolução interna do mercado capitalista moderno; ela se configura como a crise política do antigo sistema colonial.” (p.07).

Essa elite nacional brasileira, vai a partir de 1822 (com a independência), colocar o país em um novo patamar de relação comercial com as antigas metrópoles européias. De 1822 em diante, para Fernandes (1976, p.19), começa-se um processo revolucionário no Brasil iniciado pela burguesia nascente (composta pela aristocracia rural, cafeeira em especial) é que “(...) partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado”<sup>59</sup>.

Com isso, o Brasil passa a entrar na nova ordem econômica internacional. Esta que já havia saído da fase do capitalismo comercial para uma fase de capitalismo industrial. O Brasil vai a reboque (lento e gradual)<sup>60</sup>, deixando de ser apenas um sistema colonial<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> Para Costa (1989, p.29), a partir das novas condições [internacionais], a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante, passando a ser alvo de crítica dos novos grupos sociais menos comprometidos com esse sistema e que a derrocada da escravidão não foi somente por questões externas, mas também pelas mudanças ideológicas e as lutas políticas do período [campanhas abolicionistas].

<sup>59</sup> Para Fernandes (1976, p.27), o estatuto colonial mantinha os móveis do capitalismo inerte no Brasil.

<sup>60</sup> Ver Caio Prado Júnior. **História Econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.123. Conforme o autor “(...) a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (op. cit., p.25).

<sup>61</sup> O Brasil no período colonial não foi um regime escravista colonial, como afirmara Gorender (2001), foi mais além que isso, foi já um incipiente sistema capitalista comercial. A colônia brasileira era fonte de riquezas para a metrópole. Esta recebia essas riquezas (minérios, açúcar...) e as transformava em capital. “O capitalismo comercial [europeu] provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial.

criado para servir o mercantilismo (europeu), para tentar servir a seu próprio desenvolvimento, enquanto uma burguesia nacional. Era o início do desenvolvimento capitalista brasileiro, baseado no comércio internacional. Estavam dadas as cartas para a elite nacional brasileira.

Dessa forma, o Brasil, ao passo que estava preso ainda nos grilhões da escravidão ou pelo menos era constituído por essa forma de trabalho, estava também conectado com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Inclusive essa participação do Brasil no capitalismo internacional já vinha desde o mais remoto período colonial<sup>62</sup>, no qual o Brasil fornecia matérias-primas para o mercado expansionista. E, é justamente devido a essa conexão que o país vai freneticamente querer abandonar seu estigma colonial escravista, em meados do século XIX, para se inserir na esfera capitalista comercial autônoma<sup>63</sup>.

Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadoria, engendrava uma forma específica de capitalização. No fim, o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais” (FERNANDES, 1976, p. 24 e 25). “(...) a colônia não estava ‘marginalizada’ porém, antes, desempenhava um duplo papel a saber: fonte de superlucros e reserva de mercado para o capitalismo europeu.” (PERRUCCI, 1981, p.34). Para Perruci (1981, p.34 e 35), o Brasil desempenhava um papel de “complementariedade” para a Europa, estando, portanto, conectada com o capitalismo expansionista internacional da era comercial/mercantilista. Algo que Caio Prado Júnior já havia constatado na década de 40, quando afirma: o sentido da colonização era a exploração comercial (1945, p.26). Conforme Prado, o Brasil se constitui “(...) para fornecer açúcar, tabaco, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu (...). É com tal objetivo, objetivo exterior voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse naquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (...). Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio (...)” (loc. cit.). Ainda segundo Caio Prado (1945, p.120), o Brasil continuava desde o início da colonização “(...) aquela mesma colônia visceralmente ligada (...) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio”.

<sup>62</sup> Conforme Lopez (op. cit., p.15 e 16), “O colonialismo envolve um relacionamento bilateral que beneficia inteiramente um lado (metrópole) em detrimento do outro (colônia). A metrópole é o componente ativo, dinâmico: impõe e determina, é o fulcro da decisão. A colônia é o componente passivo, submisso. Aceita e imita os valores da metrópole, é a área periférica no contexto do sistema. No colonialismo se estabelece um binômio que interage reciprocamente: dominação (metrópole) e dependência (colônia). E todos os elementos correlatos só têm um objetivo, o de assegurar a continuidade desse binômio montado em cima de uma base econômica”.

<sup>63</sup> Segundo Freitas (op. cit., p.24 e 25), “O mecanismo [do comércio colonial] foi, nos três primeiros séculos, esquematicamente, o seguinte: trocar manufaturas baratas por negros na costa ocidental da África; permutar os negros por matérias-primas nas colônias americanas; por fim, vender as matérias-primas na Europa a altos preços (...). Comércio de resultados fantásticos em que o lucro nunca ficava por menos de 300% e podia em certos casos render até 600%. Foi este comércio que fomentou a produção manufatureira europeia e propiciou a acumulação de capitais que havia de financiar a Revolução Industrial. O que lhe conferia uma taxa tão desmedidamente alta de lucro era a obtenção das matérias-primas americanas com uma moeda extremamente barata – o negro.” Somos, de um modo geral, afins a essa interpretação (voltaremos a ela mais adiante), –

Havia no país a junção de dois elementos: de um lado, o revolucionário (inovador), que mudou o sistema jurídico-político do país, saiu-se do sistema colonial para a formação de um Estado Nacional autônomo, via elites nacionais (aristocracia rural, cafeeira), que “(...) atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram conscientemente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social” (FERNANDES, 1976, p.32). De outro lado, o elemento conservador (velho), reminiscência do antigo regime, que através do seu substrato material, social e moral terminou por “(...) servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.” (FERNANDES, 1976, p.33).

A formação do Estado Nacional brasileiro, conforme Fernandes (1976, p. 36 e 37), esteve diretamente ligada à ideologia liberal (o elemento modernizante). O liberalismo foi decisivo no nível de adaptação dos agentes econômicos nacionais aos mecanismos do mercado internacional. Este constituía uma das forças que trabalharam pelo sepultamento do passado colonial.

Assim, o Estado Nacional brasileiro fundou-se sob dois pilares, forças tradicionais (patrimoniais) e uma ordem legal inovadora (o liberalismo)<sup>64</sup>. Contudo, ainda segundo Fernandes (1976), o

(...) que ocorreu com o Estado nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento da dominação patrimonialista ao nível político (...). Enquanto

---

apenas vale frisar que o maior beneficiado com esse comércio Triangular (Metrópole – África – Colônias) era a Metrópole, como afirma o próprio autor: “O mercantilismo português criara um sistema de produção de riquezas que havia de fazer a fortuna e a prosperidade da Europa Ocidental.” (op. cit., p.27).

<sup>64</sup> “(...) a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma ‘revolução dentro da ordem’).” (FERNANDES, 1976, p.55).

“A implantação de um Estado nacional independente constituía a única via pela qual se poderia romper o bloqueio à autonomia e à plena auto-realização dos estamentos senhoriais; e fornecia-lhes, ao mesmo tempo, o caminho mais fácil e rápido para a extensão do patrimonialismo do nível doméstico, da unidade de produção e da localidade para o da ‘comunidade estamental’, da sociedade global e do comportamento político.” (FERNANDES, 1976, p.57).

veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, **tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais.** (p.68, grifo nosso).

Dessa maneira, na formação desse Estado nacional e do mercado consumidor integrado com o capitalismo internacional, era preciso desenvolver o capitalismo no país, precisava-se, pois ter, de um lado, força-de-trabalho livre disponível e de outro, dinheiro para investir<sup>65</sup>. Era, o início do processo de formação das estruturas (ou ativação dos móveis como disse Fernandes, 1976) do capitalismo brasileiro (o momento originário)<sup>66</sup>.

Conforme Kowarick (1994, p.11), para a formação do capitalismo brasileiro era preciso:

Apropriação privada dos meios e instrumentos de produção, [que] ao gerar lucros por meio da confecção de bens para o mercado de consumo, constitui condição necessária para o surgimento do capitalismo. Mas, para que ele se concretize, esses processos de produção precisam estar articulados de modo a criar excedentes mediante uma modalidade específica de subjugar o trabalhador: este deve ser livre e expropriado, de forma que sua liberdade não encontre outra alternativa senão submeter-se ao capital. Em outras palavras, é necessário que haja a reprodução ampliada de uma relação social de produção baseada na exploração da força de trabalho.

---

<sup>65</sup> Dinheiro que vinha sendo acumulado com o regime de trabalho escravo.

<sup>66</sup> “A que se reduz, em última análise, a acumulação primitiva, a origem histórica do capital? Quando não é transformação direta de escravos e servos em assalariados, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho pessoal, próprio.” (MARX, 2002, p. 874).

Esse contexto do Brasil escravista de adoção do trabalho livre e formação de um pré-capitalismo brasileiro toma impulso, principalmente, a partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro internacional, proibição advinda da Inglaterra. Isso faz com que se intensifique o declínio do nordeste açucareiro e comece a faltar braços no sudeste cafeeiro, como vimos anteriormente, com a adoção de leis que estimulem e garantam a vinda e permanência do imigrante europeu. Disto, vão ocorrer migrações de escravos do nordeste para o sudeste e os barões do café vão passar a adotar mais intensamente a força de trabalho estrangeira, com o apoio do recém criado Estado nacional brasileiro<sup>67</sup>. Era o início da formação de um mercado de trabalhadores expropriados, aptos para vender-se como força de trabalho<sup>68</sup>.

Posteriormente, no final do século XIX, o regime de escravidão brasileira sofre outras baixas. Mais precisamente, em 28 de setembro de 1872, com a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco), a qual ditava que a partir daquela data tornavam-se livres os ingênuos, isto é, os filhos dos escravos nascidos no Brasil; e, em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea, que decreta em seu artigo 1º o fim da Escravidão no Brasil. Esses três momentos foram cruciais para inserir o país nos moldes mundiais de desenvolvimento do incipiente capitalismo comercial/industrial<sup>69</sup>, mas, no entanto, conforme Conrad (1975, p.27), citando Richard Graham, “(...) só em 1914 é que o Brasil começou verdadeiramente a modernizar-se”.

---

<sup>67</sup> O regime de parceria e de colonato fez, ao trazer imigrantes para o país, foi usar de uma força de trabalho que já vinha expropriada da Europa, e tratou ao máximo de deixá-la dependente, para permanecer sem ter outra forma autônoma de reproduzir-se socialmente, a não ser subjugar-se ao latifundiário. Referente ao sistema de parceria e colonato, ver: HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. “A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo”. In: **Revista Brasileira de História**, n.6, v.3, 1983.

<sup>68</sup> O caso dos trabalhadores brasileiros expropriados foi diferente da expropriação dos camponeses da Europa, no nascimento do capitalismo Europeu. Aqui, essa expropriação foi um processo de vários séculos e de várias gerações de famílias de negros e mestiços, que foram arrancados de sua nação e foram durante anos subjugados e postos em condições servis, sem nenhuma propriedade ou qualquer forma de reprodução social autônoma, a não ser se lançar como força de trabalho. Aliado a isso, os imigrantes tiveram papel importante na formação da composição da força de trabalho nacional.

<sup>69</sup> Do ponto de vista do Estado brasileiro, “(...) a revolução antiescravista e [depois] anti-monárquica dos anos de 1888 – 1891 representa a formação de um novo tipo de Estado de classe, o Estado burguês (...) um outro tipo de dominação de classe, a dominação política burguesa.” (SAES, 1981, p. 14).

Atrelado a essas leis contra o regime de escravidão, o Brasil fornece desde meados do século XIX incentivos para entrada de imigrantes<sup>70</sup>, principalmente, para as lavouras de café, com regime de parceria ou diretamente ao assalariamento. São italianos, poloneses, alemães, chineses, entre outros, que vêm para formar a gama de trabalhadores livres, cuja única forma de reproduzirem-se socialmente, de manterem-se vivos, é colocando-se como força de trabalho a espera de um comprador. Claro que essa gama de trabalhadores livres não é somente composta por imigrantes, tinha também uma importante parcela de nacionais, libertos, descendentes de escravos, negros, mulatos, pardos, cabras; enfim, uma população a qual havia sido durante anos desprovida de meios de sobrevivência autônomos, que viviam subjugados, escravizados, mas, contudo, agora tinham como único recurso de sobrevivência ingressar nas fileiras de trabalho livre assalariado capitalista.

Além desses trabalhadores nacionais que ingressavam no trabalho assalariado regular, tinham aqueles que viviam do trabalho de rua: carregadores, ganhadores, vendeiros, mercadores, entre outros, que volta e meia também constituíram uma parte dessa força de trabalho livre assalariada, nem que seja como exército de reserva (os quais serão melhor caracterizados no próximo capítulo). Destes, alguns ansiavam por obter um trabalho regular, o que às vezes ocorria, enquanto outros preferiam viver de atividades de rua a se sujeitar a trabalhos típicos de escravos. Para Cruz (1987, p.137), a “(...) recusa do segmento livre despossuído [expropriado] em incorporar as regras disciplinares do trabalho capitalista constitui-se em problema que a burguesia precisou enfrentar ao longo de todo o século XIX.” Segundo Fraga Filho (1996, p. 42), “Para muitos pobres mendigar era mais honroso do que fazer ‘trabalho de escravo’”, “(...) a mendicância podia resultar de uma opção ante outras alternativas de ocupação.” (1996, p.43).

Assim, a gama de trabalhadores livres que foi sendo composta no país pós-abolição, ou mesmo um pouco antes, era formada por imigrantes aptos ao trabalho e por negros e mestiços de passado escravista. Todavia, estes quase sempre eram esteriotipados

---

<sup>70</sup> “A opção arquitetada pelo grande fazendeiro do café foi a importação em massa de mão-de-obra, que, empobrecida na Europa, não tinha outra alternativa senão a de vender a preços aviltantes, sua força de trabalho.” (KOWARICK, 1994, p. 65).

como *vadios, preguiçosos e inaptos* ao trabalho assalariado, simplesmente por não quererem as mesmas condições de vida e de trabalho dantes ou por não aceitarem determinadas imposições. “Costumava-se caracterizá-lo [o trabalhador nacional] pela sua aversão ao trabalho e sua ociosidade natural. Vadio, ocioso, eis os qualitativos que se repetem em todos os tempos por todas as partes (...)” (COSTA, 1989, p.156).

A força de trabalho nacional livre fugia dos rigores da produção organizada, passando a “(...) ser visto pelos dominantes como corja inútil, ralé, instável, vadio que para nada servia (...) o desamor ao trabalho organizado serviu para fundamentar a ideologia da vadiagem e (...) para reforçar a ordem escravocrata, pois, como refugava o trabalho, era necessário que este fosse compulsório.” (KOWARICK, 1994, p. 105 e 106). O Estado brasileiro foi peça chave nesse processo de constituição da força de trabalho livre assalariada, seja subsidiando as imigrações, como também *impondo* normas de trabalho e negando cidadania a negros e mestiços<sup>71</sup>.

Essa população negra e mestiça brasileira que vai compor uma parte da classe de trabalhadores livres haviam sofrido dois crimes, como diz Bastide: “ ‘(...) se a escravidão é um crime, a sua supressão, sem a preparação preliminar das massas que vão ser jogadas à liberdade, é provavelmente um crime maior.’ ” (apud IANNI, 1962, p.256). Para Ianni (1962, p.256), não se criaram condições para uma socialização prospectiva para o escravo, assim eles ficaram despreparados psíquica e socialmente para os novos status, muitos permaneceram à margem do sistema econômico-social branco. Ainda, conforme Ianni (1962, p.275), o fim da escravidão revelou a real condição do escravo, “(...) sua condição de ‘coisa’, de membro de ‘raça inferior’, de ‘incapaz’ intelectual e moralmente um ser impossibilitado de absorver a civilização ‘branca’ contaminado pelo trabalho braçal, desqualificado socialmente.” Essa condição revelada principalmente pós-abolição é a imagem perpetrada pelo “mundo dos brancos” em relação aos negros. Isso não quer dizer que os negros ficaram passivos e inertes todo esse tempo. Muito pelo contrário, foram

---

<sup>71</sup> Tal qual aconteceu na Inglaterra, conforme Marx (2002, p.851), o Estado (inglês, em especial) deu apoio ao nascimento do capitalismo industrial, dando apoio à classe burguesa em ascensão, principalmente, no tocante a leis. No caso brasileiro, não foi muito diferente, basta ver o apoio dado ao traslado de imigrantes para abastecer as plantações de café do sul e sudeste do país.

inúmeras às revoltas, levantes e quilombos ao longo do período escravista<sup>72</sup>, e foram muitas as manifestações culturais e religiosas realizadas pelo povo negro e seus descendentes para afirmar sua identidade cultural e suas origens, algo que pode ser percebido até os dias atuais<sup>73</sup>. É interessante notar que essa repentina equiparação legal entre negros e brancos com a abolição, não destruiu de imediato o conjunto de valores que existia no período colonial. O negro permaneceu na situação de dependência, que só muito vagarosamente foi modificada (COSTA, 1989, p.13).

Para Conrad (1975, p.337), apesar da abolição ter sido uma grande vitória para os brasileiros, fonte de orgulho e grandeza, ainda assim não se tinha criado um ambiente em que os antigos escravos pudessem erguer-se rapidamente ao nível de prósperos participantes na vida nacional<sup>74</sup>.

Assim, o sistema escravista brasileiro ao longo dos séculos, juntamente, com a formação dos latifúndios, desde as sesmarias, serviu como fonte de enriquecimento da metrópole (e de países europeus), que usava do *pacto colonial* para acumular riquezas e ganhos, quer dizer, para realizar sua acumulação primitiva (originária) de capital, logo, para desenvolver o capitalismo<sup>75</sup>. A metrópole foi ao longo dos séculos se beneficiando com o chamado comércio Triangular (Portugal – África – Brasil), era um verdadeiro ciclo

---

<sup>72</sup> Para citar alguns exemplos desses movimentos ver: REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e Escravidão: lavadores pobres na crise do trabalho escravo 1830 – 1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987; GUIMARÃES, Carlos M. **A negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ícone, 1988; FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: história e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910**. Campinas: Tese de Doutorado em História (Unicamp), 2004, entre outros. Para Conrad (1975, p.18) “É difícil determinar até que ponto o espírito rebelde dos escravos contribuiu para a abolição, mas esse espírito foi crucial, certamente, durante a última fase do movimento antiescravatura. Na realidade, José Honório Rodrigues chegou à conclusão, confirmada pelo presente estudo, de que a abolição da escravatura brasileira não foi ‘uma dádiva dos senhores’, mas sim ‘uma conquista de escravos ajudados por aqueles cuja consciência iluminada os fez servir desinteressadamente à história.’ ” Outros exemplos de levantes e quilombos são citados no próximo capítulo.

<sup>73</sup> Conforme Bacelar, a “(...) política racista aliada ‘às patas do cavalo e dos sabres’ foi insuficiente para deter a disseminação das práticas culturais de origens africanas na Bahia.” (2001, p.39).

<sup>74</sup> “(...) mais de cem anos (...) desde a libertação dos recém-nascidos, milhões de seus descendentes ainda se vêem negada a igualdade de oportunidades, imaginada, para eles, pelos líderes abolicionistas.” (CONRAD, 1975, p.337).

<sup>75</sup> Para Marx (2002, p. 828), “(...) é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência.”

econômico a favor de Portugal<sup>76</sup>. Este pegava as riquezas minerais, depois vegetais, do Brasil, muitas vezes trocadas por escravos, depois vendia essas riquezas na Europa, em seguida, ia para África e levava produtos de consumo e bens não duráveis (manufaturados) e trocava por escravos, que seriam novamente vendidos (comercializados ou trocados) no Brasil, e o ciclo continuava; no fim, quem se beneficiava e transformava os produtos (as matérias-primas) advindas do Brasil em capital era Portugal<sup>77</sup>. Esse movimento só foi rompido, basicamente, por alguns conjuntos de elementos: a partir de 1822, com a independência do Brasil; com o aumento da produção de açúcar nas Antilhas em meados do século e, por fim, a proibição inglesa do tráfico de escravos a partir de 1850.

Dessa forma, a Escravidão (africana) no Brasil funcionou como um processo de Acumulação Primitiva da Europa<sup>78</sup> e tardiamente no próprio país, a partir de meados do século XIX.

Marx (2002, p.833-835) demonstra historicamente como foi se formando o capitalismo europeu, via Acumulação Primitiva, desde o século XV, que usando de um “processo violento”, usurpou, rapinou e traficou (fez colônias de exploração) para acumular dinheiro. E para o autor, o nascimento do capitalismo europeu, ou melhor, o processo de Acumulação Primitiva nasceu da classe burguesa, que em si foi revolucionária e, na época, estava desmontando o poderio feudal da nobreza (2002, p. 837 e 838). Já no caso brasileiro, a classe nascente burguesa (ou uma *congérie*) que desmontou o escravismo e o colonialismo brasileiro, essa burguesia nacional era composta pela aristocracia rural,

---

<sup>76</sup> Sobre o comércio colonial brasileiro ver Arruda, José Jobson. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

<sup>77</sup> Praticamente todo o período colonial de 1500 até 1822 e mais um pouco foi feito a serviço do processo de acumulação primitiva da Europa, da Inglaterra e dos países Ibéricos.

<sup>78</sup> Conforme Ianni (1988, p.17), viveu-se na história colonial brasileira um paradoxo “(...) ao mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada”. Também conforme Novais (1995, p.70), o Brasil vivia atrelado ao desenvolvimento capitalista europeu, para o autor “(...) a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil (...)”. Ainda para Novais, este período representa “(...) um processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretantes, a conotação do **sentido profundo da colonização: comercial e capitalista**, isto é, **elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno.**” (1995, p.70, grifo nosso).

principalmente a cafeeira (FERNANDES, 1976, p. 18-20), que desmontou o sistema escravista para construir as bases da sua acumulação de riquezas com o capitalismo industrial incipiente, que termina se consolidando em meados do século XX.

Assim, tem-se que entender essa *acumulação* como um processo que foi sendo posto ao longo dos séculos, na Europa, porém, no caso brasileiro só em meados do XIX que começa a dar os primeiros sinais, pois começa a ser gestado um mercado de trabalho livre nacional, composto por trabalhadores livres em dois sentidos: não eram parte dos meios de produção (como os escravos e os servos) e não eram também donos dos meios de produção (como o camponês autônomo). Esses trabalhadores eram, pois, livres (imigrantes ou nacionais), expropriados ou sem propriedade de meios de reprodução social autônomos. E o pós-abolição manteve os ex-escravos expropriados, sem posses autônomas de auto-reprodução. Quer dizer, o fim da abolição propiciou o surgimento de uma gama de livres disponíveis para o trabalho, por não ter outros meios de sobrevivência, e uma parcela de potentados *cafeicultores* com dinheiro, aptos a gerar mais dinheiro.

O caso brasileiro diferiu do europeu. Aqui não foi o camponês, a propriedade comunal, que foi dissolvida e expropriada. O próprio escravo africano já veio para o Brasil sem ter propriedade para ser expropriada, ele era a *propriedade*. A manutenção da escravidão contribuiu para perpetuação dessa condição subalterna e sem posses do escravo, mas claro que houve exceções. Assim como o escravo, de um modo geral, não ficou inerte, como uma *coisa*, ele lutou, resistiu e se agrupou em quilombos.

Destarte, a existência desses trabalhadores livres (imigrante e nacionais)<sup>79</sup>, restringiu-se em uma máxima: servir como força de trabalho para o incipiente capitalismo brasileiro. Isto define o momento onde duas espécies de donos de mercadorias se confrontam:

---

<sup>79</sup> É interessante frisar que esses trabalhadores que vão compor a “classe operária” brasileira “(...) não surgiu pronta e acabada do mecanismo espontâneo da economia, mas precisou ser ‘educada’ por meio de métodos de brutal coerção, sancionados pelo Estado.” (GORENDER, 2001, p. 75 e 76).

(...) de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho (...). (Marx, 2002, p.828).

Esse é, portanto, o momento que Marx denomina de “Acumulação Primitiva”<sup>80</sup> ou os primórdios da acumulação capitalista, algo que já havia ocorrido na ex-metrópole (Portugal) e na Europa.

É provável que essa entrada na esfera do capitalismo comercial e, depois, industrial não tenha sido um projeto nacional arquitetado, mas também não foi obra do acaso ou um tiro no escuro. Simplesmente, havia um desenvolvimento internacional que terminou por inserir o Brasil no curso mundial, via comércio internacional, mesmo que somente para servir como fonte de riqueza para a metrópole e, depois com a independência do Brasil, havia também no país uma elite nacional, em parte decadente, no caso das oligarquias rurais nordestinas, e em parte expansiva, as oligarquias do sul e sudeste. As duas encontravam-se com montante de dinheiro aptas a gerarem mais dinheiro (transformação de dinheiro em capital, via incipiente industrialização). Portanto, foram fatores externos e internos que impulsionaram tal desenvolvimento. Mas, certamente, elementos internos da mudança já sinalizavam para a nova fase.

Esse foi o momento fundante da formação do capitalismo brasileiro (capitalismo aqui entendido como formação comercial e em seguida industrial), momento em que deixamos de ser um país apenas escravista, existente apenas para o enriquecimento da Metrópole e começa um processo de desenvolvimento capitalista no próprio país, mesmo que tenha sido decorrente dos ganhos obtidos com as formas de trabalho escravas. Não se pode definir uma data precisa para tal acontecimento, mas pode-se supor, devido aos

---

<sup>80</sup> Para alguns autores já havia um processo de Acumulação Primitiva no Brasil desde o século XVI. Conforme Fragoso (2001, p.36), houve no Rio de Janeiro por volta do século XVI e XVII um processo de acumulação primitiva da economia de *plantation*. Não concordamos com essa hipótese, mas sabemos que se trata de uma questão passível de debates e novas interpretações. E não é objetivo deste trabalho resolver esta polêmica, nossa intenção aqui foi apenas contextualizar o Brasil de finais do século XIX.

acontecimentos históricos, que foi a partir da segunda metade do século XIX, com a formação incipiente de um mercado nacional de trabalhadores livres, composta pela força de trabalho estrangeira e pela participação de trabalhadores nacionais (libertos, mestiços).

Esse foi o momento do nosso salto para a formação econômica e social que é fundante, nas palavras de Marx: “(...) uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida.” (2002, p.827). A partir daquele momento entraríamos no “círculo vicioso” do capital. Para Marx, “Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira.” (2002, p.827).

Segundo Marx,

Aconteceu que a **elite** foi acumulando riquezas, e a **população vadia** ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfaltar, só tem para vender a própria força de trabalho. (2002, p. 827, grifo nosso).

Marx também escreve da seguinte forma sobre o momento de encontro dessas duas espécies de donos de mercadoria:

(...) o antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. **O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado.** (2002, p. 206, grifo nosso).

Para Marx, os trabalhadores que se emanciparam do feudalismo,

(...) só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias sociais que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. (2002, p. 829).

No caso brasileiro, após a abolição, não se precisou roubar os meios de produção autônomos dos ex-escravos, estes já haviam sido tomados há anos e anos atrás. E a história dos nossos trabalhadores foi marcada a *chibatadas, acoites e pelourinhos*, assim como, de *humilhações e resistências*. Inclusive, uma parcela desses emancipados com a abolição preferiu viver de atividades incertas das ruas ou de mendigar a ter que sujeitar-se novamente a atividades servis e ultrajantes (como veremos no próximo capítulo).

Esse momento vivido pelo Brasil a partir de meados do século XIX não foi em nenhuma medida estanque e abrupto e não englobou o país todo. Algumas regiões vivenciaram esse novo contexto primeiro do que outras. Pode-se encontrar ainda hoje, em pleno século XXI, alguns traços desse passado pré-capitalista, como é o caso de vilas de pescadores ou comunidades quilombolas, principalmente no Nordeste brasileiro. Esses lugares geralmente ainda preservam características sociais, relações parentais, grupais, certo nível de solidariedade comum entre seus membros, avessos aos avassaladores valores capitalistas de consumo exacerbado e individualismo gritante, apesar de todo domínio societal do capital.

Na verdade, o Brasil insere-se no desenvolvimento do seu processo de Acumulação Primitiva de forma gradual. Ou seja, não se saiu da escravidão e entrou-se no capitalismo em definitivo. Mesmo com adoções de leis, ainda assim, leva tempo para se concretizar. De fato, um pouco desse passado, ou formas parecidas, ainda podem ser vistas no âmbito do trabalho. É o caso da existência em algumas fazendas distantes dos centros urbanos, de

práticas de trabalho semi-escravo; ou, como ocorre em plenos centros urbanos, onde se colocam inúmeros estrangeiros para trabalhar em fabriquetas em condições sub-humanas, desrespeitando a legislação trabalhista e os Direitos Humanos. São formas de trabalho que carregam traços da escravidão, mas que já são consideradas frutos da sociedade capitalista, frutos do mundo moderno, uma vez que se utilizam de força de trabalho livre por um lado, e donos de dinheiros por outro – uns ávidos para sobreviverem de qualquer forma e outros para produzirem mais dinheiro.

Por fim, a chamada acumulação primitiva (brasileira) “(...) é apenas o **processo histórico** que **dissocia** o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.” (MARX, 2002, p. 828, grifo nosso)<sup>81</sup>.

Inúmeras interpretações foram desenvolvidas em relação à formação econômica brasileira. Estas quase sempre convergem para o seguinte questionamento: Quais foram os modos de produção econômicos desenvolvidos no Brasil? Colonial, Feudal ou Capitalista? Ou existiram todos eles? O certo é que foram feitas diversas interpretações, que em partes contrastam com nossa argumentação. Três interpretações principais podem ser citadas. Uma primeira, pensou-se o desenvolvimento econômico brasileiro nos moldes vividos pela Europa, passando da escravidão para o feudalismo e deste para o capitalismo, que, segundo Guimarães (1989), em “quatro séculos de latifúndio”, correspondeu a uma seqüência temporal de modos de produção. Uma segunda concepção seguiu a linha do escravismo colonial sem transitar pelo feudalismo, como é o caso de Jacob Gorender (2001) em “o escravismo colonial”. Por fim, uma terceira, coloca o Brasil desde o período colonial (com os diversos ciclos) atrelado ao capitalismo comercial internacional, servindo, na verdade, ao processo de acumulação primitiva da metrópole (e depois a si mesmo). Aqui temos autores

---

<sup>81</sup> No caso brasileiro, essa dissociação do trabalhador dos meios de produção se intensificou com o pós-abolição, pois, no sistema escravista, o escravo era o próprio meio de produção, era uma “coisa”, uma “propriedade alheia”, mas, que já não tinha meios autônomos de auto-reprodução social. Com a abolição isso intensificou-se, pois o ex-escravo viu-se livre, mas sem meios de reprodução, logo, restava-lhe como último recurso colocar-se a si mesmo como mercadoria, como força de trabalho.

como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Novaes entre outros. Estamos mais próximos dessa última concepção.

Nossa compreensão do período em questão vai mais no sentido de entendê-lo como um momento de transição, onde não havia um modo de produção delimitado e específico, havendo muito mais caminhos transitórios para formas capitalistas de comercialização e produção. Todavia, acreditamos que foi algo processual e por ter sido marcado por um momento transitório possibilitou o surgimento de tantas interpretações apressadas e parciais do processo. Por isso, preferimos entendê-lo como um momento de transição, sem maiores denominações, no qual havia uma herança escravista, mas também uma estruturação do capitalismo, com o processo de acumulação primitiva primeiramente na Europa.

Por fim, partimos do pressuposto de que o Brasil até meados do século XIX vivia inserido na esfera produtiva internacional, em uma fase ainda pré-capitalista, funcionando como fonte de super lucros para a metrópole, servindo assim ao processo de acumulação primitiva europeu. Essa inserção por si só não sustenta que o Brasil já havia ingressado no capitalismo, pois lhe faltava um princípio básico: ter de um lado proprietários (dos instrumentos e meios de produção) e de outro, expropriados (força-de-trabalho livre<sup>82</sup>, apta a vender-se como mercadoria), faltava um mercado de trabalho assalariado estruturado. Portanto, mesmo sabendo que o Brasil estava integrado no capitalismo europeu, via comercialização, o país ainda ia desenvolver seu processo de acumulação primitiva (originária), que só será definitiva com a consolidação da industrialização no século XX.

Dessa maneira, os primórdios do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na segunda metade do século XIX, instituiu-se por ter de um lado donos de dinheiro, dos meios de produção e, de outro, expropriados de vários séculos (desde os índios, passando por negros e mestiços, que vão compor a força de trabalho livre assalariada). Com o advento da abolição da escravatura, a qual trouxe a sonhada liberdade, expropriou-se ainda

---

<sup>82</sup> “Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles (...) O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (MARX, 2002, p. 828).

mais o trabalhador (negro e mestiços), ao lança-lo, muitas vezes, no inferno da indigência, negando-lhe prospecção social, compondo um cenário de carência e desolação social. Essa expropriação do elemento nacional pode ser vista como similar à sofrida pelos camponeses europeus, quando foram alijados à condição de mercadoria (força de trabalho), na passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, conforme a descrição de Marx,

(...) se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias (...). E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. (2002, p.829).

Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação, muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. (2002, p. 848).

Aqui, no caso brasileiro, como já foi dito anteriormente, essas condições referem-se à passagem de uma sociedade calcada no regime de trabalho escravo para o regime de trabalho assalariado/capitalista. Todo período de transição implica em reestruturações sociais e culturais, rupturas e continuidades, que para ocorrerem, produzem choques e demoram anos. Um caso típico desses choques de estruturas econômicas diferenciadas foi muito bem descrito por Bourdieu (1979) sobre a Argélia, já no século XX, na passagem de uma sociedade agrária/camponesa para uma sociedade capitalista/moderna<sup>83</sup>, na qual uma

---

<sup>83</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo** : estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

gama da população conseguira seguir os caminhos da modernização, enquanto outra ficara alijada, excluída e pauperizada.

Portanto, feita a contextualização do Brasil dos anos finais do século XIX em uma sociedade marcada por uma estruturação social calcada no braço escravo (negro e mestiço), na dominação do mundo branco hostil e modelador das ditas idéias e práticas de civilidade, no qual o trabalho escravo convalescia moribundo, aguardando apenas uma cartada final, que tardou um pouco a acontecer, vindo definitivamente em 1888 com a Lei Áurea. Vivia-se em uma suposta nação moralizada, rumo a modernização, o capitalismo encenava seus primeiros passos no país de modo ainda bastante incipiente. Neste cenário ampliado do Brasil, estava também a capital baiana, que foi uma capital colonial de grande importância no Brasil e no mundo colonial, compondo um cenário grandioso, cujo porto era o seu esplendor, pois representava naquela época um dos principais entrepostos do Brasil. Foi nessa Salvador agrário-exportadora, que iremos compreender o trabalho de rua. Vamos pesquisar agora (no capítulo 3), quem eram e como se estruturavam os trabalhadores de rua da cidade, como eles labutavam, resistiam, habitavam e conviviam com uma sociedade regida e governada pelo mundo branco.

## **CAPÍTULO 3 – QUEM SÃO OS TRABALHADORES DE RUA DE SALVADOR NO CONTEXTO DA ABOLIÇÃO?**

### **3.1 – Introdução**

Neste capítulo vamos adentrar em uma parcela da força de trabalho nacional do final do século XIX, a saber, os trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX, situados em um contexto de pleno processo de estruturação do mercado de trabalho livre brasileiro, em uma sociedade marcada por preconceitos e discriminações diversas, como vimos no capítulo anterior, principalmente, em relação ao segmento de negros e mestiços. Os trabalhadores de rua de Salvador do final do século XIX, mesmo vivendo em um contexto de controle e ordenações sociais, ainda assim, foram quem de fato povoaram e reordenaram as ruas da cidade<sup>84</sup>.

A existência dessas formas de trabalho de rua é antiga, talvez, remonte ao início do processo de colonização do Brasil, no século XVI e XVII, no início da formação das primeiras aldeias de povoamento (com os jesuítas), vilas e cidades, movimentando pequenas redes de trocas simples de mercadorias, ainda com predomínio da escravidão indígena. Porém, certamente, o trabalho de rua passa a ganhar impulso com a intensificação e posterior desestruturação do sistema escravista africano, a partir do século XVIII e XIX, com o paulatino crescimento das cidades, que de um modo geral, se deveu à fragmentação do sistema agrário-exportador, principalmente no que tange ao Nordeste açucareiro

---

<sup>84</sup> Conforme Soares (1994, p.15), “(...) no início do século XIX fica evidente a expansão de uma camada social composta principalmente por pessoas ‘de cor’ livres pobres e ex-escravos, que redimensionariam as relações sociais naquele período, o fenômeno valia para todo o Brasil, inclusive para a Bahia”.

decadente. Fato este que terminou por resultar no deslocamento de muitos ex-senhores de engenho para conquistar sua sobrevivência na cidade (explorando os serviços de negros e mestiços), abandonando as antigas fazendas. No caso de Salvador, se deslocando do Recôncavo, que já começava a demonstrar sinais de decadência econômica<sup>85</sup>.

Por vezes, o cotidiano de trabalho nas ruas de Salvador de finais do século XIX eram permeados por resistências e lutas por espaços e lugares de labuta e, assim, iam ganhando e perdendo pontos de aglomeração, ganhando ou perdendo *cantos* da cidade<sup>86</sup>. E eram nesses *cantos* que se constituíam redes sociais resistentes, as quais terminaram por auxiliar na consolidação da tradição africana na Bahia<sup>87</sup>. Eram espaços que misturavam religião (Candomblé), capoeira, redes de parentesco<sup>88</sup>. Possivelmente, entre as ruas e os *cantos* havia “capoeiras” aptos à defesa de possíveis controles (repressões) do poder público<sup>89</sup>.

O interessante de se notar é que as lutas travadas naquele contexto não eram contra um patrão ou um administrador público em específico, mas representavam muito mais uma luta entre dois mundos distintos e auto-excludentes, a saber, o da *elite branca* e o dos

---

<sup>85</sup> Ainda hoje pode-se visitar inúmeras fazendas antigas no Recôncavo baiano – em cidades como Cachoeira, Santo Amaro ou São Sebastião do Passe – nesta última ainda está em funcionamento a usina Cinco Rios, que fica no povoado de Maracangalha e ficou famosa pela música de Dorival Cayme “Eu vou para Maracangalha” –, onde funcionavam importantes e potentes engenhos de açúcar. Em alguns casos ainda se conservou a casa grande e o espaço dos trabalhadores (a senzala).

<sup>86</sup> Os *cantos* a que me refiro não eram músicas toadas em festas ou folias na cidade. Na verdade, eram os espaços delimitados e constituídos para os homens (e mulheres) das ruas trabalharem, ou melhor, concentrarem-se aptos à espera de trabalhos. Eram, normalmente, esquinas movimentadas da cidade.

<sup>87</sup> É possível afirmar que as relações de maior proximidade entre estes trabalhadores de rua davam-se, sobretudo, nas relações de parentesco, compadrio e nos locais de moradia e de trabalho, que por vezes, eram os mesmos, quer dizer, de um modo geral, estes trabalhadores parecem ter vividos em um mundo bastante parecido, tanto no nível das posições sociais quanto na esfera da sociabilidade. Contudo, voltaremos a isso mais a frente, quando tratarmos da questão da classe dos subalternos.

<sup>88</sup> De acordo com Soares (1994, p.09), a “(...) vida urbana conferia aos escravos uma vida mais autônoma, onde podiam reunir amigos, desfrutar com mais liberdade da companhia da mulher e dos filhos. A família tinha a função de reforçar os laços de solidariedade étnica e religiosa. Conflitos e amor são características também das famílias escrava e liberta.”

<sup>89</sup> “(...) a capoeira estava articulada com a cultura urbana peculiar, forjada pelas camadas populares e pelos trabalhadores marginalizados da segunda metade do século XIX, atraindo não apenas escravos e negros livres – como os estereótipos raciais deixam perceber –, mas também emigrantes portugueses, brancos pobres, indivíduos vindos das mais diferentes províncias do país e dos quatro cantos do mundo atlântico – África, América e Europa – irmanados pelos golpes fugazes e pela camaradagem dos grupos de rua.” (SOARES, 2004, p. 25 e 26).

*negros e mestiços* – mundo branco e o mundo negro/mestiço, que foram muito bem elucidados por Fernandes (1972), o qual fizemos referência no capítulo anterior.

De um lado, chefes de polícia, Câmara Municipal, faziam valer as mais severas punições, prisões, multas, decretos e leis requisitadas pela elite, e de outro, os *ganhadores*<sup>90</sup>, carregadores, vendedores (as) ambulantes, quituteiras, que representavam os grupos socialmente discriminados e excluídos do fazer oficial da cidade, mas que também estavam a servir aos interesses da elite branca<sup>91</sup>. Era, portanto, uma estrutura social contraditória, na qual *a elite branca dominante sempre saía ganhando*, seja reprimindo ou liberalizando, era ela que sempre se beneficiava com a continuação ou derrocada do escravismo, com escravo no eito ou no ganho, com o trabalhador de rua ou com o assalariado livre nas fazendas (meeiro ou parceiro).

O objetivo central, portanto, deste capítulo é evidenciar um pouco das dinâmicas interna e externa dos trabalhadores de rua de Salvador no final do século XIX, em suas diversas relações cotidianas, culturais e econômicas, levando-se em conta tanto a dinâmica interna do processo de trabalho quanto a externa ligada ao controle exercido pela polícia, para que desse modo consigamos apreender uma parte de nosso problema de pesquisa, a saber: *as condições de trabalho na rua de Salvador no século XIX (1880-1888) representaram uma forma diferenciada de trabalho, uma inovação (frente ao trabalho escravo), constituindo-se como trabalho livre (autônomo)?*. Além de dar conta desta questão neste capítulo iremos também estabelecer *possíveis* nexos comparativos com os

---

<sup>90</sup> Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua (carregador, prestador de serviço, entre outras). Geralmente, ficavam registrados em algum canto pela cidade, trabalhando naquelas imediações.

<sup>91</sup> A cidade de Salvador era movida pelo braço negro e mestiço, inicialmente, com predomínio de africanos, depois entram mestiços e até brancos pobres, começa com os escravos de ganho, depois se estende para os ganhadores/as, trabalhadores livres de rua em geral, que vão povoar e fazer circular os produtos e mercadorias na cidade, como veremos mais detalhadamente a frente. Sobre a importância dos escravos de ganho, refere-se Ana Costa (1991, p.20), “O escravo de ganho era fundamental para o funcionamento de Salvador, que se caracterizou como cidade comercial-escravista [portuária]. Além do comércio importador-exportador e interprovincial, desenvolvia-se em Salvador um comércio local bastante intenso, dele se abastecendo a cidade e seus subúrbios, como também as cidades e povoados do Recôncavo. Esse comércio local mobilizava um número considerável da população livre da cidade, que dependia dele para sua sobrevivência, além de representar um mercado de trabalho para os escravos de ganho. A dinâmica deste comércio era retratada no seu espaço físico, estendendo-se por toda a cidade baixa inúmeras lojas, mercados e armazéns, além dos vendedores ambulantes, constituídos basicamente por escravos e libertos, que abarrotavam as estreitas ruas”.

trabalhadores de rua da atualidade, guardando-se as devidas diferenciações, principalmente por se tratar de dois períodos distintos da mesma cidade, como veremos detalhadamente no capítulo 4 e 5 mais adiante.

Nosso propósito aqui, portanto, foi apreender um pouco, *em linhas gerais*, as experiências desses trabalhadores de rua do final do século XIX, em Salvador, inseridos em seus cotidianos de labuta – liberdade e autonomia, repressão e controle – e de vida (moradia, lazer, cidade...). Contudo, não tivemos como objetivo abarcar os aspectos gerais da vida destes trabalhadores, esgotar suas particularidades e singularidades, em suas diversas esferas (cultural, social, familiar, lazer, entre outras). Se assim tivéssemos feito, por si só, já seria objeto de um estudo dissertativo completo, o que, sem desmerecer a importância de tal investigação, foge por completo aos interesses sociológicos propostos na presente dissertação.

Para iniciarmos, todavia, a presente exposição/pesquisa sobre os trabalhadores de rua de Salvador do final do Século XIX, iremos partir da compreensão dos *cantos*, de sua composição majoritária de negros e mestiços, bem como, levar em conta as resistências impetradas pelos trabalhadores no contexto da abolição. Parte-se da *hipótese* de que, *mesmo antes do fim da escravidão, as formas de trabalho de rua já se apresentavam como uma forma de trabalho livre/avançada se comparada ao trabalho escravo*. Pretende-se mostrar também como ocorreu o processo de autonomização desses trabalhadores e o surgimento incipiente de uma *classe pós-escrava e pré-operária*<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Pensar nesta classe, composta também pelo segmento da rua, entre outros grupos subalternos do período (negros e mestiços), é ir, em parte, na perspectiva de entender a classe de modo mais ampliado, incluindo o ponto de vista cultural e social, o reino das experiências cotidianas, a partir do prisma Thompsiano em “A Formação da Classe Operária Inglesa” (1987), o qual veremos mais detalhadamente à frente. De antemão vale a pena frisar que se tratava de uma classe de *grupos subalternos*. Conforme Arantes (2005, p.17), tal perspectiva de classe de Thompson, “(...) teve ecos na historiografia brasileira e os estudiosos passaram a se interessar também pela cultura dos trabalhadores, entendendo a história do trabalho não apenas como a história do ‘movimento operário’, mas também atentando para experiência dos trabalhadores em diversos níveis”. Assim, foi com a intenção de apresentar um grupo de trabalhadores que existiram, lutaram e conquistaram sua sobrevivência nas ruas da cidade de Salvador, como um segmento responsável pela formação do trabalho livre, antes mesmo do regime de trabalho assalariado, que fizemos questão de situá-los dentro do contexto brasileiro e baiano da época, para assim, tentar apreender mais alargadamente seu real significado na formação do trabalho livre no país, antecedendo a existência do trabalho assalariado regular, antes mesmo da consolidação do capitalismo (industrial) no país, algo que só irá se evidenciar nas décadas

A Bahia, no período do século XIX era uma das “(...) mais prósperas regiões canavieiras das Américas” (REIS, 2003, p.19). Havia engenhos de açúcar por todos os cantos do recôncavo baiano<sup>93</sup>. A população, de um modo geral, era eminentemente agrária, vivia de roças, pastagens e do plantio em terras alheias, já que o latifúndio prevalecia. Era, portanto, uma sociedade agrária, de base escravista, na qual a relação senhor/escravo era prática comum e terminou por conformar as relações sociais impregnadas com uma imagem negativa do *negro* como um ser socialmente *inferior, ocioso e preguiçoso*<sup>94</sup>. Conforme Domingues, “Com o fim da escravidão, os mitos raciais foram reforçados. Os males do país, o atraso, o subdesenvolvimento eram difundidos como de responsabilidade do negro, produtos de sua inferioridade racial. Como agente supostamente improdutivo, o negro era visto como [a] encarnação do antitrabalho e, por conseguinte, negação viva do progresso do país.” (DOMINGUES, 2004, p.52).

Dentro de um contexto mais específico, mas não menos preconceituoso, estava a cidade de Salvador, que representava a imagem que se tinha da Bahia na época. Salvador é uma “(...) cidade fundada em 1549, é a capital do Estado da Bahia e a mais antiga cidade brasileira. Foi, durante três séculos a aglomeração urbana mais importante e mais populosa do Brasil, o seu porto era o principal do país (...)” (SANTOS, 1959, p. 29)<sup>95</sup>. Representava, no período do século XIX, uma “(...) estrutura econômica (...) predominantemente agro-

---

iniciais do século XX. Dessa forma, tentamos mostrar como que esse grupo da rua foi importante na formação do trabalho livre nacional, ele antecedeu e permaneceu ativo, mesmo depois da institucionalização do trabalho assalariado como prática hegemônica, aprofundaremos esta discussão sobre classe mais adiante. Para uma reflexão sobre: as *dangerous classes* (classes perigosas) ou classe subalterna ou *social secum* (escória social) ou sobre o *lumpemproletariado*, ver Guimarães (1981) “As classes perigosas”.

<sup>93</sup> Conforme Tavares (2001, p.52), o estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar na Bahia não foi muito antes de 1549 e nem muito depois de 1550.

<sup>94</sup> “Para a Bahia vieram africanos que pertenciam às mais diferentes nações (povos). Por causa dos seus falares, os iorubas, ewes, jejes, tapas, ardos e calabris são os mais conhecidos. Oriundos da África Ocidental, e influenciados pela cultura islâmica, os aussás (malês) falavam e escreviam árabe e podiam ser religiosos do Corão” (TAVARES, 2001, p. 55). Dessa diversidade de povos africanos que vieram para Bahia, não é de se surpreender com a baixa agregação destes na Bahia. Talvez, essa tenha sido uma das causas que impediram maior participação em levantes e revoltas coletivas.

<sup>95</sup> Ainda conforme Milton Santos (1959, p.29), referindo-se a cidade de Salvador no final da década de 50, do século passado: “É uma cidade cuja paisagem é rica de contrastes, devidos não só a multiplicidade dos estilos e de idade das casas, à variedade das concepções urbanísticas presentes, ao pitoresco de sua população, constituída de gente de todas as cores misturada nas ruas, mas também ao seu sítio, ou ainda melhor, ao conjunto de sítios que ocupa: é uma cidade de colinas, uma cidade peninsular, uma cidade de praia, (...) cidade de dois andares, como é freqüente dizer-se, pois o centro se divide em uma Cidade Alta e uma Cidade Baixa”.

mercantil, isto é, baseada sobre a produção monocultural de produtos primários e de sua exportação para mercados no exterior do país” (MATTOSO, 1976, p. 154 e 155), e vai ao longo do século entrar em franco processo de declínio econômico principalmente pela decadência do regime de produção de açúcar do Recôncavo baiano.

Para Espinheira (2001, p.213), caracterizando Salvador de finais do século XX, diz:

Salvador é desigual e conflituosa. Alegre e triste, rica, pobre e miserável. Bonita e feia, constituída de dias gordos e de quaresmas mirradas e mesquinhas (...). E nesse ambiente vive o seu povo, e entre a sua gente os que a visitam. Do passado de quando o mundo era ‘Europa, França e Bahia’, aos dias de hoje, mais áridos e intolerantes, **a cidade da Bahia é ainda negra, a grande Roma Negra**, África mítica da ancestralidade africana, transmitida por quase cinco séculos a compor a colcha de retalhos cultural da baianidade. [grifo nosso].

Conforme a citação acima, uma das principais características da cidade é o fato dela ainda ser negra, como bem demonstrou o sociólogo Gey Espinheira<sup>96</sup>, e vai ser essa

---

<sup>96</sup> Ainda conforme o autor, há duas características principais da cidade, que se entrelaçam e se completam: uma no plano social (e histórico) e a outra cultural (simbólica). Ambas marcam a cidade ainda hoje. Respectivamente, pelo lado social, a cidade é marcada pela presença subalterna e em posições menos privilegiadas do negro na sociedade. Pelo cultural, no plano das imagens afro-brasileiras, oriundas dos mesmos negros que são transformados em produtos de consumo. Sendo que este último plano se desloca do social, como diz o autor: “(...) campo social, entretanto, a maioria da população negro-mestiça continua a sofrer os efeitos da escravidão, do peculiar processo de libertação e das formas mais diversas de inserção étnica na economia de mercado nos mais plurais campos de interação social. São, em sua maioria, os mais pobres, os menos tocados pelos mecanismos institucionalizados de ascensão social. No campo cultural [contraditoriamente] (produção de bens simbólicos), por sua vez, representam a própria identidade de Salvador, (da Bahia, no sentido simbólico da cultura Soteropolitana) e sua produção cultural tem lugar privilegiado no mercado dos bens simbólicos.” (ESPINHEIRA, 2001, p.213). Quer dizer, ao mesmo tempo em que o negro é usado como um bem mercadológico, uma imagem hiper-valorizada de consumo, com toda super baianidade possível, ainda assim, será este mesmo povo negro e mestiço os mais precarizados e mais socialmente desprivilegiados, inseridos comumente em ocupações de baixo prestígio social, socialmente subalternas. Quer dizer, contradições historicamente constituídas ainda marcam a cidade de Salvador em pleno século XXI, perfazendo traços similares de duas épocas distintas, a do final do XIX e a da atualidade, evidenciando ainda a existência de dois mundos díspares o do branco, sofisticado e desenvolvido e o do negro, precário e subdesenvolvido.

característica um dos principais elementos definidores da cidade de Salvador no século XIX.

Para Reis (2003, p.22 e 24), a população de Salvador em 1835 é estimada em 65.500 pessoas, dessas 42% eram escravos e 58% livres (brasileiros e europeus brancos) e libertos (cabras, mulatos, crioulos e outros mestiços)<sup>97</sup>. Havia, portanto, uma *maioria de livres e libertos na Bahia*, a qual provavelmente se estendeu ou até se expandiu com a proximidade da abolição, pois muitos escravos foram libertados ou alcançaram a alforria mesmo antes de 1888<sup>98</sup>. Essa população era composta por uma mistura étnica e racial diversa. Conforme Reis (2003, p.23), a sociedade baiana era um “(...) emaranhado de situações sócio-raciais e étnicas (...)” (negro, cabra, mulato, crioulo, português...). No início do século XIX (1835), houve um predomínio de negros e mestiços (africanos e, depois, brasileiros) na população baiana, chegando a um percentual de 71,8%<sup>99</sup>, algo que caracterizou e ainda caracteriza Salvador como a cidade com maior presença de negros do Brasil.

Salvador conservava uma base patriarcal (patrimonial), assentada na família, na dominação da *elite branca*<sup>100</sup>. Esta preconizava o *progresso*, o desenvolvimento à luz do

---

<sup>97</sup> Cabra é a mistura de mulato com negro; mulato é a mistura de branco com negro; crioulo é o negro nascido no Brasil. Conforme Britto (1903), Salvador em 1810 tinha 50 mil habitantes, destes 25 mil eram negros, 11 mil mestiços e 14 mil brancos, ou seja, havia uma maioria de negros e mestiços (36 mil).

<sup>98</sup> Por um lado, decorrente de pressões abolicionistas: “As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas pelo movimento abolicionista, no qual negros e brancos empenharam-se na luta pelo fim da escravidão. As denúncias de violência senhorial proliferaram na imprensa abolicionista, que as divulgava com estardalhaço, não poupando exageros.” (REIS, 2001, p.128).

<sup>99</sup> Id., loc. cit.

<sup>100</sup> Fazemos aqui para definição dessa elite branca, a junção de dois segmentos caracterizados por Mattoso no século XIX, tratando de Salvador. A elite fica composta possivelmente por: altos funcionários do governo, senhores decadentes, oficiais militares, grandes comerciantes, seguidos por profissionais liberais (médicos, advogados, alguns engenheiros.) e pessoas que viviam de renda (ver MATTOSO, 1978). Eram brasileiros e alguns estrangeiros (maioria de portugueses). Na base da estrutura social baiana do período, conforme a referida autora, tinha-se: funcionários públicos de menor poder aquisitivo, profissionais liberais de baixa relevância social, quitandeiros, taberneiros, diversos tipos de trabalhadores de rua, e por fim, os escravos, mendigos e os sem ofício.

Faz-se aqui uma diferenciação desta *elite branca* para com os *brancos pobres*. Estes últimos viviam diretamente de seu trabalho/manual, em atividades de baixos rendimentos, no assalariamento incipiente (comércio e pequenas fábricas) ou até em atividades de rua, quer dizer, havia dois tipos de brancos: os pobres e os da elite, que apesar de se aproximarem fenotipicamente, ainda assim, vão constituir-se e viver em modos e estilos de vida diferenciados, dentro dos quais, *o elemento trabalho* é peça chave para definição de suas representações e inserções sociais. Certamente, o fato desses *brancos pobres* estarem ligados a atividades de

processo civilizatório europeu, sem *conceber*<sup>101</sup> espaços para negros e africanos<sup>102</sup>. A elite soteropolitana estava em parte<sup>103</sup> atrelada as matizes civilizacionais de pensamento da Europa e, assim, conectadas com o progresso – mesmo que tardio e a reboque; estavam seguindo as imagens de mundo advindas da Inglaterra, da França (da Europa), que já estavam no geral em franco processo de industrialização, enquanto que Salvador e a Bahia tardariam um pouco mais para entrar nesse desenvolvimento econômico/político modernizador<sup>104</sup>.

Conforme Arantes (2005), referindo-se ao Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, mas que tem bastante similaridade com a Salvador do mesmo período, haja vista que ambas cidades eram portuárias e viviam do comércio (sociedade agrário-exportadora) que era executado pelos negros e mestiços, as duas cidades lotadas de carregadores, marítimos, ganhadores/as e diversas trabalhadores de rua, afirma que:

Na capital da recém-fundada república, as multidões anônimas que ocupam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso, uma verdadeira ameaça à ordem, pois sua cultura, seus ritmos e seus hábitos estavam muito distantes dos padrões parisienses que a estética oficial sonhava implementar. Assim, o modelo de civilização adotado de cima para

---

rua (em trabalho de “nego”, vivendo em “coisa de preto”, em espaços similares) deveria ser algo por demais ultrajante e, por si só, representar o elemento de diferenciação social entre os dois grupos. Aqui, não se negará, de modo algum, a possibilidade desses dois grupos terem se mesclado (se misturado, compartilhado relações de proximidade, amizade e até familiares, de compadrio, etc.) em determinados momentos de decadência ou expansão econômica e política da cidade, mas não iremos nos ater nessa especificidade.

<sup>101</sup> Essa é uma questão contraditória, pois ao mesmo tempo em que a *elite branca* não queria ver (e conviver) com os trabalhadores negros e mestiços, com a denominada *ralé*, participar/dividir com estes dos espaços privados/públicos da cidade, das ruas, vielas, praças, sobrados e casarões, ainda assim, ela precisava de seu trabalho/manual, o que em si caracteriza-se como um elemento contraditório e adverso, o qual veremos mais adiante.

<sup>102</sup> Um pensamento corrente que se tinha na época na Bahia e no Brasil era o de que “(...) o branqueamento iria modernizar a Bahia (...) a imigração européia iria favorecer ao ‘saneamento’ da sociedade baiana, destituindo-a das ‘chagas’ do seu passado colonial.” (ALBUQUERQUE, 1999, p.46). No entanto, as teorias de branqueamento tiveram mais fôlego no Sul/Sudeste do país (DOMINGUES, 2004, p.65). Mas, ainda conforme Domingues (2004, p. 83), o negro foi, ao longo do processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado, excluído socialmente.

<sup>103</sup> Pois dentro da elite haviam fortes frações conservadoras.

<sup>104</sup> Em determinados períodos do século XIX, no Brasil e na Bahia, falar francês era sinônimo de elegância, inteligência e representava um importante diferenciador social, pois dava um status de elite, de civilidade.

baixo representou também, através do aparato repressivo legitimado por teorias científicas, a imposição da vigilância, do controle e da disciplina para toda a população. Neste conjunto, alguns pareceram merecer atenção redobrada: os negros. (2005, p.43).

Portanto, em Salvador, tal qual no Rio de Janeiro, vivia-se em uma cidade povoada e movimentada por negros e mestiços, mas ainda assim extremamente dividida por interesses díspares, onde um sempre dominava e usava do outro. Vivia-se na Salvador deste período dois mundos<sup>105</sup>: o dos brancos (dominante, atrelado ao desenvolvimento social e econômico) e o dos negros (subalterno, socialmente excluído e controlado)<sup>106</sup>.

Em 1859, o viajante e médico alemão Robert Avé-Lallermant, em viagens pela província da Bahia, ao aportar em Salvador, fez o seguinte comentário a respeito da cidade:

Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros da Bahia são negros. (AVÉ-LALLERMANT, 1980, p.22).<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Ver Florestan; Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1972, p. 85.

<sup>106</sup> Segundo Soares (1994, p.63), referindo-se a importância do trabalho das ganhadeiras, em Salvador do século XIX, afirma “(...) a população na cidade crescia significativamente, acelerando o processo de urbanização. Tinha cerca de 41 mil habitantes em 1800 e 108 mil em 1872. esse povo sofria uma carência crônica de produtos alimentícios reflexo de uma economia voltada pra a produção açucareira destinada à exportação, relegando a agricultura de alimentos a um plano secundário. Além disso a região interiorana que abastecia a cidade sofria periodicamente de secas prolongadas ou chuvas intensas (...). Foi então num setor problemático que se inseriram as ganhadeiras, realizando o comércio de produtos indispensáveis para a população da cidade”.

<sup>107</sup> Na última frase da citação “até os cavalos dos carros da Bahia são negros” percebe-se como que surge uma naturalização do negro como “animal” (um ser inferior) e isso foi uma das características balizadoras do racismo da época, a de animalizar o negro (dotá-lo de caracteres irracionais), logo, situá-lo como um ser brutalizado, visto até como não-humano.

A maior parte do comércio da Bahia passava pelo porto de Salvador, e para carregar os navios ou descarregá-los, conduzir as mercadorias para os estabelecimentos comerciais e até para levar *gente* de uma parte a outra da cidade (em cadeiras de arruar), para tudo isso precisava-se dos homens das ruas, que eram negros (africanos e depois brasileiros)<sup>108</sup> e mestiços<sup>109</sup>.

A principal atividade econômica da Bahia (ainda) era a produção de açúcar. Este era feito nos engenhos, os quais eram movidos pelo povo negro e mestiço. Dessa maneira, a Bahia (e Salvador em particular) estava estruturada em cima desta corrente étnica<sup>110</sup>. Contudo, ainda assim, será o negro o elemento perseguido, controlado, vigiado e punido. Parece contraditório, mas não é, pois quem tinha o poder econômico e por extensão (no caso) o político eram os *brancos*.

Assim, para saber quem eram esses trabalhadores de rua no contexto da abolição, saber quem foram esses *homens das ruas*, tem-se que saber primeiramente que eles eram negros e mestiços, descendentes diretos dos africanos (via escravidão). Muitos eram libertos, exerciam atividades nas ruas como forma de manter sua existência. Controle, prisões, vadiagens, chalaças, capoeira, resistências, tudo isso compunha a paisagem das ruas de Salvador no final do século XIX.

---

<sup>108</sup> A partir de 1850, com a redução paulatina do tráfico de escravos para o Brasil, reduz-se também o contingente de africanos que chegam a Bahia, diminuindo assim, conseqüentemente, o montante destes ocupados em trabalhos de rua, haja vista, que a quantidade de africanos no trabalho de rua passa a reduzir por força de doenças e, principalmente, pelo avanço da idade. Isso possibilitou a entrada de novos indivíduos nas ruas, brasileiros (mestiços e brancos pobres), como veremos adiante.

<sup>109</sup> Para Affonso Taunay (1928, p.154), “Os pobres carregadores de cadeirinhas é que viviam a trotar (...) espantava-se da rapidez com que se locomoviam sob o pesado fardo freqüentemente de umas gorduchas alentadas”. Inclusive em determinado momento do século XIX, ter cadeira de arruar, ou melhor, usar desse artifício, significava ser possuidor de um elemento de diferenciação social. “Quem não possuía cadeirinha na Bahia não era ‘gente’, no dizer da expressão popular. Mesmo que alguém não quisesse utilizá-las, devia por elas andar acompanhado (...)” (TAUNAY, 1928, p. 153).

<sup>110</sup> Os casarões habitados pela *elite branca* da época, em Salvador, possuíam toda uma gama de serviços e afazeres, que ia desde questões mais simples (cozinhar, buscar água, dar recados) a serviços mais especializados (consertos de carpintaria, construção), para tudo isso usava-se do *negro*. A mulher negra aqui tinha um papel central, pois era ela que estava mais próxima do círculo de convivência familiar dessa elite, aproximava-se muito de sua vida afetiva, chegando até a ser “ama de leite”, podendo, portanto, conviver e entender o mundo dos “brancos” para ou ser cooptada (supostamente incorporada, com todo ar de paternalismo) ou, em muitos casos, para negá-lo com veemência, e assim, fortalecer os valores do seu próprio mundo.

### 3.2. – Os ganhadores e ganhadeiras

Os ganhadores ficavam registrados em algum dos *cantos* (ponto de aglomeração de trabalhadores à espera de trabalho, como veremos adiante) pela cidade, trabalhando naquelas imediações. Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia-a-dia, sol a sol, em atividades de rua. Inicialmente, ganhador representava apenas os carregadores (homens), mas ao longo do século XIX, principalmente a partir de 1870, com o declínio da economia açucareira, bem como, o declínio do tráfico de africanos para o Brasil, amplia-se a denominação de ganhador, que passa a incorporar também profissionais especializados, como pedreiro, marceneiro, ferreiro, padeiro, carpina (carpinteiro), entre outros<sup>111</sup>, e a incorporar mulheres, as ganhadeiras<sup>112</sup>. Estas não como carregadoras, mas normalmente como vendedoras das mais diversas iguarias de origem africana<sup>113</sup>. Isso termina por dar uma dimensão ampliada aos *cantos*, que passam a funcionar como uma espécie de agência de trabalho, de concentração de vários tipos de atividade ou qualquer trabalho, o importante era conquistar a sobrevivência na labuta do dia-a-dia.

As vestimentas e indumentárias dos ganhadores eram composta de:

(...) vestimenta de pano de algodão grosso (de sacos de farinha de trigo) ou de ‘saco’ ou aniagem (tecido de juta usado em sacaria, servindo especialmente naquele tempo para enfardamento de xarque). Eram estas as peça de indumentária: calças curtas de cóis (de enfiar) (...) camisolão

---

<sup>111</sup> Cf. REIS, 2000, p.212.

<sup>112</sup>“Ganhadeiras trazendo à cabeça grandes tabuleiros munidas de um chocalho de folha de flandres, mercadejavam esses artefatos e despertavam a atenção dos compradores cantarolando esta quadra: As barras do dia já vem clareando, que belo menino na lapa chorando!” (QUERINO,1946, p.12).

<sup>113</sup> Conforme Soares (1994, p.20), analisando Salvador no século XIX, afirma: “(...) a mulher negra baiana, fosse escrava, livre ou liberta, participava de quase todos os setores do mundo do trabalho, criando mecanismos para sobreviverem e resistirem às adversidades (...). no setor urbano estavam inseridas, principalmente, nas atividades domésticas e no ganho, vivendo diariamente nas ruas (...)”. Ainda conforme a autora, no “(...) ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos.” (1994, p.49).

comprido, que lhes vinha até os joelhos, tendo dos lados bolsos de dois palmos de profundidade (...) a cabeça trazia em vez de chapéu um gorro de pano de algodão grosso, que lhe servia ao mesmo tempo de rodilha, quando houvesse de transportar objetos. (CAMPOS, 1943, p.292).

Outrossim, as *mulheres das ruas* (as ganhadeiras), as quituteiras, vendedoras de iguarias tipicamente africanas, também mercadejavam pelas ruas, passando de canto a canto. Conforme Campos:

Nas primeiras horas da manhã surgiam nos cantos negras conduzindo grandes panelas de mingau de milho e de tapioca, que os ganhadores consumiam com pão (...). Também vendiam açaçá [parecido com o abará de hoje] quente. Das quatorze para as quinze horas apareciam outras pretas a vender arroz de haussá com carne seca frita aos pedacinhos e o respectivo molho, preparado com pimenta seca ralada na pedra e levada ao fogo com azeite de dendê; bolas de inhame que, dissolvidas n'agua eram ingeridas com assucar; carne de baleia moqueada; inhame cosido, caruru, etc. (1943, p. 293).

As mulheres eram vendedeiras ambulantes, cozinheiras, pequenas negociantes, etc. conduziam às costas os filhos, netos ou parentes e os filhos dos seus senhores [amarrado com panos da Costa, panos africanos], de modo que as mãos ficavam livres para qualquer serviço. (...) Comida preparada pelas cozinheiras africanas podia-se ingerir sem temor, tal o anseio, o escrúpulo que punham no seu preparo. (1943, p.294 e 295).

De acordo com Soares (1994), também tratando das ganhadeiras e vendeiras de Salvador do século XIX, afirma:

As libertas comercializavam produtos como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta (...). embora não fossem um grupo homogêneo, as vendedeiras conseguiam mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano, retirando desses negócios o necessário para a sobrevivência e até alcançando alguma prosperidade (...) (1994, p.53).

Continua a autora referindo-se às mulheres trabalhadoras de rua do período:

Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo (...). O mapeamento dos pontos de venda das negras mostra que estavam espalhadas pela cidade em locais estratégicos. Encontravam-se em áreas de intensa movimentação comercial, como a praça do Comércio (...) mas também em áreas de caráter residencial (...) (1994, p.56).

Quer dizer, conforme fica explicitado acima, as mulheres negras, as ganhadeiras e vendedoras ambulantes, quituteiras, estiveram presente na cidade, ocupando, por vezes, locais estratégicos do círculo urbano, não somente nas proximidades dos cantos de trabalho, mas perambulavam por feiras, porto e até áreas residenciais. Certamente que esta forte presença das negras e mestiças não agradava a elite branca, por isso a repressão sempre foi uma marca constante na vida destas trabalhadoras, que segundo Soares (1994, p.60), devido ao fato delas fazerem

(...) seu trabalho de maneira itinerante ou fixarem-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites [de negros e mestiços, de passado conflituoso]. Este fator político, somado ao esforço do Estado para

organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais.

Mas havia ainda perambulando pela cidade de Salvador de finais do século XIX os mercadores, os quais também podem ser considerados ganhadores, pois estavam inseridos na lida diária das ruas, ganhando a vida dia-a-dia<sup>114</sup>. Estes mercadores perambulavam pela cidade, vendendo produtos. Eram vendedores ambulantes:

Os africanos, além de carregadores dos trapiches e de carregadores dos cantos, exerciam outras profissões. Eram vendedores ambulantes de vários gêneros, seguindo métodos de comércio muito seus (...) preferiam deitar fora a mercadoria, quando esta era de natureza a sofrer rápida deterioração a venderem-na por preço inferior (...) (CAMPOS, 1943, p.294).

O termo *ganhador* traz em si a imagem de uma pessoa que ganhou ou almeja ganhar, foi o vencedor, mas, certamente, não era apenas essa a imagem propagada no século XIX pela *elite branca*. Certamente, funcionou muito mais como uma forma negativa de tipificar um grupo social subalterno, como um modo de dizer que eles e elas (ganhadores e ganhadeiras) não fazem parte do mundo branco, da *sociedade*, mas que estão alijados, nas ruas, mas em apenas algumas ruas, ou melhor, uns *cantos* de rua. Mas, ainda assim, alijados, podem exercer sua sede (vista pela elite como natural) por ganhar.

---

<sup>114</sup> Sobre o trabalho de mulheres negras, já em meados do século XX, ver PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do sete a São Joaquim**: O cotidiano de “Mulheres de Saia” e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964 – 1973). Salvador: Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2005.

A expressão *ganhador* significa, segundo Ferreira<sup>115</sup>, “que ganha; aquele que ganha; jornaleiro; carregador; indivíduo inescrupuloso, para quem todo lucro é bom”, e o termo “ganho”, para o mesmo autor, quer dizer “que se ganhou; lucro, vantagem, proveito, ganância, ganhame, ganhunça (...)”<sup>116</sup>. Já para Houaiss, “ganhador” significa “que ou aquele que ganha; que ou aquele que ganha em jogo, disputa ou loteria; diz-se de ou trabalhador que ganha por dia; que ou aquele que conduz ou transporta carga; carregador; diz-se de ou indivíduo que persegue o lucro inescrupulosamente”<sup>117</sup>. E o termo “ganho” como “que se ganhou; aquilo que se ganhou; lucro; vantagem, proveito, roubo, furto (...)”<sup>118</sup>.

Boa parte das acepções acima convergem para idéia de um sujeito *ganancioso*, ávido por ganhos, por dinheiro, *esperto*, uma espécie de *malandro*, que quer tirar proveito, onde seu objetivo de vida é ganhar alguma coisa, de qualquer forma, ou seja, essas concepções trazem em si um caráter pejorativo, de um sujeito *sem caráter, sem moral, sem escrúpulos* – avesso aos valores do bom viver cristão e moralizado da época<sup>119</sup>.

Talvez queiram denominar também aquele sujeito que vive diretamente do seu trabalho, mas de olho no imprevisto, de olho na sorte. Sorte de obter, em uma certa época, um senhor generoso, depois, uma boa clientela, enfim, um bom serviço e, acima de tudo, não ser perseguido pelo corpo de polícia, ou seja, o sujeito que estava inserido nesse tipo de atividade devia ter a capacidade magistral de conseguir se safar desses controles e, ainda, alcançar sua sobrevivência, além daqueles que, obviamente, conseguiam estabelecer boas relações com o corpo de polícia. Certamente que devem ter ocorrido casos de

---

<sup>115</sup> FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 968.

<sup>116</sup> Id., loc. cit.

<sup>117</sup> Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 1426.

<sup>118</sup> Id., loc. cit.

<sup>119</sup> O interessante dessas concepções e de outras similares é que retratam o que são os trabalhadores de rua sob a ótica do colonizador/dominador e não sob a ótica dos indivíduos que viveram daquelas atividades. Além do mais, não é de se estranhar caso esses mesmos indivíduos (trabalhadores/as) não seguissem os valores do mundo branco, é bastante compreensível, haja vista, que não representa o seu mundo, muito pelo contrário, representa um mundo que lhe era hostil e ameaçador.

ganhadores/as que por prestarem alguns serviços aos policiais, terminavam ganhando sua proteção. Mas isso fica em aberto para investigações da historiografia.

Ser ganhador ou ganhadora neste contexto, de finais do século XIX em Salvador, não deve ter sido algo fácil. Além de ter que conviver com um estigma imputado pela elite branca, que relacionava essas atividades de rua como sendo *coisa de negro*, coisa de baixo valor social, *coisa da ralé*, tinha-se que estar atento aos olhares e movimentos do corpo policial, que vigiava dia e noite a cidade, suas ruas, becos e vielas.

Então, imaginemos como era para aqueles indivíduos subjetivamente (e materialmente) terem de viver, em alguns casos se esconder ou mesmo ocultar determinadas práticas culturais ou religiosas, para não serem perseguidos. Além disso, terem de conviver com esse estigma imposto pelo mundo branco. Imaginemos a quantidade de trabalhadores (as) que eram presos (as), aparentemente, sem motivos evidentes (como veremos adiante), apenas por viverem em uma condição considerada socialmente perigosa, de passado insurrecional, haja vista fatos anteriores – como a rebelião dos malês de 1835 e a greve negra de 1857 – tão bem elucidados pelo professor João Reis<sup>120</sup>.

Pode-se conceber que em Salvador dos finais do XIX viveu-se na fase, por excelência, dos mandos e desmandos do poder de polícia (sob controle do mundo branco), onde para ser preso bastava estar na rua e ser negro, mestiço ou estar inserido em atividades ditas perigosas, no caso, nas atividades de ganho. A regra comum do corpo de polícia era prender por *suspeita*, sem provas cabais, mas pelo bel prazer de algum chefe de polícia ou de alguma figura importante da cidade, principalmente, por ordem de uma elite sedenta por controle e ordenação social, como fica bem evidente nos recortes de jornais do período, os quais mostraremos adiante.

Portanto, a repressão no período estava muito mais “(...) baseada na **suspeição** [a qual] fazia parte do cotidiano de muitos trabalhadores pobres da cidade, especialmente aqueles que não tinham horários regulares [como os ganhadores/as, trabalhadores/as de rua

---

<sup>120</sup>Cf. REIS, 1991, 2003.

em geral (...)” (ARANTES, 2005, p.107, grifo nosso). A autora refere-se ao Rio de Janeiro, também de finais do XIX e início do XX, quer dizer, em período similar e, provavelmente, em situações parecidas, podendo assim servir como parâmetro para entender Salvador.

Salvador, mesmo sendo uma cidade marcada por um controle repressivo baseado na *suspeição*, cujos alvos principais eram os grupos de passado escravista/africanos, que era o caso dos negros e mestiços, inseridos predominantemente em atividades incertas e precárias das ruas. Ainda assim, é bem provável que tenham existido aqueles indivíduos que preferiam viver destas atividades incertas, perigosas e controladas das ruas, conquistando ali momentos de liberdade e de satisfação<sup>121</sup>. Viver na dita *vida errante* perante os olhos do bom viver do mundo civilizado, a ter que sujeitar-se aos rigores do trabalho escravo e mesmo do incipiente e regulador trabalho assalariado. Estes indivíduos pareciam, portanto, *preferir* em certa medida afrontar determinadas regras e intransigentes posturas moralistas do mundo branco do período, mesmo correndo riscos diários de ser preso – sendo dia-a-dia, passo a passo, vigiados e olhados com desconfianças –, *do que* passarem anos a fio sujeitados a servir o outro (um grupo que lhe era hostil e indiferente) e ser humilhado a todo instante. Uma coisa é certa, ao fazerem isso, estes trabalhadores estavam, pois, evidenciando (mesmo sem planejar) sua não aceitação frente as imposições de um mundo que lhe era estranho e ameaçador, o mundo branco<sup>122</sup>.

Portanto, os indivíduos lotados na rua pareciam por vezes preferir disputar palmo a palmo sua sobrevivência a ficar eternamente escravo ou preso aos mandos e desmandos de um senhor, trabalhando para outros. Muitos, pelo contrário, foram para rua e ali conquistaram inclusive pecúlios para suas alforrias ou para alforriar familiares e amigos<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Não iremos dizer que tudo nas atividades de rua foram *espinhos*, mais plausível certamente é aceitar a possibilidade de terem havido tanto espinhos quanto rosas, quer dizer, tanto sofrimento quanto satisfação/liberdade. Mais pesquisas devem ser realizadas para comprovar ou negar tais afirmações.

<sup>122</sup> Segundo Soares (1994, p.51), os escravos de ganho, os ganhadores/as gostavam do ganho, pois poderiam “(...) viver longe do senhor [isso] tornava-as [os] mais livres de seu controle. Além disso, o ganho era uma das principais portas para a conquista da alforria.”

<sup>123</sup> Sobre a formação de pecúlios, via trabalho de rua, trabalhos extras e, em alguns casos, os escravos de ganho ocultavam seu ganho real para formar pecúlio, para sua libertação e volta para África, ver CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Portanto, parece ser bem razoável que estes trabalhadores viviam em atividades de rua por estarem conectados com outras *visões e percepções de mundo, inseridos em valores peculiares*, que em nada se assemelhavam ao dito *civilizado* mundo branco que lhe ameaçava e lhe constrangia à todo instante, ancorados na força da lei. Quer dizer, talvez os trabalhadores de rua do período não tenham sido resultado apenas de uma *única forma de inserção possível* como é tão comum nos dias de hoje, era mais que isso, *era a própria afirmação de um grupo diferente, subalterno, mas que planejado ou não estava lutando pela afirmação de si, de valores de seu próprio mundo.*

Estes trabalhadores de rua de Salvador de finais do século XIX parecem ter vivido conectados com valores diferenciados, que em nada se aproximavam com os da elite branca. Possivelmente, eles compartilhavam de uma concepção diferenciada do que representava o *trabalho* – principalmente, em se tratando de trabalho regular, controlado pelo senhor ou por outros, pelo Estado. Este, certamente, era visto como *sofrimento e humilhação*, haja vista a memória viva de tantos anos passados de cativo e espoliação, de uma escravidão que ainda dava os últimos suspiros. Assim, o significado aparente que estes trabalhadores de rua davam ao trabalho certamente era outro, completamente dissociado daquele imposto pelo mundo branco, que passará, em fins do século XIX, juntamente com todo moralismo cristão e suas promessas de salvação via sofrimento terreno e privações, a afirmar que o trabalho livre assalariado era o caminho da dignidade e moral humana, principalmente, para o liberto, os imigrantes e os subalternos em geral.

Na verdade, é bem provável que os trabalhadores de rua tinham outra visão do trabalho, da qual, além do caráter de sofrimento, havia possivelmente horas de vida diferenciadas. Isto é, a *hora* do trabalho não era tão ou mais relevante que a *hora* do lazer, do festejo, da irreverência, das conversas, da capoeira, da cachaça. Enfim, possivelmente, não havia a separação definida de esferas da vida – comuns ao processo de racionalização e desencantamento do mundo, que vêm acompanhado com o desenvolvimento das cidades, do capitalismo, da modernização –, era meio que, tudo misturado, onde o trabalho não

---

devia ganhar dimensão tão grandiosa, como terminou por acontecer no desenrolar do século XX<sup>124</sup>.

Portanto, ser ganhador em Salvador no final do século XIX é ter sido dotado de extrema habilidade social e muitas *manhas* e *artimanhas* para conseguir driblar os obstáculos de uma sociedade *branca* excludente, em processo de decadência econômica, mas *de olho* no progresso. Para tal iniciativa, certamente, esses trabalhadores (as) se apegaram à religião e a formas culturais de passado africano, que tinham, entre outras coisas, o papel de fortalecer suas identidades e manter uma coesão entre os diferentes tipos de atividades de rua do período<sup>125</sup>. Essa identidade construída simbolicamente sobre bases africanas terminava por aglutinar não só o negro, mas o mestiço e, quem sabe, até brancos pobres, que também se valiam do espaço da rua (de passado africano) como meio de vida<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> Arantes (2005, p.62), referindo-se ao Rio de Janeiro, também identifica uma gama de trabalhadores que preferiam viver das atividades incertas das ruas, como ela mesma relata: “(...) muitos eram os que simplesmente preferiam viver dessa maneira, preferindo ‘trabalhar por conta própria’: os bairros da zona portuária e arredores estavam cheios dessa **gente que não se adequava aos padrões comuns**. Gente que preferia viver sem horários pré-estabelecidos, sem patrão fixo a quem estivesse que prestar contas. Gente ‘improdutiva’ que preferia viver de ‘samba’ (...) e se prestava a trabalhar apenas quando a ‘corda apertasse no pescoço’. E também gente que preferia viver das contravenções, do jogo, da prostituição e de pequenos delitos, aproveitando toda a chance que a vida na cidade oferecia.” [grifo nosso]. Ainda conforme a autora, referindo-se a República no Brasil, diz: “A República, com seus ideais de civilização e suas pretensões científicas, tentaria arrasar de uma vez por todas qualquer vestígio dessas práticas culturais, perseguindo capoeiras, feiticeiros, sambistas e todos aqueles que julgavam não se adequar ao novo mundo do trabalho livre. No pós-abolição, os poucos africanos que restaram na cidade e seus muitos descendentes, agora libertos, traziam na cor da pele as lembranças da escravidão e, por isso, eram já de saída os **principais suspeitos e potenciais vítimas da política repressiva**” (2005, p.143, grifo nosso). É bem provável que este tipo de perseguição aos negros e mestiços, no período pós-abolição, também tenha ocorrido nas ruas da capital baiana, porém, carecem de mais estudos para comprovarem tais fatos. Uma coisa é certa, houve na consolidação da República brasileira todo um aparato repressivo executado pelo Estado (guiado e a serviço das elites brancas nacionais, oligarquias rurais) a favor de enquadrar o povo brasileiro (a massa dita miserável, ex-escrava, liberta, negra, rural, desqualificada) nos postos de trabalho nacionais, principalmente, nas incipientes manufaturas/indústrias.

<sup>125</sup> Mesmo que para tal intento sofressem repressão, perseguição e controle, como foi o caso das repressões sofridas nas casas de “Zungu” no Rio de Janeiro, também em meados do século XIX, onde se encontravam negros em momentos de festividades, batuques, religiosidades e até de resistências. Sobre esse assunto ver Carlos Eugênio Líbano Soares. **Zungu: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>126</sup> Segundo Arantes (2005, p.111), “Com o fim da escravidão e com a entrada cada vez mais numerosa de imigrantes se intensifica ainda mais a partilha de experiências entre negros e brancos, nacionais e estrangeiros, que irão conviver nas habitações coletivas, frequentar os mesmos botequins e as mesmas festas, e trabalhar nos mesmos locais”. A autora, refere-se ao final do século XIX e início do XXI, no Rio de Janeiro, que, provavelmente, teve uma grande participação de trabalhadores brancos imigrantes. Já no caso da Bahia, especialmente de Salvador, a vinda destes imigrantes foi em menor quantidade, porém é bem possível que

Por fim, a concepção do termo *ganhador* talvez tenha sido forjada (espontaneamente) pela elite branca para tentar melhor controlar uma população de passado revoltoso, e, talvez, essa denominação tenha sido uma forma de não chamar os “excluídos” diretamente de *vadios, ociosos e preguiçosos*. Ou ainda, talvez este termo seja oriundo de algum termo africano, mas, possivelmente, usado em sentido pejorativo. Porém, possivelmente, na Salvador do século XIX, ser visto como ganhador fosse mais honroso que ser chamado como *vadio, sem-ofício*, apesar de serem denominações bem próximas uma da outra. Já que para o corpo de polícia era tudo uma coisa só: *um bando de negros e africanos, uma ralé*. Certamente, essa concepção se encaixou perfeitamente na sociedade baiana da época, onde a moralidade cristã européia e o progresso eram marcas imagináveis no pensamento elitista, que faziam nada mais do que mostrar um ilusório desenvolvimento político (social e econômico), mas que, na verdade, era um mero desenvolvimento privado e elitista, reservado ao mundo branco.

### 3.3. - Os “Cantos” de Salvador do século XIX

Os *Cantos* a que me refiro não eram músicas tocadas em festas ou folias na cidade. Na verdade, eram os espaços delimitados e constituídos para os homens das ruas (e mulheres) trabalharem, ou melhor, concentrarem-se aptos à espera de trabalho<sup>127</sup>. Essa espera muitas vezes era recheada com a realização de alguma atividade, uma espécie de lazer, conforme Taunay, “(...) empregavam os lazeres geralmente praticando o ofício de entalhador, ou fazendo chapéus, esteiras, etc.” (TAUNAY, 1928, p.154).

---

tenha havido também essa mistura étnica entre brancos e negros. Além do branco imigrante, que veio mais intensamente com a abolição, tivemos a figura do branco pobre, que teve de fato participação na rua e nos *cantos* de trabalho, como bem verificou João Reis (2000).

<sup>127</sup>Contudo, somente os homens foram oficialmente registrados no **Livro de Matrícula dos Cantos**, controlados pelo Chefe de Polícia, ver Reis (2000).

Os cantos eram uma espécie de reduto, em alguma esquina movimentada (Rua da Mouraria, Conceição da Praia, Piedade, entre tantas outras<sup>128</sup>), sendo que a “(...) maioria dos cantos e aqueles mais numerosos estavam realmente localizados na Cidade Baixa, o chamado bairro comercial, nas freguesias da Conceição da Praia e Pilar, onde se encontrava o melhor pedaço do mercado de trabalho (...)” (REIS, 2000, p.209). Eram lugares onde se aglomeravam diversos tipos de trabalhadores para oferecer diversos tipos de atividades. Claro que o *canto* não se reduzia a lugares físicos, era muito mais que isso. Tratavam-se de espaços de convivência e interação de seres estruturantes da vida social de Salvador<sup>129</sup>. Em outras palavras, esses indivíduos eram elementos importantes na dinâmica da economia baiana e terminaram por conseguir a afirmação do espaço do *canto* como um reduto de autonomização de si mesmos, ainda como sendo uma *autonomia relativa e precária*<sup>130</sup>, quer dizer, do trabalhador de rua. Quem vai passar a ditar as regras de convivência e ganho são os próprios seres das ruas; os trabalhadores, como já sinaliza Reis, referindo-se ao processo de autonomização do escravo de ganho nas idas de 1835:

O senhor podia controlar o resultado do trabalho do escravo, mas este decidia onde, como e com quem trabalhar. Ao lado dos libertos, os escravos africanos organizavam autonomamente sua inserção no mercado de trabalho. (2003, p.359).

Inicialmente, pode-se supor que esses cantos eram espaços ocupados somente por africanos, mas, ao longo do século XIX, com a quantidade de libertos, alforriados e o aumento da população livre de um modo geral, os cantos foram também sendo ocupados

---

<sup>128</sup> Essas ruas citadas localizam-se no centro de Salvador, e ainda hoje, são bastante ocupadas por trabalhadores (as) de rua.

<sup>129</sup> Para Reis (2003, p. 359 e 360), a origem dos “cantos” deve estar associada a heranças (culturais e simbólicas) da África.

<sup>130</sup> Haja vista, a existência do *provável* papel desempenhado pelo Chefe de Polícia como braço condutor dos interesses dos *senhores* e da *elite branca dominante*, reproduzindo, assim, a própria estruturação social vigente à época.

por mestiços e até por alguns brancos pobres<sup>131</sup>. Talvez um dos motivos para essa entrada de livres tenha sido o período de crise econômica que vivia a Bahia no momento (MATTOSO, 1978).

As atividades de ganhador em Salvador e em outras cidades brasileiras em que ocorreu tal profissão têm suas origens com os escravos<sup>132</sup>, o escravo *de ganho* ou *ao ganho*<sup>133</sup>. Foi através do sistema de trabalho de ganho que emergiram os cantos; por isso, os cantos no início do século XIX configuraram-se em um lugar ocupado majoritariamente por africanos, os quais eram comumente escravos. Conforme Holanda (1995), o senhor necessitava da cooperação do escravo, pois este detinha a especialização em determinado serviço como carpintaria, serraria, construção, hidráulica, etc. Havia uma certa dependência do senhor para com o escravo em determinados períodos de declínio dos senhores de engenho, mas o normal era o senhor obter lucros colocando o escravo no ganho<sup>134</sup>. O

---

<sup>131</sup> Além disso, muitos africanos deixaram esse mercado por força da idade, da morte e até de retorno para África (REIS, 2000, p. 223). Ocorreu também a redução e extinção paulatina do tráfico de escravos ao longo do século XIX.

<sup>132</sup> Conforme Ana Costa (1991, p.17), “A escravidão urbana [de Salvador] era comumente estruturada em três grandes grupos: escravos de ganho, escravos de aluguel e escravos domésticos (...). A diferença entre as categorias de ganho e de aluguel está no fato de que no ganho também **o escravo podia se apropriar de uma parte da renda**, não acontecendo o mesmo no aluguel” [grifo nosso], mesmo que esta apropriação fosse controlada pelo senhor. Todavia, como a própria autora afirma, esta separação não será de modo algum rígida e estanque, ao contrário, por exemplo, um “(...) escravo doméstico podia trabalhar no ganho ou ser alugado e vice-versa, a depender das condições do mercado de trabalho, pois o que importava para o senhor era a rentabilidade de sua mão-de-obra.” (op.cit., p.19).

Sobre Escravidão em Salvador ver ANDRADE, Maria José. **A Mão-de-obra Escrava em Salvador de 1811 a 1860**. Salvador: Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 1975.

<sup>133</sup> A existência desses escravos de ganho também foi evidenciada no Rio de Janeiro, Cf. SOARES, 1988; SILVA, 1986.

O produto de seu trabalho (do escravo de ganho) era, quase todo, apropriado pelo senhor. Este se valia do escravo e do produto de seu trabalho como meio de obter ganhos. Porém, começava-se a haver nas ruas uma diferenciação para com o “escravo” anterior. Agora, o inserido no ganho passa a ter o poder de “decisão” sobre o seu trabalho. Ele passa em muitos casos a escolher como fazer o seu trabalho, o seu processo de trabalho fica mais autônomo, sem a figura coercitiva, hierarquizada e controladora do “feitor” ou do “senhor controlador”. Esta parece ser uma diferenciação típica dos escravos urbanos. O escravo no ganho passa a ficar mais autônomo do seu possuidor/senhor. É como se à dialética “senhor-escravo” começasse a se decompor, por um dos lados, o lado do trabalho. Esse escravo (um pré-ganhador/livre) passa a receber uma quantia de seu próprio trabalho, uma espécie de “salário”, que serve para sua auto-reprodução social – atende suas necessidades imediatas de sobrevivência, alimentação, moradia, quer dizer, algo que antes era feito na própria senzala ou no casarão do senhor urbano. Além disso, é ali, nas formas de trabalho de rua, que alguns desses escravos conseguiram formar um certo pecúlio para comprar sua liberdade. Então, pode-se dizer que as atividades de rua do século XIX irão ser cruciais para libertação do trabalhador do seu “ser estranho” que lhe oprime e lhe toma os produtos do seu trabalho, a libertação do seu senhor.

<sup>134</sup> De acordo com Silva (1997, p.68), “Pressionados por dificuldades financeiras, um número crescente de senhores, em Salvador, recorre ao expediente de colocar seus escravos ‘ao ganho’, isto é, permitir-lhes vender

escravo era obrigado a pagar uma certa quantia ao senhor, *pagar a semana*, o que sobrasse era seu. Neste caso, os escravos de ganho utilizavam o dinheiro, muitas vezes, para se manter, pois muitos deles moravam por conta própria, em pequenos quartos alugados, por vezes em porões de casas comerciais<sup>135</sup>. Isso contribuía para aumentar os ganhos do senhor, pois este não precisava mais gastar para manter o escravo, como ocorria na senzala. Ao mesmo tempo, o escravo passava a ter maior liberdade de gestão de sua vida, valendo-se dos espaços das ruas e vielas da cidade para se movimentar, engendrar e gozar momentos de ruptura com a opressão.

A rua, portanto, principalmente a partir de 1870, com a intensificação da crise do regime escravista colonial, que vinha sofrendo baixa desde o início do século com as restrições inglesas ao tráfico, passou a fornecer um lugar de autonomia e, conseqüentemente, de resistência para os ex-escravos, pois ali se quebravam os grilhões do cativeiro, mesmo antes da abolição, constituindo-se como seres que definiam o tipo e a forma de sua atividade (por vezes, conseguiam acumular pecúlio para comprar sua liberdade). Logo, em certa medida, passam a trabalhar por si e para si, logo, realizar-se no processo de trabalho. Este não estava mais separado/externo de si, agora o trabalhador de rua se apropria diretamente do produto do seu trabalho, sem a figura de um *ser estranho* para lhe tomar os produtos e comandar seu processo produtivo; deixa de servir como fonte de *ganhos* para o senhor para ser fonte de *renda*<sup>136</sup> para se próprios<sup>137</sup>.

---

suas artes ou serviços para terceiros. Boa parte desses ganhos era passado para os senhores. Mas era uma forma de exploração que oferecia ao escravo maior liberdade de movimento e iniciativa, permitindo a muitos (...) o estabelecimento dos laços sociais necessários à compra da própria liberdade”.

<sup>135</sup> “Negros e libertos ocupavam lojas [as partes inferiores dos sobrados] e também moravam em casebres de aluguel, espremidos em becos e ruas estreitas.” (REIS, 2003, p.402).

<sup>136</sup> Faz-se aqui uma diferenciação proposital entre ganho e renda. O primeiro, como sendo uma fonte de negócio do senhor, fonte de obtenção de lucro, obter mais dinheiro através de um investimento (aquisição de um escravo). Já no segundo caso, servia como meio de sobrevivência imediata do *escravo de ganho*.

<sup>137</sup> “Os cantos haviam se constituído historicamente como verdadeiras instituições africanas.” (REIS, 2000, p. 216). Para Reis (op. cit., p. 217), no livro de Matrícula (1887) os africanos que compunham os ganhadores representava 49% (822 trabalhadores), apenas 6% destes tinha menos de 50 anos. Do total de ganhadores registrado no livro 78% eram de fora de Salvador. Existiam 1703 trabalhadores registrados, com cerca de 35 ocupações registradas no ganho. Entretanto, é provável que tenha existido mais ocupações que não foram registradas. “Um grande número de ganhadores possuía ofícios especializados, informação que os africanos omitiam das autoridades como forma de escapar ao pagamento de impostos, mas que os nacionais declararam sem nenhum prejuízo.” (CASTELLUCCI, 2004: 49).

É interessante notar que o contexto do trabalho de ganho do escravo na rua surge como resultante de uma imposição, quer dizer, resultante da vontade do senhor que colocava e obrigava este (*sua mercadoria*) ao trabalho de ganho, extraindo renda dessa atividade. Era uma fonte de lucro fácil. Para Reis, com o

(...) capital investido no escravo após pouco mais de três anos, [o senhor] usufruía um lucro líquido ao longo dos próximos seis anos, com o qual poderia ainda comprar talvez mais dois escravos novos (...). Era um excelente investimento, sobretudo a época de prosperidade econômica, quando se dinamizava o mercado de trabalho dos ganhadores. Nas épocas de baixa, continuava a compensar porque os escravos podiam se auto-sustentar – comer, vestir e muitas vezes morar com recursos próprios. (2003, p.352 e 353).

Ao longo do século XIX, a atividade de ganho, por deixar de ser apenas realizada por escravos, passa a não ser mais fonte de lucros para o senhor. Na verdade, o senhor passa a perder o poder (no controle do resultado do trabalho) frente aos ganhadores. Os ex-escravos, os libertos e a população livre vão reestruturar, ou melhor, resignificar a atividade de ganho, como *uma forma de trabalho autônoma e uma alternativa real de existência, fora dos grilhões da escravidão*. Todavia, ao mesmo tempo, esse mesmo espaço de liberdade será um espaço altamente controlado, demarcado e vigiado pelo poder público, portanto um espaço por si só anacrônico. Como afirma Reis:

Se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia ao Estado a tarefa de controlá-los. (...) Daí também a transferência para a polícia, órgão repressivo por excelência, de uma tarefa que antigamente era feita pela municipalidade. (2000, p.201 e 202).

Essa transferência da repressão do senhor para a polícia terminou por ser um fator externo que contribuiu para o processo de autonomização dos trabalhadores dos cantos. Com essa transferência, muda a lógica secular de submissão do escravo para com o senhor, ou seja, quebra-se (ou se enfraquece consideravelmente) esse binômio, mesmo antes da abolição, pelo menos no espaço dos cantos. Com isso, vai haver uma mudança na relação que antes era somente inter-pessoal para uma nova relação mais impessoal, pois quem assume agora o papel repressor é o Estado, e este por excelência é dotado de relações menos pessoais, ainda que, no último quartel do século XIX, o Estado brasileiro era muito mais atrelado ao patrimonialismo e, portanto, a relações pessoalizadas.

Além disso, com a passagem do Brasil colonial para o Brasil Imperial e deste para a República, vai ocorrer uma importante mudança institucional no país, que está diretamente ligada à repressão a atividades de rua. Quer dizer, agora com a formação do Estado Nacional brasileiro, vai haver uma incorporação no seio do Estado de problemas que antes ficavam restritos aos particulares (aos senhores). Agora, o Estado entra na história, claro que a serviço dos mesmos interesses da elite branca conservadora (dos ex-senhores, as mesmas oligarquias e aristocracias), que queria mudanças, mas que fossem mudanças “dentro da ordem”, meras reformas lentas e graduais, que em nada afetasse seus interesses. Desse modo, o Estado assume *o papel repressor* de um grupo subalterno que antes estava completamente ligado apenas aos senhores. Isto é, doravante, o jogo do poder nas atividades de rua ganha outra dimensão, sai da imagem do binômio senhor/escravo, para uma relação triangular: senhor - Estado/polícia - trabalhador de rua.

Dessa forma, toda e qualquer ação contrária dos trabalhadores de rua – seja individualizada ou de modo coletivo, em pequenos protestos, pequenos levantes, como os que ocorreram em Salvador, em determinados *cantos*, como no situado no bairro do Comércio, o qual citaremos mais a frente – terá uma dimensão maior, não mais representará uma ameaça puramente individual (a um senhor, ou para alguns poucos senhores), agora passa a ser visto como uma ameaça coletiva (ao Estado, a ordem da cidade), mesmo que seja uma ameaça em pequena escala e sem grandes organizações, mas que, sem dúvida,

poderia ser intensamente ameaçador, como foi o Levante dos Malês, em 1835, em Salvador, o qual veremos mais detalhadamente a frente.

Portanto, de modo geral, a mudança do elemento repressor, saindo da figura do senhor e indo para a figura do Estado brasileiro, terminou por funcionar, no ditado popular, como uma “faca de dois gumes”: ao mesmo tempo foi positivo para os senhores como um meio mais eficaz para reprimir os elementos subalternos, com maior legitimidade e maior aparato repressivo, a baixo ou nenhum custo. Porém, serviu também contraditoriamente, como um fator de possíveis concessões para os subalternos, haja vista que agora a imagem ameaçadora dos elementos subalternos foi aumentada, pois qualquer reação destes deixava de ser uma simples ameaça individual ao senhor para ser uma ameaça coletiva (ao poder constituído, a cidade e ao Estado, ao sistema e à elite branca), que terminava tendo que ceder em alguns pontos para melhor controlar os trabalhadores de rua (os negros e mestiços em geral). Assim, o que antes poderia ser facilmente resolvido nos quintais das casas grandes ou em seus porões, com açoites, correntes e privações diversas (alimentares, físicas, etc.), passa a ganhar uma dimensão aparentemente extra-privada – não menos submissa às vontades da elite branca –, institucional e alicerçada ainda mais no aparato legal e repressor do Estado, passando a ser tratado como “casos de polícia”, a ser resolvido nas “casas de detenção” ou na Justiça Nacional. Isso talvez tenha levado à ocorrência de uma série de processos crimes<sup>138</sup> com ganho de causa favorável aos trabalhadores de rua em detrimento dos antigos senhores, porém, de um modo geral o mundo branco continuou exercendo com afinco a realização de seus interesses e vontades<sup>139</sup>.

Destarte, pode-se dizer que, ao longo do século XIX, os cantos passaram por pelo menos dois momentos: o **primeiro**, até meados do século XIX, como um espaço ocupado majoritariamente por africanos e escravos, no qual o senhor ficava com a maior parte dos

---

<sup>138</sup> Sobre alguns tipos de processos crimes, ocorridos com trabalhadores de rua, no Rio de Janeiro, em finais do século XIX e início do XX, ver ARANTES, Érika Bastos. **O Porto Negro**: Cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado História, Unicamp, 2005.

<sup>139</sup> Certamente, que essa proposição vale muito mais como uma hipótese razoável que factualmente precisa de estudos e pesquisas mais aprofundadas para validar ou invalidar tal afirmação. Porém, acreditamos que estamos cumprindo um importante papel científico de levantar questões, mesmo que em estado aberto e inconcluso, mas que, de um modo geral, suscita inúmeras reflexões e debates, cumprindo assim um dos importantes papéis acadêmicos, a saber, o exercício livre e racional da dúvida.

ganhos, lucrava com a atividade e controlava seus escravos no ganho; o **segundo**, na segunda metade deste século em diante, no qual os cantos passam a ser um espaço reestruturado, constituído/modificado pelos próprios trabalhadores, aqui negros (africanos), mestiços, crioulos, em sua maioria, já na condição de livres/libertos (e também alguns brancos pobres), que passam a constituir uma esfera autônoma de resistência e afirmação de suas matizes étnicas, e onde, principalmente, a *renda do ganho* ia para o próprio trabalhador. Esse segundo momento cristaliza a fase onde o trabalhador passa a ser *donos de si*, passando a controlar o processo e o resultado do seu trabalho, porém, de modo relativo, pois se vivia em um contexto de intenso controle e muita repressão.

Campos (1943), em um curto ensaio intitulado “Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia”, referindo-se aos “cantos”, diz:

O **canto** era o ajuntamento de certo número de africanos, de preferência numa esquina de rua, obedecendo a um chefe denominado **capitão do canto**, ou simplesmente capitão, encarregado do ajuste de preços e de trabalhos, incumbindo-se de distribuir aos sábados a importância a que cada um tinha direito. (1943, p. 291, grifo nosso).

O capitão do canto era uma espécie de líder, era ele quem representava os trabalhadores junto ao corpo de polícia, inclusive recebendo um registro comprovando sua função no canto, conforme o “Regulamento Policial”<sup>140</sup> da cidade de Salvador – instituído em 5 de outubro de 1880, pelo Chefe de Polícia Virgílio Silvestre de Faria –, composto por 11 artigos, quatro destes regulamentando os capitães dos cantos:

(...) Art.6º- A nomeação dos “capitães dos cantos” e de seus ajudantes será feita pelos trabalhadores de cada canto, mas só valerá

---

<sup>140</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Série Policia, maço 7116, **Livro de Matrícula dos Cantos**. O regulamento policial esta dentro deste maço.

depois de ser aprovada pelo Dr. Chefe de Polícia, que os poderá demitir quando julgar conveniente.

Art.7º- Será entregue pelo Dr. Chefe de Polícia a cada um dos capitães do canto gratuitamente um título de nomeação e cópia autentica das presentes instruções para que possam facilmente todos saber de seus deveres.

Art.8º- Os trabalhadores são obrigados a obedecer aos capitães, que regularisarão cada um em seu canto, o trabalho pela melhor forma possível de modo que haja igualdade de serviço e interesses entre seus subordinados.

Art.9º- Os capitães responderam perante o Dr. Chefe de Polícia pelos seus subordinados que, durante as horas de trabalho, provocarem desordens, jogarem, embriagarem-se, usarem de armas proibidas, enfim, infringirem qualquer lei ou regulamento ou commeterem delictos (...).

Consonante a esse regulamento, o capitão do canto era fruto de uma escolha supostamente autônoma dos trabalhadores, porém *sua nomeação ainda passava pelo aval do chefe de polícia, o que implicitamente sugestiona a existência de um nível de subordinação do capitão do canto para com o primeiro*<sup>141</sup>. Nesse sentido, o chefe de polícia impunha uma relação de subserviência forçada ao capitão do canto, pois caso o chefe de polícia não o visse com *bons olhos*, este seria substituído. Dessa forma, é possível imaginar que para o capitão do canto restavam-lhe duas alternativas para não ser derrubado da (não aceito na) posição: **por um lado**, criar amistosas relações com o chefe de polícia, cumprido as normas e sendo quase um braço do chefe de polícia para controlar o canto (os trabalhadores); ou, **por outro**, fingir que estava mantendo tais relações para não perder seu

---

<sup>141</sup> Esse é um dos elementos que vem corroborar com a idéia da autonomia relativa e precária dos trabalhadores de rua do período. Parecia haver um nítido limite da dita autonomia ou do campo da liberdade, e este limite era fixado e controlado pelo sistema repressor do corpo de polícia.

posto. É possível pensar que existiram as duas alternativas, inclusive deve ter havido momentos de simbiose entre as duas opções, não podemos dizer com certeza qual foi a mais comum. É provável, porém, que tenha sido a primeira opção, criar relações com o chefe de polícia. Isso talvez explique *em parte*<sup>142</sup> a continuação das atividades dos cantos, isto é, devido ao controle que a polícia estava conseguindo manter com os trabalhadores dos cantos, via capitão do canto, mantendo-os assim trabalhando, não implicando em sérios riscos, já que estavam sendo registrados em livro de matrícula e vigiados<sup>143</sup>.

Contudo, alguns cantos resistiram às ações de fiscalização, certamente, por terem um capitão que não mantinha tais vínculos subservientes com o chefe de polícia, como foi o caso registrado em uma correspondência enviada pelo subdelegado de polícia da Conceição da Praia<sup>144</sup> no dia 19 de outubro de 1888 ao chefe de polícia da cidade. Era uma queixa solicitando apoio policial contra os movimentos de resistência que estavam ocorrendo em sua localidade:

(...) os ganhadores do Caes do Commercio [um canto situado na cidade baixa de Salvador], talvez, instigados por algum infractor [talvez o próprio capitão do canto], **se reúnem como já aconteceu, para impedirem a fiscalização**, chegando á violência de arrebatarem da mão de um carroceiro, e levarem para um barco, volumes (...); solicito a V.S<sup>a</sup> [que] reitere as ordens que se dignou dar ao comandante do destacamento do Commercio para prestar auxílio aos fiscaes, visto que sem isto n'aquela freguesia, no bairro Commercial principalmente, as infrações se darão, sem nenhuma repressão (...) [grifo nosso]<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> Em parte, pois as atividades dos ganhadores (carregadores em especial) era peça importante na engrenagem social e econômica da cidade daquele período. Como já foi dito, a elite dependia do braço negro e mestiço nas ruas e casas da cidade.

<sup>143</sup> Quer dizer, provavelmente o Estado (via polícia) manteve uma relação de duas vias: controlava na maioria das vezes e de vez em quando cedia algumas migalhas, e assim, conseguia controlar os elementos ameaçadores da ordem.

<sup>144</sup> Bairro tradicional da cidade, principalmente por ser o ponto de saída da procissão de Bom Jesus dos Navegantes, no dia 1º de janeiro, e ser o início dos festejos da Lavagem da Igreja do Senhor do Bonfim em meados de janeiro. É um bairro situado na parte ou cidade baixa de Salvador.

<sup>145</sup> APEBa, **Série Polícia**, Assuntos Diversos, Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 6507.

O capitão do canto parece que era o organizador do canto, quem indicava os serviços, dividia-os, mantinha os trabalhadores em harmonia ou em desarmonia, enfim, era o gerente do negócio, com uma diferença: o dono do negócio era os próprios trabalhadores (os ganhadores).

Por fim, para Reis (2000, p.214 e 215), os cantos

(...) funcionavam como espécie de agência informal de emprego para diversas ocupações. Por exemplo, se alguém desejasse contratar um ferreiro, um marceneiro, um cozinheiro e assim por diante, sua melhor chance de encontrá-lo seria dirigir-se a um canto de ganhadores. (Reis, 2000, p.214 e 215).

Além disso, os cantos, para o referido autor, funcionavam como acolhedores de imigrantes, vindos do interior [oriundos de engenhos, principalmente com a abolição] para tentar nova vida na cidade, dando-lhes a possibilidade de participar de novas redes de sociabilidade (2000, p. 226). Nessas redes sociais e solidárias dos cantos<sup>146</sup>, *provavelmente*, misturavam-se redes de parentesco, que se agregavam e se auto-protegiam, para melhor viverem nas condições adversas de trabalho na rua. Inclusive, é possível que essas redes familiares tenham se constituído nos moldes das redes familiares – e de apadrinhamento –

---

<sup>146</sup> Provavelmente, existiram muitos conflitos nesses espaços de sociabilidade dos cantos, desde questões pessoais (disputas, divergências afetivas...), até questões mais sociais/coletivas (conflitos entre os trabalhadores que vieram de outra localidade para se ocupar nos cantos, ou, mesmo, conflitos de um determinado canto com outro de outro bairro, porém deve, também, ter existido muitas relações familiares que ajudaram a dirimir possíveis conflitos). Conforme Arantes (2005, p.145), referindo-se ao reino da sociabilidade, diz: “(...) ao compartilhar experiências semelhantes e se reunir em espaços coletivos, sociabilizavam, forjavam os laços de amizade ou solidariedade e se identificavam, não apenas como negros e brancos, ou nacionais e portugueses, **mas como trabalhadores.**” [grifo nosso]. Quer dizer, havia aí um elemento unificador comum dentre os diferentes tipos étnicos e entre as diferentes atividades de rua, a saber, eram todos trabalhadores, no caso, trabalhadores de rua. Esta constatação será um importante elemento para fortalecer a concepção de classe dos subalternos que apresentaremos a frente.

escravas<sup>147</sup>.

Para Isabel Reis (2001, p.142), “A luta pela preservação da família e a solidariedade entre parentes constituíram-se em mais uma forma de resistência negra ao sistema escravista (...)”. Assim, parece-nos que as relações de parentesco dos negros e mestiços também estiveram presentes nos cantos, remanescentes do passado escravo<sup>148</sup>.

Os cantos terminavam por misturar numa mesma condição, a de trabalhadores de rua, os africanos, brasileiros, pretos, pardos e cabras (Reis, 2000, p. 239). Dessa forma, o espaço do canto (dos ganhadores) inseria numa mesma condição social e de vida indivíduos antes separados pela própria escravidão. Na rua surge, então, a possibilidade desses seres se constituírem numa mesma posição social, com condições de vida e de trabalho similares, constituindo-se assim numa classe<sup>149</sup>.

Dessa maneira, pensar os cantos de Salvador do final do século XIX é entendê-los para além de sua mera aparência de serem apenas um local onde se agrupavam trabalhadores (ganhadores e ganhadeiras) aptos à espera de um serviço. Era mais que isso: significou a própria sócio-gênese de uma classe. A classe dos subalternos, estereotipados de negros, africanos, ex-escravos, sujeitos, inferiores etc., a representação do próprio atraso, a mancha viva de um passado escravista e colonial que tinha que ser apagado e extirpado do presente pré-republicano e civilizado. Nesse ponto, o aspecto negativo do imaginário elitista referente aos negros e seus descendentes vinha à tona com toda a ferocidade, consolidando ou mesmo compondo novos preconceitos em relação a esse grupo social. Inclusive, o controle desse grupo subalterno se colocava como um dilema: ou se controlava

---

<sup>147</sup> “(...) é possível perceber como laços de solidariedades entre escravos de um mesmo engenho e redes familiares formadas no tempo da escravidão foram preservados e ampliados no pós-abolição.” (FRAGA FILHO, 2004, p.17).

<sup>148</sup> E, certamente, é algo que ainda carece de estudos, mas por si só, deve ter sido um fator agregador e continuador dos cantos.

<sup>149</sup> Conforme Reis (2000, p. 240), os cantos de 1870 “(...) pareciam se encaminhar para uma organização mais orientada por princípios classistas”, “(...) estariam convergindo em torno de um reconhecimento de que eram todos – ou quase todos – negros ou tratados como tais, numa sociedade dominada pelos brancos” (2000, p. 241).

e inibia essa *corja* de negros e mestiços ou poderia ocorrer um novo levante, do tipo Malês<sup>150</sup>.

Assim, a condição de estarem todos ou quase todos e todas numa mesma condição social (na rua) em trabalhos de rua similares, possibilitava uma condição agregadora comum: eram eles alijados de propriedades (posses, bens...) e excluídos da sociedade organizada, dominada pelo mundo da *elite branca*. Doravante, por estarem vivendo em condições similares tinham um fator constitutivo importante, viviam em oposição forçada e imposta a classe dominante (elite branca) e, portanto, como sugere Thompson, a “(...) classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p.10). Portanto, a classe dos subalternos, a qual fazemos referência, trata-se da resultante de um conjunto de relações sociais comuns partilhadas pelos trabalhadores de rua, quase todos ou todas de passado africano (escravista), mas que na rua conseguem formar uma identidade de pertencimento comum, misturando-se negros, mestiços e até brancos pobres<sup>151</sup>.

Isso certamente carece de mais estudos, mas é algo para ser pensado. Por fim, essa incipiente classe dos subalternos estava hipoteticamente muito mais organizada e agrupada por uma certa espontaneidade e por paralelismos de condições sociais – que tinham papel central na estruturação dessa classe em formação – do que pela liderança de alguma organização racial ou religiosa da época. Mesmo que determinado *capitão de canto* tivesse um respaldo maior entre os diferentes agrupamentos de trabalhadores, em variados cantos espalhados pela cidade, ainda assim, a espontaneidade parecia prevalecer.

---

<sup>150</sup>Cf. REIS, 2003.

<sup>151</sup> Não pretendemos aqui anular a compreensão marxiana de classe, como sendo uma existência objetiva, estrutural. Uma condição de inserção do ser na estrutura social/econômica, marcado por possuir ou não possuir propriedades, donos dos meios de produção e força de trabalho (expropriados). Simplesmente, compreendemos que para uma melhor compreensão do trabalho de rua do período, vale a pena, seguir o caminho da experiência de vida e de trabalho destes trabalhadores nas ruas da cidade de Salvador.

O crescimento desordenado dessa *escória* (classe dos subalternos) implicava em pelo menos duas questões primordiais. **Por um lado**, a *elite branca* sentia-se em parte ameaçada com o aumento dessa população e com sua autonomização, pois poderia pôr freios ou riscos sociais ao seu próprio (e imaginado) desenvolvimento civilizacional. Daí talvez tenha surgido uma **simbiose forçada e continuada** entre a elite e as forças do atraso (a classe dos subalternos, negros e mestiços). Claro que essa simbiose foi instituída e mantida pela *elite branca* (em seu benefício), a qual viu uma certa utilidade neste povo negro e mestiço, como trabalhadores, carregadores (mesmo como autônomos, muitos pré-assalariados) e como uma incipiente força de trabalho (em especial, no Nordeste).

**Por outro**, a elite deve ter se visto meio dependente dos subalternos. Isto deu-se no período em questão, principalmente pela decadência do sistema açucareiro da época e a própria decadência dos senhores, o que termina por colocar a elite em contato mais direto (e até dependente) com os *subalternos*, no tocante ao trabalho desempenhado pelos últimos. Afinal, é inimaginável conceber que naquele contexto a elite saísse de sua posição social, econômica e política elevada e fosse se misturar em atividades simples (em geral manuais), as quais eram típicas do povo negro. Imaginem os *brancos* carregando mercadorias ou, mesmo, vendendo iguarias nas ruas da cidade. Seria algo no mínimo anacrônico se comparado com seu passado de dominação e exploração de outros grupos culturais. Portanto, fica mais compreensível historicamente que a elite tenha mantido essas formas de trabalho de rua por uma questão de precisão. Mantiveram-nos nas ruas, apenas delimitando seus espaços de trabalho e de sociabilidade<sup>152</sup>, os fichando e os mantendo excluídos dos ganhos e desenvolvimentos do mundo branco, por si só modernizador e preconceituoso.

---

<sup>152</sup> Claro que esses controles não foram suficientes para engessar (o que seria talvez impossível de ocorrer, por pior que fosse a opressão) as insurreições, revoltas, suas manifestações culturais e religiosas (dos verdadeiros *donos das ruas*, vielas e cantos da cidade de Salvador).

### 3.4. – O controle e perseguição policial ao trabalho de rua

A regulamentação e o controle por parte do poder público municipal em relação às atividades de rua foram práticas comuns em Salvador no século XIX. Várias também foram as resistências impetradas pelos indivíduos da rua – talvez as mais expressivas foram o levante dos Malês de 1835 e a “greve negra” de 1857<sup>153</sup>. A primeira estava atrelada à questão religiosa (islamismo) e muito mais ligada aos escravos de um modo geral, não somente àqueles que labutavam nas ruas. Esse movimento teve também um forte caráter político, tentativa de tomada do poder, e contou com a participação de “(...) trabalhadores escravos e libertos dedicados ao ganho urbano: carregadores de fardos, barricas, cestos, cadeiras de arruar, vendedores de comida, panos-da-costa e outros produtos consumidos em especial pelos próprios africanos.” (Reis, 2003, p.75)<sup>154</sup>. Já a segunda, essa sim foi toda implementada pelos carregadores que se organizaram e pararam a cidade de Salvador por

---

<sup>153</sup> As reações dos escravos de um modo geral à opressão do escravismo se davam geralmente via agrupamento em Quilombos, símbolo humano de resistência a imposição de um mundo opressor e hostil. O mais conhecido e secularizado na sociedade brasileira foi o de Palmares. De acordo com Lopez (1981, p.48), “(...) Palmares foi uma confederação de mocambos; e quanto à forma de governo, foi monarquia absoluta (Ganga Zumba e Zumbi respectivamente) e eletiva”. Ainda conforme o autor, a “(...) sociedade dos quilombolas chegou a agrupar 20.000 pessoas em 27.000 Km<sup>2</sup> e incluiu índios, mulatos e até mulheres brancas. A prosperidade resultante não apenas atraiu marginalizados do sistema colonial como também deixou evidente que **a posterior estagnação da lavoura açucareira não foi decorrente de uma suposta capacidade deficiente de trabalho do escravo negro mas do caráter antiprodutivo do escravismo, que aviltava tanto o homem como o seu esforço**” (loc. cit., grifo nosso). É interessante observar a dimensão do quilombo, levantada por Lopez, e mais, como que estas organizações conseguiram progredir economicamente de modo quase autônomo, apenas realizando trocas simples de mercadorias e auto-administrando e compartilhando as riquezas adquiridas. Além disso, pode-se notar, como bem salientou Lopez, que de fato a idéia de que o *negro era antiprodutivo* foi fruto de puro preconceito da elite branca da época. Por fim, a vale a pena citar Freitas (1991), o qual faz referência à importância do quilombo na sociedade brasileira colonial, para este, na “(...) formação social escravista do Brasil, o instrumento por excelência da luta dos escravos proletários foi o quilombo.” (op. cit., p.29). Ainda segundo o autor, referindo-se a importância do quilombo: “Possuem o predicado específico da epopéia – a ação heróica através da qual o homem se afirma como tal, independentemente do êxito ou do fracasso. Expressão do comovedor esforço da massa escrava para resgatar sua humanidade seqüestrada pela escravidão, os quilombos estão incorporados à tradição revolucionária do povo brasileiro.” (op.cit., p.56).

<sup>154</sup> “A idéia, então, parece ter sido, desde antes do descobrimento da conspiração pela polícia, a de um núcleo maior explodindo na ladeira da Praça, seguindo de adesões aqui e ali pela cidade, começando pelos escravos que todas as manhãs saíam, ao romper do dia, para o serviço de rua.” (REIS, 2003, p.143).

“Cerca de 51% dos réus escravos e libertos indiciados naquele ano eram trabalhadores de cadeira e fardos e vendedores ambulantes. Outros 17% eram artesãos, a maioria dos quais muito provavelmente fazia ponto dentro de cantos.” (REIS, 1991, p. 17).

cerca de dez dias, protestando contra as condições de trabalho, o controle excessivo sobre suas atividades, numa cidade onde quase tudo que saía e entrava era pelo porto <sup>155</sup>.

Além desses exemplos acima, houve o caso já citado anteriormente de um Canto no Cais do Comércio que havia se rebelado contra a fiscalização pública, em 19 de outubro de 1888<sup>156</sup>, algo que já havia ocorrido antes, como relata o subdelegado de Conceição da Praia. Imaginem a quantidade de levantes realizados pelos trabalhadores de rua (ganhadores) contra às imposições dos senhores e, depois, contra os controles e fiscalizações municipais que não foram nem mesmo registrados pelos chefes de polícia. O fato é que nos faltam fontes documentais para atestar esses e tantos outros episódios.

Foram inúmeras as revoltas contra às imposições do poder público municipal e estadual ao longo da segunda metade do século XIX. Claro que devem ter carecido de uma organização/direção de “classe”. Houve contestações pontuais ou genéricas demais. É importante frisar que a “greve negra” não era uma organização de classe dos trabalhadores de rua, pois eles (os carregadores e os ganhadores) naquele contexto representavam muito mais uma classe em formação do que uma classe de fato<sup>157</sup>. O principal controle policial efetivado para fiscalizar e coibir o trabalho de rua no final do século XIX em Salvador foi o Regimento Policial de 1880 e o Livro de Matrícula dos Cantos (praticamente no mesmo período). O primeiro efetivamente determinava que só poderia ir trabalhar nas ruas quem estivesse devidamente matriculado em um canto. Além dessa postura, o regulamento

---

<sup>155</sup>“Os negros haviam decidido cruzar os braços, em protesto contra uma postura municipal que entrara em vigor a partir daquela data (...) só poderiam ‘ganhar’ mediante licença concedida pela Câmara Municipal. Por esta licença, ou matrícula, pagariam dois mil réis. No mesmo ato deveriam pagar uma taxa adicional de três mil réis, por uma chapa de metal com o número de inscrição, de uso obrigatório ao pescoço sempre que estivesse no ganho (...)” (Id., 2003, p.01). Foi justamente por não quererem pagar por essa chapa de metal e por não quererem usá-la que os trabalhadores (mais) se revoltaram.

<sup>156</sup> Referência apresentada anteriormente na página 103.

<sup>157</sup> Esse fenômeno (do trabalho de rua) na atualidade não se refere à formação de uma classe, mas sim a fragmentação de uma. Hoje, início do século XXI, a “repressão” por si só divide os trabalhadores de rua, basicamente, em duas categorias: os de ponto fixo (o camelô) e os ambulantes. Ambos são constituídos por prestadores de serviço de rua (pedreiro, encanador, pintor, trabalhadores de carroto...) e, ainda, um outro grupo mais qualificado, com escolaridade mais elevada, com provimento de renda maior (os trabalhadores de transporte escolar, mini-lanchonetes automotiva etc.), dentre outros. Dentro de cada estrato desse, existem novas diferenciações, uns estão regulares, outros não etc. Essas diferenças compõem, talvez, o principal fator de desagregação desses trabalhadores na atualidade. Além disso, a ideologia do individualismo e da não solidariedade tão bem difundidos na sociedade globalizada atual representa outra fonte, em potencial incalculável, de desagregação social destes indivíduos enquanto possível organização classista.

também chegava em detalhes como, por exemplo, determinar a vestimenta do trabalhador, provavelmente para criar um padrão social supostamente aceitável e, principalmente, para facilitar sua identificação. Em seu **artigo 5º** “Os trabalhadores são obrigados a usar de camisa de mangas curtas, trazendo na do lado direito letras bem visíveis, feita de ganga vermelha, o numero de ordem, que lhes pertencer e acima d’estes a letra do canto respectivo”.

No caso dos *ganhadores*, muitos foram perseguidos e obrigados a registrarem-se no livro de matrícula, o qual ficava a disposição da polícia. Essa era uma forma de controlá-los sem proibir o trabalho nas ruas. Isto se diferencia no presente da capital baiana, onde os agentes, o “Rapa”<sup>158</sup>, vêm e dizem: *não pode trabalhar aqui não, rapaz. Vocês tão brincando comigo, é?*. E aí vão e tomam tudo mesmo, mercadorias, instrumentos de trabalho, até barracas (banca) de camelô que estejam funcionando fora do horário permitido, levadas dentro de *peruas*, sem conversa. São as mais diversas ações truculentas e selvagens. É uma cena horrível de se presenciar, trabalhadores querendo trabalhar e o poder público municipal sem querer deixar<sup>159</sup>.

Delimitava-se o lugar e a roupa que se deveria usar, mas, ao menos, podia-se trabalhar, mesmo porque a *elite branca*, em franco processo de decadência econômica (açúcar), necessitava do trabalho do povo negro nas ruas.

---

<sup>158</sup> Cenas comuns, principalmente no Centro da cidade, onde há uma maior concentração de trabalhadores de rua. Essa fiscalização conhecida como “Rapa” é a policia administrativa municipal, vinculada à Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura (SESP). É essa secretaria que controla e fiscaliza os informais da cidade. Inclui-se as barracas de praia e de bairro, tradicionais da cidade, que também são obrigadas a ter registro e pagar taxas, seguindo normas de funcionamento. É a mesma que inscreve uma determinada quantidade de trabalhadores, todo ano, para trabalhar em locais específicos, no entorno do circuito do Carnaval. Geralmente, poucos trabalhadores conseguem se inscrever, gerando protestos. Todo ano a imprensa noticia as reclamações dos trabalhadores dizendo que as vagas para o cadastro foram muito poucas. Porém, as cenas se repetem ano após ano.

<sup>159</sup> É verdade que na atual administração (Prefeito João Henrique 2004 - 2008), o “Rapa” diminuiu muito suas ações repressivas. Só não se sabe até quando vai durar essa atitude e qual o intuito deste suposto “afrouxamento”. Hoje, a cidade está bastante povoada de trabalhadores de rua, principalmente no centro da cidade. São trabalhadores vendendo todo tipo de coisas, doces, frutas, lanches, brinquedos, entre outros produtos, valendo-se dos mais variados meios de trabalho, o principal é a rua, depois tem o uso de carrinhos de compras de super-mercado [carrinhos de ferro usados nos mercados da cidade], carrinhos de nenê, carrinhos de mão, todos eles são transformados em *banças ambulantes*, circulando de um canto para outro da cidade, evitando assim a repressão do Rapa, que ultimamente, como dissemos, tem afrouxado suas ações.

O controle e a fiscalização aos (às) trabalhadores (as) não pararam em 1880. No dia 5 de setembro de 1889, o Dr. José Luiz de Almeida Couto torna pública as resoluções da Assembléia Legislativa Provincial<sup>160</sup> que, entre seus artigos morais sobre deveres e condutas na cidade, traz no artigo 10º:

Ninguém poderá **mascatear** nem **volantemente** negociar em qualquer generos n'esta villa (...) sem prévia licença desta Câmara, que a concederá depois de lhe haver sido pago o respectivo imposto e feito a matricula, recebendo um número de ordem que será colocado na caixa [ou] tabuleiro de mascateação ou do genero que **ambulantemente** vender; o infrator fica sujeito a multa de vinte mil réis (...). [grifo nosso].

Essa resolução é interessante, pois traz denominações feitas aos trabalhadores de rua que dão a idéia de movimento, de uma atividade que perambula pela cidade, a qual é ambulante. É o caso do termo volantemente ou ambulantemente. Hoje, final do século XX, início do XXI, essa idéia de movimento foi incorporada no senso comum, na denominação vendedor ambulante. É provável que no século XIX já se pensava na denominação vendedor ambulante, mas não era tão comum. Já o termo mascatear, que também se refere a movimento, conforme vemos acima, refere-se à venda de gêneros dos mais diversos, usando-se de caixa, caixote ou tabuleiro.

Os jornais da época também traziam notas, muitas vezes, cobrando ações do poder municipal com o propósito de coibir os vendedores e as ganhadeiras em determinados lugares da cidade. Esse foi o caso do *Jornal de Notícias* de 18 de março de 1895. O título da nota era “Pelas Ruas”, a qual reclamava ao poder municipal posturas para tornar limpa e mais livre as ruas da cidade: “Já é tempo da capital da Bahia oferecer feição mais digna”<sup>161</sup>. A nota refere-se a algumas ruas principais do centro da capital baiana. São elas: rua Duarte

---

<sup>160</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 2911, folha 22, **Presidência da Província Legislativa**: registros de leis e resoluções, 1889.

<sup>161</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895, p. 01.

Cabeça (no Largo Dois de Julho), o Beco do Vigário e São Pedro. Conforme a nota, “(...) ha diariamente em plena rua um comercio animado de ganhadeiras. A noite o mercado aumenta de proporções e com ele o escândalo de em ruas tão concorridas ficar o trânsito publico interrompido” (Idem). É interessante notar que nessas ruas citadas acima como sendo sujas e de difícil acesso para os transeuntes, devido à presença de trabalhadores de rua, foram as mesmas a serem novamente modificadas na atualidade em Salvador. E, por incrível que pareça, foi onde a ordenação teve um maior êxito no seu objetivo, melhorar o tráfego dos transeuntes, retirando as bancas dos camelôs do meio da rua. Os trabalhadores foram removidos dessas ruas para becos e vielas próximas. Boa parte desses becos tratava-se de lugares insalubres e não muito solícitos à presença de estranhos. Andar nessas ruas era sempre uma surpresa (estava-se sujeito a roubos, furtos, brigas...). Para quem passou por esses lugares antes da ordenação de 1997 e depois percebe a diferença. Com a ordenação, os trabalhadores acabaram por funcionar como (re)estruturadores sociais e culturais desses becos e vielas, dando-lhes mais vida e movimento. Mas nem tudo foram flores. Apenas 4 ou 5 desses becos têm um fluxo contínuo de transeuntes (estudantes, trabalhadores assalariados em geral, consumidores diversos, entre outros.), outros ficam, no dizer popular, ao *deus dará*, com pouca freguesia, hora sim hora não. Portanto, para o conjunto dos trabalhadores, a regulamentação não foi a melhor saída. Conforme Guedes (2004, p.39),

O processo de regulamentação da atividade informal, iniciado no final do ano de 1997, causou inúmeras transformações no que se refere à realidade e ao cotidiano dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. Adotando uma postura essencialmente controladora e restritiva, o poder público municipal, por meio de alguns decretos, impõe aos informais uma série de regras e condições para o funcionamento de suas atividades.

A nota do *Jornal de Notícias* (do dia 18 de março de 1895) termina conclamando o poder municipal para atender seus reclames: “O que vimos de dizer é fácil de ser verificado

pelo poder municipal, que estamos certos não demorará em atender-nos, extinguindo aquele mercado ambulante em portas e passeios, dando assim péssimo aspecto aquele ponto”<sup>162</sup>.

Já no *Jornal de Notícias* de 04 de maio de 1899, a administração municipal ordena a retirada de vendedores ambulantes (quitandas) de ruas da cidade, no caso, do largo do mercado da Baixa do Sapateiro (atual Avenida J.J Seabra). Segundo a nota, que também tinha o título *Pelas Ruas*, dizia:

A administração do Sr. Dr. Victorio Falcão deverá tornar realidade o cumprimento das portarias baixadas ao comissariado municipal, no sentido de impedirem a continuação da permanência de vendedores ambulantes no largo do mercado da Baixa dos Sapateiros, vedando o trânsito público e atirando na viação quanta espécie de imundice conseguem reunir em cestos e gamelas (...) <sup>163</sup>.

Ainda conforme a nota, essas mudanças seriam permanentes e se estenderiam para outras ruas, como para o “(...) caes do commercio, praça Castro Alves, etc., onde grande número de vendedores ambulantes permaneciam dia e noite, com tabuleiros, gamelas e bandejas de doces (...)”. A nota finaliza afirmando que os vendedores estão violando as leis municipais<sup>164</sup>.

Em 15 de setembro de 1900, o *Jornal de Notícias* traz novamente a nota *Pelas Ruas*. Volta a reclamar e exigir providências para com os vendedores ambulantes. Segundo a nota,

---

<sup>162</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895, p. 01.

<sup>163</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 04/05/1889, p. 01.

<sup>164</sup> Essa nota, 4 anos após a anterior, no mesmo jornal, não faz menção às ruas antes citadas (Duarte Cabeça - no Largo Dois de Julho -, o Beco do Vigário e São Pedro.), pois é provável que nessas ruas a ordenação já havia sido implementada, não sabemos ao certo, mas supomos que sim.

(...) além de ilustradores de calçados, vê-se concorrido mercado de pão, doces, fructas, etc., e até de folhas medicinais, abuso agravado pelo desrespeito a moral e a ordem públicas e cascas de fructas, palhas, etc. A postura proibitiva d'esse abuso era, há pouco tempo, observada com certo cuidado, deixando agora de o ser, não sabemos devido a que causas<sup>165</sup>.

Antes, com o funcionamento da proibição, conforme a nota,

Uma família ou um cavalheiro podia transitar despreocupado de apanhar um trambolhão de algum carregador ou vendedora de fructas e carnes e outras coisas mais. Actualmente, é-se obrigado a descer dos passeios, porque os vadios empatam a passagem com suas pernas estiradas (...) ou, então, com caixas de lustrar, bandejas de balas, balaços, etc.<sup>166</sup>

Já em 1904, outro jornal, o *Diário de Notícias*, publica no dia 01 de agosto uma nota com o título *Queixas e Reclamações*, na qual ainda se refere aos trabalhadores do largo do Mercado da Baixa de Sapateiros (bairro situado no centro de Salvador, próximo do centro histórico/pelourinho), pedindo a retirada deles do local<sup>167</sup>. Ou seja, cinco anos depois das ações da administração de Victório Falcão, os vendedores voltaram para o local. Isso nos leva a ponderar que era uma constante a desobediência (aqui como forma de resistência às imposições administrativas e as ordenações propostas pelo mundo branco) – e pode-se dizer que ainda é assim até hoje, não só para resistir propositadamente ao controle municipal, como por uma questão inexorável: a busca frenética diária pela sobrevivência.

---

<sup>165</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 15/09/1900, p. 01.

<sup>166</sup> Id., *ibid.*

<sup>167</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Diário de Notícias**, Jornal, 01/08/1904, p. 03.

Continuando com a discussão em relação à perseguição aos trabalhadores de rua, podemos ver o Mapa de Presos de Salvador do período de 1887 à 1889 <sup>168</sup>, que traz uma planilha que consta de: 1º) estações de Salvador (local onde foi preso); 2º) nome; 3º) nacionalidade; 4º) qualidade/cor; 5º) profissão; 6º) motivo da Prisão; 7º) a que horas; 8º) dia ou noite.

São exemplos de algumas prisões aquelas ocorridas no dia 28 de fevereiro de 1889 na Estação do Comércio. Foram presos nessa ocasião: João Baptista, brasileiro, crioulo, ganhador, por desordem; Francisco da Costa, brasileiro, crioulo, ganhador, por desordem; Mauricio, brasileiro, pardo, ganhador, marceneiro, por desordem. No mesmo dia, na Estação Central, foi preso Luiz Antonio de Moraes, brasileiro, crioulo, sem ofício, por desordem. Conforme esse dia, podemos ver que sempre tinha muitos trabalhadores (as) de rua sendo presos (as) e a maioria por motivo de desordem <sup>169</sup>.

Além dessas prisões por motivo de desordem, têm-se outras por motivos dos mais estranhos, o que leva a considerar que estar na rua, trabalhando, sendo negro ou mestiço, implicava estar sujeito a ser rotulado como *suspeito* e, sendo visto desobedecendo algum preceito moral sob a ótica do *bom viver da elite branca*, ocorreria a prisão. Em outras palavras, bastava perambular sem destino ou dormir depois da meia noite em alguma praça pública que poderia ser preso <sup>170</sup>.

Alguns exemplos destes tipos de prisões podem ser vistos abaixo:

Luiz Pereira, livre, 21 anos, brasileiro, crioulo, ganhador, solteiro, foi preso “por ser encontrado a dormir depois de meia noite no largo da Conceição (...)”. Luiz foi preso no dia

<sup>168</sup> Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

<sup>169</sup> Os motivos mais comuns para se efetuarem as prisões eram por desordem, por insultar a força e a moral pública, por embriaguez, por furto, por vagar sem destino, por ferimento, por infração de postura, como alienado (louco), entre outros. Os detalhes contidos nos mapas de presos eram no geral resumidos e vagos demais, o que impossibilita fazer maiores considerações.

<sup>170</sup> Como afirma Arantes (2005, p.35), se referindo ao Rio de Janeiro, em finais do XIX, em situação similar a vivida nas ruas de Salvador: “O problema é que nas ruas, a qualquer momento o sujeito poderia ver seu sono interrompido pela voz de prisão. Afinal, não ter onde morar naqueles tempos dava cadeia e dormir ao relento, ou simplesmente estar na via pública sem fazer nada, era contravenção prevista no código penal”.

07 de abril de 1888<sup>171</sup>. Nesse mesmo dia, foi preso outro crioulo, sem nome, ganhador, 33 anos, solteiro, preso “por vagar sem destino”<sup>172</sup>.

O corpo policial terminava ficando com plenos poderes para decidir a seu bel prazer quem era e quem não era criminoso, quem era ou não vadio. Portanto, o cotidiano de trabalho era marcado por uma insegurança tremenda, de um lado, os trabalhadores conquistando sua sobrevivência e tentando a todo instante provar que não eram vadios, de outro, a polícia fiscalizando, reprimindo e tirando suas próprias conclusões, amparada pela elite branca dominante da época<sup>173</sup>. Então, surge a seguinte indagação: quem sairia vencendo nesse jogo cotidiano, os trabalhadores ou a polícia? Certamente, que foram os segundos, que usaram e abusaram da legitimidade do Estado para prender e soltar, cotidianamente. Prisões, por vezes, efetuadas por simples suspeitas, como formas de se controlar um grupo subalterno que, vez ou outra, punha *medos* e *ameaçava* a ordem estabelecida.

Assim, em uma breve análise do Mapa dos Presos, constatamos quase sempre a presença de um ganhador (a) (com atividades tipo: pedreiro, marceneiro, sapateiro, aguadeiro, entre outros), ou seja, constantemente tinha-se trabalhadores de rua entre os presos do dia.

Inicialmente referente aos presos do mês de Janeiro de 1888<sup>174</sup>, próximo à abolição, temos que 84% dos presos (as) já estavam relacionados na condição de livres<sup>175</sup>. Havia

---

<sup>171</sup> APEBa, **Mapas de presos, prisões**, *op. cit.*

<sup>172</sup> Id., *ibid.*

<sup>173</sup> Como afirma Arantes (2005, p.59), referente às ruas do Rio de Janeiro, no final do XIX, “(...) era no cotidiano, no embate diário entre suspeitos e autoridades, que se ‘decidia’ quem era vadio. Esse ‘poder de decisão’ da polícia, frequentemente exercido de forma pouco criteriosa, incidiu sobre a vida de inúmeros habitantes da cidade, sobretudo os trabalhadores”. E mais, sobretudo sobre os negros e mestiços, grupos sociais de passado escravista/africano, dito *inferior e desordeiro*, comumente, vistos como *inaptos* à moral e aos bons costumes pregados e defendidos pela elite branca da época.

<sup>174</sup> Infelizmente, o maço *Mapa de Presos* (APEBa, maço 6297), ao longo do ano de 1888 e de 1889, está incompleto e muito deteriorado, o que não permitiu montar mais tabelas, por isso, iremos citar apenas dois exemplos, mas que são suficientes para se ter uma noção da caracterização que se fazia aos presos no período. Houveram também presas (trabalhadoras de rua), mas em menor quantidade, como o caso de Antonia Maria da Silva, brasileira, crioula, ganhadora, 20 anos, livre, solteira, presa por desordem, sob ordem do subdelegado do 1º distrito de Santo Antônio, no dia 13 de abril de 1888, exatamente um mês antes da abolição

poucos africanos presos, apenas seis. Havia apenas 20 presos na condição de escravos nesse mês. De modo geral, eram poucos os escravos registrados nos mapas de presos desse período. É provável que isso tenha ocorrido devido à baixa quantidade de escravos existentes nas atividades de rua do período, pois a escravidão urbana foi se dissipando mais rápido do que a rural. Como as atividades de ganho na rua foram cada vez mais sendo ocupadas por livres e libertos ao longo do século XIX, consolidou-se como um espaço diferenciado de trabalho diante da escravidão. As formas de trabalho de rua<sup>176</sup> se aproximavam de formas de trabalho livre e, por isso, eram mais avançadas que as formas de trabalho escravas, como vimos anteriormente com o processo de autonomização dos cantos. Vejamos a tabela dos presos de janeiro de 1888, segundo a ocupação:

---

da escravidão, o que comprova que já havia ganhadoras livres nas ruas da cidade. Mas, devido ao estado precário que se encontram os mapas das prisões, não realizamos a contagem diferenciando presos e presas.

<sup>175</sup> Do total de presos (as) desse mês (238, ver tabela 01 abaixo), apenas 20 foram registrados como escravos, quer dizer, 84% eram livres, mesmo antes da abolição. Isto vem a corroborar a idéia de que já existiam trabalhadores livres nas ruas, antes mesmo, do fim da escravidão. Só a título de curiosidade, do total de presos desse mês (238), 18 eram estrangeiros, assim distribuídos: 4 portugueses, 4 italianos, 3 paraguaios, 2 americanos, 2 noruegueses, 1 alemão, 1 espanhol e 1 inglês, não havia maiores detalhes sobre a prisão destes estrangeiros.

<sup>176</sup> Agregamos em uma mesma condição trabalho de rua, diversos tipos de atividades que estavam ligadas aos Cantos ou perambulavam por estes. Estavam, por vezes, relacionadas entre a casa e a rua, mas que tinham a rua como espaço de oferta de seus serviços ou de seus produtos. Assim, consideramos trabalhador de rua ou ganhador todos esses seres que viviam das condições incertas das ruas, em atividades diferenciadas, mas muitos, provavelmente, estavam vinculados por laços de amizade e de parentesco e, certamente, viviam em um mesmo jogo, o jogo da vida da rua. Todos estavam a seu modo ganhando a vida dia-a-dia, sol a sol, nas ruas de Salvador no final do século XIX.

Hoje, define-se uma forma de trabalho muito mais pela “relação de trabalho” do que pelo local onde ela se realiza (se no chão da fábrica ou em um estabelecimento comercial). Hoje, a definição mais consensual baseia-se em um critério jurídico que diz se o trabalhador tem carteira assinada, ele é formal, caso não tenha é informal. Porém até essa definição é muito vaga e genérica, pois existem formas de trabalho com carteira, mesmo dentro de multinacionais, mas que são tão precárias, incertas, tensas, conflituosas e vulneráveis, quanto às atividades tipicamente informais. Isso para não citar a informalização das atividades formais. Assim, pensar em qual critério teórico poderia ser usado para definir o que vem a ser ou não trabalho de rua também torna-se complexo, ainda mais por tratar-se de um período histórico passado. Mas uma coisa é certa: nas atividades de rua do período do final do século XIX, em Salvador, não havia uma relação capital (donos dos meios e instrumentos de produção) – trabalho (força física/manual e mental), muito pelo contrário era o próprio trabalhador que controlava e possuía seus instrumentos e meios de trabalho, eram, então, seres dotados de autonomia de trabalho, do ato de trabalhar em si, não do contexto externo, que sabemos que era bastante coercitivo e regulador. Havia, porém, elementos caracterizadores e definidores dos tipos de atividades de rua, como: o fato de ocorrerem nas ruas; estarem sujeitas ao controle externo do poder público Estadual (polícia); serem atividades incertas e vulneráveis quanto a jornada de trabalho, bem como, com relação a renda. Assim, a título de nossas análises e inferências explicativas e discursivas, iremos considerar todas as atividades que estiverem nessas condições apresentadas acima como sendo componentes do trabalho de rua de Salvador do final do século XIX. Para uma melhor reflexão sobre este assunto rever o capítulo 1.

**Tabela 01****Relação dos Presos (as) de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua ocupação.**

<b>Ocupação</b>	<b>Relação de Presos</b>	<b>%</b>
<b>Trabalhador de rua*</b>	<b>93</b>	<b>39,1</b>
Doméstico	29	12,2
Lavrador / roceiro	16	6,7
Marítimo / Saveirista	12	5,0
Sem ofício	79	33,2
Outros**	09	3,8
<b>TOTAL</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Documental no APEBa, Mapa de Presos, maço 6297.

\* Inclui-se aqui: ganhador/carregador, vendedor ambulante, marceneiro, sapateiro, pedreiro, servente, cozinheiro, quituteiras, padeiro, ferreiro, funileiro, calafate, carroceiro.

\*\* Inclui-se aqui: maquinista, taverneiro, garimpeiro, alfaiate, cabeleireiro/barbeiro, telegrafista e músico.

Conforme a tabela acima, referente às prisões efetuadas em diferentes locais da cidade de Salvador em janeiro de 1888, há um expressivo percentual de trabalhadores de rua, 39,1%. Porém, aos trabalhadores de rua podem ser acrescentados os domésticos (12,2%) e os sem ofício (33,2%). Os primeiros, normalmente, exerciam atividades entre a casa e a rua, pequenos recados, pequenos serviços, compras, buscavam água. Os segundos, relacionados na condição de “sem ofício”<sup>177</sup>, viviam ou da labuta incerta das ruas, sem uma ocupação definida, ou perambulavam pela cidade, como “vadios”, muitas vezes a espera de alguma atividade regular. Uma parcela deles vivia sem ser somente carregador, pedreiro,

<sup>177</sup> Uma parcela desses sem ofício era composta por menores de idade, talvez, por isso não tinham um ofício definido. Não conseguimos contabilizar isso, pois os documentos estão muito deteriorados. Aqui a idéia de que não declarar o ofício era uma forma do escravo (no caso, o africano) não pagar impostos não procede, pois o número de escravos (e de africanos, em especial) era bastante limitado. É mais provável que muitos dos cadastrados como sem ofício tenham sido fruto do descaso do corpo de polícia, que devia ter em mente um estereótipo bem definido, assim, não dava muita importância a identificação adequada de cada indivíduo em particular, mas tomavam como uma generalização, do tipo: todos são sem ofício, como uma forma de dizer que aqueles indivíduos, negros e mestiços, não trabalhavam e que viviam da vagabundagem e balburdia. Isto é apenas *uma possibilidade*.

marceneiro, mas um pouco de cada coisa, uma espécie de “pau para toda obra”, quer dizer, eles deviam de fato não ter uma profissão definida na vida e sim meios de sobrevivência, que deveriam variar conforme a demanda por serviços<sup>178</sup>. Isso leva-nos a um percentual aproximado de 84,5% (somados trabalhadores de rua mais domésticos e sem ofício) de trabalhadores de rua presos em Janeiro de 1888.

Em relação à cor dos presos (as), do mês de Janeiro de 1888, houve um predomínio de negros e mestiços, 89,4%, conforme tabela 02 abaixo:

**Tabela 02**  
**Relação dos Presos (as) de Janeiro de 1888 de Salvador, segundo sua Cor.**

<b>COR</b>	<b>Relação de Presos</b>	<b>%</b>
Crioulo	80	33,6
Pardo	86	36,1
Cabra	40	16,8
Preto*	07	2,9
Branco	25	10,5
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa documental no APEBa, Mapa de Presos, maço 6297.

\* Do total de listados como “preto”, apenas um não era africano, era estrangeiro.

---

<sup>178</sup> Inclusive encontramos casos de presos que foram registrados duas vezes, em dias diferentes ou, em fichas separadas, o que abre brecha para o descaso (e/ou desleixo) por parte do corpo de polícia no registro dos presos e, conseqüentemente, nos impõem um relativo nível de incerteza na definição da profissão do preso. Como no exemplo dos presos Alfredo José Vidas, brasileiro, branco, casado, 26 anos e João Pompeo Baptista, brasileiro, crioulo, 25 anos, solteiro, respectivamente, presos por ferimentos e desordem. O primeiro, por ordem do subdelegado do Pilar, e o segundo, pelo subdelegado de Santa A'nna. Foram registrados no dia 24 de agosto de 1989, como sem ofício e, por acaso, foram também registrados no dia seguinte, dessa vez com as profissões de Negociante (Alfredo) e Pedreiro (João). Outro exemplo interessante é o Jerônimo dos Santos Ramos, brasileiro, crioulo, 26 anos, solteiro, preso por ordem do subdelegado do Passo, por crime de furto, no dia 23 de Janeiro de 1889. Ele foi registrado em duas fichas separadas, no mesmo dia, em uma ele aparece como sem ofício e noutra como ganhador.

O percentual alto de presos (as) na condição de trabalhadores de rua e a predominância de negros e mestiços se fez constante ao longo desse mês em questão. Provavelmente se fez constante também ao longo dos anos, haja vista que os trabalhadores de rua, de um modo geral, eram constituídos majoritariamente por *negros*.

Ratificando a idéia acima, olhemos o mês de fevereiro de 1889 (pós-abolição). Conforme as tabelas 03 e 04 abaixo, tem-se 88,2% de trabalhadores de rua (agregando-se os domésticos e os sem ofício) e uma predominância de negros e mestiços, com um percentual de 91% (agregando-se preto, crioulo, pardo e cabra).

**Tabela 03**

**Relação dos Presos de Fevereiro de 1889 de Salvador, segundo sua ocupação.**

<b>Ocupação</b>	<b>Relação de Presos</b>	<b>%</b>
Trabalhador de rua*	81	30,0
Doméstico	53	19,7
Lavrador / roceiro	13	4,8
Marítimo / Saveirista	04	1,5
Sem ofício**	104	38,5
<b>Outros***</b>	15	<b>5,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>

Fonte: APEBa, Mapa de Presos, maço 6297.

\* Inclui-se aqui: ganhador, vendedor ambulante, marceneiro, sapateiro, pedreiro, servente, cozinheiro, quituteiras, padeiro, ferreiro, funileiro, calafate, carroceiro.

\*\* Uma parcela desses sem ofício era composta por menores de idade, talvez, por isso não tinham um ofício definido. Aqui a idéia de que não declarar o ofício era uma forma do escravo não pagar impostos não procede, pois o número de escravos era bastante limitado.

\*\*\*Inclui-se aqui: taverneiro, maquinista, garimpeiro, alfaiate e cabeleleiro/barbeiro.

### Tabela 04

**Relação dos Presos (as) de Fevereiro de 1889 de Salvador, segundo sua Cor.**

<b>COR</b>	<b>Relação de Presos</b>	<b>%</b>
Crioulo	97	35,9
Pardo	84	31,1
Cabra	59	21,8
Preto*	06	2,2
Branco	24	8,9
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa documental no APEBa, Mapa de Presos, maço 6297.

\* Preto aqui normalmente era o africano.

Portanto, conforme as tabelas apresentadas acima, podemos verificar que sempre entre os presos havia trabalhadores de rua negros (ou mestiços). Isso certamente condiz com a realidade da cidade de Salvador do final do século XIX. As ruas da cidade eram compostas e habitadas por esse contingente social. Como afirmou o viajante alemão Robert Avé-Lallermant “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro (...)” (1980, p.22). Contudo isso também evidencia como o controle e a perseguição eram práticas comuns no tocante a esses trabalhadores de rua.

Isso nos permite perceber que a regulamentação alcançou diversos segmentos do trabalho de rua, desde os ganhadores em geral até os vendedores ambulantes, as quituteiras (ganhadeiras), entre outros.

A fiscalização e o controle dos trabalhadores de rua tinha também outros meios e outros interesses. Não se davam apenas por regulamentações, resoluções ou prisões. Iam mais além. Passavam por questões étnicas e culturais. Por exemplo, no caso das vendedoras de comida, a ação possuía o caráter de embelezar a cidade, reservar e conservar os espaços públicos da cidade para a elite (*branca, letrada*). Para tanto, não poderia ser um espaço pitoresco, ridicularizado, obscuro, popular, mas sim respeitoso, limpo e ordeiro. Dessa

maneira, essas vendedoras eram estereotipadas de africanas e escravas, principalmente devido as suas vestimentas e a sua cor, as quais eram relacionadas à barbárie, atraso e falta de higiene, onde prevalecia o preconceito explícito contra a corrente étnica africana.

O controle cultural também se fez presente. As festas tradicionais da cultura baiana, (Salvador) no século XIX, como a lavagem da Igreja do Bonfim e a festa do entrudo, foram notadamente reprimidas e coibidas.

A primeira foi proibida em tempos republicanos, em 7 de dezembro de 1889, pelo arcebispo Luis Antonio Santos, o que provocou uma reação das devotas que tentaram lavar a Igreja no dia 17 de janeiro de 1890, desconsiderando a ordem do arcebispo. Elas tiveram suas vassouras e vasos apreendidos pela guarda cívica que afirmava: *hoje, aqui não há lavagem*. Essa foi uma tentativa de coibir as manifestações dos negros e mestiços, os quais viam nessas festas um espaço de sociabilidade e confirmação de sua identidade étnica. A lavagem da Igreja do Bonfim sobreviveu a essas repreensões do final do século XIX e, ainda hoje, lavam-se suas escadarias, na Sagrada Colina<sup>179</sup>.

A segunda festa foi sendo modificada desde meados do século XIX. Em 1878, o *entrudo*, associado ao popular e *promíscuo*, foi definitivamente proibido pela polícia e em seu lugar foi realizado o carnaval, festa concebida como familiar e ordeira. O Carnaval era feito com desfiles pelas ruas do Centro de Salvador, onde todos podiam ver e participar. Era um encontro mais igual, que perdurou até (mais ou menos) o ano de 1970. Isto contrasta com o Carnaval de hoje do delirante e frenético ritmo axé, o qual lança trios milaborantes e camarotes cibernéticos (com toda sofisticação e luxo possível, agregando no mesmo espaço os mais diversos ambientes, como: boates, *ciber café*, sala de massagens/relaxamento/ginástica, *buffes*, entre outros). Cada pedaço de rua é marcado, selecionado e protegido para abrigar determinado grupo social que privatiza as *boas*

---

<sup>179</sup> A Sagrada Colina é o nome do morro onde fica localizada a Igreja do Senhor do Bonfim, situada na cidade baixa de Salvador, no bairro da Ribeira. Do alto deste morro tem-se uma bela vista da Bahia de Todos os Santos.

A simbologia dessa festa serve não só à questão do resgate da identidade étnica, como também para a realização de um bom palco para o desfile (e campanha) das eminentes e notáveis figuras políticas *mitológicas* baianas.

avenidas (Ondina, Barra e Campo Grande), configurando uma festa discrepante e dantesca, onde os que têm dinheiro (no dito popular, os que tem *bala na agulha*) desfilam tranqüilamente, com toda super *baianidade* possível, inventando e reinventando a Bahia, enquanto os que nada têm, se esgoelam no caldeirão explosivo do que restou da rua, no espaço da *pipoca*. Essa é a triste e singela Bahia do axé e da alegria<sup>180</sup>.

Estas proibições provocaram *a posteriori* reações populares pela permanência das características tradicionais/africanas desses eventos, principalmente no caso da “lavagem do Bonfim”. Estas reações vão ser afirmadas pelo Candomblé e pelos cultos afros (com toda sua magia e suas festividades), contando com o apoio de alguns estudiosos e intelectuais que consideravam importante a preservação dos traços populares africanos como sendo estes aspectos constitutivos da identidade cultural de Salvador<sup>181</sup>.

### 3.5. – Com a Abolição, o que mudou no trabalho de rua?

É interessante notar que o fim do trabalho escravo não influenciou diretamente nas formas de trabalho da rua por duas razões: primeiro, a escravidão urbana, que se diferenciava da rural, foi-se dissipando mais cedo, ao longo do século XIX, permanecendo apenas alguns escravos de casa, serviços domésticos, ama de leite; segundo, as atividades urbanas de rua (em sua maioria) já tinham se autonomizado do elemento escravo, isto é, o escravo de ganho foi sendo substituído naturalmente pelos libertos, alforriados e pela população livre em geral (mestiços e até alguns brancos pobres), que, por não encontrarem outros serviços, terminavam por adotar as atividades de ganho para sobreviver. Dessa forma, **as atividades de rua, mesmo antes do fim da abolição, já se constituíam como**

<sup>180</sup> Onde a imagem do negro é usada com fins mercantis, mas o desenvolvimento social deste grupo étnico é deixado de lado e estes continuam no geral a serem incorporados e usados para servir aos deleites, prazeres e ganhos alheios. Como vimos no início do capítulo, na referência que fizemos ao Sociólogo Gey Espinheira.

<sup>181</sup> O que para Pierre Verger (1992, p. 94), já existia “(...) esta coexistência pacífica e respeitosa das manifestações religiosas européias e africanas. É a mestiçagem cultural na Bahia da qual Jorge Amado se fez o campeão, Caribé, o ilustrador, e Dorival Cayme, o cantor”.

**uma forma de trabalho livre, não-assalariada, portanto autônoma, avançada em relação à forma de trabalho escravo, principalmente no tocante à realização da atividade.** Essa é uma hipótese que adotamos no início deste trabalho e que se confirmou no desenrolar da pesquisa.

Conforme o Mapa de Presos do dia 1º e do dia 2º de janeiro de 1888<sup>182</sup>, aparecem determinadas profissões listadas, exercidas por pessoas livres. São profissões de pedreiro, estivador, marceneiro, ganhador, entre outras. Com esta informação, constatamos que mesmo antes da abolição já havia trabalho livre (não-assalariado, e sim, autônomos) nas ruas de Salvador. Esse fato pode ser também verificado no Livro de Matrícula de 1887 - 1889, onde já constam de 99,7% ou 1698 libertos e apenas 5 escravos (REIS, 2000, p. 209).

O que a abolição fez foi oficializar o fim do trabalho escravo, o qual foi sentido mais nos arredores de Salvador, nos engenhos do Recôncavo Baiano<sup>183</sup>, do que na capital baiana. No tocante aos trabalhos de rua, a abolição deve ter promovido um ligeiro aumento do seu contingente. Isso é constatado nas diversas correspondências de cidades da Bahia para o chefe de polícia da capital, pedindo reforços, devido ao aumento de trabalhadores pelas ruas, por causa do aumento de libertos.

É provável que em Salvador também tenha ocorrido esse aumento de trabalhadores de rua. Possivelmente, isso tenha sido provocado pela vinda de levadas de libertos do Recôncavo e até de outras regiões. No entanto, não podemos dizer que a abolição destruiu de vez às formas de trabalho escravas do campo. Muitas vezes, apenas se criou um contrato ou acordo entre o senhor e os antigos escravos para que estes continuassem no eito, mantendo-o sob o mando e o controle.

---

<sup>182</sup> APEBa, **Mapas de Presos, prisões**, *op. cit.*

<sup>183</sup> É interessante uma nota que foi publicada no Jornal “**O Alabama**” de 25 de abril de 1878 (ano XVI, nº 23, APEBa), dez anos antes da abolição da escravidão. Um pedido feito pelo jornal assinado pela “Liberdade Indignada”, com o título “Coisas da Bahia !!”, no qual solicita o fim da escravidão, dizia assim: “Ao Exm.Sr. Barão Homem de Mello. Quando em todos os logares, ainda os mais longíquos da província, já se concluiu o processo da emancipação dos escravos, aqui parece um negócio interminável ! (...)”.

Para exemplificar o que se sucedeu com o aumento de libertos em determinadas cidades, por causa da abolição, citemos alguns exemplos.

Numa correspondência enviada ao chefe de polícia da capital pelo delegado Luis Gonzaga de Macedo da Vila de Itapicuru (interior da Bahia) no dia 21 de maio de 1888, oito dias após a abolição da escravatura, solicitava-se reforço policial devido à “(...) considerável quantidade de libertos (...) restituídos a liberdade, e prontos, para commeter todos os excessos de que já começam a dar provas”<sup>184</sup>.

Não se especificou quais foram esses excessos cometidos pelos libertos, nem quais foram essas provas que foram dadas, mas, certamente, deviam estar relacionados à recusa em continuar no eito como dantes ou, ainda, à comemorações, algazarras pelas ruas, gritos, algumas ameaças, coisas comuns que ocorreram no pós-abolição, em algumas cidades do interior, como verdadeiros princípios de levantes contra a ordem senhorial constituída, como ocorreu no dia 16 de junho de 1888, na Vila de São Francisco, episódio registrado na correspondência enviada pelo delegado Luiz de Oliveira Mendes para o chefe de polícia da capital. O delegado pede providências para situação em que se encontra sua localidade. Solicita ele “(...) providências, afim de serem contidos os vadios, vagabundos e desordeiros (...)”, continua o delegado, pois “(...) nesta vila se dão constantemente pequenas desordens, provocadas também pela acumulação de libertos vadios, que se entregam á noite a ruidosos sambas, e embriagados provocam estas desordens”<sup>185</sup>.

Com essas afirmações do subdelegado, acreditamos que os libertos (uma parcela destes) do pós-abolição podem ter entrado em um processo de regozijo, uma espécie de louvação da sua nova condição de liberdade, algo comum para quem estava vivendo privado e coagido durante anos. Todavia, isso não pode ser confundido com o estigma cristalizado na época pela sociedade moralista *branca* (elite), a qual não cansou de denominar determinadas manifestações de liberdade dos trabalhadores recém libertos como

---

<sup>184</sup>Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia; maço 3139-76, documento n.º 698, 2ª seção, **Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia**, 1888.

<sup>185</sup>Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 3003, documento n.º 779, 1ª seção, **Correspondências de Delegados de Polícia**, 1888.

sendo pura vadiagem, desordem ou bagunça, *coisa de preto*, corroborando para atrelar nos negros e mestiços o estigma (e naturalização) de inferior e incivilizado.

Foi assim no caso de Queimadinha, interior baiano. Em correspondência do dia 31 de agosto de 1888, o subdelegado (José Bonifácio Teixeira) solicita reforço policial para o seu distrito – onde só existiam dois praças – junto ao chefe de polícia da capital. Segundo o subdelegado, estava ocorrendo em seu distrito “tantos assassinatos e ferimentos” que, em sua opinião, devia-se “(...) ao grande número de trabalhadores” vindos de outras localidades. Com isso, “(...) os distúrbios vão se sucedendo todos os dias, a pouco assassinarão ali um homem alem de muitos ferimentos em outros (...)”. Com este relato do subdelegado, fica claro que o motivo para o aumento dos distúrbios foi os novos trabalhadores, os libertos, que se aglomeravam em seu distrito, ou seja, é provável que ser trabalhador liberto naquele período deveria trazer em si um estigma de desordem e vadiagem. Imaginem: onde seria mais fácil para esses libertos arranjar trabalho? Certamente que nos eitos de outrora ou em novas atividades urbanas, de rua, em outras localidades. Por isso, acreditamos que alguns trabalhadores continuaram no eito e tantos outros (migraram) para Salvador.

O medo da sociedade organizada da época, com o fim do trabalho escravo, era a possibilidade de levantes, de idéias liberais, republicanas e até de um certo “comunismo”, como pode também se perceber no caso do distrito Palame, situado no município do Conde, hoje um importante local turístico da Bahia, situado no Litoral Norte. O subdelegado de Palame solicita junto ao chefe de polícia da capital seis praças sob o comando de um cabo “moralizado”, oferecendo gratuitamente uma casa para servir como quartel. Este pedido do subdelegado se fez necessário pois “Parece que o contágio das **idéias perniciosas do comunismo** quer surgir (...) n’este districto, depois da Áurea Lei de 13 de Maio” [grifos nosso]. Segundo o subdelegado, as ameaças se dão a sua autoridade e “(...) a todos que possuem um taco de terra. Ninguém mais se presta a auxiliar ao oficial de justiça a prender

os delinquentes em flagrante delicto. Ninguém mais se presta para testemunhar os factos criminosos, e quase todos andam armados (...)"<sup>186</sup>.

Também em duas correspondências do subdelegado da província de Caravelas (interior da Bahia) para o chefe de polícia da capital, percebe-se a euforia e o medo diante de um quase levante contra a ordem social constituída e defendida por seu regimento, devido às aglomerações dos libertos. Conforme o subdelegado, os libertos estavam sendo aconselhados pelo padre Geraldo,

(...) o qual incutiui no espírito d'esta gente que lhe devião a liberdade, ficando elles [os libertos] tão persuadidos disso, que se dirigião seus vivas e mais vivas ao partido liberal e a republica (...) pareciam quererem arrazar tudo; mais tarde sahiram pelas ruas cantando versos (...) ao toque de uma música infernal de caixões vasios etc: dando tiros de garruchas, espingardas, armados de facas, cacetes, levando assim até clarar o dia. No dia 20 [do mês de junho de 1888] ao amanhecer continuou ainda na mesma casa [na casa de uma prostituta, onde fizeram de ponto de aglomeração] o alarme, até que pelas 9 horas dei ordem ao sargento comandante do destacamento para mandar parar aquelle absurdo. Poucos momentos depois apresentou-se o Presidente da Câmara, cunhado do padre Geraldo, e o ex-agente do correio, convidando todos os presos (..) para se reunirem *na* mesma casa [de encontro], e reunidos, gritavão em altas vozes: vá o samba acima, hoje acaba-se com tudo, viva o padre Geraldo, viva os liberaes, morrão os conservadores, fora. E sahindo pelas ruas com medonhas gritarias, dando os mesmos vivas e morras, e dirigirão-se á porta do 2º suplente de Juizo Municipal, José Nogueira Maia, e á minha, quase todos armados, e ahi as maiores injurias foram atiradas as nossas authoridades, e ás nossas famílias, ameaçando de nos assassinar se saersimos (...) querendo nos arrastar para as ruas<sup>187</sup>.

Dando continuidade a descrição feita pelo subdelegado, faz-se interessante atentar para uma caracterização genérica de como repercutiu a escravidão no mundo rural.

---

<sup>186</sup>Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 3003, documento nº 852, 1ª secção, **Correspondências de Delegados de Polícia**, 1888.

<sup>187</sup>Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 2986, **Correspondências – chefe de polícia**, 1888.

(...) torna-se preciso descortinar com a mão da verdade e da realidade dos fatos (...). Antes de [fazer] a narração dos fatos preciso, como costume, fazer justiça. Mui raro era o anno em que se dava um facto funesto n'esta circunscricção, graças á índole pacifica dos habitantes d'este lugar, que sempre respeitam a Ley e a authoridade constituída. Quer eu me refira aos distintos fazendeiros que refreavam seus escravos pela força da moral (...), quer me refira aos menos abastados das fortunas, a aquelles que obtem o pão quotidiano com o suor do seu rosto (...). Agora, porém, é de lastimar, a desordem impera, as ameaças aparecem de forma descomunal, a insubordinação levanta altameira o seu cólo, pela insuflação d'uma entidade desalmada, que intitulado-se abolucionista, quando a abolição está feita, exacerba os espíritos incultos dos libertos assulando-os contra os seus ex-senhores. Foi assim que (...) no dia 15 do corrente [junho de 1888], o vigario da villa Viçosa Padre Geraldo Xavier de Sant'Anna, (...) invadiram á força as roças de alguns fazendeiros d'esta colônia, chamava os escravizados e ordenava-lhes que deixassem os serviços porquanto me já os tinha libertado (...) [depois se reuniram em uma fazenda próxima] Ahi reunidos pra mais de quinhentos (...); e pedia (...) para quebrar os grilhões do cativo (...) recordava-lhes com vilesa os castigos de que haviam sido victimas, e exclamava com satânica ênfase 'Chegou o tempo da vingança. Vinguem-se que a vingança é a prova do sentimento'<sup>188</sup>.

O interessante dessa história de Caravelas é que depois dessas aglomerações, levantes, algazarras, revolta dos libertos, narrados pelo subdelegado, no final, com a visita do chefe de polícia à localidade, o mesmo constatou que estava tudo em ordem e nas vilas próximas também estava tudo em paz. Conforme o chefe de polícia, os ex-escravos "(...) continuando elles nos seus trabalhos de lavoura de acordo com os contratos feitos pelos seus ex-senhores"<sup>189</sup>. Essa fala do chefe de polícia da capital explicita que a escravidão oficialmente teve um fim, mas que a forma de trabalho escravo/subordinado continuou, pelo menos no mundo rural. Precisa-se saber até quando durou? Será que até os dias de hoje?

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.

### 3.6. – Conclusão

Apesar do rígido controle e regulamentação em várias partes das ruas de Salvador do século XIX, a cidade era desordenada. Sua paisagem urbana e suas hierarquias sociais foram sedimentadas entre os pobres e pretos, homens e mulheres livres, libertos e cativos, mendigos e “vadios”<sup>190</sup> que conheciam e se constituíam como seres estruturantes do ambiente sócio-espacial da cidade. A rua, neste panorama, constituía-se como o reduto dos mais vivos e hábeis, dentre estes o escravo de ganho, que, de acordo com Alberto Heráclito (1998/1999), foi o trabalhador que melhor se adaptou a este espaço, conseguindo inclusive tirar proveito do controle senhorial e até manter uma relação de confiança e cooperação com este. Posteriormente, foram os próprios *ganhadores* que passaram a se consolidar como os *senhores* de todos os cantos, ruas e vielas de Salvador – claro que dividindo esses espaços com mendigos e vadios<sup>191</sup>. O marcante nesse processo de autonomização dos ganhadores – deixando de realizar sua atividade sob o controle direto do senhor, passando para o controle externo do corpo de polícia – é que eles terminam por instituir na rua a formação de um tipo de trabalho diferenciado, livre, mesmo em pleno período escravista. Dessa forma, foi no espaço da rua, do trabalho de rua que parece ter se cristalizado o trabalho livre. E os *cantos* tiveram papel chave nesse processo, pois permitiu o uso desses espaços como locais de *liberdade*, de *autonomia*, de afirmação de identidades e, por muitas vezes, serem focos aglutinadores de resistência – funcionando como uma suposta *instituição* (mesmo que simbolicamente) protetora e mantenedora das práticas culturais e sociais dos seres da rua. Além disso, foi a partir das condições sociais similares vividas pelos negros, mestiços e brancos pobres (pelo grupo subalterno), que termina por conformar a sócio-gênese de uma classe, a classe dos trabalhadores livres (autônomos) de rua. Assim, o contexto do final do século XIX, em Salvador, possibilitou refletir sobre a formação de uma classe trabalhadora antes mesmo da formação da *classe trabalhadora*, por excelência, a *classe operária*, que virá com a industrialização. Aqui, vivia-se um contexto de transição de um capitalismo comercial sustentado no regime escravo de trabalho para o

---

<sup>190</sup> Cf. FERREIRA, 1998/1999.

<sup>191</sup> Cf. FRAGA FILHO, 1996.

capitalismo industrial fundado no trabalho assalariado. Viveu-se, portanto, nas ruas de Salvador a formação de uma classe trabalhadora pós-escrava e pré-operária, uma classe dos subalternos, dos trabalhadores de rua. E as mulheres pobres, negras e mestiças (libertas, vendendo produtos como quitutes, caruru, açaçá, mingau, etc.) revelaram-se nesse processo como habilidosas, ágeis e versáteis. Representavam nitidamente exemplos daqueles que conseguiram driblar os obstáculos e os desafios das ruas<sup>192</sup> e demonstraram ter sido um grupo social também presente e participante naquele contexto histórico.

A partir das informações apresentadas acima referente aos *cantos* de Salvador do final do século XIX e sobre os ganhadores e ganhadeiras das ruas da cidade, bem como através da observação dos mapas de presos, podemos fazer a seguinte ponderação: por que tantos trabalhadores (as) de rua estiveram envolvidos em delitos e crimes no final do século XIX em Salvador? Será que eles (as) eram de fato perniciosos, indolentes e inaptos à civilização? Ou, sua forma de ser (taxada de inapta, indolente, ociosa, vadia, entre outras denominações), em uma sociedade excludente, dominada pela *elite branca*, representava, em parte, uma atitude de protesto e de rebeldia? Ou, ainda, simplesmente, eles (as) eram presos (as) a todo instante por serem considerados como uma *classe perigosa*, que precisava ser contida e controlada, para se evitar que *criassem asas*?

Sem dúvida, uma coisa é certa, esse segmento de rua de Salvador, naquele contexto, era uma peça chave na movimentação da cidade, principalmente de mercadorias (e serviços) e se apresentava como um momento de introdução de uma nova forma de trabalho liberta dos grilhões da escravidão: o trabalho livre de rua. Era um segmento composto majoritariamente pelos negros (e mestiços), ou seja, pelos grupos de passado africano e escravista, os quais não eram mais africanos (salvo raras exceções), mas oriundos destes, e terminaram ao longo dos anos conquistando o espaço da rua como um espaço secular de labuta, bem como de chalaças e perseguições. Isto nos permite supor que essa procedência pesou no estigma impetrado contra esses trabalhadores de rua (pelo mundo *elitista branco*), o qual permanecera no século XX e mesmo na atualidade em relação aos *negros*, que ainda são discriminados em muitos espaços sociais do país.

---

<sup>192</sup>Cf. FERREIRA, 1998/1999.

Para fechar o cenário de nossa história, completar a análise do objeto proposto, compor a paisagem geral de nossa investigação, vamos agora adentrar no mundo dos trabalhadores de rua de Salvador da atualidade, que também estão inseridos em situações de trabalho e de vida precários e são majoritariamente compostos por negros e mestiços, além de, no geral, representarem apenas práticas atenuantes de sobrevivência, com baixo nível de renda e que, a cada dia, se espalha pela cidade. Indo *em todos* os cantos, becos, ruas, vielas e espaços da cidade, ainda sofrendo de perseguição/repressão policial e das características peculiares às atividades de rua, a saber, de contextos de incertezas e vulnerabilidades sociais diversas, em um cotidiano marcado por intensas jornadas de trabalho, que ao mesmo tempo aparenta ser pura realização de si, puro espaço de satisfação e autonomia, quando na verdade se apresenta, em essência, como uma *jaula* invisível e resistente, que instaura uma condição de prisão a estes trabalhadores, uma prisão da sobrevivência. E vale a máxima, no geral tem-se a certeza de ir trabalhar, nada mais, afinal até os que tem licença de trabalho, as tem a título provisório-precário renovável anualmente, imaginem os que nada tem, o que fazer? A sobrevivência diz: trabalhar, arriscar-se.



## CAPÍTULO 4 – QUEM SÃO OS TRABALHADORES DE RUA (INFORMAIS) DE SALVADOR NA ATUALIDADE?

O presente capítulo se propõe a discutir a diversidade das condições e do processo de trabalho dos trabalhadores de rua de Salvador na atualidade, frente a mudanças profundas no mundo do trabalho formal que implicaram em transformações nos trabalhadores de rua. A análise aqui apresentada atenta para as condições de trabalho nas ruas de Salvador a partir de estudo de caso, com que foram utilizadas 191 entrevistas<sup>193</sup> com trabalhadores que atuavam em regiões e atividades diferenciadas em Salvador. Entre essas regiões (e bairros) estão: Calçada, Suburbana, Liberdade, Centro, Sete Portas, Vasco da Gama, Federação, Rodoviária, Porto da Barra (praia), Piatã (praia), Ondina, Comércio e Cajazeiras. Dentre as atividades de rua têm-se: vendedor ambulante, camelô, taxista, baianas de acarajé, transporte escolar e trabalhador autônomo (prestador de serviço localizado na rua, como: pedreiro, marceneiro, eletricista, encanador, carregador de compras, carregador de frete). Apesar da diversidade das atividades, três características principais apresentam-se como sendo unificadoras: 1) são atividades que coexistem, em sua maioria, desconsiderando regras normativas em lei ou em procedimentos usuais (CACCIAMALI, 2000, p.153); 2) normalmente são voltadas para sobrevivência imediata; 3) acontecem *nas ruas*.

---

<sup>193</sup> Fruto de dois projetos parceiros coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Graça Druck e Prof.<sup>a</sup> Iracema Guimarães - CRH/UFBA, (2001 e 2002), nos quais participei como bolsista de Iniciação Científica.

## 4.1. - Mercado de Trabalho em Reestruturação

Faz-se aqui de grande valia situar o mercado de trabalho brasileiro na atualidade, para melhor compreender o fenômeno da informalidade (de rua).

De acordo com Pochmann (1999, p.50-52), pode-se discriminar nos últimos 50 anos dois momentos no comportamento geral do mercado de trabalho nas economias latino americanas. O primeiro ocorreu durante as três décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, quando predominou a expansão do emprego assalariado junto com mecanismos de proteção social e trabalhista (com a expansão do *estilo fordista* de trabalho e de vida; trabalho rotinizado, produção em massa, consumo em massa e toda uma gama de proteções sociais e trabalhistas para os operários<sup>194</sup>). O segundo período vai do final da década de 70 aos dias de hoje. Neste período se tem um movimento geral de precarização do mercado de trabalho, ou seja, redução da capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação do subemprego (fase denominada de reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível, como veremos mais adiante).

---

<sup>194</sup> Conforme Wolff (2006, p.87), o *fordismo* colocou “(...) de uma vez por todas o tempo da produção na mão da gerência. Isso possibilitou à administração não só otimizar extraordinariamente o esquema de tempos e movimentos do sistema Taylor como aumentar expressivamente o controle sobre o trabalho, instaurando uma rígida disciplina no processo produtivo (...). [O Fordismo, portanto] veio maximizar a prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo.” O fordismo veio com seu sistema de trabalho em *cadeia*, implantar o poder das máquinas perante os homens, reduzindo cada vez mais o espaço de realização do *saber operário* dotando em contrapartida a máquina de saber humano, de trabalho morto, mera objetivação humana que se extrapola e se apresenta como sendo o criador, o sujeito da produção, quando na verdade, tudo vem do ser humano. Porém, com a implementação do fordismo os seres humanos, os trabalhadores, passam a ser meros apêndices, guiados por uma esteira de produção que lhe é externa e coercitiva, controlada pela gerência científica. Aliado a esse modelo fordista, surge também no mesmo período (início do século XX) nos Estados Unidos o Taylorismo, que entre outras coisas vem para oferecer “(...) o *suporte teórico necessário que faltava para facilitar a introdução do maquinismo no interior das empresas*, bem como um meio de otimizá-lo. Tal suporte pode ser resumido na sistematização e potenciação de uma tríade sem a qual a sobrevivência do capital fica deveras comprometida, qual seja, **fragmentação/padronização/racionalização** (no caso, a combinação dos tempos e movimentos humanos com os das máquinas).” (WOLFF, 2006, p.82). Em síntese, o Taylorismo serviu como um “(...) dos melhores meios encontrados pela administração para consolidar o controle sobre o trabalho vivo e, assim, assegurar o aumento da produtividade. Transformando os seres criativos em seres maquímicos, desaparecem os vestígios de humanidade no ambiente de trabalho, revelando o capital e as máquinas como os agentes absolutos da produção.” (WOLFF, 2006, p.83).

Para Pochmann (1999, p.52), esse segundo momento revela uma inflexão no perfil de expansão das economias, o qual se traduziu como sendo uma crise do desenvolvimento, o que implicou em estagnação da renda, deterioração dos investimentos e degradação dos indicadores sociais. Assim, o capitalismo se reestrutura para tentar manter seus índices de lucro e, para isso, intensifica a produtividade e aumenta formas precárias de exploração da força de trabalho.

Dessa maneira, a década de 70 foi de certa forma um marco na mudança estrutural do modo de produção capitalista e de mudança no mercado de trabalho. Conforme Singer (1999), os anos 70 sofreram a queda do ritmo de produção e de produtividade dentro de um contexto de aumento de inflação nos países adiantados. A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo. Este teve seu preço aumentado por duas vezes, o que desencadeou fortes pressões inflacionárias nos países dependentes desse combustível.

Como resultante dessas crises da década de 70, houve a adesão a um novo modo de gestão, o toyotismo<sup>195</sup> ou o modelo de “acumulação flexível”, caracterizado por reestruturações no parque industrial e nas empresas, enxugamento de pessoal, terceirização, sub-contratação e aumento da informalidade. Enfim, houve uma diminuição dos custos das

---

<sup>195</sup> Este novo padrão de produção surge na indústria automobilística do Japão. Para Gounet (1999, p. 26-28), as principais características desse novo sistema são: 1) A produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo (...). É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo. O sistema baseia-se um pouco no exemplo dos supermercados: enchem-se as prateleiras, os clientes vêm, se servem, conforme fazem as compras, a loja volta a encher as prateleiras; 2) Redução do desperdício com transportes, produção, estocagem. Usando para tais controles de qualidade; 3) Diminuição ao máximo do tempo de não-produção, do tempo de ociosidade, um trabalhador passa a operar até cinco máquinas ao mesmo tempo, não mais uma. Trabalhador polivalente; 4) O método *Kanban*, que passa a servir como uma senha de comando, puxada pela demanda; 5) É preciso produzir modelos variados, sem muitas mudanças no maquinário, reduzindo ao máximo o tempo de adaptação da máquina, reduzindo, assim, custos com a produção parada, usa-se o sistema SMED (*single minute exchange die*); e, 6) Implantação da integração horizontal da montagem de uma gama de fornecedores, para aliviar a produção concentrada, de modo que facilite e agilize a produção, desconcentrando o que antes era centrado em uma única indústria. Por fim, o referido autor nos mostra o início desse processo no mundo: “A nova organização do trabalho foi implantada progressivamente nas duas décadas de 1950 a 1970, na Toyota. E, tem uma dupla origem: primeiramente, as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto as americanas, e depressa, sob pena de desaparecerem (...). A segunda origem é a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago” (Gounet, 1999, p. 25). E, resume esse novo padrão de produção em uma frase “(...) é um sistema de organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) (...) (1999, p.29).

empresas para manterem seus coeficientes de lucros e, concomitantemente, criou-se postos de trabalho cada vez mais precarizados e não-regulamentados.

Conforme Antunes, como resposta a sua própria crise

(...) iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital de instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (2000, p. 31).

Conforme o autor, o capitalismo se reconfigurou para tentar manter seus ganhos e expandir suas margens de lucratividade. Para isso, usa de um conjunto de ações denominadas de *políticas neoliberais*, como a redução dos gastos públicos, declínio do estado de bem-estar europeu e maior abertura econômica para expansão e controle do setor privado em instâncias antes restritas ao setor público (privatizações, redução dos gastos públicos, principalmente, no que concerne as áreas sociais). O reflexo maior disso tudo é o aumento do lucro para uma pequena parcela das populações, porém com precarização do trabalho e desigualdade social para maior parte das populações mundiais, principalmente se citarmos os países subdesenvolvidos ou de terceiro mundo ou os casos mais recentes de trabalho precário na Índia e na China.

Para Pochmann (1999, p.21),

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à

**exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade**, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada. (grifo nosso).

Portanto, a formação desses *excluídos* dos programas de seguridade social (em parte, oriundos do emprego formal) não é tão somente resultado de uma simples falha do funcionamento do mercado, mas também das próprias instituições sociais (POCHMANN, 1999, p.22). “Nesse sentido, uma nova situação de vulnerabilidades sociais estaria associada tanto à exclusão do mercado de trabalho quanto à inclusão precária, que passariam a impedir o acesso aos programas de proteção social.” (POCHMANN, 1999, p.22). Hoje, a situação de desemprego chega a compor de certo modo um agrupamento dos *sem-emprego*<sup>196</sup> ou dos *desempregados*, que inclusive é composta em grande parte por trabalhadores de rua, que vivem em condições de trabalho incertas e indesejadas, muitas vezes inseridos nos bolsões de miséria dos países subdesenvolvidos, à espera de um trabalho formal/regular que nunca irá aparecer, terminando por ficarem alijados dos melhores assentos no bonde do progresso da sociedade e da tecnologia, nem inseridos em atividades concretas (atividades braçais, laborativas, tangíveis), nem em colocações do dito trabalho informacional, no âmbito das atividades intelectuais<sup>197</sup>.

Na década de 90, o mercado de trabalho brasileiro sofreu conseqüências dessa reestruturação produtiva e, principalmente, das políticas neoliberais que inseriram o Brasil na dependência direta com o FMI e o Banco Mundial. Este processo teve sua maior expressão com o governo de Fernando Collor (abertura da economia) que, conforme Druck (1999), representou uma vitória de implementação das políticas neoliberais no Brasil.

---

<sup>196</sup> Sobre a categoria dos sem emprego, ver Barreto, Theo da Rocha. **A precarização como homogeneização ‘sui generis’ na formação dos ‘sem emprego’**. Salvador: Monografia de Bacharelado em Sociologia, UFBA, 2005.

<sup>197</sup> Cf. MARX, 1980.

Dessa maneira, ainda temos que permanecer no círculo vicioso do neoliberalismo, na economia mundializada, que terminou por gerar no Brasil um processo estrutural de desemprego e de desigualdade social. Isso, na verdade, não é uma questão exclusiva do Brasil, mas sim apresenta-se como uma situação global, vivida em quase todos os países do mundo, principalmente se nos referirmos a parte Ocidental.

Para Filgueiras *et. al.* (2000, p.24)

(...) pode-se afirmar, por exemplo, que se ampliou, nos anos noventa, o grau e a abrangência da precarização do mercado de trabalho brasileiro – quer porque aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque ampliou-se a presença de outras formas de ocupação, distintas do assalariamento, que se caracterizam por terem em geral, piores condições de trabalho.

Assim, constata-se que o Brasil dos anos 90 assumiu a feição de um país marcado pela precariedade dos vínculos empregatícios, pela insegurança instaurada até nos postos de trabalho mais avançados, os chamados setores de ponta – é o processo de “desestabilização dos estáveis” (HIRATA, 2002, p.69). Nessa década, por um lado, observou-se o crescimento do desemprego estrutural; por outro, o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego, atendendo dessa forma ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista. Certamente, a Bahia não fica fora desse processo mais geral vivido pelo país. Nela também houve uma exorbitante reestruturação dos parques fabris, principalmente, via terceirização no Pólo Petroquímico de Camaçari<sup>198</sup>, entre outras grandes empresas que reestruturam suas cadeias produtivas e, como conseqüência imediata, reduziram seus contingentes de empregados.

---

<sup>198</sup> Ver DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização – (des) fordizando a fábrica:** um estudo complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Portanto, vive-se na atualidade um processo global de retração dos empregos, principalmente o fabril, regular/formal, exemplificando nitidamente a fragmentação do padrão fordista/taylorista de produção em série e consumo em massa, com todo seu aparato de proteção social e trabalhista, permanecendo a expansão do consumo. Em contra partida, tem-se uma redução expansiva do trabalho vivo, dos postos de trabalho (do capital variável), da produção em massa, sem reduzir o grau de exploração do trabalho. Este aumentou consideravelmente, principalmente com a introdução do padrão toyotista de produção, que entre outras coisas ataca em duas vias centrais: *por um lado*, flexibilização das relações trabalhistas nos termos contratuais/trabalhistas, quer dizer, via redução de direitos adquiridos; *por outro*, é intensivo em extração de mais valia, via utilização do trabalho intelectual como meio de captação do saber operário, transformação de trabalho vivo em trabalho morto, do saber humano objetivado em máquinas inteligentes, entre outras formas contemporâneas de captação de mais valor<sup>199</sup>.

No Toyotismo, segundo Gounet, “(...) rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955, um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta.” (1999, p.27). Portanto, no toyotismo, o ritmo de trabalho aumenta e passa a ocorrer algo novo, o trabalhador polivalente, não mais puramente especializado. Agora o operário tem que saber um leque de funções para mudar de atividade conforme o fluxo da demanda. Acrescido a isso, mesmo em contraposição, tem-se hoje um fenômeno diverso, que é justamente a não necessidade de um trabalhador super especializado, pois, com a captura do trabalho humano criativo e inteligente e sua alocação em máquinas (processo de automação, robótica, cibernética, etc.), não se necessita mais daquele trabalhador altamente especializado, mesmo porque a produção move-se praticamente sozinha. Desse modo, o trabalhador volta a ser apenas uma peça secundária. Assim, novas formas de alienação surgem com o processo da acumulação flexível.

---

<sup>199</sup> Referente a esse assunto ver os autores Eleotério Prado, Lojekine, André Gorz e Antonio Negri.

Dessa maneira, o *saber operário* passa a ser usado na valorização do capital, é a captura da parte intelectual do trabalhador. Então, o processo de valorização do capital precisa apenas de uma parcela de trabalhadores hiper-especializados, justamente na parte intelectual, para desenvolver e elaborar novas máquinas, para mais uma vez essas máquinas se sobreporem aos seres humanos. Estes vão com o desenrolar da produção se desumanizando.

Em contraposição a isso, ou melhor, como resultante desse processo, vive-se hoje também, segundo Antunes (2005, p.47), “(...) novas formas de confrontação social [tipo: Seattle, Praga, Nice, confrontação social e política em Gênova; explosão social na Argentina em dezembro de 2001] em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des) sociabilidade contemporânea. Morfologia que deve ser compreendida a partir **do (novo) caráter multifacetado do trabalho.**” [grifo nosso].

Essa nova configuração do mundo do trabalho comporta, segundo o próprio autor, uma classe trabalhadora mais ampliada: “(...) a caracterização da classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que [aquela que] o restringe exclusivamente ao trabalho industrial, no proletariado industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo ao universo fabril” (Antunes, 2005, p. 51 e 52). Para o referido autor, estão incluídos trabalhadores assalariados fabril e extrafabril, produtivos ou improditivos<sup>200</sup>,

(...) hoje a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles que vendem sua força de trabalho, em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho

---

<sup>200</sup> Estão também inseridos os ditos improditivos, vejamos: “(...) a moderna classe trabalhadora inclui os trabalhadores improditivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital.” (Antunes, 2005, p.60).

temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. (2005, p.52).

Hoje, o mercado de trabalho incorpora diversos segmentos dos trabalhadores mesmo sem serem, necessariamente, produtivos<sup>201</sup>, como no caso dos serviços e de trabalhadores informais, ou seja, mesmo sem gerar *valor* diretamente para o processo produtivo. Contudo, a marca do *assalariamento* (separação capital e trabalho) apresenta-se como fio condutor dessa nova morfologia do trabalho, isto é, é através de formas de trabalhos assalariados/precários, que se amplia o contingente de trabalhadores na atualidade. É por meio dessas formas que o capitalismo inventa e reinventa *suspiros* de expansão do lucro, via extração de mais-valor e da formação de uma massa excedente exorbitante de trabalhadores aptos a buscar a sobrevivência, de qualquer maneira, sujeitando-se as mais perversas formas de trabalho<sup>202</sup>.

Expandindo um pouco mais essa caracterização acima, poderemos também incluir os *trabalhadores de rua* nesse alargamento da concepção de classe trabalhadora ou na *nova morfologia do trabalho*. Essa inclusão se dá, não como produtivos, e nem como inclusão de seres historicamente excluídos do mercado de trabalho, não é bem assim. Os trabalhadores de rua, como vimos na referência ao século XIX, sempre estiveram presentes como elementos participantes do trabalho urbano, peça chave em determinados momentos de fluxos e refluxos comerciais da cidade, principalmente no período de predominância do capitalismo comercial, na relação corrente metrópole-colônia.

---

<sup>201</sup> Ser produtivo aqui, é ser parte constitutiva do processo de formação do Valor; ser parte do quantum de trabalho abstrato social médio necessário para produzir uma mercadoria; sobre isso, ver Marx, Karl. Capital, Livro 1, volume 1, cap.1., 2002.

<sup>202</sup> Exemplo de formas contemporâneas de exploração do trabalho, tem-se: diversas empresas de terceirização que se alastram pelo mundo, inclusive situadas em diversos setores do serviço público, nas próprias Universidades, funcionando muitas vezes como empresas de fachada, que usam e abusam do trabalhador, por vezes sem conceber o mínimo de benefícios e garantias trabalhistas, como o direito a férias de trabalho. Além disso, existe uma gama de latifundiários que contratam Brasil à fora trabalhadores agrícolas, sem pagamento de garantias sociais, e geralmente sem nem mesmo o pagamento de um salário, compondo, assim, regime de semi-escravidão. Por fim, existem fabriquetas que usam de trabalhadores imigrantes nordestinos ou estrangeiros em São Paulo, em regimes exaustivos de trabalho, morando no próprio local de trabalho, desrespeitando as leis trabalhistas. Além disso, existem inúmeras formas de assalariamento ilegal, informais, dentro do universo formal de trabalho.

Outrossim, só no momento atual, desde o último quartel do século XX, que o trabalho de rua passa a ter um peso mais significativo nas relações propriamente produtivas do sistema capitalista industrial, mesmo sem serem um componente imprescindível. Só a partir das décadas de 70, 80 e 90 que as atividades informais, principalmente as de rua, passam a servir como elementos de expansão do valor. De fato, não o produzem diretamente, mas contribuem para sua realização enquanto *trabalhadores gratuitos* para o capital, isto é, agentes gratuitos/não-pagos a serviço do processo de realização do valor no modo de produção capitalista, na esfera da circulação, de transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, como veremos mais adiante. Existe uma forte *imbricação* entre produtivos e improdutivos, no caso, entre os trabalhadores de rua e o processo de valorização do capital.

Conforme Antunes (2005, p.60), “(...) há uma crescente **imbricação** entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, a noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje.” [grifo nosso].

O autor ainda incorpora como componente dessa nova concepção de classe trabalhadora o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital (2005, p.60).

Por fim, Antunes (2005, p. 60) incorpora também:

(...) o proletariado precarizado, o sub-proletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *McDonald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

Portanto, a composição dessa nova morfologia do trabalho é bastante ampla e diversificada. Dessa forma, iremos agora adentrar no que estamos denominando aqui de trabalhadores de rua de Salvador da atualidade, os quais estão incluídos nessa nova morfologia da classe trabalhadora, sendo também um grupo constituído e reconstituído na/pela modernidade. Mais do que imbricados em *simbiose* como ressaltou Oliveira (1974), eles são fenômenos da própria modernidade, fazendo, pois, parte da diversidade do mundo do trabalho contemporâneo.

#### **4.2. - O trabalho de rua da atualidade no Brasil: caracterização geral**

De um modo geral, pode-se compreender o trabalho de rua do Brasil em três acepções intercorrelacionadas e por demais complexas, por suas características peculiares ligadas aos seus elementos e caracteres tradicionais próprios. Essas acepções talvez sejam um dos principais elementos de diferenciação desses trabalhadores sob um ponto de vista nacional.

**A primeira**, a mais tradicional de todas acepções, corresponde àquela na qual o trabalhador vive literalmente no limite da sobrevivência, conquistando dia-a-dia suas necessidades imediatas, sua alimentação, vestimenta, moradia, é composta pelos *trabalhadores mais tradicionais*. Vivem vendendo hoje para comer amanhã ou até ficando sem comer porque o dia de *vendagem* foi fraco e insuficiente. São os mais vulneráveis às ações de controle e repressão do poder público municipal e praticamente desprovidos do acesso à seguridade social e à saúde. Sendo economicamente mais fracos, qualquer perda ou apreensão de mercadorias ou instrumentos de trabalho é arduamente sentida, e qualquer dia de não-trabalho (por diversos motivos, como doenças) é um dia a menos de conquista de sobrevivência, podendo até rebaixar sua base de consumo diário.

Nessa primeira acepção, seu baixo poder econômico não os permitem galgar uma série de relações simbólicas de proteção e apadrinhamento e até de convivência com os *mandarins* e seus subordinados da repressão pública. Aqui, temos no geral vendedores de alimentos (lanches, petiscos, frutas, doces...), perfumaria e cosméticos e as mais estranhas *bugigangas* e artefatos do lar e do corpo à luz da moda em questão. Geralmente, são atividades que não necessitam de grandes investimentos e nem de qualificação profissional específica. Praticamente não existem barreiras de acesso se comparadas ao trabalho formal para se iniciar nessas atividades<sup>203</sup>. Pode-se também ser incluído aqui nesse grupo os vendedores ambulantes das cidades (e de praias), desde os regulamentados (fixos ou ambulantes) aos desregulamentados que estão ainda mais precarizados e vulneráveis. Contudo, todos estão inseridos dentro de um mesmo prisma: *busca frenética pela sobrevivência*.

Esses trabalhadores, inseridos nessa primeira caracterização, criam e reinventam a todo instante modas e estilos, por vezes apenas reproduzindo uma estética do dito mundo formal/capitalista, outras vezes, inserindo inovações de vendas nunca vistas nos meios formais, servindo até como modelos de venda ou de inovação em alguns casos de sucesso (como a Banca do David, a qual veremos adiante). No entanto, no geral, vivem a perambular, mascateando em todos os *cantos* sociais que têm acesso, sob situações das mais diversas, típicas das ruas das grandes cidades – por exemplo, roubos, assaltos, brigas, repressão policial, repressão dos agentes de fiscalização municipal, sol, chuva, entre outras -, ou ainda, vivem a ocupar os ditos “espaços intersticiais”, situados no entorno de atividades formais<sup>204</sup>. Como exemplo da existência desses espaços, pode-se citar a

---

<sup>203</sup> “**O pouco capital**, em geral, necessário para iniciar a atividade, representado pelo custo dos equipamentos utilizados, e a relativa facilidade das tarefas a serem executadas – que **não exigem uma qualificação muito alta** para serem desenvolvidas – são fatores que contribuem para a adaptação rápida do comércio ambulante às transformações econômicas que afetam as atividades formais e informais.” (SENA, 2002, p.128, grifo nosso).

<sup>204</sup> “(...) a lógica de funcionamento e organização do comércio ambulante está diretamente ligada à lógica de funcionamento e organização das atividades formais, que **criam os espaços** [são os espaços intersticiais] para que esse segmento do Setor Informal se desenvolva.” (SENA, 2002, p.128, grifo nosso). Conforme a autora (SENA, p.128), “(...) ocorre abertura de algum estabelecimento formal que atrai uma grande quantidade de pessoas: cria-se, então, um espaço intersticial para que o comércio ambulante se desenvolva”. Estes espaços possuem traços bem peculiares como baixos rendimentos e volatilidade, pois vive-se no limite da sobrevivência e pode-se mudar de local de trabalho da noite para o dia, a depender do fluxo da atividade

aglomeração de trabalhadores de rua no entorno dos centros comerciais da maioria das capitais brasileiras. Desde aglomeração ao lado de *shoppings*, estações de ônibus/metrô, bairros comerciais até aglomerações em festas populares, bares ou estádios de futebol. De fato, as atividades de rua vão se estruturando no entorno e em nítida correlação com o mundo denominado formal/regular e capitalista. Por exemplo, é no centro das grandes cidades brasileiras que se aglomeram o maior número de trabalhadores informais de rua e é lá também que se concentra o centro comercial da cidade. Além disso, encontram-se nas mais avançadas empresas do país entregadores de lanches, almoços, doces e derivados, ofertando seus serviços e produtos pessoalmente, valendo-se do meio de comunicação *boca-a-boca* ou via *call center*. Portanto, a linha divisória do mundo formal para o informal é bastante tênue e por demais sutil, para não dizer que em alguns casos é invisível, como na contratação de trabalhadores informais em empresas formais, porém isso é outra questão.

Assim, esses indivíduos da primeira acepção, os informais tradicionais, são os que auferem menores rendimentos e vivem presos em longas jornadas de trabalho, mesmo que aparentem ter ampla liberdade na realização da atividade. Todavia, ainda assim, estão dia-a-dia conquistando sua sobrevivência, palmo a palmo, no geral, sem poderem *abstrair* do *seu real imediato* e partir para novos empreendimentos, caindo muitas vezes em uma luta *onírica* e *solitária*, no máximo familiar, quase sempre remando em uma *busca imaginada e, geralmente, irrealizável* de melhoria de vida, via empreendedorismo ou excesso de trabalho. Pensam que é possível expandir o negócio e assim aumentar seus rendimentos, ou mesmo que é possível ganhar mais aumentando a jornada de trabalho. Chegam até a aderir a micro-créditos<sup>205</sup> como forma de melhorar ou iniciar-se em uma atividade, quando, na verdade, apenas protelam os sofrimentos e as decepções depois de uma vida de labuta, a descoberta de uma vida sem garantias sociais e trabalhistas, mas aí não tem mais jeito.

---

formal ali existente, do bom funcionamento desta, a qual promove aumento na demanda da rua. Caso esta atividade formal deixe de operar, de existir, termina por praticamente encerrar também com a atividade informal das proximidades. Esta atividade informal se desloca para um outro *ponto*, próximo de outras atividades formais. Isso ocorre todo dia nas cidades brasileiras, principalmente nas grandes cidades.

<sup>205</sup> Como exemplos desses créditos temos os concedidos aos diversos tipos de trabalhadores informais, desde os vendedores de amendoim ou picolé a banca de jornais, micro-empresas de corte/costura. São créditos concedidos pelo Governo do Estado da Bahia (pelo órgão suplementar, Desenhahia), o *Credibahia*, que concede pequenos empréstimos, com juros mais baixos do que o convencional. Para maiores informais ver o sítio [www.desenhahia.gov.br](http://www.desenhahia.gov.br).

Esses trabalhadores, expostos a essas condições precárias e incertas das ruas, das atividades informais, terminam por contribuírem para reforçar o isolamento e a não formação de lutas coletivas, fragmentando qualquer possibilidade de ações coletivas e organização de classe, pois uns terminam conseguindo melhores inserções em determinadas ruas, em determinados pontos, do que tantos outros. Uns conseguem auferir melhores rendas do que outros. Enfim, vive-se no limite da sobrevivência, mas de forma fragmentária e individualista. Isso para não falarmos de uma possível aproximação (de classe) desses trabalhadores para com o trabalhador formal. Aí, apesar de estarem todos inseridos em processos de precarização do trabalho e da vida, em um oceano de incertezas, há toda uma fragmentação enquanto componentes da mesma classe trabalhadora, quer dizer, não existem elementos plausíveis de conexão entre os dois grupos, a não ser o fato de ambos estarem internamente fragmentados e isolados. Existe, porém, quase um abismo entre a condição informal de rua e a condição formal, regular. Todos (informais e formais) refletem a lógica estrutural da sociedade regida pelo capital, que tem no individualismo um valor determinante e constitutivo das práticas e relações sociais. Mas, sem dúvida, esses trabalhadores de rua contribuem para a circulação de mercadorias, servindo, assim, à lógica de valorização do capital como *trabalhadores gratuitos*, como veremos adiante. Nesse ponto estão todos, informal e formal, em uma mesma condição, a serviço do processo de valorização ou realização do capital. Talvez nisso more a maior condição de similaridade entre os dois grupos, porém deixaremos essa questão em aberto para futuras reflexões.

Do ponto de vista da ascensão individual (via empreendimentos), são raros os casos de sucesso nesse grupo. No geral, a ascensão é ilusória e limitada. O que há de fato é todo um imaginário – difundido pelos meios de comunicação, como programas de televisão, tipo “Pequenas empresas grandes negócios”, Sebrae, Cursos de Administração Empresarial/Empreendedorismo, etc. – que insiste em afirmar que ser camelô *ou autônomo* é mil maravilhas, é a própria realização de si, a conquista de seu próprio negócio, é a possibilidade fictícia de ser também capitalista, por não ter patrão e ser um *empreendedor* (um ser dotado de saber e de capacidade criativa, inventiva e, principalmente, dotado de coragem para arriscar e disputar uma fatia do mundo capitalista). Pura ilusão! O fato de estar exercendo *trabalhos de rua* já é viver em situações precárias e incertas de trabalho,

que por si só têm o poder de engessar rupturas e fugas dessa situação, pelo menos aqui no Brasil, e em especial em Salvador. Em outras palavras, o sujeito que está vivendo de trabalhos de rua, provavelmente, irá permanecer assim até o fim de sua vida – ou até ficar mais idoso e não ter mais a dita *coragem dos jovens* para arriscar novos caminhos ou disputar migalhas de trabalhos formais precarizados ou, simplesmente, não agüentam mais correr de um lado a outro da rua, carregando diversas mercadorias, se escondendo da fiscalização municipal, andando pelos cantos da cidade, para continuar vendendo, trabalhando. Quando não, antes disso, perdendo o acesso à atividade por uma série de contingências internas ou externas, como a interferência do poder público ou o acometimento de doenças físicas ou mentais. Mesmo que existam trabalhadores que consigam uma melhor inserção, no caso, uma inserção formal, ainda se trata de exceções e não do comum; normalmente, essas melhores inserções são também precarizadas e subcontratadas, sendo, por vezes, preferível voltar para a rua do que viver vilipendiado e esfolado na execução de um trabalho para outrem. Na fala dos próprios trabalhadores: *tô no que é meu, faço o que quero na hora que quero*. Quer dizer, estão vivendo na filosofia do *melhor sofrer para si*. Este tipo de trabalhador (tradicional, de rua) existe espalhado por todo o Brasil. No entanto, sua predominância é no nordeste ou são compostos em maiores proporções pelas populações de origem nordestinas, frutos de migrações. Populações que historicamente sofreram de exclusão no acesso aos meios de qualificação formais (escolas, cursos profissionalizantes, universidades...) e que, portanto, encontram na informalidade de rua uma *inserção possível* na busca pela sobrevivência.

Diversos fatores históricos, de trajetória social e de vida precária implicam em estar situado em determinada condição de vida, de trabalho, na rua, situado de determinada forma e não de outra. É como se o espaço de existência e de vida desses agentes sociais ficassem em alguns casos *subsumidos*<sup>206</sup> diante da força estrutural da sociedade que os constitui, sobrando pouco espaço para suas intervenções subjetivas e individuais no nível de sua inserção social. Os espaços de sobrevivência já estão delineados, o que se faz é inventar ou reinventar formas de execução da atividade, mas as formas de trabalho ainda

---

<sup>206</sup> Mais do que puramente subordinados, estão constituídos/formados por uma determinada lógica estruturadora e modeladora das práticas sociais.

permanecem *na rua*, sem formalidade de trabalho, sem garantias e sem direitos. É como se seu campo de atuação já estivesse pré-constituído. Hoje, mais do que nunca, a trajetória seguida pelos indivíduos tende a implicar diretamente nas suas formas de inserção social, nos seus tipos de trabalho. O espaço de *manobra possível* é limitado. É como se o sujeito só pudesse se inserir na rua, em atividades de fácil acesso. Inevitavelmente, uma gama cada vez maior de brasileiros, predominantemente negros e mestiços, vão continuar a ingressar nesses tipos precários de inserção social, sofrendo dia-a-dia, sol a sol, as intempéries e agonias de se trabalhar nas ruas do país. Isso para aqueles que conseguirem se encaixar ou serem encaixados nessas formas de trabalho, pois, pelo que se vê nas diversas prefeituras do país é uma intensificação da repressão e do controle à entrada de novos trabalhadores. O que antes funcionava como válvula de escape do desemprego, na denominação de “setor de ajustes” (OIT, 1972), hoje (34 anos depois, em 2006), constitui nas mais modernas portas de reafirmação do desemprego e do trabalho precário, faltando apenas exibir um anúncio em jornal ou em rede de TV: *aqui não há mais vagas*. Em outras palavras, se não há mais espaço para ser trabalhador formal, pois o mercado está saturado e é excludente em força de trabalho, agora, também não esta havendo mais possibilidade, pelo menos facilmente, de inserção em trabalhos tipicamente desregulamentados, ilegais, informais de rua. Surge então a indagação: onde poderá esta força de trabalho se empregar? Não se tem uma resposta para isso, só os próximos anos dirão.

A inserção nas atividades de rua, principalmente para esta primeira acepção, é resultante de uma não inserção nos principais assentos do *bonde da civilização*, justamente por não se ter acesso a meios formais de qualificação, como escolas, cursos técnicos/profissionalizantes, universidades. Aqueles que vivem fora desses meios de qualificações profissionais terminam se inserindo na informalidade como prática atenuante de existência<sup>207</sup>. Contudo, uma questão que vem a tona no momento presente, para

---

<sup>207</sup> Algo similar ocorreu também no período próximo à abolição, mesmo no pós-abolição, onde quebravam-se os grilhões da escravidão, mas não se davam meios de qualificação e prospecção social equitativa para uma população pobre e vitimada por anos de subjugação, majoritariamente composta por negros e mestiços. Hoje, também existe uma parcela considerável de negros e mestiços, maioria da população de Salvador, que não consegue uma inserção mais qualificada, justamente por falta de preparo (escolas, cursos, universidade), quer dizer, problemas do passado que também são do presente. Certamente que hoje comportam novas formatações e novos elementos, com toda complexidade do mundo moderno.

complexificar ainda mais essas atividades tradicionais e tornar mais difícil o acesso dessas populações formalmente (des)preparadas nos empregos modernos é: houve uma mudança na composição desses trabalhadores? Hoje, há uma incorporação de indivíduos mais escolarizados e mais qualificados nessas atividades, principalmente em decorrência do desemprego estrutural da atual fase do sistema capitalista, o que coloca uma série de atributos nas atividades de rua que antes não existiam. Isso acarreta em aumento de custos para se iniciar na atividade e termina por exigir uma capacitação extra, em alguns casos específicos. Em outros termos, grupos sociais que eram melhor inseridos na sociedade, socialmente mais protegidos, como profissionais liberais da classe média, começam a buscar na rua os meios para sua sobrevivência, já que o desemprego se alastrou pelo país. Agora, a informalidade de rua passa a exibir *barreiras de ingresso*, o que dificulta ainda mais a inserção das populações mais precarizadas do país. Mas isso já faz parte da caracterização de outra acepção da informalidade, que veremos agora.

**A segunda acepção** genérica que podemos tecer em relação às práticas informais de rua no Brasil refere-se aos denominados *trabalhadores de rua modernizados ou modernos*. Pode também ser denominados de *elite das ruas*, elite dos camelôs, são quase *empresas de rua*. Ocorrem mais predominantemente no eixo Sul e Sudeste. São os trabalhadores de rua mais lucrativos, ligados normalmente à venda de produtos eletrônicos e de alta tecnologia, incorporando toda uma *lógica e logística*<sup>208</sup> capitalista/formal de venda e de relações de trabalho, porém mantendo-se no lugar (na rua) por excelência das atividades tradicionais, inclusive convivendo lado a lado, tradicional e moderno, como na região do Terminal Central de Campinas<sup>209</sup>. Eles vendem produtos sofisticados como: computadores, máquinas digitais, aparelhos de DVD, entre outros equipamentos eletrônicos. Auferem maiores rendimentos, possuem todo um estilo formal de trabalhar. Mesmo lotados na rua, usam

---

<sup>208</sup> Essa denominação refere-se a uma mescla de influências típicas do capitalismo – incorporação de um certo estilo de trabalho que imita traços dos trabalhos regulares/formais, como no tocante a relações de assalariamento; separação capital-trabalho; uso de fardas, sacolas e cartões de visitas personalizados; adoção de pagamento via cartões de crédito e débito; uso de tecnologias de comunicação na rua, como telefone, fax e internet, entre outros artifícios, como ligar para clientela para ofertar lançamentos tecnológicos. Ainda assim, mantêm características singulares das atividades de rua, ligadas a inovação e criatividade, peculiares a essas formas de trabalho.

<sup>209</sup> Esses trabalhadores de tecnologia constituem um objeto de pesquisa em aberto a ser desenvolvido em próximos estudos.

fardamento, letreiros e propagandas (*lay aut*) com o nome dos boxes ou das bancas, como se fossem empresas – como a *Dataplay*, cujo slogan de sua estampa comercial é “Tudo com qualidade e garantia”, ou a *Story’s Eletro & Informática*, especializada em “Acessórios para informática, sons para carro e eletrônicos em geral”, ambas funcionando em *boxe’s/bancas* no Terminal Central de Campinas – utilizam-se de sacolas e cartões personalizado, atendimento especial e qualificado, máquinas de cartões de crédito e débito, subassalariamento. Possuem seguranças privados nas ruas. Ligam para o cliente para oferecer produtos recém lançados no mercado tecnológico mundial. Enfim, seguem toda uma *lógica e logística* própria do sistema de trabalho formal/regular de uma empresa capitalista.

Esse segundo grupo de trabalhadores está inserido diretamente dentro do processo de realização do capital (via circulação de mercadorias, funcionando como *trabalhador gratuito* para o processo de realização do capital, como veremos mais adiante) e também está diretamente conectado com o mundo globalizado, via comercialização de produtos de diversas partes do mundo, como China, Coréia, Japão, etc., portando-se assim como um fenômeno por si só contraditório, o qual é ao mesmo tempo *moderno* por incorporar produtos e qualificações modernizantes e modernizadas, porém é também tradicional por manter-se no lugar por excelência da informalidade, na rua, e por correlacionar práticas modernas com lógicas tradicionais peculiares à própria atividade, como suas formas típicas e singulares de atrair os clientes, via gritos ou exposição de mercadorias. Inclusive, mantêm uma de suas características principais, a saber, a existência na rua, sem pagamento de impostos pela circulação de mercadorias e sem carteira assinada.

Essa, certamente é uma grande questão da sociedade brasileira da atualidade, em pleno século XXI, a existência de uma informalidade de rua antiga, existente provavelmente desde os tempos mais remotos de fundação das cidades brasileiras, mas que hoje está conectada e imbricada com sofisticados elementos modernos. Pode-se dizer, portanto, principalmente por essa via do trabalhador de tecnologia, que *a informalidade de rua vai para além da simbiose arcaico-moderno*, formal-informal, e apresenta-se não como um fenômeno do passado, arcaico, nem muito menos, como uma volta a tal estado, mas

sim, como um fenômeno diretamente integrado ao capitalismo em uma das esferas mais desenvolvidas e avançadas, no campo da tecnologia e da informática<sup>210</sup>.

Acreditamos que esse tipo de trabalhador funciona também como um veículo de divulgação e inclusão de tecnologias e produtos sofisticados para uma parcela da população que historicamente estaria excluída dessas inovações, como no acesso à máquinas digitais de última geração, equipamentos sofisticados para veículos, entre outros. Eles terminam funcionando como meio de inclusão de grupos potencialmente excluídos, contribuindo para romper uma relação de exclusão histórica de reservar os acessos aos produtos e aos ganhos com os avanços tecnológicos a determinadas classes e grupos com alto poder aquisitivo.

Vive-se hoje, portanto, com o desenvolvimento do conhecimento, conforme Cavalcante (2006, p.240),

(...) uma extrema e comprovada *desigualdade de acesso*, que privilegia empresas, corporações e grandes consumidores em detrimento da população de baixa renda. Aqui sim, nada muito estranho, pois a ode ao consumidor acarreta necessariamente uma divisão entre os que seriam bons e maus usuários. Aos primeiros, um mundo de novidades e oportunidades. **Aos segundos, as formas precárias de uso e acesso à informação.** [grifo nosso].

Outrossim, é justamente para contribuir no rompimento dessa inclusão precária que os informais de rua estão inseridos. Mas o estudo dessa acepção fica em aberto, pois carece de análises mais aprofundadas.

---

<sup>210</sup> Aqui damos conta de resolver uma parte de nosso problema de investigação, referente aos trabalhadores do século XXI, qual seja, são os trabalhadores da atualidade um retrocesso frente a moderna produção capitalista? Não. Iremos desenvolver melhor essa questão no próximo capítulo.

Por fim, **a terceira acepção**. Esta é mais simples de se entender, pois situa-se a meio caminho entre as duas anteriores. É composta por aqueles trabalhadores situados no meio termo das duas primeiras acepções, não é somente tradicional e também não é somente moderno, é um pouco de cada coisa, uma simbiose, um misto de tradição e modernidade. Está no meio do caminho, adotando elementos modernizadores, mas sem ser completamente moderno, é como se estivesse em processo ou em choque de configurações. Ora significando atividades tradicionais reconfiguradas pela entrada de novos trabalhadores, oriundos de trabalhos formais ou advindos de um mercado recessivo em ofertas de emprego, quer dizer, a entrada de profissionais mais qualificados com maior escolarização, que terminam remodelando as atividades tradicionais, contribuindo para impulsioná-las para uma *lógica e logística* mais moderna. Ora sendo ainda tradicional, mantendo suas estruturas tradicionais de venda, de trabalho e, por vezes, ofertando produtos tradicionais.

Estas três acepções apresentadas acima servem como elementos caracterizadores e definidores das atividades de rua contemporâneas. Desse modo, servem para uma melhor apreensão dos trabalhadores de rua da atualidade em Salvador. Funcionou, portanto, como uma primeira aproximação para com o fenômeno aqui pesquisado (a informalidade de rua), os primeiros entendimentos e entrelaçamentos, que desde já evidenciam o objeto de estudo, mas ainda não o é completamente, pois, na verdade, representa muito mais uma “síntese de múltiplas determinações”<sup>211</sup>, que sem os devidos desvendamentos e conexões internas ainda é um todo contraditório e complexo. Vamos agora adentrar em uma dessas acepções apresentadas, para tentar de fato revelar ou desvendar seu conteúdo, dessa vez mais organizado e delimitado em suas complexidades e determinações diversas, não mais como um todo caótico.

---

<sup>211</sup>Cf. MARX, 1946.

### 4.3. - Os trabalhadores de rua de Salvador da atualidade

No caso específico de Salvador, estaremos tratando da primeira e da terceira acepção, porém daremos maior peso aos trabalhadores tradicionais, por ser estes o nosso objeto de estudo por excelência, já que é a partir deles que poderemos tecer no capítulo 5 um paralelo com os/as ganhadores/as do final do século XIX. A segunda acepção, os trabalhadores de rua modernos, ainda não se manifestou na cidade, contudo está em via de se manifestar.

A denominação de informalidade que adotamos aqui para compreensão da realidade dos trabalhadores de rua da capital baiana, desde já, apresenta características constitutivas peculiares das quais podemos citar: a *incerteza da renda*, o *imediatismo na vida*, a *não acumulação de riqueza* (individual), o *convencimento*, a *inovação*, a *criatividade*, os *baixos custos das mercadorias e serviços* (se comparado ao setor formal) e a *especificidade do uso de técnicas peculiares de venda*, próprias dessas atividades, que podem ser comprovadas na tabela 05 abaixo:

**Tabela 05**

**Distribuição de Entrevistados em relação às Maneiras de Atrair Clientes**

MANEIRAS DE ATRAIR OS CLIENTES	Frequência	%
Exposição da Mercadoria	37	18,6
Inovação (colocar placa ou cartaz, panfletos..)	20	10,1
Preços/ Promoções	13	6,5
Bom Tratamento (tratar bem, boa conversa...)	102	51,3
Qualidade do Trabalho / Serviços	6	3,0
Qualidade e garantia da mercadoria	15	7,5
Organização da barraca	5	2,5
Boa Aparência	1	0,5
TOTAL	199	100,0
* Percentual válido para 162 entrevistados com respostas múltiplas		

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Na tabela acima, observam-se as principais maneiras apresentadas pelos trabalhadores para atrair os clientes, servindo até como parâmetros para comprovar ou não teorias que afirmam existir na informalidade aspectos de *marketing* e empregabilidade, os quais garantiriam o sucesso ou pelo menos a continuidade nessa atividade. Mais que isso, percebe-se hoje que os trabalhadores informais de rua, principalmente os situados na terceira acepção, os mistos de tradicional e moderno, passaram a aderir a padrões de execução e de realização do trabalho espelhados no estilo capitalista de relação societal, quer dizer, em sua lógica de mercado peculiar cujo principal objetivo é o lucro. Isso é feito pelos trabalhadores, muitas vezes, sem tomada de consciência de tal processo. É uma espécie de movimento oriundo das práticas dos agentes envolvidos, mas que não é feito conscientemente, mas sim pré-reflexivamente. Tem a ver com as relações sociais mais gerais, como as influências e as expansões do capital. Em outros termos, esses modernos trabalhadores de rua assumem uma *logística e lógica* bem capitalista de ser, sem necessariamente adotarem as relações formais de trabalho do modo capitalista; no máximo, adotam formas de assalariamento ilegal ou subassalariamento, com uma singela separação entre capital e trabalho, algo que veremos mais adiante.

Dos 162 entrevistados que responderam a essa questão sobre as formas de atrair os clientes, 61% utilizam o bom tratamento e a inovação como maneiras de venda (ver tabela 05 acima). Isso por si só ajuda a entender um dos elementos característicos desse tipo de atividade, o jeito de atrair a clientela. Algo que lhe é bem peculiar, mesmo com a incorporação dessa *lógica e logística* capitalista, não deixa de existir, muito pelo contrário. Essas técnicas peculiares da rua se expandiram na atualidade e passaram a ser usadas como modelos de venda e de negócio em diferentes ramos de empresas capitalistas. A banca do David<sup>212</sup> é um exemplo disso. Todavia, isso não é o mais comum, no geral o escopo capitalista interfere muito mais nas atividades de rua do que o inverso.

---

<sup>212</sup> David (ou a Banca do David) se tornou referência pelo seu estilo criativo e inovador de venda e pelas suas variadas técnicas de atrair a clientela, ofertando serviços e promoções inovadoras. Hoje ele tem um *call center* para atendimento de sua clientela nas proximidades da Av. Presidente Wilson, no centro do Rio de Janeiro, ofertando os mais variados doces e chocolates, sempre com promoções especiais, como: na compra de um real em doces a pessoa concorre a quinhentos reais ou a uma TV ou a uma bicicleta, enfim, são várias promoções ao longo do ano. Além disso, ele está abrindo franquias de sua banca em *shoppings* e outros locais comerciais pelo país todo. Esse trabalhador de rua virou quase um *pop star* de tão requisitado que foi

Isso evidencia uma característica marcante na atualidade, presente na informalidade, que são as estratégias de venda e convencimento do cliente (conquista da freguesia, formação de clientela), que são tão comuns nas mais diversas empresas formais (catálogo de clientes, listas de correios eletrônicos, etc.). O mais impressionante disso tudo é que esses novos estilos ou novos padrões (por si só inovadores e criativos) terminam por compor um estilo a ser seguido pelos demais trabalhadores na atividade, caso queiram permanecer trabalhando. Esse é o princípio básico do capitalismo concorrencial, terminam, pois, impondo *barreiras* (antes, mais reduzidas) de continuidade ou de acesso às atividades. O curioso é que essas novas formas de venda e de organização do trabalho terminam por travar uma guerra simbólica no nível das representações sociais e culturais nessas formas de trabalho<sup>213</sup>, como a ocorrida com as tradicionais baianas de acarajé de Salvador<sup>214</sup>.

---

para palestras nas mais diversas empresas, como: *Schincariol*, Banco Real, *Mcdonald's*, Petrobrás, Sebrae, Insinuante, *Fiat*, Telemar, *Tim*, *Bosch*, Eurofarma, C&A, entre outras, dando palestras de motivação e de estratégias de *marketing*. “O camelô consultor de marketing e vendas. É assim que costumam definir David Portes, um dos maiores consultores palestrantes do Brasil na área de marketing, citado até pelo papa do marketing, o americano Phillip Kotler. David tem uma agenda concorrida. Além das palestras, concede inúmeras entrevistas à mídia nacional e internacional. David Portes já fez mais de 600 palestras para inúmeras empresas, que aprovaram o talento e o sucesso dele como palestrante. Autodidata, jamais frequentou um cursinho ou uma faculdade. Aliás, só estudou até a 7ª série. Mas suas estratégias são tão eficazes que, já há algum tempo, é requisitado por empresas e universidades para dar palestras sobre o assunto”, ver sítio <http://www.bancadodavid.com/palestras.asp>, acesso realizado em 01 de junho de 2006. O início na atividade de David foi por acaso, como ele mesmo define: “Eu trabalhava na colheita de cana de açúcar em Campos (RJ) e resolvi me transferir para capital do Rio de Janeiro, em busca de um sonho! Já trabalhei de carteira assinada, foi logo no começo, quando cheguei na capital. Fui trabalhar na gravadora Polygram como motorista. Para mim não foi uma boa experiência, pois fui mandado embora da empresa (...). Depois disso fui despejado do barraco e tive que morar na rua com a minha família, que na época era formada pela minha mulher e meu filho, que ainda estava na barriga dela. Diante desta situação lamentável em que eu estava, no fundo do poço, tive que reagir. Foi então que, com apenas R\$ 12,00 emprestados, comprei meia dúzia de doces ao invés de comprar remédio para minha mulher que estava doente. Veio uma voz na minha cabeça dizendo que eu deveria fazer isso e comecei a vender os doces na calçada onde hoje é a banca mais famosa do Brasil!”, ver sítio <http://www.bancadodavid.com/ocomeco.asp>, acesso realizado em 01 de junho de 2006. As palestras de David estão orçadas aproximadamente em 10 mil reais.

<sup>213</sup> A inserção dessa nova *lógica e logística* de trabalho nas atividades tradicionais de rua terminou por modificar ou contribuir para extinção de alguns tipos de atividades, como no caso de algumas atividades em Salvador: o tradicional taboquero (o vendedor de taboca). Essa atividade foi reconfigurada, passaram a fabricar taboca de modo industrial para serem vendidas (ensacadas) nas sinaleiras da cidade por adolescentes, muitos trabalhando para outras pessoas, recebendo comissão por venda ou diária. Outra mudança que vem ocorrendo refere-se aos vendedores de churrasquinhos e queijinhos assados. A incorporação dessa nova lógica implica em aumento de custos para iniciar na atividade e descaracteriza tal forma de trabalho, como a inclusão de jalecos brancos, luvas, saquinhos individuais por espetos, entre outros artifícios, que em um rápido olhar parecem ser benéficos para a realização da atividade, mas que por trás, em essência, existe algo mais, uma nova caracterização da atividade. Como a formação de negócios informais, pessoas mais perspicazes sub-empregando trabalhadores sem carteira assinada e com poucos ganhos. *Dessa forma, determinadas atividades de rua deixam de ser o espaço secular da autonomia, do trabalho autônomo.* Passam a ser mais um espaço de vigência da relação capital X trabalho, onde uns poucos são os donos do

Portanto, em linhas gerais, para podermos ter uma compreensão razoável sobre esses trabalhadores, faz-se necessário adentrar em um perfil genérico das mais variadas atividades situadas nos mais diversos locais da cidade. Na maioria das vezes, esses trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas e às condições da rua, por vezes insalubres, próprias da rua, como má alimentação, poluição ambiental (ruídos), etc. Isso pode ser percebido nas palavras de um dos entrevistados: “Fico ligado ao mesmo tempo no cliente, pivete, fiscalização (...)” (*Entrevista realizada no Centro - 2002*).

## Perfil

Do total de entrevistados (191), 66% são homens. A maioria dos trabalhadores é composta por negros. Somando-se pardos e pretos, temos um percentual de 83%. A faixa etária mais expressiva é a de 40 anos ou mais, com um percentual de 44%. Então pode-se afirmar que: *é predominante a participação de homens, de negros e dos mais velhos na informalidade de rua de Salvador* (ver tabelas 06, 07 e 08, abaixo).

---

negócio e outros tantos vendem sua força de trabalho. A diferença aqui é que acontecem nas ruas, e o pior, sem carteira assinada, sem nenhuma garantia trabalhista. No dito espaço de autonomia, da liberdade, a exploração e precarização do trabalho se apresenta com maior ferocidade e com a mesma sede por *ganhar* e ganhar cada vez mais.

<sup>214</sup> Houve um processo de reestruturação dessa atividade, em finais do século passado, por interferências externas, principalmente com a entrada de vendedoras/es oriundos de outras religiões que não somente o Candomblé, como os evangélicos. Estes passaram a vender as iguarias e quitutes sem a vestimenta típica da atividade e sem os rituais ali existentes, mudando inclusive os ingredientes de determinadas comidas. Esse episódio terminou por ser contido por ações da Associação das Baianas de Acarajé de Salvador, que conseguiram barrar determinadas interferências, mas não conseguiram evitar o surgimento de *casas ou centrais do acarajé* (na atualidade, algumas dessas casas terminaram fechando suas portas, principalmente por não conseguirem desbancar a tradição do acarajé de rua e toda sua significação cultural; comer acarajé no fim de tarde, depois do longo dia de expediente, é uma prática comum na cidade). As ações coletivas das baianas de acarajé conseguiram manter a tradição (suas vestimentas e costumes de venda), mas perderam em relação à entrada de empresas capitalistas na atividade, rompendo uma parte do sentido da atividade, ligado a autonomia e realização do trabalhador. Inclusive, existe *delicatessens* da cidade que vendem acarajé, como a rede Perini, isto por si só, evidencia a interferência da modernidade nas práticas informais e tradicionais de rua.

**Tabela 06**  
**Distribuição por Sexo**

Sexo	V.A.	%
Masculino	126	66,0
Feminino	65	34,0
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 07**  
**Distribuição por Cor**

Cor	V.A.	%
Preto	74	38,7
Branco	31	16,2
Pardo	85	44,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 08**  
**Distribuição por Faixa Etária**

Faixa Etária	V.A.	%
Até 17 anos	4	2,1
18 a 24 anos	34	17,8
25 a 39 anos	69	36,1
Acima de 40 anos	84	44,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 55,8% são casados ou vivem em concubinato e 48% nasceram em Salvador, conforme tabela 09 e 10 abaixo. Esses trabalhadores oriundos de Salvador já representam uma mudança na caracterização das atividades de rua, que historicamente foi constituída por trabalhadores advindos de outras cidades, geralmente do campo (migrações). Hoje, a informalidade de rua começa a representar uma atividade eminentemente urbana.

**Tabela 09**  
**Distribuição por Situação Conjugal**

Situação Conjugal	V.A.	%
Solteiro	62	32,5
Casado	73	38,2
Divorciado	7	3,7
Separado	10	5,2
Viúvo	4	2,1
Concubinato	34	17,8
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 10**  
**Distribuição por Local de Nascimento**

Local de Nascimento	V.A.	%
Salvador	91	47,6
Outra cidade da Bahia	88	46,1
Outro Estado	12	6,3
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Podemos perceber uma incipiente mudança na informalidade no tocante a escolaridade desses trabalhadores. Do total de trabalhadores, apenas 4,2% são analfabetos, 41,5% possuem o primeiro grau incompleto, 17,8% possuem o primeiro grau completo, 32% tem até o segundo grau incompleto e 3% possuem o nível superior. Assim, a relação histórica da informalidade de ter baixa escolaridade começa a evidenciar sinais de mudança, mas ainda de forma muito incipiente, por exemplo, via inserção de trabalhadores oriundos de atividades formais, os novos informais, trabalhadores mais qualificados que por crise estrutural de desemprego e reestruturação produtiva terminam perdendo emprego ou não conseguindo inserção e aí terminam optando pela alternativa informal. Dessa forma, contribuem também para reestruturar essas atividades de rua, historicamente dissociadas de práticas e lógicas capitalistas de trabalho, compondo, assim, novos processos de trabalho, mais conectados com o sistema capitalista, com o mundo formal de trabalho. Porém, no geral, por se tratar de uma mudança ainda incipiente e localizada, temos que permanecer com a histórica relação baixa escolaridade e informalidade (ver tabela 11 abaixo).

**Tabela 11**  
**Distribuição por Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>	<b>% Válido</b>
Analfabeto	8	4,2	4,2
1º grau incompleto	79	41,4	41,6
1º grau completo	34	17,8	17,9
2º grau incompleto	27	14,1	14,2
2º grau completo	36	18,8	18,9
<b>Superior completo</b>	<b>6</b>	<b>3,1</b>	<b>3,2</b>
Total	190	99,5	100,0
Não respondeu	1	0,5	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Dos 191 entrevistados, 24% são trabalhadores “ambulantes”, no sentido estrito da palavra – ambulante aquele “que não permanece no mesmo lugar” (Aurélio, 1999) – ou seja, não possuem ponto de trabalho fixo (ver tabela 12 abaixo); 76% são trabalhadores de ponto fixo, que exercem sua atividade geralmente sob o controle do poder municipal.

**Tabela 12**  
**Distribuição em relação aos Pontos de Trabalho**

O ponto é fixo	V.A.	%
Sim	145	76
Não	46	24
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 67% afirmam possuir algum tipo de registro (inscrição ou cadastro) na prefeitura (ver tabela 13 abaixo) o que caracteriza a forte interferência do poder público municipal dentro das atividades de rua.

**Tabela 13**  
**Distribuição de Entrevistados em relação a algum tipo de registro**

A atividade tem algum tipo de registro	V.A.	%
Sim	128	67,0
Não	62	32,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Isso conduz no mínimo a pelo menos dois questionamentos: será que esses trabalhadores (as) de rua são tão clandestinos, fraudulentos e ilegais assim? Será que eles são tão autônomos quanto aparentam ser? Essas são questões que tentaremos resolver aqui. Primeiro, percebe-se que a regularização dessas formas de trabalho, no momento atual, é uma constante. A cada dia aumenta o contingente de trabalhadores regulamentados ou impedidos de trabalhar por não ter licença para tal<sup>215</sup>. Até as festas de largo, tradicionais de Salvador, passam por essa regularização, como é o caso da lavagem de Itapuã, lavagem do Rio Vermelho, lavagem do Bonfim, festa de Santo Antônio, entre outras<sup>216</sup>, e, claro, a maior de todas, o Carnaval. Esta última é delimitada ano a ano. Cada vez mais, o governo municipal coloca novas restrições e no fim muitos trabalhadores ficam alijados da licença<sup>217</sup>, obrigados a exercerem seu meio de sobrevivência sob risco de perder sua mercadoria e seus instrumentos de trabalho.

Em relação a renda, podemos afirmar que a maioria dos trabalhadores, aproximadamente 61%<sup>218</sup>, situam-se na faixa de baixa renda, com até 2 salários mínimos, conforme tabela 14 abaixo.

---

<sup>215</sup> Mais recentemente, já em 2006, houve uma nova ordenação para os trabalhadores ambulantes. Iniciou-se o cadastro dos trabalhadores de doces (baleiros) e outros produtos vendidos em ônibus urbanos e nas ruas da cidade. Foi fornecido um fardamento e um crachá, mediante pagamento de licença para trabalhar à Secretaria de Serviços Públicos (SESP), vinculada a prefeitura de Salvador. A questão é que a liberação dessa licença é limitada e aí, como sempre, as relações de pessoalidade (o âmbito subjetivo) terminam prevalecendo. Não temos mais informações a este respeito, nem a secretaria divulga nada a respeito, porém fica evidente, mais uma vez, a interferência do poder público coagindo e controlando essas atividades de rua. Uma indagação permanece: será que isso se trata de política de inclusão e proteção para o trabalhador ou não representa muito mais um meio de mantê-los controlados, em baixo das asas do poder municipal e dos olhos de sua polícia administrativa? Deixemos essas questões em aberto para futuras investigações.

<sup>216</sup> O valor pago para se obter a licença para trabalhar nessas festas de largos, nos bairros de Salvador, variam de 20 a 100 reais a depender do tipo de produto vendido (bebidas com isopor ou barraca; carrinho com comidas típicas).

<sup>217</sup> Esta licença é conseguida depois do pagamento de uma tarifa, que varia conforme a festa e tem que ser renovada pelo menos anualmente, pois é concedida a título precário, como veremos mais adiante.

<sup>218</sup> Percentual válido para um total de 133 trabalhadores, que responderam a esta questão.

**Tabela 14**  
**Distribuição de Entrevistados em relação ao ganho mensal**

Ganho Mensal	V.A.	%	% Válido
Menos de 1 Salário M	23	12,0	18,7
1 a 2 SM	52	27,2	42,3
2 a 5 SM	33	17,3	26,8
5 a 10 SM	11	5,8	8,9
Acima de 10 SM	4	2,1	3,3
Total	123	64,4	100,0
Não Respondeu	68	35,6	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Não vamos aqui tecer maiores considerações sobre a renda desses trabalhadores, pois essa categoria (renda) não é muito confiável. Muitos dos trabalhadores (as) ocultaram seus rendimentos ou muitos não o contabilizam de modo preciso, algo que está começando a mudar, principalmente via micro-créditos e inserções de trabalhadores mais qualificados oriundos do mundo formal de trabalho, como citado anteriormente.

#### **4.4. – Peculiaridades e condições de trabalho na rua: a rua como um fator de sofrimento**

Compreender quem são esses trabalhadores é também analisar a atividade de rua no tocante as suas condições de trabalho, descrevendo, por um lado, as peculiaridades da rua e, por outro, o resultante da relação entre as esferas do trabalhador, da atividade, da demanda e do controle por parte do poder público municipal. Vamos então abordar aqui algumas dessas relações para poder situar como se configura essa forma de trabalho hoje.

## **Principais Leis, Decretos e Regulamentos do Poder Público Municipal de Salvador sobre o Trabalho Informal**

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Salvador, o PDDU (Lei 6586/2004)<sup>219</sup>, entre outros itens que tratam do trabalho informal, como é o caso da subseção II, do Capítulo II, intitulada “Da Empresa e do Trabalho Informal” (inserida no Anexo 08 do Plano), tem-se também um inciso que remete as atividades de rua à questão da cultura da cidade. Como se pode ver no artigo 7º inciso IV do plano, onde se lê: “(...) **a consideração da cultura local** como fator de afirmação das identidades da população, da atratividade **e de geração de oportunidade e renda**” [grifo nosso]<sup>220</sup>. Pode-se constatar que faz parte das políticas públicas municipais a inserção da cultura e tradição local como mais um atributo para obtenção de renda, como é o caso da hiper-valorização do negro, das baianas de acarajé, da capoeira, que são expostos a todo momento para angariar dividendos dos turistas, o que nem sempre gera desenvolvimento social e equidade de oportunidades para os envolvidos, como vimos no capítulo anterior<sup>221</sup>.

Com relação a subseção II, intitulada “Da Empresa e do Trabalho Informal”, citada acima, podemos perceber a abrangência dos dados contidos, o que não permite especificar qual o contingente exato dos trabalhadores de rua, pois os dados utilizados agregam em uma mesma condição micro-empresas com até cinco empregados. Sabe-se que na rua, por vezes, só existe uma pessoa trabalhando em uma banca ou alguns familiares, mas que não se caracteriza como empresa. Sendo assim, não usaremos os dados reunidos nesse anexo, por não considerá-los satisfatórios.

Há dois regulamentos e decretos/leis referentes aos trabalhadores informais da cidade de Salvador vigentes na atualidade, ambos decretados em 1991 pelo então prefeito

---

<sup>219</sup> Disponível no sítio [www.pms.br](http://www.pms.br).

<sup>220</sup> Id., *ibid.*

<sup>221</sup> É uma coisa escandalosa, a cultura da cidade, por vezes, é até forjada ou feita de modo forçado, desligado de seus verdadeiros sentidos tradicionais/culturais, feita apenas para turista ver. Desse modo, há épocas específicas do ano em que Salvador vira um grande palco de encenações, como no Carnaval. Contudo, isso é outra história.

Fernando José Guimarães Rocha, cujo secretário da SESP era Antonio Carlos de Campos Barbosa. Vejamos alguns de seus trechos:

1º) O decreto nº 9021 de 28 de Junho de 1991 que “Dispõe sobre a localização e funcionamento do Comércio e Serviços Informais **nas áreas de praia e nos calçadões** que a margeiam, do município de Salvador” [grifo nosso]<sup>222</sup>, que, entre outras determinações, consta dos seguintes artigos:

Artigo 1º- A licença para a exploração de atividades econômicas e serviços informais de praia do Município de Salvador e nos calçadões que margeiam será concedida a **título precário** e em conformidade com as normas estabelecidas no presente Decreto [ grifo nosso].

Artigo 5º- A licença concedida nos termos do art.1º deste Decreto, deverá ser renovada anualmente mediante apresentação ( ...) [de documentos pessoais e autorizações de órgãos públicos].<sup>223</sup>

Esse primeiro artigo, de antemão, coloca a título temporário a licença concedida a cada comerciante a ser renovada anualmente (artigo 5º), conforme pagamento de tributo à prefeitura. Isso, por si só, evidencia a condição precária e instável da atividade informal, quer dizer, vive-se sem certeza de continuidade na atividade, pois, caso não se consiga renovar a licença, não se pode continuar funcionando/trabalhando. Além disso, os trabalhadores viram reféns do poder público municipal, que pode entre outras coisas mandar reorganizar o local de trabalho, o tipo de mercadoria ou serviço comercializado, e mais, pode definir o estilo do empreendimento. É uma coisa impressionante! A prefeitura praticamente toma conta de todos os espaços de trabalho da cidade ou pelo menos tenta, legítima e institucionaliza a maioria deles, além de os controlar. Assim, mais uma vez uma questão volta a cena: são estes trabalhadores de rua de Salvador tão ilegais assim? Isso

---

<sup>222</sup> Disponível no sítio [www.pms.br](http://www.pms.br).

<sup>223</sup> Id., *ibid.*

contribui para pôr em cheque todo um imaginário de negatividade depositado pela imprensa brasileira e baiana nessas formas de trabalho, quase sempre ressaltando apenas a fuga de divisas e a desorganização dessas atividades, taxando-as de *lócus* de bagunça e distúrbios sociais. Todavia, será que essas atividades de rua são tão desorganizadas assim? E mais, será que são tão autônomas assim? Deixemos em aberto essas questões para futuras investigações, mas cabe uma afirmação: as atividades de rua de Salvador, além de possuírem um estilo de organização interna peculiar, própria, que certamente não condiz com o modelo de trabalho formal livre instituído e condicionado no país, possuem todo um aparato legal/municipal para seu funcionamento. Então, não são tão ilegais assim e muito menos autônomas como imaginam, pois a prefeitura vive no seu cotidiano de trabalho, dia-a-dia, fiscalizando, reprimindo e controlando<sup>224</sup>.

Apenas a título ilustrativo mostraremos algumas notícias de um jornal de circulação nacional e, principalmente, de jornais baianos sobre a imagem de negatividade depositado nessas formas de trabalho de rua.

Por exemplo, no dia 21 de novembro de 2002, o Jornal Folha de São Paulo, importante jornal de circulação nacional, divulga algumas notas sobre os trabalhadores de rua de São Paulo, situados na rua 25 de março. Nessas notas, percebe-se um tom de negatividade em relação aos trabalhadores de rua. Em uma nota, na folha A 2, assinada por uma renomada colunista desse jornal, Sr.<sup>a</sup> Eliane Cantanhêde, intitulada “Camelôs, tráfico e ruas globais”, faz-se uma relação direta entre o tráfico de drogas (o crime organizado do Rio de Janeiro), e os trabalhadores de rua de São Paulo, e lança a seguinte cobrança, referindo-se ao recém empossado governo Lula: “Agente está falando muito da economia no governo Lula da Silva. Mas o que se vai fazer da globalização mortífera das ruas?”. Percebe-se que a colunista cobra ações para coibir as atividades de rua, principalmente quando faz uma correlação direta entre informalidade e tráfico de drogas. Nesse ponto, se está dando aval para ações enérgicas do poder repressivo. Ainda que haja um ou outro

---

<sup>224</sup> Pode-se supor que essas atividades de rua vivem em uma certa condição de *semi-informalidade*, nem totalmente formais/legais, assim como, não são também totalmente ilegais, deixaremos essa reflexão para futuras pesquisas.

trabalhador ali envolvido com drogas, houve uma generalização a todos. Esse é um nítido exemplo que ocorre corriqueiramente na imprensa e no senso comum no Brasil, toma-se o fenômeno apenas pela sua mera aparência, pela superficialidade.

Em outra nota, no mesmo dia, neste jornal, na mesma secção A2, intitulada “Tensão no centro”, já se faz um prognóstico e diz-se qual o melhor caminho para prefeitura, vejamos:

A tolerância da prefeitura com esse tipo de comércio é o pior caminho. Já existe um número predeterminado de ambulantes autorizados a operar no centro. Permitir que outros se instalem é não apenas **lesar o interesse dos camelôs legalizados**, mas, sobretudo, corroborar uma **concorrência predatória** ao comércio regulamente instalado, obrigado a pagar impostos e arcar com uma custosa estrutura de funcionamento.

No terreno da fiscalização, portanto, **a prefeitura não pode ser condescendente com os camelôs ilegais** que tentam se instalar. A fiscalização aliás, também não pode ser condescendente com a proliferação de mercadorias contrabandeadas (...) (Folha de São Paulo, 21 de novembro de 2002, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que o Jornal faz esse prognóstico e diz como deve ser a ação da prefeitura para reprimir os trabalhadores, mais na frente na mesma nota diz:

(...) é um erro entender a questão dos vendedores ambulantes meramente como assunto de polícia. Eles representam um contingente de cidadãos em sua maioria disposto a ganhar a vida com o seu trabalho.” (Idem, ibidem).

Depois de ter exigido uma ação efetiva da prefeitura para reprimir as práticas ilegais, termina afirmando que eles são cidadãos e trabalhadores, isto é, trata-se de uma nota no mínimo contraditória.

Ainda neste dia, 21 de novembro de 2002, na página C4 deste mesmo jornal, outra nota, dessa vez com o título “Protesto de camelôs fecha lojas pelo 2º dia”, já começa dizendo: “Pelo segundo dia, camelôs da região da rua 25 de Março (centro da capital paulista) **provocaram confusão, correria e fechamento de lojas** em manifestações durante todo o dia (...)” (Idem, C4) [grifo nosso]. Desse modo, quase sempre as notícias quando tratam dos informais de rua, referem-se à “confusão”, à “correria”, isto é, como se fosse prática comum desses trabalhadores fazerem isso, provocarem isso. Na verdade, o que deveria ser explicitado no jornal eram os motivos que levaram aquelas agitações, que certamente representam muito mais uma forma de luta, de protesto contra imposições do poder público municipal, do que de “confusão” inerente àquelas atividades. Obviamente que existem inúmeros outros fatores envolvidos, que não cabe aqui analisá-los, afinal nosso propósito é apenas ilustrativo.

Já com relação a Salvador, temos alguns exemplos que também denotam essa postura negativista em relação aos trabalhadores de rua, como foi o caso do Jornal A Tarde, do dia 07 de agosto de 2002, com uma nota intitulada “Ser camelô em Salvador é ter de enfrentar guerra desigual”. Inicia-se a nota:

O mercado informal de Salvador continua sendo uma dor-de-cabeça, tanto para quem tenta ordená-lo, quanto para os trabalhadores licenciados e os clandestinos. Oficialmente, três mil ambulantes estão aptos a vender seus produtos nas ruas da cidade. Estão licenciados pela Secretária de Serviços Públicos (Sesp) e com a documentação em ordem. Porém, pelo menos outros três mil estão exercendo a atividade **completamente fora da lei**. O pior é que até traficantes se aproveitam da **confusão** (...) (A Tarde, 07 de agosto de 2002, grifo nosso).

Conforme a nota acima, os trabalhadores não licenciados estão “completamente fora da lei”, quer dizer, estão cometendo crime, são *foras da lei*, e mais, afirma que os traficantes aproveitam da confusão (qual confusão?). Esses trabalhadores estão ali por uma razão simples e objetiva, sobrevivência. Se labutar para sobreviver é provocar confusão, aí tudo bem, caso contrário, isso evidencia o (pré)conceito que ainda permanece em relação aos trabalhadores de rua. Outro exemplo deste tipo de discriminação é o do Jornal Correio da Bahia, do dia 24 de outubro de 2003, que traz estampado na seção “Correio Negócios” a seguinte frase: “**Invasão pirata**: falsificação já movimenta 5% do PIB brasileiro”. Dessa forma, a informalidade é vista como uma invasão, uma ameaça ao mundo regular.

Para finalizar essas ilustrações, citaremos mais alguns títulos de notícias e mais algumas notas do Jornal A Tarde. No dia 21 de setembro de 2004, este jornal trouxe a seguinte nota: “Sesp planeja volta do rapa ao centro” e finaliza a nota, dizendo:

Enquanto isso, aproveitando a forçosa trégua política, os vendedores não-cadastrados **estão à vontade**, para desespero dos lojistas e dos camelôs regularizados das ruas Coqueiros da Piedade e Portão da Piedade [ambas localizadas no centro da cidade] (...). ‘Por enquanto a Sesp está analisando a hora certa de voltar’, explica Barroso [Coordenador de Licenciamento da Sesp, Osvaldo Barroso]. Pelo andar da Kombi, parece que o rapa só aparecerá depois [do] primeiro turno [grifo nosso].

Com essa notícia percebe-se o temor da possível volta da fiscalização, que no período de eleição em 2004 deu uma rápida trégua em suas ações, daí, como bem disse a nota, o trabalhador não cadastrado pode ficar “à vontade”, isto é, o normal parece ser trabalhar em constante estado de tensão e perseguição, em que a simples diminuição das ações do Rapa já conduz a um ficar “à vontade”.

Outras três notícias interessantes (mais atuais) são também veiculadas neste jornal (A Tarde). A primeira, aparece logo na contracapa do jornal, no dia 5 de fevereiro de 2006,

inserida no “espaço do leitor”, intitulada “Desordem dos Camelôs”, assinada por Rogério Cândia de Salvador, que entre outras coisas ressalta a fraqueza da administração municipal ao permitir o comércio de rua e cobra posturas enérgicas, vejamos:

O prefeito adota um posicionamento no mínimo curioso com relação aos ambulantes. Permite que se instalem em qualquer lugar. A cidade está **infestada** por ambulantes (...). O centro da cidade (...) é uma feira livre onde se vende de tudo no meio da rua, na frente de lojas, com tabuleiros, caixotes, carros de mão, num ambiente desorganizado e sujo. A prefeitura parece não compreender que a **desordem** compromete uma administração, envergonha seus habitantes e é um péssimo cartão de visitas para os milhares de turistas que nos visitam. Será que **disciplinar** e **ordenar** o comércio ambulante em Salvador é tão difícil? [grifo nosso]<sup>225</sup>.

A segunda é do dia 11 de maio de 2006, também neste jornal (A Tarde), onde diz: “Sujeira toma conta de São Joaquim”, quer dizer, **sujeira tomou conta** da maior feira livre da cidade, localizada na cidade baixa, importante ponto turístico e comercial da cidade, ou seja, o Jornal contribui para manchar (diminuir) as atividades informais de rua. Por último, a última notícia ilustrativa que apresentaremos aqui é uma nota do dia 12 de março de 2006, Jornal A Tarde, intitulada “Centro”, que mais parece uma notícia do século XIX, onde diz:

As principais vias do centro da cidade estão se transformando numa verdadeira feira livre. Invadidas sem nenhum critério por bancas de frutas,

---

<sup>225</sup> Não procuramos identificar este “leitor”, mas certamente representa uma importante parcela da população soteropolitana, que mesmo, minoritária, consegue ter poder, principalmente pelo fato de possuir prestígio e postos importantes na cidade terminam propagando este tipo de preconceito e discriminação para com os trabalhadores de rua. Esse tipo de discurso é típico dos comerciantes formais, que se enfurecem por perderem alguns vinténs para os informais, muitas vezes, por pura ganância, sem nem mesmo saber da importância desses trabalhadores para ajudar a equilibrar os salários no mundo formal, como veremos mais a frente, ainda neste capítulo.

agora oferecem a fruta da época, que é a jaca, em carrinhos de mão, em cima de caixotes, tabuleiros. Na Rua Nova de São Bento [um dos principais pontos do comércio informal do centro da cidade] há um depósito da fruta em plena via pública. O pior é que as caixas são jogadas no chão e o lixo acumulado causa um péssimo aspecto à área que, inclusive, deve prejudicar as vendas. Mais um caso de desorganização [da] Sesp.

Em vez dessas notícias ficarem apenas corroborando com o imaginário de negatividade lançados às atividades de rua, deveriam, pelo contrário atentar para as seguintes questões: o que fazer para melhorar essas atividades? O que fazer para gerar novos postos de trabalho? Enfim, deveriam apontar caminhos em termos de políticas públicas de inserção social para uma gama de trabalhadores que vivem um cotidiano de perseguição, contravenção, incertezas e sem perspectivas futuras.

Após essa digressão ilustrativa sobre pequenos fragmentos do mundo do noticiário impresso contemporâneo no Brasil e em Salvador, vamos retornar para os decretos que regulamentam as atividades de rua de Salvador da atualidade.

No artigo 8º abaixo, do decreto que estávamos analisando, decreto nº 9021 de 28 de Junho de 1991, definem-se os tipos de atividades econômicas que serão permitidas na praia, calçadões e áreas circundantes, vejamos:

O exercício de atividades econômicas na praia e nos calçadões que a margeiam somente será permitido em equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo Município compreendendo as seguintes categorias:

- I- Barraca de praia;
- II- Barraca de côco;
- III- Barraca de caldo de cana;
- IV- Carrinho para caldo de cana;
- V- Barraca para acarajé;

- VI- Tabuleiro para acarajé;
- VII- Banca para sorvete;
- VIII- Mala para cigarros;
- IX- Carrinho para lanches;
- X- Pipoqueira (Idem).

Além da definição dos tipos de atividades permitidas o presente decreto ainda trata de modelos e especificações das bancas e barracas de praia. O interessante é que os dois modelos apresentados ainda mantém a característica tradicional e ecológica da cidade via utilização de cobertura de “borra de piaçava”<sup>226</sup>, conforme artigo 10º abaixo:

O equipamento tipo barraca de praia consiste nos modelos I e II (...)  
[abaixo]:

Modelo 1- Barraca de módulo circular com diâmetro igual a 6,00 m, estrutura em madeira e cobertura em borra de piaçava;

Modelo 2- Barraca formada por 4 módulos tendo cada um dimensões de 3,0 mX 3,0 m, um apoio central, com estrutura de madeira e cobertura em borra de piaçava com quatro águas.

§2º- A barraca de praia poderá utilizar no máximo 20 mesas, tendo cada uma capacidade para quatro lugares, que ficarão contidas no espaço de 60 m<sup>2</sup> correspondentes a 6m de testada por 10m de comprimento medidos perpendicularmente a partir do limite externo da barraca em direção ao mar (...);

---

<sup>226</sup> Característica que começa ser modificada, principalmente na orla nobre de Salvador, com a incorporação de barracas de cimento, tijolo, e telhado de cerâmica, quebrando assim uma importante tradição da cidade, possivelmente de herança indígena. Notícias mais atuais veiculadas em importantes jornais da cidade, como no jornal A Tarde, vêm dando especial atenção as mudanças que vem ocorrendo nas barracas de praia em diversos pontos da cidade, como Amaralina, Jardim dos Namorados, Jaguaribe, Piatã, entre outras, para maiores informações ver sítio [www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br).

§3º- O equipamento tipo barraca de praia destina-se exclusivamente à comercialização de refrigerantes, água mineral, bebidas alcoólicas, tiragostos, cigarros e fósforos (Idem).

Com esse artigo 10º acima, a prefeitura visa ordenar e regulamentar o uso indiscriminado do solo e da cidade, contudo as realidades existentes em cada atividade são bastante diferentes. Como exemplo de não cumprimento da lei ou *reestruturação das normas* (realizada pelos próprios trabalhadores) é o decretado no artigo 21º desta mesma lei 9021/1991, vejamos: “Fica proibida a construção de escadas, chuveiros, sanitários e fossas pelos permissionários”. Este artigo proíbe a construção de escadas, chuveiros, sanitários e fossas nas barracas de praia, mas isso destoia e muito da realidade das barracas de praia de Salvador. Hoje, pode-se contar com os dedos as barracas que não têm esses equipamentos disponíveis para os consumidores, mesmo que os tenham precariamente, como em algumas praias próximas a cidade baixa ou mesmo no Porto da Barra, onde não se tem espaço para tal infra-estrutura <sup>227</sup>.

2º) Outro decreto Lei, do mesmo ano do anterior, que também regulamenta as atividades de rua, é o nº 9119 de 12 de Setembro de 1991, o qual “Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio e serviços em equipamento do tipo banca de chapa, em logradouros públicos do Município de Salvador e dá outras providências<sup>228</sup>.” Este decreto trata do *comércio de bairros da cidade*, por sinal, uma atividade bem comum da cidade de Salvador, fazendo, inclusive, parte da cultura de determinados bairros. Muitas dessas bancas de bairros são aprazíveis locais de sociabilidade/lazer e tantas outras são verdadeiras perturbações para os moradores circunvizinhos, pois agregam grande número de consumidores e, muitas vezes, promovem verdadeiros tumultos nas ruas da cidade, fora a poluição sonora que advém destes ambientes, que, quando não é fruto do som de

---

<sup>227</sup> Algumas praias populares, como Boa Viagem, não possuem espaço para tais construções, e nem há interesse público para realizar tais melhorias, já que são normalmente praias visitadas pelos moradores das proximidades, que possuem baixo poder aquisitivo. Já o Porto da Barra é um dos principais cartões de visita da cidade, mas que também, por falta de espaço, não tem nem barracas. Existem apenas vendedores com isopor e poucas cadeiras, não usam mesas.

<sup>228</sup> Disponível no sítio [www.pms.br](http://www.pms.br).

automóveis, é resultante do som emitido pela própria barraca (TV, Som, pessoas conversando, etc.)

Vejamos esse decreto, em seu artigo 1º, o qual também concede a licença a título provisório e renovável anualmente:

A licença para exploração de atividades econômicas do comércio e serviços informais exercidas em equipamento do tipo banca de chapa, em logradouros públicos do Município de Salvador, está concedida a título precário, mediante a lavratura de Termo de Permissão e em conformidades com as normas estabelecidas no presente Decreto (Idem).

No artigo 3º desse decreto, o qual trata dos documentos requeridos para liberação da licença de funcionamento, requerem também uma prova de contribuição sindical, conforme artigo abaixo.

O pedido de licença será feito através de formulário próprio, dirigido à Secretaria Municipal de Serviços Públicos-SESP, instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identidade;

**II – prova de sua contribuição sindical;**

III – carteira de saúde, para aqueles que comercializam nas bancas que vendem produtos alimentícios (Idem, grifo nosso).

A solicitação dessa contribuição sindical nos leva a pelo menos um questionamento: faz-se uma exigência típica do mundo formal, que é a contribuição sindical obrigatória. Porque será que esta exigência se repete no mundo informal? Não era para ser diferente, já que se trata de um lócus de trabalho desregulamentado e sem leis ou procedimentos usuais,

então para que tal exigência? Certamente pelas relações de similitude existentes entre esses dois mundos (formal e informal), que de modo nenhum podem ser vistos como estanques e separados, quando na verdade, estão bastante imbricados e correlacionados.

Esse decreto define também os tipos de atividades que podem ser realizadas nestas bancas de metais, vejamos:

Artigo 8º- As bancas, de acordo com as suas respectivas finalidades, compreendem as seguintes categorias:

- I – Banca de Impressos;
- II – Banca de Frutas;
- III – Banca de Artesanato;
- IV – Banca de Carimbos;
- V – Banca Lotérica;
- VI – Banca de Chaves;
- VII – Banca de Lanches;
- VIII – Banca de Flores e Plantas Ornamentais;
- IX – Banca de Produtos e Prestação de Serviços Especializados (Idem).

Conforme o artigo 10 abaixo, desse mesmo decreto, tem-se a proibição do comércio de bebidas alcoólicas, mas isso quase sempre não é cumprido: “Em nenhuma hipótese será permitida em bancas a comercialização de bebidas alcoólicas, bem como a confecção e o preparo de alimentos”. Como outros exemplos de artigos e incisos ilusórios, não praticáveis no dia-a-dia, temos: Artigo 17º que proíbem entre outras coisas:

IV – Instalar fogão a gás, elétrico ou fogareiro de qualquer tipo, ou equipamento similar;

VII – fazer uso externo de banco, caixotes, tábuas, mesas e cadeiras de qualquer tipo ou similar;

X – não manter a banca em perfeito estado de conservação e higiene (Idem);

Outros exemplos de proibições ilusórias:

Artigo 21º - As bancas deverão ser identificadas através de placas colocadas em locais visíveis, contendo a numeração, o código da atividade licenciada, o nome do bairro e do logradouro onde o equipamento está instalado.

Parágrafo Único desse artigo: É obrigatório constar na banca uma plaqueta com o ano de atualização da licença.

Artigo 26º - As bancas de chapa funcionarão obedecendo a um horário específico, abrindo às 06:00 horas e fechando até às 22:00 horas (Idem).

Assim, em linhas gerais, melhor seria se essas leis e regulamentações fossem feitas em sintonia e com debates públicos, principalmente em diálogo direto com os trabalhadores envolvidos, pois assim poderia se encontrar melhores alternativas e não se estabeleceria tudo de cima para baixo, como sempre foi feito na história da cidade de Salvador e das leis brasileiras, como pode-se constatar em geral no capítulo anterior. Por vezes, muito dessas leis são feitas por meros burocratas ou tecnocratas que nem mesmo conhecem as especificidades locais, apenas pensam e formulam como deveriam ser tais coisas, às vezes inspirados em práticas totalmente dissociadas do universo tradicional e singular das atividades de rua. Usam do poder legitimado no Estado de Direito para fazer valer suas determinações. Assim fica valendo o *dito pelo não dito*, só vale o legislado, o que está na lei. As práticas culturais desses trabalhadores, os modos como eles enxergam e interpretam as questões ligadas aos seus trabalhos ficam de fora. Isso é também um reflexo da não

existência de entidades representativas dos informais. As que existem, por vezes, são ditas de fachada e muito mais ligadas a reproduzir e apoiar as determinações do executivo (dos Decretos-lei) ou do legislativo municipal do que fazer valer seus interesses coletivos<sup>229</sup>.

No caso de Salvador as leis que regulamentam os informais são executadas, quase sempre, com truculência e desrespeito para com os trabalhadores. Estes, por vezes, são vistos (ou melhor, ainda vistos) pelos agentes da repressão (a polícia administrativa, o *rapa*) como mera *gentália*, *ralé* ou vêem suas atividades como *coisa de preto ou* realizadas *por gente pobre*. São velhos preconceitos com novas roupagens. Usa-se desse estigma para legitimar as agressões e contravenções. Assim, o que esperar das melhorias que esses decretos/leis possam realizar? Aqui, uma indagação se faz bastante instigante, apenas a título reflexivo, nada mais. A quem se destinam essas leis? E antes disso, quem fez essas leis?

Certamente que os formuladores dessas leis não foram os taxados de *escória* e *gentalha*. Certamente, esse povo das ruas, essa dita *gentalha* não participou da elaboração dessas leis. Contudo, se perguntarmos a quem interessa a existência e regulamentação dessas leis, obviamente a resposta não será aos trabalhadores, mas sim a uma população consumidora voraz e exigente, composta em parte pela classe média (profissionais liberais, autônomos, funcionários públicos) e parte da elite baiana, além de uma gama rotativa de turistas. Todos extremamente exigentes e inquisidores de uma *cidade limpa* e dita *ordeira*, que transmita uma *boa* paisagem, um bom cenário para regozijos e satisfações de minorias. Práticas de ordenações que foram tão vigorosas e marcantes no final do século XIX, ainda hoje, em pleno século XXI, estão presentes, como veremos no capítulo 5. Por hora, voltemos para os trabalhadores de rua de Salvador da atualidade.

Para finalizar, uma observação interessante se faz crucial para compreensão dos trabalhadores informais atuais: é que estes não estão tão ilegais e informais, haja vista que

---

<sup>229</sup> Existem cerca de três entidades que tratam dos trabalhadores de rua, os representam. Por falta de tempo e de disponibilidade de alguns representantes dessas entidades, optamos por não incluí-las nesta pesquisa. Mas, temos consciência da importância dessas organizações, mesmo que tenham uma atuação ineficiente e comprometida com o poder público. Iremos em próximos estudos procurá-las.

estão inseridos em leis e regulamentações que definem entre outras coisas os seus meios e locais de trabalho, os produtos e serviços de comercialização, o horário de funcionamento. Existe, portanto, todo um aparato legal e formal de realização da atividade, o que nos permite dizer que de (*in*) formais eles não tem nada. Pode-se afirmar que não são do tipo do mercado formal de trabalho, com toda regulamentação de direitos trabalhistas, mas dizer que estes trabalhadores de rua estão fora do mundo do trabalho é completamente sem sentido e sem nexos.

Continuando, vale a pena trazer a tona a Lei nº 5.503/99 intitulada “Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador”<sup>230</sup>, que regulamenta as formas e meios de fiscalização da cidade de Salvador, dotando *agentes* (o *rapa*) com poder de repressão e apreensão. Tudo em nome, conforme o regulamento, do bem estar da população (será?) Vejamos o que diz o artigo 2º inserido no Título I “Disposições Preliminares”:

Considera-se poder de polícia a atividade de administração que, **disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegure o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos** e a defesa de interesses legítimos e regule a prática de atos, em função do interesse da coletividade soiretopolitana, concernentes aos costumes, à limpeza pública, à defesa do consumidor, à segurança, ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana, ao trânsito, ao respeito à propriedade e a sua função social, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, **ao exercício de atividades econômicas ou não**, ao controle das atividades poluentes e a inibição das fontes poluidoras no espaço urbano, rural e insular do Município de Salvador. (Idem, grifo nosso).

Conforme este artigo 2º, percebe-se a amplitude das ações dos agentes de polícia administrativa da prefeitura, que em teoria estariam agindo em função do interesse comum,

---

<sup>230</sup> Disponível no sítio da SUCOM, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Salvador, ver [www.sucom.ba.gov.br/sucom\\_lei550399.asp](http://www.sucom.ba.gov.br/sucom_lei550399.asp).

do bem estar de toda população, porém, na prática, sabe-se, mas não se tem provas nem processos, de que muitas dessas ações são mais vigorosas ou são mais aplicadas em cima da parte da população mais fraca, mais desprotegida, incluindo os trabalhadores informais de rua, que são por vezes agredidos e humilhados publicamente sem nenhum pudor ou respeito à dignidade humana. Estes são em sua maioria, negros e mestiços. Pode se afirmar que, em última instância, quem determina a existência ou não do comércio de rua é a prefeitura, e isso vale também para as feiras livres, para os mercados municipais, para as praias, para os bairros, enfim, está tudo sob a tutela e o poder do executivo municipal. Então, que autonomia é essa que existe nas atividades informais? Será que elas são tão autônomas assim? Essas são questões dentre tantas outras que ficam suspensas no ar para reflexões posteriores.

No Título II “Da proteção estética paisagística e histórica da cidade”, no capítulo I “Da proteção estética”, no artigo 5º dessa mesma lei, tem-se, entre outras medidas, o inciso II, que diz “Disciplinar a exposição de mercadorias” (Idem), quer dizer, constituir um tipo peculiar de estética, *um modelo definido pelos agentes de fiscalização*, já que não consta nada no corpo da lei que regulamente qual o tipo de exposição de mercadorias adequada. Esta é mais uma das ações que ficam a cabo do poder de repressão e definição do que é e do que não é esteticamente aceitável, tal qual se viveu nos finais do século XIX, onde prevalecia a truculência e as determinações preconceituosas e desmoralizantes. Portanto, com quais olhares esses agentes irão exercer seu poder de fiscalização e repressão? Será que através dos olhos de sua formação social, de sua origem social humilde e similar a dos trabalhadores de rua? Será que se valerão de suas visões de mundo, de suas representações sociais presentes e passadas para dar cabo de sua fiscalização? Será? Mais provável que eles ajam para agradar seus superiores, seus chefes e principalmente o poder que eles representam, o poder de uma elite que, muitas vezes, se utiliza do Estado para demarcar seus interesses. Estes, no caso da rua, tal qual no final do século XIX, ainda são pela composição de uma cidade *limpa, ordeira e bonita*. Quer dizer, passa-se anos, décadas e até século e ainda vigora na cidade as exigências e determinações de um mundo elitista (branco), perante uma população miscigenada (negra), pobre e excluída normalmente dos ganhos sociais. A história parece se repetir, mas não a mesma história. Hoje, vem com

novos contornos, acrescida de maior poder econômico, com maiores privilégios e com formas de discriminação veladas, que através de sua *ideologia da inclusão de todos*, que esbraveja aos quatro cantos que a Bahia é *negra e plural*, quando sabe-se na verdade que ela ainda vive sob a égide de pequenos grupos, quase todos brancos. Essa é uma triste constatação, a qual iremos adentrar com maior profundidade no capítulo seguinte. Por hora, voltemos a regulamentação da polícia administrativa.

No Título III “Do licenciamento em geral”, no capítulo I “Do alvará de licença e autorização”, no artigo 8º, fica definido, entre outras coisas, que depende de alvará de licença o inciso II “A exploração [de] qualquer atividades em logradouros públicos”<sup>231</sup>. Quer dizer, mais uma vez, o executivo municipal se apresenta como a entidade controladora de tudo que ocorre nas ruas da cidade, principalmente, no tocante as atividades comerciais, como bem demonstra o artigo 9º, 149º e 150º abaixo:

Artigo 9º - Os alvarás de autorização temporária serão concedidos nos seguintes casos:

- I- Exercício, em caráter excepcional, de atividades transitórias;
- II- Funcionamento de “stands” em empreendimentos imobiliários;
- III- Exercício de pequeno comércio ou prestação de serviço no interior de estabelecimento licenciado ou área particular, desde que em ambos os casos haja compatibilidade das atividades, devendo este pequeno comércio ou prestação de serviço ser exercido somente em instalações removíveis, cujo modelo terá que ser aprovado pelo órgão competente [grifo nosso].**

Artigo 149º- Nos logradouros públicos só serão permitidas atividades de comércio informal e de prestação de serviço com regulamentação estabelecida pelo poder público municipal.

---

<sup>231</sup> Idem.

Artigo 150º- No exercício do poder de polícia a Prefeitura regulamentará a prática das atividades em logradouros públicos visando a segurança, a higiene, conforto e a livre circulação de pedestres, além de outras condições indispensáveis ao bem estar da população (Idem).

Por fim, percebe-se que a Prefeitura põe sob seu controle todas as atividades informais da cidade, tanto realizadas diretamente na rua, quanto em domicílios e inclui também as feiras livres, como fica explicitado no artigo 152º, onde diz: “Compete à Prefeitura Municipal aprovar, organizar e fiscalizar a instalação e funcionamento de feiras livres (...)”. Já no artigo 153º aparece a classificação dos tipos de feirantes, a saber:

Artigo 153º- A atividade de feirante será exercida de acordo com a classificação seguinte:

- I- Feirante produtor, o que vende produtos de sua própria atividade;
- II- Feirante revendedor, o intermediário no comércio de produtos e mercadorias destinados ao consumo da população;
- III- Feirante auxiliar, o que integra a categoria de empregados ou **carregadores** (Idem) [grifo nosso].

Conforme esse artigo, aparece listado entre os tipos de feirantes a figura do carregador que, tal qual no final do século XIX, apresenta-se como peça chave na dinâmica do comércio da feira, pois é ele que faz a reposição e o escoamento de frutas, verduras e as mais diversas mercadorias.

Portanto, as atividades de rua da cidade são ainda marcadas por regulamentações e controles, o que por si só põe em cheque todo o ideário de autonomia e liberdade dessas atividades.

## Uma labuta de Repressão

Os trabalhadores de ponto fixo (76%), conforme tabela 12 (apresentada anteriormente), possuem, em sua maioria, a definição do espaço de realização da atividade exercida pela prefeitura, o que caracteriza a participação coercitiva do poder público municipal no sentido de controlar a atividade; algo que se efetiva notadamente na realidade da cidade de Salvador, através do órgão fiscalizador do município (a polícia administrativa) para tratar dos vendedores *informais*, que é ironicamente conhecido como *Rapa*, o qual podemos denominar de *agente docilizador*. Essa caracterização tem por sentido principal sustentar a hipótese de que os trabalhadores, por não terem outras opções de inserção em atividades formais, entram na atividade informal (no seu sentido típico de uma atividade de rua, haja vista que a *rua* é eminentemente um reduto de controle por parte do poder público municipal) e terminam por se inserirem em condições extremadas de regulamentação e controle, o que ocasiona um processo de *docilização* dos seres que trabalham ou uma espécie de *acomodação forçada*<sup>232</sup>. Claro que isso não engessa as reações, muito pelo contrário, elas existem, porém são bem pontuais e muito pouco coletivas. Esse processo de docilização, portanto, constitui-se de duas vias: uma por parte do próprio trabalhador, na busca pela *sobrevivência*, sujeitando-se a condições de trabalho adversas; e outro, pelo poder municipal efetivando suas formas de *controle* truculentas e desrespeitosas.

Podemos entender sucintamente como o trabalhador concebe esse órgão do município e, assim, compreender mais um pouco como são as condições de trabalho nas ruas, por exemplo, no relato de um entrevistado em resposta a pergunta: Descreva como é o seu cotidiano de trabalho (dia-dia)?

---

<sup>232</sup> Para realizar tal ação, o poder público, normalmente, oferece melhores pontos para certos grupos de trabalhadores (para as supostas lideranças) e não para outros, fragmentando na raiz a categoria dos informais, colocando determinados trabalhadores em determinadas ruas mais movimentadas, excluindo outros. Por vezes, gente do sindicato ou da associação são ligados a algum vereador e terminam sendo favorecidos e cooptados pelo poder público, enfraquecendo a luta da categoria. Além disso, existem outras ações mais específicas, como delimitar a quantidade de trabalhadores por festas de largo, no carnaval, nas lavagens. Agora, em 2006, criou-se uma nova regulamentação para os Vendedores Ambulantes de doces e derivados nos ônibus urbanos. Fez-se um cadastro geral dos trabalhadores, forneceu-lhes camisas padronizadas e crachás. Só será permitido vender em ônibus dessa forma. O problema é que o cadastro é limitado e aí dá-se margem para relações de apadrinhamento e favorecimento, como citado anteriormente.

É bom, porque tamo trabalhando, não estamos jogados na rua [tipo mendigo, morador de rua, etc.], o ruim é não ter uma proteção, segurança. O rapa vem e esmaga agente. 7 horas da noite ele vem para conferir a banca, sempre tá fiscalizando, perseguindo. Eles forçam agente a desarmar antes da hora. Mas, tamo levando a vida (Entrevista realizada na Calçada – 2002).

Entre os tipos de violências sofridas pelos entrevistados, o *rapa* assume um percentual de 34%, como causadores de violência (ver tabela 15 abaixo), e assume um percentual de 23% como um dos principais problemas do dia-a-dia (ver tabela 16 abaixo).

**Tabela 15**  
**Distribuição dos Entrevistados por Tipos de Violência**

TIPOS DE VIOLÊNCIA	Frequência	%
Rapa	24	34,30
Assalto	16	22,90
Polícia	5	7,10
Roubo	11	15,70
Agressões no trânsito	3	4,30
De alguém da mesma atividade	5	7,10
Violência dos clientes	5	7,10
Maluco quis bater em todo mundo	1	1,40

\* Percentual válido para 62 entrevistados com respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 16**  
**Distribuição de Entrevistados por Principais Problemas**

Principais problemas Enfrentados no dia-a-dia	Frequência	%
Prefeitura / Fiscalização / Repressão	40	23,30
Condições do Comércio	36	20,90
Violência	7	4,10
Infra-estrutura	29	16,90
Relacionamento com Colegas	15	8,70
Condições de Trabalho nas Ruas	34	19,80
Fila de espera para corrida de táxi	2	1,20
Carros Clandestinos	1	0,60
Falta de passageiros	1	0,60
Problemas no trânsito	6	3,50
Falta de trabalho	1	0,60
* Percentual válido para 149 entrevistados com respostas múltiplas		

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA 2002.

Outros relatos de trabalhadores tornam-se bem ilustrativos sobre a relação que se tem com o *rapa* quando perguntamos “quais os principais problemas enfrentados no dia-a-dia de trabalho?”

O rapa, o resto é só alegria (Entrevista realizada nas proximidades do Terminal Rodoviário – 2002)

Os fiscais da prefeitura que exigem tanto e não fazem nada pra gente, até o plástico para proteger as mercadorias da chuva eles tiram. Não fazem nem uma cobertura pra gente, só querem o nosso dinheiro (Entrevista realizada no Centro – 2002).

O sol, porque não tem proteção, a prefeitura tirou nossa lona, para nos esconder do turismo. Falta de clientela, pois eu tinha um ponto com público, agora estou escondido. A prefeitura está marginalizando o ambulante (Entrevista realizada na Calçada – 2002).

O rapa arranca as lonas e aprisiona as mercadorias que estiver além do limite (espaço demarcado para a barraca e para as mercadorias) (Entrevista realizada na Centro – 2002).

Esses eventos contrastam com o imaginário de paz, tranquilidade e harmonia difundidos na capital baiana pelo poder público através da mídia. É passado uma imagem super positiva de Salvador, com toda *baianidade* possível para atrair turistas/consumidores para movimentar fluxos econômicos na cidade, que quase sempre ficam restritos às mãos de poucos empresários, que usam e abusam da cidade para fins mercantis.

Outra consideração a ser feita refere-se a falta de respeito com a cultura e a tradição da cidade, visto que muitos dos trabalhadores de rua constituem-se como representações vivas da cultura local, de um passado de tradição e resistência, principalmente do povo negro, que de modo geral valeu-se do espaço da rua como meio de realização e de manutenção possível de sua cultura (religião, candomblé, sambas, batuques, trabalho de rua, quitutes, etc.). De certa forma, tudo isso é desrespeitado na cidade, pelo menos nas últimas décadas, principalmente impondo regulamentações desconexas com o real de vida e de trabalho destes seres das ruas. Um exemplo disso é a regulamentação que padroniza as bancas ou carrinhos de vendas de comidas, quer dizer, havia toda uma diferenciação e marcas de singularidade nos antigos vendedores/as de rua, cada um carregava consigo, com seus instrumentos de trabalho visíveis, em seus carrinhos, as marcas de si, de sua história e de sua personalidade, seus costumes e sua religiosidade, com formatos e cores diferenciados. Hoje, o poder público, ao instituir uma padronização geral, coloca-os em um único estilo, visto supostamente como *bonito e asseado*, terminando por quebrar esses espaços de singularidade, de tradição. Além disso, são os próprios trabalhadores que tem que se adequar às novas regras e não o contrário, assim são os próprios trabalhadores que tem que arcar com os custos da aquisição dos novos instrumentos de trabalho, os novos carrinhos, as novas bancas. Para isso, existem lojas especializadas no assunto, como as localizadas em um bairro popular e comercial da cidade, a Avenida 7 portas. Contudo essas padronizações não conseguiram, felizmente, serem totais como queria o poder público.

Ainda permanecem alguns trabalhadores no modo antigo e, mais, ainda existem categorias inteiras que vivem no seu estilo original, como é o caso dos *vendedores de cafezinho*, que perambulam pela cidade dia e noite, cotidianamente, com seus carrinhos de madeira ou com suas *guias*, como eles mesmos denominam. É um espetáculo instigante, cada trabalhador possui um carrinho diferenciado do outro. Existe até uma competição do carrinho mais bonito, realizada no Mercado Modelo (importante local turístico da cidade, localizado na cidade baixa), que ocorria anualmente, porém não ocorreu este ano.

### A Tripla Pressão das Atividades de Rua de Salvador

O trabalhador *informal* nos termos da rua está sendo **triplamente pressionado**. **Primeiro**, pela própria atividade que o *aprisiona*, no sentido da busca pela sobrevivência 59% não tem ninguém que lhe substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar, conforme tabela 17 abaixo. Isso representa um percentual considerável de trabalhadores que estão parcialmente *presos* na atividade, na busca intensiva pela sobrevivência.

**Tabela 17**  
**Distribuição de Entrevistados por impossibilidade de ir trabalhar**

<b>Alguém lhe substitui</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Sim	12	40,3
Não	58	58,6
Total	5	99,0
Não respondeu	2	1,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Disto tem-se longas jornadas de trabalho: 52% dos entrevistados têm jornada de 10 à 12 horas diárias; 14% trabalham mais de 12 horas e apenas 9% tem jornada de 4 à 7 horas diárias, quer dizer, 66% têm jornada acima de 8 horas diárias, conforme tabela 18 abaixo.

Outro fator que demonstra a intensidade de trabalho e que também é importante para confirmar a idéia de que a atividade *aprisiona* o trabalhador refere-se aos dias de trabalho por semana. Do total de entrevistados, 75% dos trabalhadores trabalham entre 6 à 7 dias por semana e apenas 4% trabalham entre 2 à 4 dias na semana, conforme tabela 19 abaixo, em condições que, muitas vezes, põem em risco o bem estar físico e moral do trabalhador.

**Tabela 18**  
**Distribuição de Entrevistados por Horas de Trabalho por Dia**

<b>Jornada de Trabalho Diária</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
4 à 7 horas	17	8,9
8 à 9 horas	40	20,9
10 à 12 horas	103	53,9
Mais de 12 horas	27	14,1
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>97,9</b>
Não Respondeu	4	2,1
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 19**  
**Distribuição de Entrevistados por Dias de Trabalho por Semana**

<b>Quantos dias trabalha na semana</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
2	1	0,5
3	3	1,6
4	4	2,1
5	37	19,4
6	95	49,7
7	48	25,1
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>98,4</b>
Não Respondeu	3	1,6
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Isso evidencia que ser um trabalhador nos termos da atividade de rua é estar intensamente em atividade, como ficou retratado acima, onde a maioria dos trabalhadores possuem jornadas com mais de 10 horas de trabalho diário e 7 dias de trabalho semanais.

Assim, ser informal é comportar resistência física e moral constante, é ser antes de tudo um *desbravador* da modernidade da sociedade excludente do capital, em uma desenfreada e ilusória busca pela sobrevivência, inserido em uma *possibilidade* remota, mas imaginável, de melhoria de vida, de ascensão social e de bem estar. Os informais estão, pois, laçados por um conjunto de determinações e acomodações sociais, para não falar em modelamentos sociais/estruturais que terminam lhe aprisionando numa busca quase irracional por algo que não lhe será fornecido. Isso comporta um conjunto de disposições à prática que lhe são peculiares, adquiridas com a atividade, que fazem dessa atividade algo bastante singular e por demais complexa, porém não autônoma e não realizadora do ser social ali envolvido. Essas disposições, por vezes, tornam-se modelos para atividades *formais* e, principalmente, estruturam novos agentes, os quais, antes inseridos em condições formais, seguras, são lançados com veemência à informalidade, na maior das incessantes lutas, a da sobrevivência. Portanto pensar o trabalho de rua é pensar em um “*habitus*”<sup>233</sup> que é tomado como princípio norteador de outras práticas.

**Segundo**, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal, que através de práticas regulamentadoras, provocam a existência de situações tensas e conflituosas, dificultando a *batalha* pela sobrevivência, tornando-se na verdade, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade.

**Terceiro**, tem-se a pressão inexorável do envelhecimento, que certamente deixa o trabalhador tenso e pensativo sobre sua realidade imediata e sem muitas perspectivas sobre o futuro que para o trabalhador é incerto e indesejado.

---

<sup>233</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Um exemplo da falta de perspectivas pode ser observado na fala de um trabalhador que encontra no trabalho de rua sua única alternativa de sobrevivência:

Às vezes eu venho sem vontade, não é cansativo. Venho porque é obrigado para sobreviver, a venda não é essas coisas, não dá lucro. Venho mesmo para sobreviver. Venho para não ficar desempregado devido a idade que estou, ninguém aceita em lugar nenhum. Não tenho dinheiro nem para comprar uma casa (Entrevista realizada no Centro - 2002).

Nesse sentido, a crença do trabalhador na sua vida é limitada. Isso ocorre devido principalmente à pouca certeza da renda e a incerteza da aposentadoria. Do total dos entrevistados, 80% não pagam INSS (ver tabela 20 abaixo), estando em sua maioria inseridos em uma imprevisibilidade constante, no tocante a sua própria reprodução social, sem perspectivas quanto à seguridade social.

**Tabela 20**  
**Distribuição de Entrevistados em relação ao INSS**

Paga INSS	V.A.	%
Sim	38	19,9
Não	153	80,1
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de entrevistados (191), 84% não tem plano de saúde, e destes 65% utilizam o SUS, conforme tabela 21 e 22, ou seja, dependem ou de rendimentos para pagar tratamento médico particular, ou vivem a mercê do Serviço Único de Saúde, estando, portanto, a mercê do poder público municipal, estadual e federal.

**Tabela 21**  
**Distribuição de Entrevistados por Plano de Saúde**

Tem plano de saúde	V.A.	%
Sim	31	16
Não	160	84
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 22**  
**Distribuição de Entrevistados que Utiliza o SUS**

Utiliza o SUS	V.A.	%
Sim	125	65,4
Não	30	15,7
Total	155	81,2
Não se aplica	31	16,2
Não respondeu	5	2,6
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Através dos dados apresentados, fica evidente o processo de precariedade na informalidade e, mais especificamente, nas atividades de rua, as quais, no contexto atual, sofrem com mudanças no ordenamento público e também com a entrada expressiva de “novos informais”. Estes, advindos de trabalhos formais, alguns mais escolarizados, constituem-se crescentemente por trabalhadores de origem da própria capital baiana. Esse tipo de inserção social possui características marcantes, como ficou evidenciado anteriormente, as quais, todavia, não são exclusivas da informalidade, mas a cada dia tornam-se comuns nas ocupações formais, tidas como seguras. Portanto a precarização é um processo abrangente e que precisa ser delineado em seus contextos específicos. Mas, de antemão, constitui um processo de fragilização da condição de classe trabalhadora, fragmentando-a, tornando-a cada vez mais heterogênea. A precarização do trabalho instaura um processo de deterioração da condição humana, como evidencia Bourdieu (1998, p.120-

121), *a precariedade torna o futuro incerto, impede qualquer antecipação racional do futuro e impossibilita qualquer reação coletiva.*

Assim, os trabalhadores informais de rua, principalmente os camelôs e ambulantes, possuem pouca organização coletiva no tocante às reivindicações, não conseguem constituir certezas no presente para antecipar/prever ou lutar por um *futuro*, por melhorias coletivas. Muitos acabam se inserindo em redes de relações específicas e obtendo ganhos individualizados, como melhores pontos de trabalho. Apesar disso, os informais de rua, atualmente, possuem uma taxa de sindicalização expressiva, se comparado com o trabalho *formal* - 26 % dos trabalhadores informais são sindicalizados (ver tabela 23 abaixo).

**Tabela 23**  
**Distribuição de Entrevistados por Filiação a Sindicato ou Associação**

Filiação a Sindicato ou Associação	V.A.	%
Sim	50	26
Não	140	73
Não respondeu	1	1
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

De 133 trabalhadores (70 % do total de entrevistados) que responderam a pergunta: *o que você acha do sindicato ou associação da sua categoria?* (ver tabela 24 abaixo) 40% responderam negativamente ao sindicato, dizendo não confiar, que ele não atua, não tem força política, é ruim, está vinculado à prefeitura; 15%, diz não conhecer o sindicato e 14% fez uma avaliação positiva (atuante, ajuda, é bom). Nota-se que 55% dos trabalhadores entrevistados fizeram uma avaliação negativa das organizações de que são filiados.

**Tabela 24**  
**Distribuição de Entrev. Sobre o que acha do Sind. ou Assoc. de sua Categoria**

O que acha do sind. Ou assoc. da sua categoria	V.A.	%	% Válido
Não sabe, não conhece	29	15,2	21,9
Não participa / não confia	11	5,8	8,2
Não atua, não resolve nada	48	25,1	36,1
Atuação comprometida com a prefeitura	8	4,2	6,0
Não tem força política	8	4,2	6,0
Avaliação positiva ( Atuante, ajuda, é bom,...)	27	14,1	20,3
É ruim / O sindicato não reconhece a categoria	2	1,0	1,5
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>69,6</b>	<b>100,0</b>
Resposta insuficiente	2	1,0	
Não respondeu	56	29,3	
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Desta maneira, pensar sobre o nível de expressividade dessas organizações é antes de qualquer coisa indagar se efetivamente o sindicato<sup>234</sup> dessa categoria é uma instância de confiança (atuante), ou se são os trabalhadores que estão desmotivados devido a sua condição de existência precária. Entretanto, de fato, tem-se que atentar para os 55,0 %<sup>235</sup> dos entrevistados que fizeram uma avaliação negativa sobre as organizações, isto é, mais da metade dos trabalhadores têm uma concepção negativa em relação aos sindicato e a associação da categoria. Por si só, isso já representa um percentual significativo e demonstra a insatisfação da categoria e evidencia a fragilidade das organizações coletivas. Ambas as considerações levantadas acima aparecem como significativas, porém, certamente, a segunda apresenta-se como mais preponderante, haja vista que são os próprios trabalhadores que estruturam suas categorias (representativas) e lutam para sua manutenção e participação política. Portanto, é devido principalmente ao baixo nível de agregação política e coletiva desses trabalhadores que não se têm uma resistência

<sup>234</sup> Existem vários sindicatos e associações para representar a categoria de trabalhadores de rua, como foi dito anteriormente, ou de trabalhadores informais de rua, e não vamos nos ater aqui a especificar as referidas entidades, mas vamos tratá-las de um modo geral.

<sup>235</sup> Percentual obtido com a aglutinação das seguintes variáveis: Não participa / não confia, Não atua, não resolve nada, Atuação comprometida com a prefeitura, Não tem força política, e, É ruim/O sindicato não reconhece a categoria.

expressiva às coerções impostas pelo poder municipal, salvo alguns casos, como no relato de alguns vendedores da Calçada, os quais disseram que lá o sindicato e a associação dos ambulantes fez um ato na rua, junto com os trabalhadores, e barrou a ação do *Rapa*. Mas isso foi um caso isolado e transitório. Conseqüentemente, devido ao que foi trazido aqui, não há a cristalização de políticas públicas que visem apoiar o desenvolvimento e a melhoria dessas condições precárias de inserções sociais desses trabalhadores(as).

No geral, as políticas públicas do executivo são mais voltadas para controlar e coibir esse tipo de atividade do que para efetivação de uma relação de parceria e melhoria social mútua.

Uma outra característica percebida nessa atividade é a naturalização de um *estigma* que imputa um sentido de bagunça, desordem e que é constituído e efetivado por setores mais seguros e mais elevados da sociedade baiana, referindo-se principalmente àquelas atividades de rua *tradicionais* (vendedores ambulantes, camelôs, vendedores de comidas, encanadores, pedreiros, entre outras). Estas, porém, têm suas origens na cidade de Salvador, antes mesmo do século XIX, o que gera um paradoxo entre modernidade e tradição, imbricada uma na outra - o velho e o novo, o atraso e o moderno -, conferindo através dessa relação uma baixa auto-estima naqueles que exercem essas atividades, que pode ser percebida na fala de dois entrevistados:

Sofro a discriminação pelos consumidores (...) apesar de sermos os primeiros comerciantes do mundo: tudo começou por isso aqui. E existem pessoas que preferem pagar 100% a mais do que comprar a mesma mercadoria em nossa mão (Entrevista realizada na Liberdade – 2002).

Outro entrevistado/a relata: “Qual a moral que um camelô tem?” (Entrevista realizada no Centro– 2002).

Conforme as circunstâncias precárias de condições e processo de trabalho evidenciadas anteriormente, pode-se perceber que os trabalhadores de rua estão inseridos em condições insalubres e adversas de trabalho e de vida, na atualidade, mas ainda assim persistem na informalidade por uma razão inexorável, a sobrevivência, ou melhor, a existência no limite da sobrevivência. Para tanto, desenvolvem facetas nunca vistas: inventam e reinventam maneiras de venda que possibilitam sua inserção em ambientes nunca permitidos, locais restritos, os quais se abrem para vislumbrar e usar desses *flexis-informais* no intuito de satisfazer regozijos e encantar turista.

#### **4.4. - Trabalhadores de Rua e sua função de Exército Industrial de Reserva**

O movimento incessante do capitalismo se dá em prol do aumento de produtividade, da expansão da propriedade privada, do aumento da riqueza, do “(...) interminável processo de obter lucros” (Marx, 2002, p.183-184), passando inerentemente pelo crivo da formação de uma população apta para o trabalho, na condição de excedente. De acordo com Marx: “Quanto maiores a riqueza social, o capital em formação, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.” (2002, p.748). Para Marx, a lei geral, absoluta da acumulação capitalista faz-se na máxima: “(...) quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo.” (2002, p.748).

“(...) o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação (...)” (MARX, 2002, p.733). A população trabalhadora, portanto, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela relativamente uma população supérflua (MARX, 2002, p.734).

Assim, para Marx

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (2002, p.735).

Portanto, o movimento de acumulação do capital, o fluxo do sistema capitalista, conforme Marx, gera inevitavelmente uma população de trabalhadores excedentes que em sua maioria está apta para ingressar no mercado formal de trabalho. Forma-se assim uma “superpopulação relativa” a qual pode ser caracterizada como sendo constituída por todos os trabalhadores que estão desempregados ou parcialmente empregados (MARX, 2002, p.741).

Essa superpopulação relativa assume três formas: a primeira é a **flutuante**, composta por trabalhadores que perderam seus postos com o próprio crescimento da economia; a segunda é a **latente**, geralmente composta pelos trabalhadores rurais, que estão rebaixados a linha do pauperismo, formando uma população supérflua; a terceira forma da superpopulação é a **estagnada**, formada por parte dos trabalhadores em ação, mas que estão inseridos em ocupações totalmente irregulares. “Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.” (MARX, 2002, p.746). E é esta (última) forma que vai ser a mais relacionada à informalidade, aos trabalhadores de rua, pois uma parte da população flutuante que perde postos de trabalho no mundo formal termina se encaixando nas redes de sobrevivência da informalidade, são os denominados *novos informais*, como tínhamos citados anteriormente.

Por fim, Marx (2002) categoriza um tipo peculiar da superpopulação relativa que é o pauperismo, o qual “(...) vegeta no inferno da indigência” (p.747). Essa camada social (do pauperismo) consiste em três categorias: (1) os aptos para o trabalho; (2) os órfãos e filhos indigentes; e, (3) os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar (as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos etc.) (MARX, 2002, p.747-748).

Dentro desse contexto, os trabalhadores de rua podem ser categorizados como sendo parte da superpopulação relativa estagnada, pois se caracterizam por serem “(...) parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular (...). Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora (...)” (Marx, 2002, p. 746). Nessa perspectiva, os trabalhadores de rua têm uma dupla funcionalidade: 1) pressionam os trabalhadores formais a permanecerem em seus empregos, em quaisquer condições; 2) servem para baratear o valor da “cesta de consumo” do trabalhador regular, logo diminuir ou estagnar seu salário.

Hoje, na sociedade atual, com o avanço alcançado pelas forças produtivas, pode-se observar cada vez mais como a premissa de Marx se concretiza, qual seja:

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. (2002, p.748).

Neste sentido, vemos que o trabalhador vira refém do instrumental (da maquinaria) de trabalho e que a produção cada vez emprega menos, com o advento da automação, robótica, máquina supostamente inteligente etc., formando uma gama crescente de trabalhadores (as) excedentes, atentos à espera de uma oportunidade.

#### 4.5. - O trabalhador gratuito

O trabalho de rua também está submetido ao domínio do capital, fazendo parte do processo de circulação das mercadorias (CARVALHO, 1986, p.5), ou seja, transforma o “capital-mercadoria” em dinheiro, o qual irá para a mão do comerciante que em seguida o utiliza para comprar novas mercadorias e, assim, novamente, volta à mão do produtor, para se tornar “capital-dinheiro” e reiniciar o ciclo da produção (MARX, 1991). Esse mecanismo da produção necessita da esfera da circulação, que envolve custos (transporte dos produtos, armazenamento e distribuição das mercadorias) (MARX, 1991). Tudo isso é feito “gratuitamente” pelo trabalhador de rua, sem custos para o capital industrial. Além de trabalhador gratuito para o capital, ele termina por não se beneficiar muito nessa esfera da circulação, pois só lhe resta apropriar-se do aumento de preço do valor da mercadoria, haja vista, que o “valor de troca” da mercadoria não se altera. Esse trabalhador também está sujeito a duas ordens de fatores: (1) ao próprio fluxo do capital, o qual, por exemplo, em momentos de aumento do custo da mercadoria, condiciona que esse trabalhador venha a endividar-se para continuar adquirindo a mercadoria (que subiu de preço) e manter-se na atividade; (2) ao próprio fluxo da atividade, o qual expõe o trabalhador à propensão a aumentar o desgaste e o “custo” de sua auto-reprodução, devido às condições precárias do trabalho na rua – longas jornadas, baixos rendimentos, inferências climáticas, fiscalização e controle do espaço público por parte do poder municipal –, aumentando a vulnerabilidade às doenças de trabalho “próprias da rua” (doenças climáticas, contagiosas, varizes, estresse, etc.). Assim, o grande beneficiado com esse trabalho de rua é o capital, que se utiliza de um trabalhador vivaz (faminto pela sobrevivência) para manter o fluxo de seu sistema. Quanto maior a circulação das mercadorias, ou seja, quanto mais (eles) comercializam, mais propiciam o lucro do capital (MARX, 1991).

Ademais, este trabalhador está sob o jugo do capital, pois normalmente ele assume valores instituídos pelo último. Valores esses que muitas vezes se distanciam de suas condições de vida e, ainda assim, são vivenciados. Com isso, esses trabalhadores, geralmente, constituem e lutam para manutenção de um *status forçado*, pois se privam de

determinadas necessidades imediatas (alimentação, saúde...) para atenderem a essa vontade imputada, reflexo dos valores capitalistas do mundo corrente: consumismo e individualismo. Portanto, existe um certo domínio ideológico, no sentido da construção de um imaginário desligado do seu real vivido. Esse domínio ideológico não oculta aparentemente o real, mas mistifica-o, pois não deixa claro para esses trabalhadores sua função de trabalhador “gratuito”. Harvey (1999) exemplifica essa intensificação na construção de imagens de mundo (imagens e signos) como um mecanismo de manipulação de desejos e gostos, os quais têm grande importância para a dinâmica de crescimento do capitalismo.

No entanto, de acordo com Prandi (1978, p.37), o trabalho informal contribui para evitar o conflito de classes. Isso ocorre devido à aparência de autonomia no trabalho que inibe ou oculta à relação capital e trabalho que se encontra numa forma disfarçada de assalariamento, contribuindo assim para evitar possíveis conflitos de classes, além da supervalorização do individualismo, no limite da sobrevivência, dificultando ações coletivas.

A rigor, o que acarreta essas condições de inserção e de participação no processo de acumulação é o próprio movimento do capital. Ele cria e recria determinadas possibilidades de inserção/produção, de reprodução, e ainda participa na estruturação da subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2000). Como salienta Prandi (1978, p.38), o capital as mantém informais, a recria ou a destrói.

## **Conclusão**

O trabalho de rua de Salvador da atualidade, portanto, constitui-se de duas faces: uma é a aparência (visível, imediata) que se caracteriza por assumir uma feição de atividade autônoma, realizada para o próprio trabalhador, com liberdade de controle diante dos instrumentos e meios de trabalho; a outra é a própria essência da atividade de rua, a qual

revela a existência precária e a condição de funcionalidade e subsunção ao capital, na condição de trabalhador gratuito e de exército industrial de reserva.

Esse é o trabalho de rua, que na atualidade é mantido em uma opaca situação de comodismo e *acomodação controlada*, onde uns poucos (trabalhadores) se beneficiam com algumas conquistas (provisórias) individuais, como, por exemplo, melhores pontos de venda; outros tantos se sujeitam, em sua maioria, aos ditames da *ordem legítima* (do poder público municipal).

Para Barreto (2003, p.126), o trabalhador de rua aparece, portanto, como o exemplo mais claro de fragmentação da classe trabalhadora, da fragmentação dos homens enquanto classe. Isso é possível devido ao forte grau de diferenciação existente entre os próprios trabalhadores de rua. Diferenciação essa verificada tanto no tipo de atividade exercida, quanto nos ganhos e “pontos” auferidos. De fato, pode-se perceber o grau de diferenciação desses trabalhadores através de suas “(...) atividades, dos produtos e serviços oferecidos, que variam constantemente, dependendo do dia, da estação do ano e das condições do comércio.” (BARRETO, 2003, p.100).

Uma outra característica do trabalho de rua atual é a incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se o presente, sem certezas futuras e sem saber o quanto se vai “tirar” no seu longo dia de trabalho, geralmente mais de 8 horas diárias. Esses trabalhadores têm a certeza de ter que ir trabalhar, de sua “obrigação” de ir trabalhar, mas não sabem quanto vão ganhar e nem quando, e muitos não sabem nem se irão permanecer trabalhando, se irão poder continuar trabalhando naquele local, ou se vão ter que mudar de instrumentos (de serviços, de produtos) de trabalho, ou se vão conseguir competir com empresas capitalistas que a cada dia se espalham pela cidade, oferecendo produtos e serviços de qualidade e com preços mais acessíveis. Portanto a marca da precarização aqui vem à tona com toda a voracidade e se impõe ao trabalhador como uma força quase onipotente, instituindo-lhe ritmos e medos.

Assim, a atividade de rua que nos referimos aqui se caracteriza por corresponder a atividades vulneráveis, possuir incertezas de renda e de perspectiva futura; e, por ser geralmente estratégias de sobrevivência, com a peculiaridade de acontecer nas ruas. Ademais, esses trabalhadores sofrem de uma tripla pressão: primeiro, pela própria atividade que os *aprisiona* (longas jornadas de trabalho), no sentido da busca pela sobrevivência, normalmente, não há ninguém que lhe substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar; segundo, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal, que através de práticas regulamentadoras provocam a existência de situações tensas e conflituosas, dificultando a “batalha” pela sobrevivência, tornando-se, na verdade, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade e funcionando muito mais como um elemento estruturador e fragmentador da própria organização coletiva; terceiro, tem-se a pressão inexorável do envelhecimento, que certamente deixa o trabalhador tenso e pensativo sobre sua realidade imediata e sem muitas perspectivas sobre o futuro que para ele é incerto e indesejado.

Destarte, a atividade de rua de Salvador comporta uma sofrível caracterização de funcionalidade para o capital e, ao mesmo tempo, insere-se como meio de vida para o excluído (o descartável), o desempregado ou para os miseráveis. Enfim, o trabalhador contido nos termos da rua insere-se quase sempre em uma imedaticidade exorbitante: ele tem que *vender hoje para comer amanhã*, ou, simplesmente, *vender hoje para pagar o que comeu ontem*. Isso para os trabalhadores denominados tradicionais, inseridos na primeira e em parte na segunda caracterização (do informal da tecnologia) que mostramos no início do capítulo.

No geral a caracterização aqui estabelecida refere-se a parte mais precarizada dos informais de rua. Representam a fração mais subordinada ao fluxo do mundo capitalista circundante. Estão, pois, diretamente a serviço da circulação de mercadorias, ultrapassando barreiras físicas (doenças, violências diversas, repressão, controle) e sansões morais e sociais, desbravando o mundo que insiste em lhes ser avesso e hostil – tal qual o foi no final do século XIX, como veremos através das similitudes e incongruências traçadas no capítulo seguinte. Este almeja, mesmo que em termos gerais, traçar os elementos comparativos das duas condições de trabalho de rua, que ao mesmo tempo são similares e diferentes,

inseridas na mesma capital baiana, que era tão povoada por negros e mestiços quanto o é na atualidade. As ruas de Salvador é singelamente ambientada e movimentada pelo povo negro e mestiço, de origem africana. Essa é sem dúvida uma marca da cidade, uma marca de trabalho, de luta e de conservação de cultura, e que terminou compondo uma cidade singular no Brasil.

Diante disso, então, retomando nosso problema de pesquisa, sua segunda parte, a que trata dos trabalhadores da atualidade, não concebemos de modo algum esses trabalhadores de hoje como um retrocesso, como formas de trabalho anacrônicas, deslocadas da moderna economia capitalista baiana, muito pelo contrário. Percebe-se que esses trabalhadores estão em plena sintonia com o fluxo das mercadorias, a favor da expansão do capital, como trabalhadores gratuitos, além de funcionarem tão bem como exército industrial de reserva (uma reserva barata e disponível para o mercado formal). Por fim, estão também plenamente em sintonia, ou melhor, em “simbiose” (Oliveira, 1974), com o mundo formal, um completando e mantendo o outro, seja por parte do mundo formal que compra os produtos e serviços informais, ou seja pelos espaços intersticiais que este mundo formal cria, o qual garantem a existência do informal. Quer dizer, vive-se uma troca, uma mistura, sem pactos ou contratos formais, apenas simbolicamente, um mundo que convive e se entrelaça no outro. Hoje, já não dá mais para dizer onde começa um ou onde termina o outro. É um claro-escuro de relação e interação, de sobrevivência, precariedade e precarização, de expansão do capital e de desemprego, desigualdade e discriminação.

## **CAPÍTULO 5 – CANTOS E DESENCANTOS NAS RUAS DE SALVADOR**

### **5.1. - Semelhanças e incongruências entre os trabalhadores de rua do final do século XIX para com os da atualidade**

Depois de termos apresentado os dois blocos de personagens centrais dessa nossa história dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador, ou melhor, depois de termos evidenciado os dois contextos e os dois cenários de nossa investigação, com toda representação de seus cotidianos de trabalho das ruas da cidade, deixando transparecer toda sua conotação de precariedade e labuta na lida pela sobrevivência. Vamos propor (sugerir) elementos de semelhança e alguns de incongruência entre os trabalhadores de rua dos contextos analisados, revelando por um lado uma parcela da própria história dos trabalhadores e por outro seus pontos de desenvolvimento e modernidade<sup>236</sup>.

Salvador, no final do século XIX, apresentava paisagem de uma cidade arcaica em relação a Europa, sendo uma mera província, uma rés colônia, um ambiente atrasado (política e economicamente) que tentava a todo custo se lançar nos mecanismos e meios de modernização, seja através da adoção de leis ou normas morais que delimitassem o comportamento e o nível de convivência e interação social das pessoas na cidade, seja pela adoção de um conjunto de modismos e idéias estrangeiras que ditavam o sucesso e o ritmo

---

<sup>236</sup> As formas de desenvolvimento e modernidade das atividades de rua são diversas como reconfigurações no estilo de venda, nos tipos de produtos e serviços ofertados, no contingente de trabalhadores ocupados, nos ganhos obtidos, nos lugares ocupados por essas atividades, entre outras diferenciações, que não cabe aqui serem evidenciadas. Porém, o mundo modernizou-se, de um lado, houve expansão tecnológica e econômica, de outro, ampliou-se formas de trabalho precárias, barbárie, desigualdade social e desemprego.

do progresso. Uma cidade, como vimos no capítulo 3, habitada por uma população predominantemente taxada de *inferior*, composta majoritariamente por negros e mestiços, que de fato era a própria engrenagem social e econômica do período. Um lugar onde tudo que acontecia e se movia passava inevitavelmente pelas ruas – seja entrando ou saindo da cidade pelo porto. A rua era o lócus por excelência de movimentação da cidade, as veias e o próprio coração da colônia. Se era para reprimir – prender, castigar, açoitar negros/escravos em pelourinhos, entre outras formas de repressão não somente física, mas moral, no nível das representações sociais, no âmago do imaginário social – ou, ainda, para labutar (conquistar a sobrevivência) ou mesmo simplesmente para passar o Bonde ou para um simples descansar dos trabalhadores de rua, para tudo isso valia-se da *rua*.

Nesse período de finais do século XIX, a rua era o ponto central da cidade. Um ambiente que já tinha sido espaço aberto de festejos coletivos – tipo entrudo, lavagens, comemorações religiosas diversas, entre outros festejos –, antes das intensas repressões que ocorreram no período, as quais visavam no geral supostamente *limpar, ordenar e embelezar* a cidade para servir como bom palco para os passeios (desfiles de lazer) da elite branca<sup>237</sup>.

Era essa a cidade de Salvador do final do século XIX, uma cidade assentada nos movimentos das ruas, mas também marcada por um controle excessivo para com as práticas culturais, religiosas e de trabalho dos negros. Havia uma estrutura social rígida e fechada a servir determinados interesses, que quase sempre eram definidos pela cor. No geral, os estratos sociais ficavam bem definidos e determinados, onde o lugar do branco era privilegiado – ruas e bairros específicos, fora toda uma carga de ganhos econômicos e mesmo simbólicos que estes auferiam com o recém criado Estado brasileiro, desde cargos públicos até prestígios diversos, principalmente junto ao corpo de polícia. Havia ainda um conjunto de moradas e espaços da cidade que só eram habitados e usados por este grupo

---

<sup>237</sup> Entre outras repressões, houve uma intensa perseguição às religiões de origem africana, como foi o caso do Candomblé, que terminou sendo concentrado em lugares distantes das ruas principais da cidade. Seus praticantes acabaram fugindo e se escondendo como forma de se manterem e afirmarem suas crenças e culturas. Isso também foi feito, mas de modo diferenciado, com o Entrudo, como citamos no capítulo 3. Complementar a isso, houve em 1831 um Código de Posturas municipais em Salvador, aprovado pela Câmara Municipal, que entre outras coisas determinava o comportamento e o estilo de vida de seus moradores, principalmente dos negros e mestiços. Era um verdadeiro código sanitário.

social. Já para os negros e mestiços os lugares eram outros, não havia prestígio ou benesses, mas sim labuta, suor, suspeitas, açoite, chibatada, xilindró (casa de prisão), porão, cozinha, quer dizer, os espaços de menor importância da cidade e o espaço por excelência do controle, da repressão e do sofrimento<sup>238</sup>.

Salvador era, portanto, nesse período uma cidade literalmente dividida em duas. De um lado, havia uma cidade reservada ao mundo branco, dominante e repressor, que ditava as regras e a moral social a ser seguida, instituindo um conjunto de preceitos a serem seguidos pela população, para que assim se conseguisse uma boa satisfação de todos (da elite), ou melhor, de quase todos. De outro lado, outra parte da cidade (em outros espaços) ficava disponível para os negros e mestiços, ou para os trabalhadores braçais em geral, os quais poderiam *pisar e passar* em todos os cantos da cidade, em todos os lugares, mas só *habitariam ou viveriam* em alguns cantos específicos e delimitados, seja pela sua baixa condição social ou pelas imposições do governo instituído. A cidade possuía, portanto, uma linha visível no nível das representações sociais, que dividia essas duas partes. Cada qual vivia no seu canto. Obviamente que devem ter ocorrido exceções. Porém, no geral, a regra era clara, *bem clara*.

De outro modo, a paisagem de Salvador dos dias atuais é diferente, passada à abolição, passado o desenvolvimento industrial, urbano, a modernidade do século XX, com suas grandes transformações econômicas, técnicas e políticas, com seus diversos desenvolvimentos – científicos, técnicos, tecnológicos, cibernéticos, culturais, sociais – bem como com todas suas mazelas – guerras mundiais, fome, desastres ambientais, aumento das desigualdades sociais, estruturação e desestruturação do mercado dito formal de trabalho, desemprego estrutural. Enfim, passado todo o século XX com suas grandes mudanças em diversas áreas da vida em âmbito mundial, global, vamos para a Salvador da atualidade.

---

<sup>238</sup> Evidente que mesmo diante de uma sociedade branca exploradora e excludente, os negros e mestiços foram conseguindo lutar e se afirmar culturalmente, ou melhor, preservar muito de sua cultura, de sua tradição. Algo que terminou conseguindo sobreviver à Escravidão e às repressões, mesmo que tenham sido reconfiguradas e remodeladas, mas conseguiram sobreviver e ser passadas para outras gerações.

A cidade de Salvador de hoje é outra história, já não se vive mais nessa linha visível de separação dos dois mundos (branco e negro). No entanto, pode-se dizer que essa segregação (mundo branco e mundo negro) ficou pior, ficou velada, muitas vezes, invisível<sup>239</sup>, oculta e, por vezes, mistificada como natural. Os espaços sociais da cidade, em certa medida, pertencem a todos os moradores. O problema é o uso que se faz de cada um desses lugares. Aí, segrega-se, uns – a minoria privilegiada, herdeira e reprodutora dos privilégios do mundo branco – apropriam-se mais do que outros – a maioria negra e mestiça. Além disso, os modernos poderes (legislativo, executivo e judiciário) terminam também servindo mais a uns do que a outros. Por vezes, deixam de funcionar, são burlados, esquecidos ou anulados, com toda ferocidade em cima de uns (da maioria) e é mais brando, mais justo, mais eficiente com outros (a parte privilegiada da população). Isso quer dizer que, no geral, quando o cumprimento da lei não fere os brios dos poderosos, ela pode ser executada sem problemas, no entanto, quando seu cumprimento vai tirar um pouco de prestígio, aumentar a carga tributária (para os ricos) ou gerar qualquer outro dano ou sanção, deixa-se de lado. No geral, ainda vale a lei dos mais fortes, herança do passado senhorial e patrimonialista, não a mesma coisa, mas uma lembrança de alguns traços, no caso, a parte que trata da hegemonia dos mais poderosos, que no geral são brancos. Isto é, em alguns casos há ainda a interferência étnica, ou seja, o Estado atende pelas meras aparências fenotípicas, pela cor, pela origem social/cultural.

Portanto a Salvador atual não é tão diferente assim da do final do século XIX, ainda resistem elementos de similitude, como a existência de um grupo subalterno e explorado, constituído por maioria de negros e mestiços.

Mas, mesmo diante dessa divisão velada dos dois mundos, que foram tão bem demarcados no final do século XIX, Salvador é moderna. Isso é um fato que não se pode negar. Salvador está integrada com o mundo global. Ela faz parte do circuito turístico

---

<sup>239</sup> Não queremos dizer que não existam mais discriminações, repressões e pré-conceitos contra os negros e mestiços nas ruas da cidade, nos postos de trabalho, isso ainda existe, e como. A questão é que hoje ficou ainda pior, pois ganhou uma grande dimensão de ocultamento. Não é objetivo desta pesquisa avaliar isso em seus pormenores, o que certamente suscita estudos mais aprofundados, nossa intenção foi apenas ilustrativa, genérica.

mundial e está comercialmente ligada via importação e exportação de produtos comerciais, além de intercambiar valores e modas, principalmente voltadas para o aspecto mercantil.

Enfim, Salvador e a Bahia de hoje representam uma paisagem por excelência de harmonia, de afeto nas relações sociais, de um povo miscigenado, no olhar de uns, *bem* misturado<sup>240</sup>, pacífico, moderado e *dado* à festividade e a alegria. Essa última característica é uma das marcas imputadas ao povo soteropolitano<sup>241</sup> e ao povo baiano em geral, é quase uma imagem de felicidade, a própria Babel dos trópicos. Muito dessa imagem de alegria e felicidade deveu-se em parte<sup>242</sup> à explosão musical do axé, que cantou a Bahia pelos quatro cantos do mundo, a grandes empresários da dita indústria cultural, que não tardaram e não amoleceram em criar imagens da Bahia para o mundo. Esse ritmo frenético, o axé, depois de ter explodido como sucesso em vários carnavais da cidade, nos últimos 35 anos, passou a ser o modelo máximo de baianidade, a *cara da Bahia*, terminando por compor a imagem vendida e comercializada, conseguindo inclusive colocar em segundo plano outras vertentes musicais importantes da cidade/Estado<sup>243</sup>, além de pôr também no porão toda história de luta, sofrimento e resistência dos seus habitantes, principalmente do negro e mestiço, que ao longo da formação do Estado da Bahia (e das lutas pela independência do Brasil), lutaram, trabalharam e morreram pela edificação e proteção do Estado. Ainda hoje, muitos dos descendentes são esfolados e usados como fonte de trabalho mal remunerada. Vive-se, então, hoje uma imagem cultural baiana que usa do negro como produto cultural de consumo<sup>244</sup>, completamente deslocada do seu real, de favelas, violência

---

<sup>240</sup> Como disse Gilberto Freyre, o povo brasileiro vive em uma “democracia racial”, ver “Casa Grande e Senzala” (1990), apesar de não concordarmos com este pensamento freyriano, mas vale a pena fazer a referência.

<sup>241</sup> Soteropolitano são os nascidos em Salvador.

<sup>242</sup> Em parte, pois ao longo dos últimos 15 anos o Governo Estadual vem adotando uma política turística, na qual, vende o negro e a negra (bonitos/as) como a imagem da alegria e da felicidade, inclusive afirmando que todo baiano é alegre, feliz, festeiro, filho de santo e jogador de capoeira. Pura criação cultural, não que seja ruim ter tais características, não é isso, mas o que se vê é outra história, no geral, é o mero interesse na mercantilização da cultura afro-brasileira, pura jogada de *marketing*.

<sup>243</sup> O samba do recôncavo, o samba de roda, o samba da roça/chula e vários artistas, como: Batatinha, Riachão, Bule-bule, Dorival Cayme, Tom Zé, Caetano, Gilberto Gil, Edil Pacheco, entre outros cantores e compositores da Bahia.

<sup>244</sup> Ver capítulo 3, no qual fazemos uma discussão bastante elucidativa com o sociólogo Gey Espinheira sobre essa questão do aspecto cultural e o social da cidade na atualidade.

urbana, trabalho precário, prostituição entre outros elementos que compõem o mosaico dos ditos grupos subalternos da cidade<sup>245</sup>.

Para contribuir com esse caos social urbano, Salvador bate recordes de informalidade. A cada ano as pesquisas evidenciam uma participação crescente de trabalhadores inseridos em atividades não regulamentadas, sem carteira assinada (ou mesmo desempregado) e isso a cidade não nega<sup>246</sup>. Basta andar pela cidade, em todos os bairros, seja no dizer popular, de rico ou pobre, de barão ou de peão, de preto ou de branco, na periferia ou no centro, na orla ou nos subúrbios, em *todos os cantos da cidade* de *todos os santos* vive-se a informalidade, seja diretamente na rua ou prestando serviços em domicílios (autônomos) ou como micro-empresas, normalmente irregulares. A cidade de Salvador, pode-se afirmar sem dúvida, é marcada pela informalidade, notadamente a de rua. Essa é peça chave na composição da paisagem da atualidade<sup>247</sup>.

No período de festas populares (carnaval, lavagens, festas religiosas, festas de largos e bairros) ou no verão (que é quase o ano inteiro) circular pela cidade, principalmente nas praias e nos bairros onde estão ocorrendo tais festas, é ver uma ebulição de trabalhadores/as de rua. Estes, que misturados com os transeuntes, com o comércio formal, com a beleza das ruas e casas antigas, mais os “mendigos, moleques e vadios”<sup>248</sup>, terminam por conquistar dia-a-dia sua sobrevivência, em contextos de insegurança quanto a atividade e enfrentando horas de trabalho extensivas, marcadas por condições adversas de trabalho. Assim, esses trabalhadores/as são marcados pela precariedade em suas relações cotidianas e, no geral, estão inseridos em atividades de baixa remuneração.

---

<sup>245</sup> Essa imagem cultural de Salvador e da Bahia apresenta apenas as partes lúdicas do povo negro e mestiço, escondendo suas condições precárias de trabalho e de vida.

<sup>246</sup> As últimas pesquisas do DIEESE/PED traçam um percentual de desemprego em seis regiões metropolitanas do Brasil, e Salvador aparece quase sempre em primeiro lugar, como maior incidência de desempregados. Ver dados no sítio do DIEESE, [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

<sup>247</sup> Salvador possui essa marca da informalidade desde a década de 70. Referente a isso ver CLOVIS, Cavalcanti; DUARTE, Renato. **O setor Informal de Salvador: dimensões, natureza, significação**. RECIFE: SUDENE/FUNDAJ: Massangana, 1980.

<sup>248</sup> Cf. FRAGA FILHO, 1996.

Esse conjunto de trabalhadores/as de rua aliado aos outros componentes citados acima da paisagem das ruas de Salvador ajuda a compor um cenário ímpar e rico de detalhes: relações humanas, trabalho, suor, irreverências, criatividade, chacotas. Estes e outros *encantos e desencantos* estão relacionados à intensa repressão realizada pelos agentes de fiscalização, à insegurança de rendimentos e a incerteza para com o presente e o futuro, principalmente pela vivência sem garantias sociais nem trabalhistas, típicas das ruas da cidade.

Essa paisagem urbana de Salvador da atualidade é uma coisa espantosa, a cada festa que se inicia, ou em cada verão que se aproxima, há uma mistura de *inovações e mesmices*: uma mistura de elementos novos aliados aos antigos, inovação e trabalho, lazer e sofrimento, é a própria atividade de rua, que por si só é múltipla, diversa e contraditória. Por vezes, inventa-se traços singulares, inovadores, antes nunca vistos no mundo formal/regular de trabalho e nem na própria informalidade, frutos da criatividade aliada à necessidade imediata de sobrevivência. Esses elementos novos passam a ser vislumbrados com satisfação e regozijo por uma parcela dos consumidores, que, muitas vezes, se divertem com as novas e fantasiosas irreverências dos/as trabalhadores/as de rua. São desde inovações de linguagem no contato direto do vendedor para com os clientes, usando-se das mais variadas artimanhas (rimas, sorriso/simpatia, poesias, histórias), enfim, um conjunto de falas que terminam conquistando e agradando o público. Outras vezes, valem-se de inovações nos instrumentos e meios de trabalho, incorporando artefatos novos, como sacos ou cestos para acomodar o lixo produzido por suas mercadorias e serviços, ou então muda-se o estilo de venda do produto ou apenas altera-se o figurino. Esse foi o caso, por exemplo, do *vendedor de queijo* de praia, que passou a incorporar, entre outras coisas, o uso de vasilhame plástico (*tapauer*) específico para acomodar o queijo, de modo que não fique mais em exposição direta ao sol, ao ar, à chuva; usa-se também de guarda-pó branco, para demonstrar um aspecto de higiene no trato com os produtos; cada queijo é ensacado e guardado no vasilhame antes de ser assado. Passou-se também a usar um conjunto de temperos e produtos para colocar no queijo depois de assado, como orégano, melão de cana, manjeriço, entre outros. Além disso, passou-se a vender queijos com maiores

tamanhos e de melhor qualidade. Tudo isso foi feito como uma forma de ser diferente e original<sup>249</sup>, atraindo assim maiores consumidores e formando até clientela própria<sup>250</sup>.

Um dos fatos mais interessantes que ocorre com esse tipo de atividade de rua que entra em processo de inovação (reorganização) é que determinadas inovações acabam compondo um *padrão* na atividade. Dito de outro modo, o trabalhador inserido em determinada atividade termina tendo de aderir a um conjunto de práticas, caso queira continuar na atividade, isto é, ou assume estes novos padrões ou não se consegue ter a mesma aceitação dos consumidores. Assim, a informalidade de rua passa a ter *barreiras* de continuação na atividade e até de entrada. Desse modo, assemelha-se em linhas gerais ao mundo formal, quer dizer, há um conjunto de padrões que terminam caracterizando estas atividades de rua. Esses padrões, geralmente, não são regulamentados pelo Estado ou por órgãos de classe, são simbólicos, não se sabe como começa e nem quem inicia tal processo, simplesmente vai surgindo e se espalhando, de forma impressionante<sup>251</sup>. No caso do vendedor de queijinho, por exemplo, de repente, uma inovação surge de repente em determinada praia da cidade, se alastra rapidamente, de modo desregulado e simultâneo, sem nem mesmo ter ocorrido um acordo tácito para isso. A inovação pode por vezes

---

<sup>249</sup> Outro exemplo de inovação, mas de modo mais restrito é o de um vendedor de abará, conhecido como Edgar Orginial, cujo *slogan* de venda é “abará original, originalmente original.” Esse vendedor criou uma linha diferenciada de abará, valendo-se para tanto de temperos e ingredientes inusitados como manjericão, pimenta, camarão, ervas-finas, entre outros, os quais são introduzidos no preparo do abará. Desse modo, ele terminou formando uma linha de abarás, aparentemente única na cidade. Com isso, ele tem uma clientela garantida, que ele atende até por telefone. De fato, foi devido a uma série de inovações que ele incorporou em sua atividade, que o fez aumentar os rendimentos. Na execução de sua atividade ele usa de vestimenta personalizada (estilo africana), usa também de uma bicicleta, a qual serve de meio de locomoção e quando parada se transforma em uma pequena barraca. Enfim, ele atende os bairros da Boca do Rio e do Imbuí..

<sup>250</sup> Boa parte dos trabalhadores de rua da cidade, de diferentes tipos de produtos principalmente os vendedores de comidas e iguarias, formam sua própria clientela, pessoas que sempre retornam para consumir novamente seus produtos. Isso ocorre, muitas vezes, com o acarajé. Existe inclusive todo um *marketing* boca-a-boca que circula a cidade. Cada bairro tem suas baianas (ou baianos preferidos). Os casos mais famosos entre as/os vendedoras/es de acarajé são: de Dinha e Regina no Rio Vermelho, o de Cira em Itapuã, o de Luís na Mouraria, entre outros. Por vezes, formam-se filas para comprar seus produtos (acarajé, abará, bolinho de estudante, passarinha, cocada).

<sup>251</sup> O mundo da informalidade, notadamente a de rua, se diferencia e muito do formal, no tocante a essas padronizações (e inovações). No âmbito da formalidade existe todo um corpo especializado de engenheiros, administradores (consultores), que vivem cotidianamente a pensar em inovações, reorganizações e reengenharias do processo e das relações de trabalho, inventando e reinventando paradigmas e novos métodos de aumento de produtividade, redução de custo e expansão dos ganhos. Já nas atividades de rua, a padronização é espontânea, fluída e heterogênea. Um padrão pode ser (re) configurado da noite para o dia, em um piscar de olhos e, assim, novos métodos e formas de trabalho são compostas e criadas, quase todos diretamente lastreados na busca frenética pela sobrevivência imediata.

constituir uma forte padronização<sup>252</sup>. Certamente, os próprios consumidores também participam do processo de padronização (escolhendo serviços ou produtos que melhor lhe agradam, dentro de suas estéticas e gostos de consumo), mesmo sem se dar conta disso. Por exemplo, suponha-se que um consumidor passa a consumir um determinado queijo em uma praia determinada – um queijinho de novo tipo, com novas características, seja no atendimento ou nos instrumentos de trabalho ou no produto ou em tudo isso ao mesmo tempo. Quando esse mesmo consumidor vai para outra praia distante da anterior e consome outro queijinho, e caso não veja aquilo que ele viu no estilo dos vendedores da outra praia. E se, por ventura esse mesmo consumidor tenha gostado do produto da praia inicial, ele poderá fazer uma cobrança ou sugestão para que o segundo vendedor, da segunda praia, adote o novo estilo. Daí, termina surgindo uma imposição ou pela clientela ou até pelos próprios colegas de atividade para que esse vendedor incorpore o novo padrão ou, então, ele termina passando a vender menos. Esse movimento é assim simbólico e real, desregulado e padronizado. É uma diversidade em processo. Não se sabe quem de fato cria, inova ou apenas reproduz. Não se sabe ao certo como isso se dá, é uma questão em aberto para novos estudos. Decerto que isso contribui direta ou indiretamente para manter a informalidade de rua viva e sempre criativa, por vezes ultrapassando as meras padronizações do mundo formal<sup>253</sup>, pois é sabido e por nós reconhecido que existe também na informalidade de rua a incorporação de elementos do universo do trabalho formal, incorporando a *lógica e logística* do mundo regular, mas isso é objeto para outra pesquisa<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> No universo das ruas, os trabalhadores não recorrem a livros, nem a manuais, muito menos a um *menu* de escolhas de um modelo organizacional que melhor se aplique às necessidades de sua atividade. Muito pelo contrário, simplesmente se faz o modelo, se inova, ou reproduz-se, no dizer popular, às *cegas*, as formas ou os estilos de trabalho que já existem em relação a sua atividade, valendo-se quase sempre de um conjunto de práticas simbólicas, inseridas no reino da tradição da rua. Tudo sendo feito geralmente na imediaticidade e sem formulações teóricas, nem mesmo reuniões. Os trabalhadores por estarem inseridos em contextos de repressão, insegurança, incertezas, terminam valendo-se muito mais do agir, no dito popular, *na tora*.

<sup>253</sup> Pode ocorrer também que alguns clientes oriundos de contextos de reestruturações e padronizações típicas do mundo formal terminem, ao consumirem os produtos e serviços de rua, influenciando esses trabalhadores a adotarem estilos (inovações, reorganizações) diferenciados advindos do mundo formal. Assim, o mundo formal tem também influência direta nas mudanças nas formas de trabalho de rua. Ainda que não seja predominantemente determinante, há uma importante correlação. Mas, certamente isso carece de estudos mais profundos.

<sup>254</sup> Sobre essa questão da *lógica e logística* do mundo formal/capitalista, ver capítulo anterior. Todavia, essa questão ainda está muito incipiente, passível de futuros estudos, por isso não iremos aprofundá-la aqui neste trabalho, mesmo por que nosso interesse se dá muito mais pelos trabalhadores tradicionais, os caracterizados

Mesmo diante de inovações, criatividade e mudanças que ocorrem nestas atividades de rua da atualidade em Salvador, ainda assim há coisas que permanecem como antes. Mesmo que se façam ou que ocorram inovações diversas, como novas ordenações das ruas, dos locais de trabalho, novos transeuntes, novos consumidores, novos turistas, produtos novos, produtos da moda, assumindo novos gestos e atitudes de vendas, novas estratégias no negócio de rua, no entanto, em geral as condições dos trabalhadores de rua continuam as mesmas. Desse modo, continuam a mesma condição de existência precária e o mesmo real de controle e perseguição para com essas atividades.

A atividade de rua hoje é impressionante. Muda o aspecto das ruas, mudam os cantos de trabalho reservados para esses trabalhadores de rua, inova-se o estilo das bancas, inserem-se carrinhos mais modernos – para aqueles trabalhadores que usam desse instrumento de trabalho, como vendedores de cachorro-quente, milho cozido, pamonha, mingau, água de coco, lanches diversos/salgados, picolé/sorvete, entre outros –, aumenta-se o percurso de determinadas festas, aumenta-se a quantidade de trabalhadores regulamentados para tais festas, colocam-se crachás, exige-se o pagamento de licenças para executar as atividades na rua, se faz tudo isso e um pouco mais, porém, os personagens inseridos nesses episódios são os mesmos. Continuam sendo os pobres, negros e mestiços, quer dizer, a parte dita subalterna, submissa e explorada.

Essa constatação exposta acima representa nitidamente a passagem *dos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*.

Antes de continuarmos, porém, vale a pena fazer uma ressalva metodológica, que se faz crucial neste momento. Sabemos que estamos tratando de dois contextos históricos diferenciados, cada um com suas dinâmicas sociais próprias, suas particularidades e especificidades, em momentos históricos díspares. Notadamente, por um lado, tratamos de um período ainda escravista, mesmo que em franco processo de decadência de tal regime, e

---

na primeira acepção sobre o trabalho de rua no Brasil, apresentada no capítulo anterior. Acreditamos que essa influência do mundo formal se dá mais diretamente na acepção mais moderna do trabalho de rua, a que lida com a venda de equipamentos eletro-eletrônicos na rua. Assim, deixaremos esta questão para futuras investigações.

por outro lado, nos referirmos a um momento de vigência máxima do capitalismo, da modernidade. Temos plena consciência desse fato e estamos aqui levando isso em consideração, tanto que fizemos questão de adentrar um pouco no contexto do Brasil e de Salvador do final do século XIX, bem como apresentar o contexto da atualidade, para assim podermos compreender melhor e situar com mais precisão o nosso objeto de estudo.

Diante disso, pudemos perceber que existem elementos nas duas paisagens apresentadas, nos dois contextos levantados, da mesma capital baiana, que permitem arriscar estabelecer tanto pontos de similitude quanto de completa dissociação ou incongruência entre as duas condições de trabalho de rua da cidade de Salvador.

Assim, passado essa pequena ressalva e depois de já termos apresentado os dois contextos envolvidos em nossa história sobre os trabalhadores de rua de Salvador, vamos agora para os elementos finais ou a trama final desta pesquisa, a qual dividiremos, por fim, em duas partes. A primeira tratará especificamente dos pontos de similitude, um dos quais, talvez o de maior expressividade já foi levantado a pouco, é justamente referente à presença ainda predominante de trabalhadores negros e mestiços nas formas de trabalho de rua. Já a segunda parte referi-se a alguns aspectos divergentes das condições de trabalho de rua nos dois contextos analisados. Contudo em nenhum momento, damos por encerrado as análises aqui ensaiadas. Frisamos que se tratam apenas de algumas constatações e muitas reflexões (muitas tentativas). Alçamos alguns vãos, algumas análises razoáveis, exercendo dessa maneira um dos papéis de maior importância no dito método científico, a saber, o livre exercício racional da dúvida, da indagação, sem necessariamente trazer as respostas, sem querer simplesmente fechar as portas, mas muito mais abrí-las.

#### 5.1.1. - Alguns pontos de similitudes entre os dois contextos em questão

O **primeiro** elemento aglutinador dos dois períodos analisados refere-se ao fato de ambas atividades *acontecerem nas ruas de Salvador*. Esta questão, por si só, já caracteriza

uma ligação entre os dois momentos. Já sabemos que, devido a esse fato, essas atividades em si já carregam uma carga pesada de trabalho e de vida precária dos sujeitos ali inseridos.

Uma **segunda** similitude ligada à primeira é a *vida no limite da sobrevivência*, quer dizer, tanto no final do século XIX quanto na atualidade, as atividades de rua da cidade estiveram e estão predominantemente direcionadas para sobrevivência imediata, com a obtenção de poucos rendimentos. Esses trabalhadores possuem sua reprodução social alimentada nos mesmos espaços das ruas, vivendo dos mesmos produtos ou de produtos similares aos que se comercializa, talvez por isso consigam sobreviver com baixos rendimentos. Eles terminam, via de regra, *fazendo das tripas coração*, o que conduz a uma vida permeada por necessidades (alimentares) e esforços físicos – como longas horas de trabalho por dia, transporte de cargas pesadas, longas horas em pé sob sol, chuva, etc. – e mentais – contextos de coerção, fiscalização, incertezas no dia-a-dia e com relação aos rendimentos. É, portanto, uma vida caracterizada pelo presente contínuo, pelo hoje, pela possibilidade diária de mais um dia de auto-reprodução, em alguns casos, de exercício de autonomia, principalmente para uma parcela dos trabalhadores da atualidade. Vive-se com a certeza do dia que se está trabalhando, no geral, sem constituir reservas ou poupanças futuras, quase que não dá para fazer planejamentos. Vive-se na imediaticidade. Como afirmamos no final do capítulo anterior, os trabalhadores inseridos nas atividades de rua de Salvador, geralmente, têm que *vender hoje para comer amanhã*, ou, simplesmente, *vender hoje para pagar o que comeu ontem*. Assim, vão levando suas vidas, com esperanças e frustrações, encantos e desencantos, trabalho e mais trabalho. Esta é a sina da rua: *viver e morrer trabalhando*. Obviamente sabemos que nem tudo que é visto por nós – pesquisadores ou expectadores, pessoas de fora daquelas atividades – como trabalho é considerado por eles como tal. Por vezes, pode ser denominado como lazer, satisfação, momentos de brincadeiras, de ludicidade, entre outras denominações. Enfim, até nós podemos perceber outras acepções existentes nestas formas de trabalho de rua, que mais parecem simples momentos de lazer, de encantamentos, mas, normalmente, vive-se muito mais em situações de labuta, de sofrimento, de excesso de trabalho, de desencantamentos. Isso não está mais reservado, condicionado e acomodado em cantos da cidade (escondido, ocultado e velado), tal qual no final do século XIX, mas sim, está ampliado (desencantado),

espalhado pelas ruas, becos, esquinas, praias, vários lugares. Na verdade, está por todos os cantos da cidade.

A Salvador de hoje pode ter entre outras definições uma em especial: a de capital brasileira do trabalho de rua ou capital da informalidade. Para todos os lados existem trabalhadores de rua. É um elemento que compõe o presente e o passado da cidade. É um fator cultural, histórico e tradicional que produz encantos e desencantos, embeleza, enfeita, ilumina, assim como lota, entristece, aborrece e incomoda. É uma existência por si contraditória e diversa. Não é mais um lugar de romper os grilhões da escravidão, mesmo porque esse regime de trabalho já se dissipou por anos a fio. Não é também mero *setor de ajustes* do mercado formal. Na verdade, é mais do que isso, compõe uma existência própria. Possui, entre outras coisas, determinações e contingências peculiares, que em nada se assemelham ao mundo formal, como foi um pouco evidenciado acima, principalmente no âmbito das inovações e criatividades diversas. Em outras palavras, não é mais apenas um lócus puro e simples de simbioses formal e informal, caracteriza-se por ser algo mais, por ter uma existência hoje *supra-formal*, a qual ao mesmo passo que depende do mundo formal para gerar fluxo de consumidores e de produtos, também independe deste por conseguir consolidar-se independentemente dos espaços intersticiais advindos do mundo formal, como vimos no capítulo 1 e 4. Atualmente, a informalidade de rua *ganhou* novamente as ruas, está em toda parte da cidade, faz sua clientela própria, constrói geralmente um *modus operandi* próprio. Isso para a parte dos trabalhadores mais tradicionais – ligados a baixos rendimentos e venda de produtos de baixo valor, vendedores de frutas, alimentos, doces, etc., como evidenciamos no capítulo anterior – existe todo um estilo próprio de venda (*marketing*), de inovações, de estilos de trabalho, enfim, todo um funcionamento singular, que se diferenciam e nem sempre tem similaridade no mundo formal de trabalho.

Uma **terceira** ligação possível entre os dois contextos trata da *repressão exercida pelo poder público municipal*. Essa similitude é, sem dúvida, uma das principais, talvez só perca ou se iguale à primeira similitude apresentada no início do capítulo, a saber, a composição majoritária de negros e mestiços nas atividades de rua.

No tocante ao exercício da repressão, pode-se afirmar, entre outras coisas, que foi uma constante nos dois momentos analisados. De certo modo, não temos como medir a intensidade dessa repressão para poder determinar onde ela foi mais rigorosa ou mais branda. Porém acreditamos que, no final do século XIX, por ser um contexto marcado por uma conjuntura e uma estrutura social mais rígida, como evidenciamos no capítulo 3, a repressão e o controle foram mais intensivos. Bastava estar mercadejando pelas ruas ou estar parado em alguma esquina ou praça da cidade, que já havia um destacamento de polícia preparado para efetuar a prisão. Existia um ambiente de *suspeição*. A prisão por suspeita era muito mais uma regra do que uma exceção. O contingente de trabalhadores de rua que eram presos era muito expressivo, como vimos no capítulo 3. Valia muito mais a prisão por suspeita do que por um crime cometido.

Hoje, não se vive mais neste cenário. A repressão existe, porém não chega a tanto. No máximo, tomam-se os meios e instrumentos de trabalho, mas o trabalhador permanece livre, mesmo que tenha sofrido agressões verbais/morais e físicas. Mesmo porque, a repressão hoje não é mais executada pela polícia tradicional, mas sim por agentes de fiscalização municipais, denominados de Polícia Administrativa ou Rapa, como vimos no capítulo anterior. Portanto tendemos a acreditar que o controle do século XIX foi muito mais intenso, uma vez que a própria sociedade branca dominante, através principalmente dos Jornais, cobravam e requeriam punições e controles ao povo da rua. Não havia satisfação da elite em saber que suas ruas estavam ocupadas por negros e mestiços, pela dita *ralé*. Na verdade, como vimos no capítulo 3, a elite queria controlar, prender e tirar esse povo da rua, porém precisava diretamente de seus serviços, *de seus braços*, seja para mover a economia provinciana do período, ou mesmo para mover seus casarões. Tal elite vivia, pode-se acreditar, em um constante dilema: reprimir ou usar desses negros e mestiços? Acreditamos que optou-se pelas duas situações, rompendo assim o que parecia ser um dilema. Ao mesmo tempo em que a cidade movia-se literalmente sobre os ombros desse povo negro e mestiço, a repressão e o controle foram uma prática corrente, até porque havia uma herança de medo generalizado por parte da elite branca da época, principalmente pelo passado insurrecional, o qual tratamos no capítulo 3.

Assim, ser trabalhador de rua nesse período (século XIX) era ser quase um escravo para os olhos da elite dominante branca – e dos seus imediatos, como o corpo de polícia. Já sob a ótica dos elementos subalternos, dos trabalhadores, parecia representar algo mais. Era a possibilidade de uma libertação, de um processo de autonomização de sua condição anterior, escrava. Era, pois, um meio de romper objetivamente com os grilhões da escravidão, mesmo que permanecesse a herança simbólica negativa, a todo instante lembrada e reafirmada pela elite branca dominante, logo, pela sociedade organizada da época, pelo poder público.

Por fim, iremos apresentar abaixo alguns pontos de incongruência entre as duas formas de trabalho apresentadas, ressaltando alguns elementos que são peculiares para cada contexto histórico, não podendo assim serem postos como nexos de ligação. Na verdade, representam muito mais caracteres diferenciadores do que de igualdade de condições.

#### 5.1.2. - Alguns pontos de incongruência entre os dois contextos em questão

Muito provavelmente parece ter existido inúmeros elementos singulares a cada momento analisado. Contudo, iremos nos ater a três caracterizações gerais, as quais servirão integralmente para situar o que denominamos de incongruência entre os dois períodos estudados<sup>255</sup>.

Uma **primeira** caracterização dessas incongruências refere-se à *imagem social do trabalhador* nos dois períodos. No século XIX, essa imagem estava muito mais atrelada à negatividade, representando o que de ruim existisse na sociedade da época. Tudo de origem africana era visto e tido como negativo. Assim, as formas de trabalho de rua (trabalho

---

<sup>255</sup> Uma incongruência observada, mas que terminamos por não considerá-la no corpo do texto, refere-se ao final do século XIX, no qual havia a existência de uma parcela de trabalhadores que não mais existirá no século XX, muito menos nos dias atuais. Trata-se da existência de trabalhadores de rua africanos, que ainda existiam na cidade, só que, certamente, eram em pequeno número, pois estamos nos referindo ao final do XIX, entre 1880 à 1888, quer dizer, período onde já não havia mais tráfico de escravos vindos da África e os que aqui permaneciam já estavam com idade avançada, fora os que retornaram para África.

manual), por terem sido majoritariamente ocupados por escravos africanos – os escravos de ganho ou ao ganho, como vimos no capítulo 3 –, terminaram por consolidar uma herança de negatividade. Isso sob a ótica do mundo branco da época, inspirado nas imagens de mundo de origem européia, as quais, quase sempre, davam espaço apenas para o desenvolvimento dos brancos, largando ou lançando os negros no atraso social. Os trabalhadores de rua do período eram, portanto, vistos e tratados como *ralé, inferiores, sujos, dado a vícios, conflitos e vagabundagem*, seres tidos como *avessos à ordem*, à civilização, entre tantos outros adjetivos que eram usados para diminuir moralmente os trabalhadores de rua. Além disso, nesse contexto de negatividade com relação às formas de trabalho de rua, havia também uma forte *imobilidade social*. Essa é a **segunda** caracterização de incongruência entre os dois períodos. Por exemplo, caso o sujeito fosse ganhador/a, iria continuar assim até o fim de sua vida, provavelmente, passando a profissão ou o ganho para seu filho e familiares. Ou ainda, uma vez inserido nos meandros das atividades de rua, a probabilidade de permanecer em tais situações era quase absoluta. Praticamente, não havia espaço nem para mobilidade social horizontal, afinal, os trabalhadores inseridos na rua eram quase todos de uma mesma condição social, a condição urbana do trabalho de rua.

Já na atualidade, essas duas caracterizações acima terminaram tendo outra conformação social. A primeira, a imagem social do trabalhador de rua, deixou de ser tão negativa, passando a assumir uma certa feição positiva, com limites, porém positiva. Afinal, os trabalhadores de rua de hoje estão exercendo uma das tarefas mais valorizadas na moral da sociedade contemporânea, a saber, estão trabalhando, ainda que em atividades de rua. Porém podemos dizer de certo modo que esses trabalhadores ainda são taxados com uma imagem parcialmente negativa, principalmente por serem tratados geralmente como ilegais, sonegadores de impostos. Em alguns casos, mais preconceituosos, ainda são tratados como indivíduos avessos ao mundo regular de trabalho, preferindo estar na rua, com toda precariedade, do que ter obrigação regular, ter um chefe, entrar em uma relação formal e rígida de trabalho. Isso, na verdade, caracteriza-se por ser mero preconceito.

Pode-se aqui afirmar que a característica que fundamentava o preconceito para as formas de trabalho de rua de finais do século XIX mudou de vestimenta. Antes estava diretamente associada ao fato de serem todos ou quase todos negros, era uma questão dita *racial*. Hoje, o preconceito continua, contudo assume mais diretamente uma relação de interesses. Seja do ponto de vista da legalidade (uma questão jurídica) ou de mera concorrência, de mercado, isto é, seja pelo fato destes trabalhadores informais da atualidade estarem exercendo atividades vistas como ilegais, sem tributação, sem arrecadação de tributos para os cofres públicos, logo não contabilizado como riqueza nacional, ou por, supostamente, exercerem um comércio mais barato do que o formal, realizando assim a denominada *concorrência desleal*. De uma forma ou de outra, os fundamentos do preconceito de hoje mudaram ou ampliaram-se, deslocando-se somente de sua composição étnica.

Na verdade, ocorre que, na maioria dos casos, as atividades de rua aparecem como uma resultante da falta de trabalho formal, a informalidade funciona assim como alternativa de sobrevivência. Em outros casos, mais graves, são tratados como baderneiros, marginais, ladrões ou outros adjetivos similares<sup>256</sup>.

---

<sup>256</sup> É interessante alguns avisos que existem em determinadas barracas de praia de Salvador, inseridos no cardápio e, algumas vezes, lembrado até pelos próprios garçons, que utilizam desse aviso como mais uma forma de ganhar a confiança do cliente, afinal, diz o ditado: *quem avisa amigo é*. Um destes que consta no cardápio da barraca Mordomia (em 2005) na praia de Jaguaribe consta o seguinte: “Prezados clientes, devido ao alto custo do material que ora disponibilizamos (mesas, cadeiras, sombreiros, chuveiro, etc.). Além de impostos, encargos e serviços que pagamos para comercializarmos na praia e a **concorrência desleal e predadora** de ‘ambulantes’ clandestinos, sem cadastro ou licença legal, por vezes, **batedores de carteiras e celulares, que nos roubam o faturamento comercializando produtos clandestinos**, de origem duvidosa, sem os cuidados necessários de manuseio, higiene (...). Solicitamos a preferência do consumo de nossos produtos, onde estão incluídos os custos operacionais que viabilizam disponibilizarmos este material gratuitamente. Certo de sermos compreendidos e atendidos, agradecemos” [grifo nosso]. Esse tipo de lembrete mais parece um dos avisos estampados nos jornais que circulavam em Salvador, no final do século XIX, tem certa semelhança, principalmente, por tratar os trabalhadores de rua com adjetivos absurdos, como “batedores de carteiras”. Imagine se a venda de um queijinho, de um amendoim torrado/cozido ou de castanha vai *roubar* o faturamento das barracas de praia, as quais ficam lotadas no verão, com um alto consumo de peixes e outros pratos típicos, isso para não citar as bebidas. Muitas vezes, o que prevalece é um preconceito contra os trabalhadores de rua. Reproduzido até por outros trabalhadores informais, como é o caso das barracas de praia, as quais vimos o decreto-lei que os regulamenta no capítulo anterior. Isto é, a coisa está fragmentada. Não existe uma identificação de que todos são informais, na praia ou na rua, isso termina por inibir uma luta conjunta e a consolidação de uma classe, terminando por demonstrar e reafirmar uma das características marcantes da informalidade em geral, a saber, a *heterogeneidade*. Inclusive, essa questão ampliou-se bastante na atualidade. Em finais do XIX poderia-se até pensar em uma classe dos trabalhadores de rua, que agregasse os subalternos, hoje, vive-se a própria fragmentação de classe, extremamente marcadas

Essa parte negativa da informalidade atual é ligeiramente similar à vivenciada no século XIX. Porém existe um forte elemento de diferenciação. Antes os trabalhadores eram discriminados e humilhados por um conjunto social enorme, quase que por todo o mundo branco da elite, era uma sociedade toda que *caia em cima* dos trabalhadores, os fichando, os perseguindo. Hoje, o preconceito ficou restrito a alguns grupos, alguns setores específicos, como: alguns comerciantes formais, alguns donos de estabelecimentos, lojas, lanchonetes, alguns políticos, entre outros, que, normalmente, são contra essas formas de trabalho de rua, alegando que estes realizam concorrência desleal, pelo fato dos informais não pagarem impostos sobre comercialização dos produtos, nem pelos seus serviços prestados. Ainda existem setores mais conservadores da cidade que são contra tal atividade, afirmando que estes trabalhadores “impregnam” as ruas (avenidas, passarelas) da cidade, atrapalhando o fluxo de pessoas, principalmente, no centro da cidade. Não iremos aqui ser o juiz desses preconceitos ou discriminações, nossa intenção foi apenas apresentar alguns fatos.

Todavia, um fenômeno extremamente moderno vem ocorrendo a favor das atividades de rua, é a crescente entrada de trabalhadores desempregados do mundo formal de trabalho (os novos informais), com maior qualificação profissional/educacional, logo grupos sociais com um relativo prestígio social. Esse fato termina por contribuir para melhorar a imagem dos trabalhadores de rua, que doravante estão recebendo em suas fileiras diversos tipos de profissionais liberais, como: advogado, contador, entre outras profissões de nível superior ou com maiores qualificações, que por falta de inserção no trabalho formal, vão também disputar a sobrevivência na rua<sup>257</sup>.

Com relação a segunda incongruência, a *imobilidade social*, ela perde bastante força na atualidade. É possível a existência de uma mobilidade social, nem que seja pouco provável e horizontal. Porém as portas e janelas das ruas estão hoje mais abertas, onde o

---

pelo individualismo. Assim, o que antes poderia ser pensado como coletivo, atualmente é a não possibilidade de um.

<sup>257</sup> Temos como uma hipótese razoável de estudo futuro a seguinte afirmação: os trabalhadores de rua que vieram de atividades formais e são dotados de maiores qualificações profissionais ou maior escolaridade terminam por conseguir uma melhor inserção na rua, principalmente no tocante aos rendimentos. Esse parece ser o caso dos trabalhadores de tecnologia, os quais fizemos referência no início do capítulo anterior, mas que não é muito o caso de Salvador.

trabalhador pode entrar e pode sair quando quiser. Isso de um modo geral, pois na prática ou ele permanece para continuar conquistando sua sobrevivência, na maioria dos casos, ou ele sai por velhice, doença ou expulsão do poder público municipal. Sair da informalidade para uma atividade formal, normalmente, não ocorre, principalmente, pelo crescente desemprego estrutural vigente no país. A ampliação desse desemprego, uma questão da modernidade, terminou por influir na permanência na condição de informalidade, chegando até a suscitar que o *reino da possibilidade*<sup>258</sup> está dando lugar ao *reino da necessidade imediata*. É melhor estar trabalhando, nem que seja nas atividades de rua, sendo camelô, vendedor ambulante, perseguido, fchado, estereotipado, do que passar fome e ficar sem nenhum tipo de trabalho. A possibilidade de escolha é inviolável, trabalhar. Assim, o que era para funcionar como mero setor de ajustes, temporário, terminou com o desenrolar da sociedade industrial e pós-industrial (informacional), virando forma permanente de vida e consolidando um padrão de inserção social peculiar. Vive-se no presente a informalidade como prática “regular” de sobrevivência. A sociedade é formal e informal, isso não é anomalia, muito menos condição provisória, mas sim regra e padrão de inserção social.

Por fim, a **terceira** e última característica que marca mais uma incongruência do trabalho de rua nos dois momentos analisados é a *importância econômica*. Vive-se hoje uma perda relativa da importância econômica das atividades de rua. Ou melhor, no momento presente, o trabalho de rua não tem mais o peso e importância que teve no final do século XIX, onde a cidade se movimentava pela rua, através destas formas de trabalho. A rua deixa de ser o lócus central da cidade. Isso em parte, ocorre pelo próprio desenvolvimento econômico/industrial, desenvolvimento das indústrias (do comércio global), das cidades/urbanização (sistemas de transportes), enfim, há todo um deslocamento do que antes era feito diretamente pela força física humana – como o transporte de cargas, gêneros alimentícios, produtos comerciais, diversos tipos de mercadorias – hoje é feito por

---

<sup>258</sup> Esse reino da possibilidade é a todo momento afirmado e reafirmado pela ideologia nacional e mundial, principalmente nas sociedades capitalistas, democráticas, neoliberais, ocidentais, nas quais existe todo um esforço dogmatizador, o qual sustenta que todos tem as mesmas possibilidades de inserção social, e esta possibilidade é apresentada como sendo o máximo da democracia e do capitalismo, como se todos conseguissem passar pelas mesmas portas. Na verdade, isso faz apenas ocultar o real, mistificá-lo, deixando de evidenciar que ele é marcado por misérias e limitação de acesso aos meandros da ascensão social, restando na maioria das vezes, para os que ainda conseguem se inserir uma vida precária e direcionada para a sobrevivência imediata, principalmente em se tratando dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

veículos. Além disso, a Salvador do final do XIX era outra história, era menos desenvolvida economicamente, a cidade era espacialmente menor, a população era menor, enfim, era outro momento. Também por isso que o trabalho de rua ganhava grandes dimensões, tudo se concentrava na rua e para escoar a produção ou receber produtos era preciso o transporte feito pelos carregadores (ganhadores), tudo ia e vinha pelo porto, era uma cidade portuária por excelência. Hoje, as rotas de escoamento se alargaram, desde o meio aéreo, marítimo, ao ferroviário além do terrestre, ainda se usa e muito do porto, porém, grande maioria dos trabalhadores ali inseridos (no porto), os portuários ou doqueiros são empregados, tem carteira assinada, pertencem a alguma empresa formal.

## 5.2. - Considerações Finais

Apresentados os personagens da história, passado o episódio final, fez-se a *tentativa*<sup>259</sup> de estabelecer nexos de comparação e divergência entre os dois momentos analisados. Depois de se ter lançado todas as cartas na mesa, resta-nos voltar e sedimentar a solução que encontramos para o nosso problema inicial de pesquisa, este que foi metodologicamente dividido, em dois momentos, como o demonstramos no início deste trabalho. Um remonta aos trabalhadores de rua do período do final do século XIX, aos ganhadores e ganhadeiras, e o outro que trata dos trabalhadores de rua da atualidade.

A primeira parte do problema levantado na pesquisa constitui-se da seguinte indagação: **O trabalho de rua livre de Salvador no final do século XIX representou uma forma de avanço frente o trabalho escravo?** Sim. No final do século XIX, os trabalhadores de rua terminaram por consolidar o espaço do trabalho de rua, dos *cantos*,

---

<sup>259</sup> Consideramos como tentativas, pois não fechamos questão sobre os contextos analisados, principalmente, em se tratando de um contexto histórico passado, o do século XIX, o qual ainda podem ser descobertos novos fatos, e assim, podem ser feitas novas correlações. Então, fomos para a constituição de nexos possíveis, trabalhando sempre com tentativas razoáveis, garantindo assim um rigor metodológico no trato do objeto.

como espaços físicos e sociais (culturais e simbólicos) de autonomia e de trabalho livre<sup>260</sup>. Conseguiu-se na rua a transformação de um passado escravo – inferiorizado pelo mundo branco como sendo algo de baixo prestígio social – para uma condição prospectiva de autonomia, de libertação, de passagem de escravo, de submisso, para *dono de si*. Por um lado, a própria presença maciça de libertos e livres na população soteropolitana do período, vivendo em condições miseráveis, terminou por impulsionar a conquista da sobrevivência através das ruas. Corroborou para isso o fato dos engenhos (açúcar) baianos estarem em franco processo de decadência econômica, muitos senhores estavam falindo e perdendo seu poder de mando, não havia empregos públicos na cidade para o povo de passado escravo, tudo isso contribuiu para intensificar a busca por formas de sobrevivência na rua, logo formas de sobrevivência autônomas<sup>261</sup>. Por outro, a existência nas ruas, em formas de trabalho de rua já tinha uma certa tradição com os escravos de ganho ou ao ganho, que terminaram marcando a rua como um lócus de resistência, de revolta, de sobrevivência, de conquista de um pecúlio para libertação, de autonomização, como vimos no capítulo 3. Além disso, os trabalhadores de rua do período terminaram se consolidando como eixo central da economia baiana e foram se mantendo vivos e conquistando seus espaços a ferro e fogo ao longo da história soteropolitana, como já afirmamos anteriormente.

Já a segunda parte do problema, a parte final, foi a seguinte: **o trabalho de rua de Salvador da atualidade é um retrocesso frente ao trabalho regular/formal?** Não. Conforme vimos no final do capítulo anterior, o trabalho de rua de Salvador da atualidade, notadamente a parte dos trabalhadores denominada de tradicional – a acepção mais precária, com menores rendimentos, mais submissa e subserviente ao fluxo da economia formal – está diretamente ligada ao fluxo do mundo formal, seja como trabalhador gratuito, como componente da população relativa excedente, exército industrial de reserva, ou ainda como resultante da “simbiose” (Oliveira, 1974) de um mercado para com o outro, para não

---

<sup>260</sup> Não como trabalho assalariado capitalista, este só irá se consolidar em Salvador no início do século seguinte; estamos tratando aqui por trabalho livre, como um regime de trabalho que não é mais escravo, que não é mais controlado e propriedade do senhor; agora, é o próprio trabalhador o dono de si, obviamente, que levamos em consideração a existência de um conjunto de regras e normas coercitivas que impunham um limite a esta autonomia, mas não se quer aqui por isso a prova.

<sup>261</sup> Independente de quaisquer outros fatores, as próprias formas de trabalho livre de rua já representavam uma condição de vida e de trabalho diferenciadas, por si só já traziam algo de novo, algo de autônomo em relação a condição escrava anterior e diferente do escravo de ganho dantes.

falar de uma possível existência para além desta simbiose formal e informal, quer dizer, caracterizando-se em alguns casos não como volta ao passado, como permanência de práticas arcaicas, ligadas ao mundo moderno, mas como próprio fenômeno da modernidade. Esse é o caso dos trabalhadores da segunda acepção que evidenciamos no capítulo anterior, os trabalhadores de tecnologia, que ainda são incipientes em Salvador. Dessa maneira, pensar nas atividades de rua de Salvador da atualidade é entendê-las para além de sua forma primeira, qual seja, de sua forma precária e situada nos cantos, becos e “espaços intersticiais” da cidade, elas são mais que isso, são a própria conexão dos mercados, o informal e formal estão juntos, um retro-alimentando o outro, um com maior participação e o outro não menos importante (o informal).

Portanto, a Salvador da atualidade, sem a presença dos trabalhadores de rua – sem as baianas de acarajé, com seus quitutes e pimentas *poderosas*, sem os vendedores de queijinho, de castanha, amendoim, de milho, mingau, pamonhas, de picolé, de doces, sem os camelôs, e suas gritarias nas ruas como recurso para atrair sua clientela hiper-disputada, sem as rodas de capoeira, com seus batuques e cantorias, sem os barraqueiros (de bairros e praias), sem os vendedores de taboca, com seu instrumento para atrair atenção dos fregueses, uma espécie de triângulo, sem os amoladores de tesoura e alicate, com seu apito característico, sem os vendedores de água, lanches, coxinhas, pastel, sonho, pão, empadas, churrasquinho, de água de coco, brinquedos, de refrigerantes, cervejas, batidas, redes, flores, diversos tipos de petiscos, etc., sem os vendedores de CD/DVD, espalhados nos quatro cantos da cidade –, certamente, Salvador não seria Salvador. Seria qualquer outra cidade, cosmopolita, urbanizada, favelada, desigual, miscigenada, mas não seria a cidade contraditória que é, onde negros, mestiços e brancos estão essencialmente misturados, mas espacialmente segregados. Onde os postos de trabalho ocupados pelos negros e mestiços ainda hoje são em geral de menor prestígio social, de menores rendimentos. Suas moradias são ainda as mais simples e as periféricas<sup>262</sup>.

---

<sup>262</sup> Nos últimos 10 anos até o Pelourinho, que era espaço secular dos negros e mestiços, foi transformado em indústria cultural, em turismo, sobrando apenas alguns pedaços deste para servir como habitação, quase tudo virou ponto comercial/turístico.

É simples perceber essa Salvador contraditória, basta olhar quem está atrás dos balcões das grandes redes de hiper-mercados ou das lanchonetes multinacionais/globais, ou ainda, olhar quem está vendendo coisas nas ruas, nas sinalerias, quem está guardando os carros pela cidade. Basta ver quem são em geral os policiais (os postos de soldado e sargento) ou vigilantes/seguranças, para não citar os cordeiros dos blocos de carnaval. Essa é a Salvador de hoje, moderna e contraditória, desenvolvida e informal, um pouco branca, mas muito mais negra e mestiça, e por isso contraditória, pois ainda é esta maioria negra e mestiça que sofre e é explorada no trabalho e movimentação da cidade. Isso faz lembrar o final do século XIX, a segregação do mundo branco e do negro. Mas, sem dúvida, isso não apaga a magia e os encantos da cidade (como sua exuberante baía de Todos os Santos), mesmo com tantos desencantos e descaminhos modernos e do passado.

Afinal, a imagem da Bahia e de Salvador em particular difundida principalmente pelas agências de turismo ou pela mídia brasileira, é de que todos os baianos são filhos de Deus e todo o dia é dia de santo, é feriado o ano inteiro. E o pior é que este tipo de imagem evidencia a cidade que é mostrada, vendida, mercantilizada e feita para turista ver, e, por vezes, tem um poder *enfeitiçador*. É a cidade da felicidade, a própria Babel dos Trópicos, ou como disse o sociólogo Gey Espinheira a “grande Roma negra”, o qual fazemos referência no capítulo 3. No final de contas, a Salvador real fica ofuscada, escondida e oculta, terminando por não revelar sua verdadeira imagem, ou melhor, sua imagem total, de pobreza, favelas, desigualdades sociais, exploração do trabalho, *muito trabalho*, informalidade, e sua essência negra e mestiça.



## REFERÊNCIAS

### Documentos Utilizados

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 7116, **Livro de Matrícula dos Cantos**. O regulamento policial esta dentro deste maço.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 2911, folha 22, **Presidência da Província Legislativa**: registros de leis e resoluções, 1889.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6297, **Mapas de presos, prisões**, 1887 – 1889.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, **Assuntos Diversos**, maço 6507.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 3003, *documento n° 779, 1ª seção*, **Correspondências de Delegados de Polícia**, 1888.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia; maço 3139-76, *documento n°. 698, 2ª seção*, **Correspondência Recebida da Secretaria de Polícia**, 1888.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 3003, *documento n° 852, 1ª secção*, **Correspondências de Delegados de Polícia** , 1888.

Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEBa), Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 2986, **Correspondências – chefe de polícia**, 1888.

Jornal “**O Alabama**” de 25 de abril de 1878 (anno XVI, n° 23, APEBa),

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 18/03/1895, p. 01.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 04/05/1889, p. 01.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Jornal de Notícias**, 15/09/1900, p. 01

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), **Diário de Notícias**, Jornal, 01/08/1904, p. 03.

CÂNCIO, Rogério. Desordem dos Camelôs. **Jornal A TARDE**, Salvador, 05 de fev. de 2006.

CASTANHÊDA, Eliane. Camelôs, tráfico e ruas globais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 21 de nov. 2002.

Centro. **Jornal A TARDE**, Salvador, 12 de mar. de 2006.

Invasão pirata: falsificação já movimentou 5% do PIB brasileiro. **Correio da Bahia**. 24 out. 2003.

Protesto de camelôs fecha lojas pelo 2º dia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. C4, 21 de nov. 2002.

Ser camelô em Salvador é ter de enfrentar guerra desigual. **Jornal A TARDE**, Salvador, 07 de ago. de 2002.

Sesp planeja volta do rapa ao centro. **Jornal A TARDE**, Salvador, 21 de set. de 2004.

Sujeira toma conta de São Joaquim. **Jornal A TARDE**, Salvador, 11 de mai. de 2006.

Tensão no centro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 21 de nov. 2002.

### **Livros, Monografias, Dissertações e Teses**

ALVES, Maria Aparecida. **Setor Informal ou Trabalho Informal?:** uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Algazarra nas ruas:** comemorações da independência na Bahia (1889 – 1923). São Paulo: FAPESP – Unicamp, 1999.

ANDRADE, Maria José. **A Mão-de-obra Escrava em Salvador de 1811 a 1860.** Salvador: Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 1975.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARANTES, Érika Bastos. **O Porto Negro**: Cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado História, Unicamp, 2005.

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

AVÉ-LALLERMANT, Robert. **Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

BACELAR, Jéferson. **A hierarquia das Raças**: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARRETO, Theo da Rocha. **A Precarização como Homogeneização “Sui Generis” na Fomação dos “Sem Emprego”**: um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH/UFBA, 2005.

\_\_\_\_\_. **A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais**: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. Monografia de Bacharelado de Sociologia. Salvador: FFCH/UFBA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 151 p.

\_\_\_\_\_. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRITTO, Eduardo de Caldas. Levantes de pretos na Bahia. In: **Revista do IGHB**, Salvador, 1903, p.69-74.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. (Org.) **Distribuição de rendas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun. 2000. p.152 – 174.

CAMPOS, J. da Silva. Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia. In: **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, v. 29, 1943, p.291-309.

CARVALHO, Inaiá. **Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia**. Salvador: CRH, 1986. 131p.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914 -1921)**. Salvador: FIEB, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal de Salvador: dimensões, natureza, significação**. Recife: Sudene/Fundaj, 1980.

CAVALCANTI, Sávio Machado. **Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas:Unicamp, mar.2006.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Os guardiões do tempo sobrevivem à cidade veloz:** Trabalho informal e saúde, dimensões da exclusão social. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: Unicamp, dez. 2000.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D.Polet. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888).** Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços Negros e 'cantos' e 'lojas' em Salvador no século XIX. In: **Caderno do CRH (Suplemento)**, 1991, p.17-34.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros, Estrangeiros:** os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CLOVIS, Cavalcanti; DUARTE, Renato. **O setor Informal de Salvador:** dimensões, natureza, significação. RECIFE: SUDENE/FUNDAJ: Massangana, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria. Mercado e Política (1889 – 1915). In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol.7, n.14, mar/ago, 1987, p.115-130.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização – (des) fordizando a fábrica**: um estudo complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História não contada**: negro, racismo, branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

EISENBERG, Peter L. **Homens Esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ESPINHEIRA, GEY. Sociabilidade Soteropolitana: As animações da vida. In: **UFBA em Campo II**: uma experiência de articulação ensino/pesquisa e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2001, p.210-228.

FERRREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: O dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890 – 1937). Salvador: **Afro-Ásia**, 21-22, 1998, 1999, p. 239-256.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1972

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; et al. **O conceito de informalidade**: problema ou solução?. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000.(mimeo).

FRAGOSO, João; *et. al* (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: história e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910. Campinas: Tese de Doutorado em História (Unicamp), 2004.

\_\_\_\_\_. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, Salvador: Hucitec, Edufba, 1996.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 3ª Ed., 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: formação e família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 27.ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2001.

GOUNET, Thomas. Concorrência e estratégia de acumulação na indústria automobilística. In: **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 13 – 53.

GUEDES, Tiago de Almeida. **A regulamentação do trabalho informal**: o impacto sobre as condições de trabalho dos informais do centro da cidade de Salvador. Salvador: Monografia de Administração, UFBA, 2004

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **As Classes Perigosas**: banditismo rural e urbano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

- \_\_\_\_\_. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, Carlos M. **A negação da ordem escravista.** Quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.
- HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. “A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo”. In: **Revista Brasileira de História**, n.6, v.3, 1983.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE. Trabalho, Exclusão e Precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. In: **Trabalho, Flexibilidade e Precarização**, Caderno do CRH, n.37, Salvador: Edufba, jul/dez. 2002, p. 289 – 308.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUGON, Philippe. **O Setor Informal: balanço de 25 anos de trabalho.** In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1997, v. 18, n. 2, p. 32-63.
- IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **As metamorfoses do Escravo:** apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da Escravidão ao Trabalho Livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papyrus, 1988

LIMA, Beatriz Melo Flôres. **Criptoeconomia ou economia subterrânea**. Rio de Janeiro, 1985.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O trabalho alienado, primeiro manuscrito**. In: Manuscritos econômicos e filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Mantin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: Livro Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 2002.

\_\_\_\_\_. O Capital Comercial. In: **Capital**: O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. Cap. XVI do Livro 3, v. 5, p. 309-323.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI (Inédito) O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, Livro III, v.5, 1980.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma Crítica da Economia Política (O Método da Economia Política). In: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Flama, 1946.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Escravos e Cometas:** movimentos sociais na década da abolição. São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Crime e Escravidão:** lavadores pobres na crise do trabalho escravo 1830 – 1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, n.16, mar/ago de 1988, p.37-55.

\_\_\_\_\_. **Bahia:** a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Para uma história social seriada de Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidades. **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, 42 (1976), pp. 154 e 155.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A Condição ‘Provisória-permanente’ dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. Salvador: Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFCH/UFBA, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. In: *Estudos Cebrap* 2, São Paulo: CEBRAP, out. 1972, p. 3-82.

PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do sete a São Joaquim**: O cotidiano de “Mulheres de Saia” e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964 – 1973). Salvador: Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

PERRUCCI, Gadie1. Nordeste: uma revisão necessária. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 1, marco 1981, p. 25-38.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob o fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: contexto, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

QUERINO, Manoel. **Bahia de Outrora**. Salvador: Livraria Progresso; Editora Aguiar e Souza Ltda, 1946.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: **Afro-Ásia**. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.

\_\_\_\_\_. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Edufba, 2001.

ROMERO, Daniel. **Marx e a Técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. **O Centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. Salvador: Publicação da Universidade da Bahia, IV, 1959.

SAES, Décio. A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista e anti-monárquica (1888-1891). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 1, marco, 1981, p. 13-57.

SCHWARCS, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, Ana Laura. **O trabalho informal nas ruas e praças de Belém**: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Belém: NAEA, 2002.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo**: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marilene Rosa N da. **O Escravo ao Ganho**: uma nova face da escravidão. Rio de Janeiro, 1986.

SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: **Bahia de todos os pobres**. Salvador: Vozes, 1980, 214p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira Escrava**: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Zungu**: Rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Cecília Conceição Moreira. **Mulheres Negras na Bahia no Século XX**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 1994.

SOARES, Luiz Carlos. **Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX**. In: Revista Brasileira de História, v.8, n.16 (1988), p.107-142.

SOUZA, Guaraci A. A. de (Org.) Faria, Vilmar. **Bahia de todos os pobres**. Salvador: Vozes, 1980, 214p.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; 10. ed. Salvador: Edufba, 2001.

TAUNAY, Affonso de E. **Na Bahia de Dom João VI**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego informal e trabalho por conta própria**: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, maio de 1995.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução Maria de Jesús Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VERGER, Pierre. **Os libertos**: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX. São Paulo: Corrupio, 1992.

WOLFF, Simone. **Informatização do Trabalho e Reificação**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: EDUEL, 2006.